

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**NERO NOS *ANNALES* DE TÁCITO**

**Anderson de Araujo Martins Esteves**

**2010**

## **NERO NOS *ANNALES* DE TÁCITO**

Anderson de Araujo Martins Esteves

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Orientador: Professora Doutora Alice da Silva Cunha.

Rio de Janeiro  
Agosto de 2010

Esteves, Anderson de Araujo Martins  
Nero nos *Annales* de Tácito / Anderson de Araujo Martins. Rio de Janeiro: UFRJ/FL, 2010.

164 f., 31 cm

Orientadora: Alice da Silva Cunha

Tese (Doutorado) – UFRJ/FL/Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, 2010.

Referências Bibliográficas: f. 156-164.

1. Historiografia antiga. 2. Tácito. 3. *Annales*. 4. Nero. I. Cunha, Alice da Silva. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas. III. Título.

## **NERO NOS ANNALES DE TÁCITO**

Anderson de Araujo Martins Esteves

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Aprovada por:

---

Presidente, Profa. Doutora Alice da Silva Cunha – UFRJ

---

Profa. Doutora Cecília Lopes de Albuquerque Araújo – UFRJ

---

Profa. Doutora Vanda Santos Falseth – UFRJ

---

Prof. Doutor Airto Ceolin Montagner - UFRJ

---

Prof. Doutor Amós Coêlho da Silva – UERJ

---

Profa. Doutora Mára Rodrigues Vieira – UFRJ (suplente)

---

Profa. Doutora Márcia Regina de Faria da Silva – UERJ (suplente)

Rio de Janeiro

Agosto de 2010

A Alzira Laura Lorang,  
a mulher dos bolinhos de chuva, agora eternos.

## AGRADECIMENTO

Certo é que agradecer à própria orientadora é regra de inafastável cortesia acadêmica, e, portanto, desde já o faço e me desobrijo do formalismo. Porque dizer que sou grato à Professora Doutora Alice da Silva Cunha exprime muito menos do que desejo, além do que, usar títulos para se referir a alguém por quem se tem tanto afeto parece quase descabido. E resulta ainda mais descabido quando para alguém que a conhece, despretensiosa, humana e terna – modelo indelével de profissional que não se impõe por título algum. Ao contrário, sempre compartilha, sem alarde e sem pompas, sua ampla cultura e seu raciocínio de clareza meridiana. Este tempo de orientação, levo-o comigo para a vida. Obrigado, Alice.

Por exemplo, Suetônio deu-nos um Cláudio, que era um simplório, — ou “uma abóbora” como lhe chamou Sêneca, e um Tito, que mereceu ser as delícias de Roma. Veio modernamente um professor e achou meio de demonstrar que dos dois cézares, o delicioso, o verdadeiramente delicioso, foi o “abóbora” de Sêneca. E tu, madama Lucrecia, flor dos Bórgias, se um poeta te pintou como a Messalina católica, apareceu um Gregorovius incrédulo que te apagou muito essa qualidade, e, se não vieste a lírio, também não ficaste pântano. Eu deixo-me estar entre o poeta e o sábio.

Viva pois a história, a volúvel história que dá para tudo; e, tomando à idéia fixa, direi que é ela a que faz os varões fortes e os doidos; a idéia móbil, vaga ou furta-cor é a que faz os Cláudios, — fórmula Suetônio.

Machado de Assis, *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.

## RESUMO

### NERO NOS *ANNALES* DE TÁCITO

Anderson de Araujo Martins Esteves

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Resumo da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Estudo sobre a prosa historiográfica de Tácito, partindo da análise de Nero nos cinco últimos livros dos *Annales*. Os procedimentos empregados pelo autor para a apresentação da personagem foram classificados em grupos e estudados de maneira a possibilitar uma melhor compreensão das características ressaltadas. A análise do texto se apoiou em conceitos do sistema retórico, na noção de retrato indireto e no uso da linguagem. Para concretizar nosso objetivo, discutimos a obra a partir das especificidades do gênero historiográfico na Antiguidade e das relações daquelas com a ordem político-social de então. As características que avultam na personagem e que se repetem nas várias técnicas de caracterização são os *uitia*, revelados na ordem privada ou na práxis política.

Palavras-chave: Historiografia antiga. Tácito. *Annales*. Nero.

Rio de Janeiro

Agosto de 2010



## ABSTRACT

### NERO IN THE *ANNALES* OF TACITUS

Anderson de Araujo Martins Esteves

Orientador: Profa. Doutora Alice da Silva Cunha

Abstract da Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas, Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Letras Clássicas.

Study on the historiographical writings of Tacitus, proposed from the analysis of Nero in the five last books of the *Annales*. The procedures used by the author for the presentation of the character were classified by groups and then studied in order to enable a better understanding of the presented characteristics. The analysis of the text is based upon conceptions of the rhetoric system, on the notions of indirect portrait and on the use of language. To achieve our goals, we discussed the work from the point of view of the peculiarities of the historiographical genre in the Antiquity and of the relations of the former with the politic and social order of the time. The characteristics observed in the character and repeated in the various techniques of characterization are the *uitia*, revealed in his private life or in the political praxis.

Keywords: Ancient historiography. Tacitus. *Annales*. Nero.

Rio de Janeiro

Agosto de 2010

## LISTA DE ABREVIATURAS

DKP	<i>Der Kleine Pauly</i>
DME	<i>Dicionário mítico-etimológico</i>
LT	<i>Lexicon Taciteum</i>
OCD	<i>Oxford Classical Dictionary</i>
OLD	<i>Oxford Latin Dictionary</i>
TPLL	<i>Thesaurus Poeticus Linguae Latinae</i>

### **Cic.** **Cícero**

Br.	<i>Brutus</i>
De Inv.	<i>De inuentione</i>
De Leg.	<i>De legibus</i>
De Or.	<i>De oratore</i>
Pro Sest.	<i>Pro Sestio</i>

### **Dio Cas.** **Díon Cássio**

Hist.	<i>História Romana</i>
-------	------------------------

### **Eut.** **Eutrópio**

Brev.	<i>Breuiarium Historia Romanae</i>
-------	------------------------------------

### **Hist. Aug.** **História Augusta**

Hadr.	<i>De uita Hadriani</i>
-------	-------------------------

### **Juv.** **Juvenal**

Sat.	<i>Saturae</i>
------	----------------

### **Plin.** **Plínio, o Jovem**

Ep.	<i>Epistulae</i>
Paneg.	<i>Panegyricus</i>

### **Plin. V.** **Plínio, o Velho**

Nat. Hist.	<i>Naturalis Historia</i>
------------	---------------------------

### **Plut.** **Plutarco**

Alex.	<i>Alexandre</i>
-------	------------------

### **Polib.** **Políbio**

Hist.	<i>Histórias</i>
-------	------------------

### **Sen.** **Sêneca**

Ep.	<i>Epistulae</i>
De Clem.	<i>De clementia</i>
De Vit. B.	<i>De uita beata</i>

### **Suet.** **Suetônio**

Cl.	<i>Vita Claudii</i>
Ner.	<i>Vita Neronis</i>
Vesp.	<i>Vita Vespasiani</i>

### **Tac.** **Tácito**

Agr.	<i>Agricola</i>
Ann.	<i>Annales</i>
Dial.	<i>Dialogus de oratoribus</i>
Hist.	<i>Historiae</i>

### **Virg.** **Virgílio**

Aen.	<i>Aeneis</i>
------	---------------

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
<b>2 TÁCITO E O PRINCIPADO</b>	18
2.1 O SISTEMA POLÍTICO-SOCIAL DO ALTO IMPÉRIO	22
2.2 O SENADOR-HISTORIADOR	35
<b>3 ANNALES: ÉPOCA E NATUREZA</b>	42
3.1 O MANEIRISMO PÓS-CLÁSSICO	44
3.2 A <i>HISTORIA</i> COMO <i>FINGERE</i>	48
3.3 A <i>HISTORIA</i> BIOGRÁFICA	54
<b>4 A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSONAGEM</b>	58
4.1 <i>EXORDIUM</i>	62
4.2 A INVESTIDURA	69
4.3 NERO E OS SENADORES	77
4.4 O ARTISTA E A <i>PLEBS SORDIDA</i>	100
4.5 <i>HOSTES</i> E <i>PARRICIDA</i>	114
4.6 O DISCURSO DE NERO A SÊNECA	129
4.7 O REFLEXO DE NERO NO <i>CLIPEVS VIRTVTIS</i>	139
<b>5 CONCLUSÃO</b>	152
<b>6 BIBLIOGRAFIA</b>	156

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos de sua vida, muito possivelmente no início do principado de Adriano, o senador Cornélio Tácito, escreve os livros finais de sua monumental obra historiográfica, por meio da qual, ao tratar do Império Romano sob os júlio-claudianos, quis dar um sentido ao regime dos *principes* e responder, assim, aos problemas políticos de seu próprio tempo. A parte que nos restou dos *Annales*, título pelo qual a obra é conhecida atualmente, compreende o período entre o final do governo de Augusto até o ano 66 de nossa era (doravante, todas as datas são A.D., salvo indicação em contrário), dois anos antes da deposição de Nero, quando a narrativa se interrompe bruscamente no meio do livro XVI. Perdidos estão os livros VII a X – referentes ao principado de Caio César, mais conhecido pelo epíteto de Calígula e aos anos iniciais de Cláudio – e, conforme a hipótese que adotamos, os livros XVII e XVIII, que tratam dos anos 67 e 68, últimos anos de Nero. Assim, Tácito teria dividido a obra em três grandes blocos de seis livros, que os estudiosos denominam hêxades: a primeira delas é dedicada a Tibério; a segunda, a Calígula e a Cláudio; a terceira, a Nero. Apenas a primeira hêxade nos chegou sem lacunas graves a ponto de impossibilitar a compreensão do conjunto; as duas restantes só são reconhecíveis graças aos esforços da crítica especializada. É, portanto, uma hêxade mutilada que encontra o leitor moderno ao recorrer a Tácito para conhecer o último imperador da dinastia iniciada por Augusto. E é este nosso objeto: Nero, tal como se apresenta na última parte dos *Annales* – tanto nos livros XIII e XIV, na hêxade final, que narra os anos em que foi imperador; como nos livros XI e XII, ainda na hêxade intermediária, em que aparece ainda como um rebento da família imperial na corte de Cláudio.

Ao se ter contato com a prosa historiográfica romana e especificamente com os *Annales*, chama a atenção o tratamento dispensado por Tácito aos eventos históricos e às pessoas que neles estiveram envolvidas. Descrições pictóricas de campos de batalha, realçadas por tons dramáticos ou mesmo sombrios; as motivações dos homens para suas ações – o próprio motor da história e, de forma objetiva, aquilo que nos é dado conhecer – vêm à tona pela arte do historiador, que perscruta a alma daqueles que enreda em sua narrativa; imperadores, senadores, cavaleiros e plebeus, generais, decuriões e soldados, romanos, gregos e bárbaros, todos fazem amplo uso da palavra, expressam-se por meio de discursos diretos ou indiretos, em que dizem algo sobre si próprios e, mais importante, dissimulam uma porção ainda maior de sua personalidade. Características pelas quais a historiografia antiga poderia

passar por uma obra ficcional, como um gênero equivalente ao moderno romance histórico, em que uma época histórica, ou mesmo uma determinada personagem histórica, recebe um tratamento artístico semelhante ao do romance. Essa comparação, imprecisa e imperfeita como qualquer tentativa de compreensão da Antiguidade tomando por medida uma noção moderna, pode servir por ora para se estabelecer uma das premissas principais desta tese: Nero entendido como personagem de Tácito e, por extensão, a historiografia romana como gênero literário. Personagem muito *sui generis*, diga-se, já que resultado de uma pesquisa exaustiva empreendida por Tácito, que escreve cerca de meio século depois daquele principado, que buscou reconstruir pelo exame de historiadores contemporâneos, dos arquivos do Senado e, quanto possível, pelas testemunhas da época. O Nero dos *Annales*, inobstante os protestos de imparcialidade do autor, é o Nero de Tácito por uma própria contingência do saber histórico, já que não há história fora da narrativa – tanto no sentido barthesiano, de que o fato tem, necessariamente, uma existência linguística, como na compreensão de Ricoeur, para o qual, mesmo as vertentes mais avessas à narrativa histórica tradicional não deixam de elaborar um tipo de narrativa. E, ainda mais importante, a narrativa historiográfica na Antiguidade é profundamente enraizada na retórica, arte em que Tácito, ademais, era experto.

Assim, afastada questão – falsa, para um estudo literário, como o que ora se apresenta – da credibilidade de Tácito e, por extensão, da verossimilhança da personagem, podemos nos entregar ao objetivo desta tese: estudar as técnicas empregadas pelo autor para apresentar Nero em sua obra e demonstrar como esses recursos convergem para a formação do retrato literário do imperador. Dessa maneira, esforcei-me por seguir a personagem através dos capítulos, estudar suas atitudes, seus discursos e mesmo o universo mais íntimo de suas motivações e pensamentos. Detalhes, obviamente, disseminados e entretecidos na narrativa da história de Roma nos primeiros anos do Império, já que a matéria com que Tácito se ocupa são os eventos ocorridos no centro do poder do Império Romano, trazendo à luz os *arcana imperii*, *i.e.*, os segredos do exercício do poder imperial. Daí o enfoque privilegiado sobre as personagens da corte e, sobretudo, sobre os imperadores, ápice da pirâmide social e política daquela sociedade. Dos três imperadores de que trata Tácito nos *Annales* – a saber, Tibério, Cláudio e Nero – é do primeiro e do último que se oferecem ao leitor moderno retratos mais completos, em virtude tanto da preservação da maior parte da obra tacitiana referente ao governo destes, como da profundidade com que o autor apresenta tais personagens. Tibério é mostrado, sobretudo, em sua atuação no Senado e na vida política de Roma, expondo Tácito suas atitudes, seus discursos e mesmo seus pensamentos. O Nero dos *Annales*, de maneira análoga a Tibério, também é composto no decorrer da narrativa, sendo sua personagem

contruída e tornada mais densa por meio de uma série de procedimentos, que reafirmam suas características principais.

Para tanto, é necessário uma compreensão prévia, no que diz respeito à classificação da obra na produção literária da Antiguidade Clássica. Adotamos a divisão quadripartite proposta no célebre *Les Genres Littéraires à Rome*, por Martin e Gaillard, pela qual os *Annales* enquadram-se no gênero narrativo, na forma historiografia. As obras pertencentes a este gênero têm a função comum de apresentar uma história segundo a forma da narração: apresentam uma série de acontecimentos se desenvolvendo e se relacionando uns aos outros em um espaço cronológico determinado; a diacronia, a noção do desenrolar do tempo, é fundamental. É a partir da função desempenhada por este gênero na Antiguidade e das relações entre suas diversas formas que a obra deve ser estudada. É dizer, deve-se estudar os *Annales* sem perder de vista que: 1. o que o autor pretende é contar uma história; 2. a forma “historiografia” – narrativa do passado “real” – não surgiu *ex nihilo* como gênero independente, mas possui relações estreitas com outras narrativas ficcionais, o que é atestado por formas de narrativas mistas, como a epopéia histórica, o romance histórico ou a história romanceada. Dessa forma, a prosa historiográfica na Antiguidade é orientada pelas regras da literatura, mesmo da poética, no sentido que lhe empresta Eugen Cizek em um artigo fundamental para a presente tese: *La poétique de l'Histoire chez Tacite*, publicado pela Revue des Études Latines. Só muito posteriormente, já na época contemporânea, esse tipo de escrita passou a se revestir de um rigor científico e a se definir como disciplina autônoma. Na Antiguidade, porém, é como literatura que é vista a historiografia, como se pode observar na clássica divisão dos gêneros literários de Quintiliano.

Outro pressuposto diz respeito ao tipo de abordagem teórica para a compreensão da literatura dentro da sociedade romana do Alto Império. Embora não adotemos a teoria marxista, entendemos a literatura como indissociável da sociedade em que é produzida, não desprezando as relações que tenha com a ideologia dessa sociedade. É certo que estas escolhas teóricas desbordam em uma metodologia específica. Assim, é necessário estudar, mesmo que em linhas gerais, a sociedade de Tácito, ou seja, as condições sócio-políticas vigentes em Roma no final do primeiro século do Império e, não menos importante, desnudar seus conteúdos ideológicos. Para tanto, apoiei-me, sobretudo, no já clássico *História social de Roma*, de Géza Alföldy, para a estrutura social; no recente e bastante completo *Rome et l'intégration de l'Empire*, de François Jacques e John Scheid, que esclarece a questão da investidura, capital para o entendimento do principado e no *The Age of Augustus*, de Werner Eck, no que tange à ideologia dos primeiros anos do Alto Império.

Impõe-se, ainda, um breve comentário sobre a recepção dos *Annales* no Brasil e sobre sua fortuna crítica. Tácito, autor que – como lemos em *As raízes clássicas da historiografia moderna*, de Momigliano – teve uma importância tão visceral na história da Europa na época Moderna – a ponto de se poder falar em “tacitismo”, como o pensamento político do período absolutista, que se valeu dos modelos ínsitos na obra do historiador para pôr a descoberto o comportamento político dos monarcas e que, dentre outras peculiaridades, ajudou os povos germânicos a reafirmarem sua nacionalidade diante das investidas externas – no Brasil, não conheceu sorte semelhante. Lemos no *Repertório* de Eduardo Tuffani que há apenas uma tradução completa dos *Annales* feita por um latinista brasileiro, Leopoldo Pereira, trabalho que data do início do século passado. O mesmo autor traduziu, ainda, a *Eneida* e compôs uma coletânea de prosadores latinos. A outra tradução é lusitana, da lavra de José Liberato Freire de Carvalho, político liberal português do século XIX, que publicou seu *Annaes de Cornélio Tácito* em 1830, em Paris e no Rio de Janeiro, simultaneamente. Inconformado com o fato de que a primeira tradução em vernáculo dos *Annales* tenha vindo à lume somente no século XIX, pesquisei os acervos digitais da Universidade de Coimbra, da Universidade do Porto e da Biblioteca Nacional de Portugal, pesquisa que confirmou os dados do *Repertório*, cuja abrangência é o território nacional.

Sobre as traduções referidas, embora não caiba aqui um juízo acurado sobre o trabalho alheio, importa dizer que, posto que tenham cumprido seu papel no tempo de sua publicação, são menos do que satisfatórias para o leitor contemporâneo. Os *Anais* de Freire de Carvalho soam já antiquados, a linguagem está por demais datada e os conceitos políticos utilizados em vernáculo – que, obviamente, tem relação com a época do tradutor, marcada pela restauração da monarquia em Portugal – já nos soam estranhos. Além disso, Freire de Carvalho era um liberal engajado e, por conta disso talvez, exagera em alguns momentos as cores negativas de Nero, como quando, no capítulo 12 do livro XIV, acrescenta gratuitamente o epíteto de “flagelo do mundo” à personagem, o que não encontra qualquer correlação com o original. Já a tradução de Leopoldo Pereira é mais equilibrada, conquanto se ressinta da falta de fluência, a ponto de comprometer a compreensão da narrativa tacitiana. Não se trata de render em português a própria ambiguidade do original latino, mas sim de incrementar a ininteligibilidade ínsita à obra pelo respeito excessivo à sintaxe latina e, por uma triste consequência, pela falta de compromisso com a elocução vernácula. Isso bastará para justificar as minhas próprias escolhas na tradução dos trechos escolhidos – à vista de um texto tão denso e de um estilo tão único e que tantas dificuldades impõe ao estudioso, preferi não aumentar esses obstáculos por uma tradução por demais literal. Decisiva para minha opção

por esta linha de tradução foi a leitura de Antoine Berman, especialmente *A prova do estrangeiro* e *A tradução e a letra*. Quanto aos livros que me auxiliaram mais praticamete na tarefa árdua de traduzir Tácito, uma menção inevitável é o *Lexicon Taciteum*, índice de concordâncias (e, ocasionalmente, também com definições para alguns verbetes) de Gerber e Greef; além do *Syntax und Stil des Tacitus*, de Draeger, exemplar da erudição clássica alemã do século XIX. Quanto aos outros excertos latinos ou teóricos, todas as traduções foram feitas por mim.

Para melhor compreender as questões principais da extensa obra de Tácito, a teoria política do autor e, sobretudo, o longo percurso da crítica sobre o historiador, busquei auxílio em autores tradicionais no estudos tacitianos – como Clarence Mendell, Ettore Paratore e Ronald Syme, este sobretudo, que escreveu seu *Tacitus*, em dois volumes, no final da década de 50 – e outros mais recentes, como Ronald Mellor, Ellen O’Gorman e Holly Haynes. Para a situação dos *Annales* na história da literatura latina, utilizei sobretudo Manfred Fuhrmann e Gian Biaggio Conte. Para uma visão histórica sobre Nero, foram-me valiosas as lições de David Shotter, Edward Champlin e Miriam Griffin, cujo *Nero: the End of a Dynasty* representa possivelmente a mais detalhada biografia atual do imperador.

No que tange às referências, segui as orientações gerais da ABNT, tendo mantido o uso tradicional na citação de autores latinos. Para estes, indico abreviadamente o nome, a obra e, em seguida, o número do livro em algarismos romanos, o capítulo, em arábicos e, quando for o caso, as seções de capítulos, também em arábico. Assim, por exemplo: Tac. Hist. I, 2, 3 indica a terceira seção do segundo capítulo do livro primeiro das *Historiae* de Tácito. Usar as normas da ABNT importaria em uma referência como esta: TACITE, 2003, p. 65, remetendo, na Bibliografia, a uma edição de 2003 dos *Annales*. Ora, o descabimento dessa modalidade de referência é patente: o autor é ou Tácito, em vernáculo, ou Tacitus, em latim; o ano da edição, explicável para obras modernas, não se aplica à obra antiga e, por fim, a página indica de forma muito menos precisa o trecho citado do que o capítulo e a seção do capítulo.

Por fim, quanto ao ordenamento geral desta tese, dispus a matéria em três capítulos. No capítulo inicial, esboço um perfil de Tácito e da sociedade romana de seu tempo, permitindo compreender os princípios norteadores da divisão social, a ordem política da Roma Imperial e a filiação política do autor em face do poder imperial. No capítulo seguinte, discuto os *Annales* no sistema literário na Roma antiga, definindo conceitos fundamentais à análise do objeto, situando a obra na época literária em que se origina e marcando a relação entre historiografia e biografia. A terceira parte do trabalho é o estudo da composição da personagem Nero ao longo dos livros dos *Annales* a ele dedicados, buscando, pela seleção,



tradução e interpretação de excertos, com o apoio da leitura teórica, delinear o retrato do imperador. Para fins de comparação, indico passagens de Suetônio e de Dión Cássio que tem relação com os trechos estudados.

Para o texto dos *Annales*, utilizamos os quatro volumes da coleção Budé, editora Les Belles Lettres, com o texto estabelecido por Pierre Wuilleumier, tiragem corrigida por Joseph Hellengouarc'h em 1996. Os demais textos de autores clássicos foram consultados em edições da mesma coleção, com a exceção de Dión Cássio, só acessível na edição da Loeb Classical Library da Harvard University Press.

## 2 TÁCITO E O PRINCIPADO

A República Romana, enfraquecida por conflitos sociais, disputas de poder entre líderes políticos e deflagrações armadas entre cidadãos, assistiu àquela que se convencionou chamar sua última batalha bem longe do Lácio e de uma maneira certamente insólita para Júnio Bruto, seu fundador. Cinco séculos depois da modesta insurreição contra Tarquínio Soberbo, uma batalha naval foi travada nas águas diante do golfo de Áccio, cidade situada na costa ocidental da Grécia. A fragorosa vitória da frota de Otaviano e a fuga de Marco Antônio, morto pouco tempo depois, puseram um fim definitivo ao segundo triunvirato. Neste dia de setembro de 31 a. C., Otaviano tornou-se *de facto* o senhor de Roma: o *princeps*. Era o início do principado – o governo dos *principes*.

No introito das suas *Historiae*, Tácito se refere ao episódio como um marco decisivo, tanto na história de Roma como em sua historiografia.

Initium mihi operis Seruius Galba iterum, Titus Vinius consules erunt. Nam post conditam urbem octingentos et uiginti prioris aevi annos multi auctores rettulerunt, dum res populi Romani memorabantur, pari eloquentia ac libertate; postquam bellatum apud Actium atque omnem potentiam ad unum conferri pacis interfuit, magna illa ingenia cessere; simul ueritas pluribus modis infracta, primum inscitia rei publicae ut alienae, mox libidine adsentandi aut rursus odio aduersus dominantis: ita neutris cura posteritatis inter infensos uel obnoxios.<sup>1</sup>

O início de minha obra será o ano em que foram cônsules Sêrvio Galba, este pela segunda vez, e Tito Vínio. Com efeito, muitos autores já escreveram sobre a época anterior, os oitocentos e vinte anos a partir da fundação de Roma, quando os eventos do povo romano eram narrados tanto com eloquência, como com liberdade. Depois de se ter guerreado em Áccio e de ter sido do interesse da paz conferir todo o poder a uma só pessoa, aqueles engenhosos escritores se calaram. Ao mesmo tempo, a verdade foi golpeada de várias maneiras; primeiramente por um desconhecimento dos negócios públicos, como se fossem estranhos aos cidadãos, em seguida, pelo desejo de adulação ou, ao contrário, pelo ódio contra os governantes. Assim, entre escritores hostis ou submissos ao regime, nenhum deles se preocupava com a posteridade.

A batalha de Áccio é, para o autor, o limite cronológico entre duas formas de exercício do poder. Se antes havia liberdade, após a peleja toda a forma de poder foi concentrada em um único magistrado (*omnem potentiam ad unum conferri*) como forma de garantir a estabilidade política (*pacis interfuit*). Concomitantemente a esta transformação histórico-política, mudou

---

<sup>1</sup> Tac. Hist. I, 1, 1

também a própria forma de escrever a história. Se antes a eloquência e a liberdade eram as principais características dos historiadores, com o advento do novo regime, a verdade, pressuposto da historiografia clássica, foi duramente golpeada (*ueritas pluribus modis infracta*). De fato, como consequência da concentração de poder, os cidadãos se alienaram da coisa pública, a própria matéria-prima dos historiadores antigos. Sem essa experiência imediata, que consistia no contato direto do cidadão com os fatos políticos, a tomada de decisão e os eventos significativos para a Urbe, a verdade restaria rarefeita pela excessiva distância entre o historiador (tradicionalmente um cidadão ativo na vida pública) e seu objeto. Outra arremetida do regime dos *principes* contra a *ueritas* provém da polarização dos escritores, que se dividem entre bajuladores e opositores ao governo. Assim, para Tácito, se Áccio representa, de um lado, a falta de liberdade para os seus contemporâneos, por outro, traduz-se na falta de objetividade da narrativa histórica para a posteridade, o público ideal do historiador.

Bem diverso é o tom festivo adotado por Virgílio ao celebrar a vitória náutica de Augusto. No célebre escudo, presente de Vênus a Enéias, Vulcano, valendo-se de um divino conhecimento prospectivo<sup>2</sup>, havia gravado os principais acontecimentos que envolviam a Itália e os sucessos dos romanos<sup>3</sup>. Neste trecho, apresenta-se uma síntese simbólica da história romana, contendo quadros representando a Luperca, o rapto das sabinas, os reis, a invasão dos gauleses, a conjuração de Catilina. Estes e outros eventos circundam o centro do escudo, em que o poeta deslumbra o leitor com uma brilhante descrição pictográfica do quadro principal:

Haec inter tumidi late maris ibat imago  
 aurea, sed fluctu spumabant caerulea cano,  
 et circum argento clari delphines in orbem  
 aequora uerrebant caudis aestumque secabant.  
 In medio classis aeratas, Actia bella,  
 cernere erat, totumque instructo Marte uideres  
 feruere Leucaten auroque effulgere fluctus.  
 Hinc Augustus agens Italos in proelia Caesar  
 cum patribus populoque, penatibus et magnis dis,  
 stans celsa in puppi, geminas cui tempora flammis  
 laeta uomunt patriumque aperitur uertice sidus.<sup>4</sup>

Entre tudo isso se estendia de um mar agitado a imagem  
 áurea, mas o azul espumava em água branca,  
 e, em volta, brilhantes golfinhos de prata, em círculos,

<sup>2</sup> Virg. Aen. VIII, 627. *haud uatum ignarus uenturique inscius aevi*

<sup>3</sup> Virg. Aen. VIII, 626. *Illic res Italas Romanorumque triumphos*

<sup>4</sup> Virg. Aen. VIII, 671-81

riscavam o mar com suas caudas e cortavam as ondas.  
 No meio, frotas de bronze, os combates de Áccio,  
 podiam-se ver, e, travado o combate, todo o Leucate  
 ferver e as águas refletirem o ouro.  
 Deste lado Augusto César, conduzindo os itálicos aos combates,  
 com os senadores e o povo, os penates e os grandes deuses,  
 em pé no alto da popa, dois raios sua venturosa fronte  
 emite e a estrela paterna se mostra sobre a cabeça.

A centralidade da guerra de Áccio como evento histórico é inconteste para os dois autores<sup>5</sup>, mas a descrição triunfante do poeta contrasta, pelo seu brilho – obtido até mesmo pela virtude dos metais que o autor descreve no escudo –, com a sobriedade fatalista do historiador. Se Virgílio, poeta cívico, celebra Augusto como o líder inspirado que livrou Roma das guerras civis e a nova ordem instaurada por este como um período de paz e prosperidade, Tácito, mais de um século depois, tendo observado atentamente a sucessão dos *principes*, afirma-se como crítico do principado e saudosista do sistema republicano anterior, a *prior aeuus* a que se refere.

Duas visões contrastantes sobre o principado, que se explicam, de um lado, pelas regras dos gêneros literários diversos em que são apresentadas ao leitor: a modulação épica de Virgílio engrandece a batalha de Áccio pela sua inserção mesma na trama das façanhas heróicas do povo romano, ao passo que o comedimento de Tácito aponta para os princípios da historiografia greco-romana, que buscava idealmente uma análise verdadeira dos fatos, apartada dos partidarismos do tempo do historiador<sup>6</sup>. Por outro lado, o momento histórico e a inserção social dos dois autores ajudam a compreender os seus enunciados díspares sobre o mesmo evento. Assim, o beneplácito virgiliano a Augusto só será totalmente compreendido quando se considerar com a devida atenção o período da *pax augusta* e a instituição do mecenato, ou seja, é preciso entender o autor da *Eneida* como um indivíduo que, além de estar vinculado à corte por meio de Mecenas, recebeu com alívio o governo de Augusto, que deu fim à sangrenta instabilidade política e social do período de agonia da República Romana. Bem mais afastado de Augusto se encontra Tácito, que, nascido em meados da década de 50 do primeiro século de nossa era<sup>7</sup>, foi, na infância, contemporâneo do governo de Nero. O autor – membro de um Senado que fora, ao longo do século, enfraquecido pelas investidas do

<sup>5</sup> Para Grimal (1992, p. 234) “A ideia grandiosa concebida pelo poeta em 29 é transposta para o registro épico: a batalha de Áccio, no centro do escudo, era o coroamento de uma longa sequência de episódios, desde Rômulo e a loba até a divinização de César.”

<sup>6</sup> Neste sentido, cf. Luciano de Samósata, *Como se deve escrever a história*, 63. “Assim, é preciso que também a história seja escrita com a verdade, visando à esperança futura, mais que com bajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tens o cânon e o prumo de uma história justa.” (apud HARTOG, 2001, p. 233)

<sup>7</sup> ESTEVES, 2004, p. 15.

poder imperial – passara pela primeira grande crise sucessória em 68, quando a morte de Nero deu fim à dinastia júlio-claudiana e levou à disputa pelo poder imperial em 69, o ano dos quatro imperadores. Havia, igualmente, sofrido com o despotismo de Domiciano, último dos flavianos, cuja atuação contra os senadores lhe valera, após sua morte um decreto senatorial de *damnatio memoriae*. A nova dinastia dos antoninos, que vira surgir, lhe causava desconfiança pelos rumos a que Adriano levava a administração do Império.

Importa, dessarte, seguir as vicissitudes da organização política conhecida como ‘principado’ para compreender os *Annales*, à medida que esta obra é, fundamentalmente, um discurso sobre aquele, entendido como o exercício do poder imperial, tal como concebido inicialmente pelo gênio político de Augusto e posto em prática pelos sucessivos *principes*. Isto é, compreendê-lo de forma estrutural, como um conjunto de continuidades administrativas e políticas que permeia e instrui as relações entre os governantes e a sociedade romana; e de forma dinâmica, como instituição enriquecida pela experiência acumulada dos embates quotidianos entre os poderes e as formas de organização social, de modo que o principado de Nero ou de Domiciano, por exemplo, sejam entendidos de forma diversa do de Augusto ou de Trajano. Assim, nos *Annales*, Tácito não só narra a sucessão dos governos imperiais de Augusto a Nero, dando conta do modo como cada um, particularmente, exerceu o poder, como também, em um plano mais profundo, descreve e explica a perene instituição do principado, de maneira a conjugar narrativa diegética a análise sistêmica.

Articulando o quanto se estatuiu acima, chegamos à seguinte assertiva, de formulação circular: Tácito, ao escrever os *Annales*, trata sobre o principado, ordem político-social em que o autor se insere e cujo julgamento afeta diretamente. Equivale a dizer que a obra do historiador deve ser lida partindo de um pressuposto inescapável: a unidade temporal. Se, com Syme<sup>8</sup>, considerar-se que Tácito escreveu, por volta do ano 120, a porção final dos *Annales*, que trata do governo de Nero, de 54 a 68, haveria uma distância de pouco mais de cinquenta anos entre os eventos narrados e sua composição. Isso não é suficiente para afastar o autor da influência dos próprios fatos sobre os quais escreve. Ao contrário, Tácito, tem a sua carreira política e suas obras literárias indissolúvelmente jungidas ao Alto Império Romano, tempo que, começando com Augusto, abrange os dois primeiros séculos da era cristã<sup>9</sup>.

Assim, recorreremos ao método tradicional da filologia clássica, pelo qual os conhecimentos históricos sobre o tempo e a sociedade em que um autor se insere, objeto

---

<sup>8</sup> SYME, 1958, p. 473.

<sup>9</sup> Divergem os historiadores sobre o termo final do Alto Império, ora terminando este com os antoninos, no final do século II, ora com a dinastia dos Severos, no início do século III. Para Karl Christ (2005, p. 2; 600), o divisor de águas foi a crise que se seguiu ao assassinato de Cômodo em 192.

tradicional da disciplina história antiga, são empregados para a compreensão de sua obra. A história, tanto no seu viés político, como no cultural ou social, serve como disciplina auxiliar para o exercício do mister de interpretar um texto latino; uma *Hilfswissenschaft*, na lição de Weissenberger:

A interpretação de textos literários latinos é frequentemente fundamentada, estendida ou mesmo apenas possível por meio de fontes não-literárias. A filologia latina necessita, assim, dos resultados de pesquisas de disciplinas vizinhas, como a história antiga, a arqueologia antiga, a linguística comparada e outras. Visto que ela é amparada no seu próprio campo original de competência por estas disciplinas vizinhas, fala-se, em relação à filologia latina, de disciplinas auxiliares.<sup>10</sup>

Ressaltamos que o recurso à história antiga, sobretudo no que tange à estrutura política do principado e suas relações com o Senado, é imperativo para a leitura da narrativa de Tácito, à medida que este é um senador que escreve sobre *principes*.

## 2.1 O SISTEMA POLÍTICO-SOCIAL DO ALTO IMPÉRIO

Se, com o fim da monarquia, a República Romana foi marcada por uma mudança abrupta do sistema de governo, a transição desta para o principado foi muito mais sutil e insidiosa. Quanto à primeira, o epitomista Eutrópio emprega a fórmula, *pro uno rege duo (consules)*, de forma que a divisão do *imperium* entre dois mandatários e a rotatividade do exercício desta magistratura garantissem as liberdades da aristocracia romana contra governos despóticos<sup>11</sup>. Assim, em 509 a.C., exilado Tarquínio Soberbo, o último dos reis, ato contínuo se instituíram dois magistrados, ditos *consules*, com o mandato de um ano, a saber Lúcio Júnio Bruto e Tarquínio Colatino, este logo substituído por Lúcio Valério Públícola. Já a passagem da República para o principado não tem contornos tão definidos, já que não foi ela marcada por um fato, datável e simbólico, como a revolta contra os Tarquínios, mas sim, foi consolidada ao longo de um processo levado a cabo por Augusto. Desta forma, durante todo o governo de Augusto, primeiro dos *principes*, as instituições republicanas continuaram vigentes, de maneira que os cônsules não cederam espaço aos novos imperadores mas, antes, continuaram a ser eleitos anualmente, juntamente com as demais magistraturas do antigo regime. Lembre-se que Tácito, seguindo a tradição dos historiadores republicanos, nomeia os

---

<sup>10</sup> RIEMER, 1998, p. 83.

<sup>11</sup> Eut. Brev. I, 9.

anos pelo nome dos dois cônsules que cumpriam o mandato para aquele período. É dizer, o consulado, assim como a República, não desapareceu no principado, mas, antes, teve seus poderes expropriados pelo *princeps* e tornou-se, paulatinamente, de menor importância política.

Augusto foi o grande arquiteto do novo poder imperial. A ele coube criar uma nova entidade política, dando contornos precisos ao principado. Tácito, no início dos *Annales*, descreve o processo de concentração de poder na figura do novo *Caesar* Augusto em uma refinada e arguta análise política, em que, ultrapassando a mera superfície dos fatos políticos, desce aos subterrâneos da urdidura de uma nova ordem.

Vrbem Romam a principio reges habuere; libertatem et consulatum L. Brutus instituit. Dictaturae ad tempus sumebantur; neque decemuiralis potestas ultra biennium, neque tribunorum militum consulare ius diu ualuit. Non Cinnae, non Sullae longa dominatio; et Pompei Crassique potentia cito in Caesarem, Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere, qui cuncta discordiis ciuilibus fessa nomine principis sub imperium accepit.<sup>12</sup>

A cidade de Roma, nos primórdios, pertenceu aos reis. A liberdade e o consulado, Lúcio Bruto instituiu-as. As ditaduras eram assumidas temporariamente, o poder decenviral não ultrapassava dois anos e nem durou muito o poder consular dos tribunos militares. O domínio de Sula não foi longo, nem o de Cína; e o poder de Pompeu e de Crasso passou rapidamente a César, bem como os exércitos de Lépido e de Antônio passaram a Augusto. E este, sob o nome de príncipe, tomou sob seu império todo o Estado, esgotado pelas guerras civis.

Conforme esta análise, Augusto se impôs pelo poder militar, já que a ele cederam os exércitos de Lépido e Marco Antônio (*Lepidi atque Antonii arma in Augustum cessere*), bem como pelos efeitos debilitantes que as guerras civis haviam trazido à sociedade romana (*cuncta discordiis civilibus fessa*). E, o mais importante, assumiu o supremo poder (*imperium*) sob o nome de *princeps*, de modo que não rompeu frontalmente com o sistema político republicano, mas sim se afirmou como o primeiro cidadão da *Res Publica*, o príncipe, garante da paz e da ordem social. Ele afez seu poder não de uma nova magistratura, estranha à República, mas, antes, se apropria das prerrogativas de vários cargos pré-existentes:

Postquam Bruto et Cassio caesis nulla iam publica arma, Pompeius apud Siciliam oppressus exutoque Lepido, interfecto Antonio ne Iulianis quidem partibus nisi Caesar dux reliquus, posito triumuii nomine consulem se ferens et ad tuendam plebem tribunicio iure contentum, ubi militem donis, populum annona, cunctos dulcedine otii pellexit, insurgere paulatim, munia

---

<sup>12</sup> Tac. Ann. I, 1

senatus magistratuum legum in se trahere, nullo aduersante, cum ferocissimi per acies aut proscriptione cecidissent, ceteri nobilium, quanto quis seruitio promptior, opibus et honoribus extollerentur ac nouis ex rebus aucti tuta et praesentia quam uetera et periculosa mallent. Neque prouinciae illum rerum statum abnuebant, suspecto senatus populique imperio ob certamina potentium et auaritiam magistratuum, inualido legum auxilio quae ui ambitu postremo pecunia turbabantur.<sup>13</sup>

Com a morte de Bruto e Cássio, depois que já não havia mais exércitos do Estado, Pompeu foi vencido na Sicília e, com a deposição de Lépido e a morte de Antônio, nenhum líder restou aos partidários de César a não ser Augusto. Após ter deixado o título de triúnviro, proclamou-se cônsul, satisfeito com o poder tribunicio para proteger a plebe. Inicialmente, seduziu a tropa com donativos, o povo com distribuições de alimentos e todos os demais com a amenidade da paz; pouco a pouco, fez sua ascensão, usurpou as atribuições do Senado, dos magistrados e das leis. Ninguém se opunha, visto que os mais valentes haviam perecido nas batalhas ou pela proscrição; os demais nobres eram elevados em riquezas e honrarias, tanto mais quanto mais prontos à servidão e, prósperos com a nova situação, preferiam o presente seguro ao passado perigoso. E as províncias não recusavam aquele novo estado de coisas, já que o governo do Senado e do povo era visto com desconfiança pela discórdia entre os grandes e pela cobiça dos magistrados, sendo frágil o recurso às leis, que eram subvertidas pela violência, pela corrupção e, enfim, pelo dinheiro.

Tal o resumo de Tácito sobre o governo de Augusto: seu projeto de principado. Primeiro, fez-se consul (*consulem se ferens*), em seguida, tribuno da plebe (*tribunicio iure*). Depois, com o favor do exército e da plebe, usurpou o poder do Senado, dos magistrados e das leis (*munia senatus magistratuum legum in se trahere*). O processo se completa quando Augusto concentra mais poder em torno de sua família, de forma a garantir uma sucessão.

Ceterum Augustus subsidia dominationi Claudium Marcellum sororis filium admodum adulescentem pontificatu et curuli aedilitate, M. Agrippam ignobilem loco, bonum militia et uictoriae socium, geminatis consulatibus extulit, mox defuncto Marcello generum sumpsit; Tiberium Neronem et Claudium Drusum priuignos imperatoriis nominibus auxit, integra etiam tum domo sua. Nam genitos Agrippa Gaium ac Lucium in familiam Caesarum induxerat, necdum posita puerili praetexta principes iuuentutis appellari, destinari consules specie recusantis flagrantissime cupiuerat.<sup>14</sup>

De resto, Augusto elevou – sustentáculos de sua dominação – Cláudio Marcelo, filho de sua irmã e ainda jovem, ao pontificado e à edilidade curul e Marco Agripa, de origem modesta mas valoroso na guerra e companheiro de vitória, ao consulado por duas vezes seguidas. Com a subsequente morte de Marcelo, tomou o último por genro. Honrou com o título de *imperatores* os enteados Tibério Nero e Cláudio Druso, ainda que sua família ainda estivesse intacta, pois tinha adotado na casa dos Césares os filhos de

<sup>13</sup> Tac. Ann. I, 2

<sup>14</sup> Tac. Ann. I, 3



Agripa, Caio e Lúcio. E mesmo quando estes nem haviam deixado a toga pretexta das crianças, desejara ardentemente, sob a aparência de o recusar, que fossem chamados de príncipes da juventude e designados cônsules.

Observa-se o esforço efetuado por Augusto para garantir a continuidade de seu poder pela adoção de Caio e Lúcio, filhos de seu genro. Estes foram mesmo agraciados, ainda crianças (*necdum posita puerili praetexta*), com o título de *principes iuventutis*, um prenúncio público do destino que Augusto lhes reservava. Além desse título simbólico, que visava a granjear a simpatia da base política de Augusto, composta pelo exército e pela plebe, os seus herdeiros foram ainda enquadrados no sistema republicano tradicional, tendo sido designados cônsules. Tudo isso é feito sob a aparência da liberdade republicana tradicional, pois Tácito afirma que Augusto fingia desgosto diante da excessiva e precoce acumulação de poder sobre seus enteados (*specie recusantis flagrantissime cupiuerat*).

As análises de historiadores da atualidade sobre o processo de formação e consolidação do principado permitem avaliar a profundidade do esboço oferecido por Tácito. Neste processo, um dos primeiros passos políticos do jovem herdeiro de César ocorre no ano 43, quando este pela primeira vez recebe do Senado o direito de comandar um exército pessoal como forma de deter os avanços de Marco Antônio, aquartelado em Mutina, norte da Itália. Como os dois cônsules, Hircio e Pansa, morreram durante a conflagração, Augusto, então Otaviano<sup>15</sup>, assume as legiões destes e, em agosto do mesmo ano, é eleito cônsul – era a primeira vez em que recebia o *imperium*, do qual nunca mais se apartaria<sup>16</sup>.

Por um acordo celebrado em outubro do mesmo ano entre Otaviano, Antônio e Lépido, ratificado posteriormente por um plebiscito, foi-lhes conferido o título de *tresviri rei publicae constituendae*, tendo cada um o poder de *imperium* praticamente ilimitado, típico de um *dictator* da República, e válido por cinco anos. Contra suas ações, que tinham força de lei, só se poderia opor a força, estando desprovido o cidadão de qualquer proteção constitucional. Sob a alegação de punir os responsáveis pela morte de Júlio César, os triúmviros promoveram as proscricções, carnificina que levou à morte cerca de trezentos senadores, um deles Cícero, e dois mil cavaleiros romanos<sup>17</sup>. A redução nos quadros dos *optimates* foi compensada pelo

<sup>15</sup> A partir deste ponto, seguindo os historiadores modernos, mantenho o nome Otaviano, para indicar o período anterior ao recebimento do título de *Augustus*. Entretanto, note-se que o uso é típico da historiografia moderna, já que o emprego da forma *Octavianus*, em que o sufixo indica a família original do adotado, era algo depreciativo à época, já que denotava um *homo nouus*, isto é, que não provinha de uma linhagem antiga.

<sup>16</sup> PETIT, 1995, p. 257

<sup>17</sup> ALFÖLDY, 1989, p. 105

ingresso dos *homines noui* na Cúria e na *ordo* equestre, de maneira que a antiga nobreza republicana, ciosa das liberdades de outrora, foi praticamente extinta<sup>18</sup>.

Em 37, tendo chegado ao fim o quinquênio, o triunvirato foi renovado por mais cinco anos. Dos triúnviros, Lépido perdeu a África em 36 e retirou-se da vida pública, mantendo apenas o cargo de *pontifex maximus*; Marco Antônio envolveu-se com Cleópatra em Alexandria e recebeu críticas por ter se tornado cada vez mais distante dos costumes romanos. Otaviano, por sua vez, de retorno a Roma após sua vitória na Sicília contra as remanescentes tropas de Sexto Pompeu, recebe do Senado o poder tribunício da *sacrosanctitas*, ou seja, a imunidade típica do *tribunus plebis*, que o protegia contra qualquer ataque, por violência física ou força legal. Por meio da *sacrosanctitas*, que foi estendido posteriormente a sua mulher, Lívía, e a sua filha, Otávia, “qualquer um que violasse sua imunidade seria considerado culpado por ter cometido um crime contra o próprio povo romano”<sup>19</sup>.

Otaviano foi cônsul novamente em 33. Em 32 se esgotava o limite temporal do triunvirato, o que não era propriamente um problema para Antônio, que governava no Egito como um monarca oriental. Entretanto Otaviano, cuja atuação política se desenvolvia em Roma e na Itália, necessitando de uma base legal para o poder, conseguiu que o Senado e o povo lhes prestassem juramento de fidelidade<sup>20</sup>. Nessa qualidade de *priuatus cum imperio*, liderou a ofensiva de Áccio em 31. No retorno a Roma, em 29, Otaviano foi recebido com um tríplice *triumphus* e as portas do templo de Jano Quirino<sup>21</sup> foram fechadas, simbolizando o fim das guerras civis – era o início da *Pax Augusta*.

De 31 a 23, Otaviano exerceu ininterruptamente o consulado. Em 30, recebe mais um poder tribunício, o *ius auxilii*, isto é, o direito de defender qualquer cidadão de agressões aos seus direitos, o que o liga ainda mais à imagem de defensor do povo. No mesmo ano, pela *lex Saenia*, é dado a ele o direito de elevar novos cidadãos ao patriciado e, em data desconhecida, é investido da *censoria potestas*, ou seja, o poder típico do censor, o que é demonstrado no ano de 28, quando realiza o censo e redige a lista do Senado.

Então, após ter vingado o assassinato de César e pacificado o império dos últimos estertores da guerra civil, em janeiro de 27, Otaviano restitui a *Res Publica* ao Senado, ou seja, renuncia a quaisquer poderes extraordinários que tinha, reservando para si apenas os estritos poderes do consulado a que fora eleito para aquele ano. Isso equivalia a dizer que abriria mão das províncias, muitas das quais ainda não estavam pacificadas e que permitiria

<sup>18</sup> Esta é a hipótese trazida por Ronald Syme no célebre *The roman revolution* (2002, *passim*).

<sup>19</sup> ECK, 2007, p. 30

<sup>20</sup> PETIT, 1995, p.258

<sup>21</sup> OCD, p. 793

que as assembleias republicanas funcionassem sem qualquer interferência. Os senadores, entretanto, rejeitaram sua renúncia e, em contrapartida, lhe outorgaram um *imperium* de dez anos sobre Hispânia, Gália, Síria, Cilícia, Chipre e Egito, que passaram a ser conhecidas como províncias imperiais, *i.e.* governadas diretamente pelo *princeps* ou seus *legati*. Como possível explicação para a atitude submissa da Cúria, trazemos a lição de Alföldy, ao tratar da crise da República Romana:

A organização política tradicional da sociedade romana – um sistema de governo aristocrático apoiado na constituição de uma cidade-estado arcaica – soçobrou completa e definitivamente com os conflitos dos últimos tempos da República. Cícero já tinha previsto o desmoronamento deste sistema de governo: *rem publicam funditus amisimus* (Q. fr. 1, 2, 15). Os confrontos políticos e militares entre os grupos de cidadãos romanos, agravados por outros conflitos paralelos, abalaram o regime republicano, assente na colaboração entre os magistrados e a assembleia do povo sob a autoridade superior do Senado e, portanto, da oligarquia. A isso se acrescentou ainda o facto de o *Imperium Romanum*, que no fim da República se estendia da Gália à Síria, não poder continuar a ser aglutinado e governado no quadro do antigo sistema político, completamente anacrônico nessas novas condições. Todos esses factores apontavam para uma única solução política possível para a crise. Cícero habituara-se já à ideia da substituição da oligarquia por um poder concentrado nas mãos de um só homem, e a geração seguinte não teve outra alternativa. Era a saída obrigatória para os conflitos dos últimos tempos da República.<sup>22</sup>

Dias após a renúncia de Otaviano diante do Senado, este lhe confere o título de *Augustus*, pelo qual passaria à posteridade. Tal designação, oriunda do vocabulário augural<sup>23</sup>, conferia-lhe um prestígio religioso e sobrenatural, podendo ser entendida como a primícia de um processo de divinização, como explica Grimal:

Augusto aparecia então, e por sua própria vontade, não somente como o guia desta, mas como o protetor de todos. O que equivalia a considerá-lo como um ser mais do que humano. As honras atribuídas a César (seu pai adotivo) tinham feito do falecido ditador um verdadeiro deus. *Diui filius* (filho de um ser divino), Augusto não podia deixar de ser considerado como possuidor, ele também, de uma natureza divina. Igualmente, já muito antes, e mesmo antes da vitória de Áccio, certas cidades italianas, espontaneamente, associam-no a seus deuses, e manifestações análogas aparecem no Império, no Oriente sobretudo, onde o culto aos soberanos era habitual, e onde Antônio assumira o título de “Novo Dioniso”, seguindo Cleópatra, a “Nova Isis”. A divinização de um ser humano, que a Roma dos primeiros tempos já conhecera, era aceita por todos, não somente no senso comum, mas também pelos filósofos, numerosos dentre eles sublinhando o parentesco da alma humana com a divindade. Ela significava,

<sup>22</sup> ALFÖLDY, 1989, p. 108-9

<sup>23</sup> PIGANIOL, 1954, p. 216

essencialmente, que este ser havia provado, em sua vida, que era animado por uma força particularmente eficaz e, se se tratava de um homem de Estado, que ele fora “feliz”, *felix*, em tudo aquilo que empreendera e, por consequência, benéfico à sua pátria. Tal é a significação do título *Augustus*, que o Senado outorgou a Otávio no mês de janeiro de 27.<sup>24</sup>

Com tal distinção, que não importava em nenhum novo poder de ordem política, Otaviano ocupava posição sem paralelos entre os demais magistrados. Era a partir de então o *Imperator Caesar Augustus Divi filius*, filho de César, que fora divinizado em 42 – era o único romano filho de um deus e associado institucionalmente, por força do Senado, à divindade.

Em 23, há um novo movimento em direção ao principado. Após ter sido descoberta uma conspiração republicana, que deixa entrever um descontentamento de parte da aristocracia romana face à concentração de poder, Augusto renuncia ao contínuo exercício do consulado<sup>25</sup>, retendo o *imperium* que se lhe outorgara sobre as províncias imperiais, acrescido de poderes especiais. Com efeito, o *imperium* proconsular, isto é, que magistrados exerciam nas províncias, era limitado temporalmente e cessava quando se cruzava o *pomoerium*, os limites da cidade de Roma. Augusto, contudo, recebeu um *imperium maius*, *i.e.* superior ao dos demais governadores e ilimitado no tempo e no espaço, de modo a que pudesse ser exercido mesmo em Roma<sup>26</sup>. Além disso, recebeu, em regime perpétuo, a totalidade dos poderes tribunícios, completando um processo que se iniciara em 36. Com o *imperium maius* e o poder tribunício, Augusto tinha de volta, *de facto*, o conjunto dos poderes consulares de que abdicara, *de iure*<sup>27</sup>. A partir de 19, Augusto recebe o poder de designar os cônsules e tem o direito de usar por toda sua vida as insígnias consulares, *i.e.*, a *sella curulis* e as *fasces* conduzidas por doze *lictors*<sup>28</sup>, o que o identificava externamente, perante o povo, com o consulado. Com isso, enfraqueceu-se definitivamente a instituição desta magistratura, a maior da República.

Paralelamente, símbolos religiosos serviram para fortalecer a imagem sobre-humana do *princeps* junto ao povo. Já logo depois da vitória sobre Marco Antônio, o nome do então Otaviano foi incluído em todas as orações públicas da religião oficial, bem como o dia de seu aniversário e o da batalha de Áccio foram declarados feriados. Nasce então o hábito de se oferecerem sacrifícios, mesmo em âmbito privado, ao *genius Augusti*. Em 12 a.C., com a

<sup>24</sup> GRIMAL, 1993, p. 70, 1

<sup>25</sup> Uma lei da República proibia que o consulado fosse repetido pelo mesmo magistrado no ano subsequente. Augusto, entretanto, até este ponto, exercera sucessivamente vários mandatos como cônsul, o que mostra a subversão das regras republicanas sob a aparência de continuidade das instituições.

<sup>26</sup> PIGANIOL, 1954, p. 217

<sup>27</sup> PETIT, 1974, p. 22

<sup>28</sup> ECK, 2007, p. 69

morte de Lépido, Augusto é eleito *pontifex maximus*, isto é, o principal intermediário entre o povo romano e os deuses. Nesta qualidade e por força do cargo, associa-se à ordem das vestais, fazendo-se co-responsável pela guarda da chama sagrada e, daí, pela proteção de Roma propriamente dita. O título de *pater patriae*, com que foi aclamado em 5 a.C., representa o apogeu deste movimento simbólico que elevou Augusto à posição de responsável pelos destinos da nação romana. Com isso, atinge a posição de segundo fundador de Roma, um sucessor de Rômulo, e “*uma espécie de patrono, o benfeitor protetor (deus nobis haec otia fecit, Virgílio) dos romanos, transformados em seus clientes, em troca da fidelidade exprimida já em 32. a. C. pelo juramento a ele prestado pela Itália*”<sup>29</sup>.

Tal foi, em linhas gerais, o desenrolar do processo pelo qual Otaviano, um dos *principes ciuitatis*, afirmou-se como Augusto, o *princeps*. Se a República já havia conhecido anteriormente vários *principes* – a exemplo dos Cornélios Cipiões, dos Emílios e dos Semprônios, que haviam polarizado os interesses de grandes parcelas da população – com Augusto, pela primeira vez, houve o primado indisputado e sem paralelos de um só *princeps*, contando com a chancela do Senado, dos cavaleiros e do povo. O fundamento de sua posição social dominante, de acordo com Alföldy, residia em três fatores: poder, prestígio e riqueza<sup>30</sup>.

O poder do *princeps* – seu *imperium*, na formulação constitucional tradicional – era um aglomerado de competências típicas de várias magistraturas republicanas, o que o tornava ilimitado, à medida que nenhum outro magistrado poderia se contrapor a ele. Era um *tribunus plebis*, pois tinha imunidade pessoal e podia obstar os atos de qualquer outro magistrado. Era um *ensor*, já que controlava os mecanismos de acesso dos *homines noui* às ordens superiores; com isso, criava novos senadores, naturalmente fiéis ao principado, bem como destituía cidadãos dos quadros do Senado. Era um cônsul, pois tinha o poder executivo, presidia o Senado e comandava as eleições. Além disso, era um pro-cônsul, detendo o poder sobre as províncias, o que lhe conferia um poderio militar perene, já que a imensa maioria das legiões estava aquartelada nas *provinciae imperiales*<sup>31</sup>.

Além do poder, o *princeps* tinha prestígio, isto é, “*podia apelar para a sua auctoritas pessoal, a qual, segundo Augusto, lhe conferia, por si só, a superioridade sobre todos os homens, pois o imperador era a encarnação ideal de todas as antigas virtudes romanas*”<sup>32</sup>. Eram estas virtudes, aliás, que o Senado, em 27 a. C., resolveu inscrever no escudo honorífico

<sup>29</sup> PETIT, 1995, p. 251

<sup>30</sup> ALFÖLDY, 1989, p.

<sup>31</sup> ROSTOVITZEFF, 1961, p. 170

<sup>32</sup> ALFÖLDY, 1989, p. 116.

(o *clipeus uirtutis*) dedicado ao *princeps*, a saber: *uirtus*, *clementia*, *iustitia* e *pietas*<sup>33</sup>. Poder-se-ia afirmar até mesmo que a *auctoritas* de Augusto provinha (ou antes, era explicitada por) desse mesmo título, já que em ambos está presente a raiz *aug-* (donde *augere*, aumentar). Quer dizer, cada ato do príncipe era dotado desse poder simbólico de majoração, que o fazia superior em eficácia aos dos demais magistrados.

Por fim, o *princeps* apoiava sua hegemonia no poder econômico. Sua fortuna, baseada em propriedades rurais, minas e oficinas, fazia dele o homem mais rico de todo o império<sup>34</sup>. Seu patrimônio crescia constantemente pelos legados dos cidadãos mais ricos, que lhe entregavam parte da fortuna como forma de fortalecer seus títulos de propriedade<sup>35</sup>. Além disso, o Egito era, segundo alguns historiadores, propriedade privada de Augusto, continuando a tradição helenística pela qual os reis ptolomaicos eram os proprietários da terra<sup>36</sup>. Isso lhe permitia comprar o favor das tropas e, sobretudo, a fidelidade dos pretorianos, a guarda pessoal do imperador. Além das benesses concedidas aos soldados, o *princeps* usava suas imensas fortunas para manter os espaços públicos de Roma, para construir novos edifícios, como templos, termas e circos, e mesmo para oferecer diversões à plebe<sup>37</sup>. Esta, numerosa população urbana, se habituara a receber porções de cereais às expensas de Augusto, que, desde 22 a. C., assumira responsabilidade pela distribuição de alimento à capital – a *cura annonae*<sup>38</sup>.

O engenho de Augusto se revelou não só pela paulatina e cautelosa constituição de um novo sistema político, mas também pelos expedientes empregados em sua perpetuação. De fato, a sucessão do poder imperial não poderia ser resolvida por uma mera disposição legal, visto que o principado romano não era uma monarquia, em que o princípio da hereditariedade por si só resolveria a questão. Assim, era necessário que o próximo *princeps* recebesse o *imperium maius* e todos os demais poderes que nele se concentravam diretamente do Senado e do povo romano, representado pelos comícios. Qualquer instrumento que, sobrepondo-se ao poder do Senado e do povo, determinasse um sucessor natural na linha dinástica, evidenciaria o caráter despótico do sistema, que, por isso mesmo, perderia legitimidade. Era necessário ser, portanto, tão sutil no trato da sucessão do poder imperial quanto Augusto fora na aquisição e consolidação deste poder.

---

<sup>33</sup> PETIT, 1995, p. 261

<sup>34</sup> ALFÖLDY, 1989, p.116; ROSTOVTZEFF, 1961, p. 172.

<sup>35</sup> ROSTOVTZEFF, 1961, p. 173

<sup>36</sup> ROSTOVTZEFF, 1961, p. 172.

<sup>37</sup> SCHEID, 2005, p.31

<sup>38</sup> ECK, 2007, p. 67

Tácito se refere a alguns meios empregados por Augusto para assegurar que o principado continuasse em sua família. A falta de um filho varão fez com que ele voltasse seus favores para o sobrinho Marcelo, o genro e amigo Agripa, os netos Caio e Lúcio e os enteados Druso e Tibério. A todos estes o imperador sobreviveu, com exceção de Tibério, filho de sua esposa Lúvia e, justamente, sua última opção. Como forma de aumentar a *auctoritas* de cada um dos presumíveis herdeiros, recebiam estes vários títulos e magistraturas: Marcelo foi cônsul dez anos antes da idade legal; Agripa foi cônsul diversas vezes, além de ter recebido o poder tribunício e o poder proconsular; Caio e Lúcio, titulares do epíteto de *principes iuuentutis*, foram adotados por Augusto e, por isso, chamados Césares, além de terem sido cônsules cinco anos antes da idade legal; Tibério foi cônsul e recebeu o poder tribunício, tendo sido obrigado a adotar seu sobrinho Germânico, ainda que tivesse um filho varão<sup>39</sup>. Essas honrarias configuravam, assim, os preparativos para a transmissão do poder, procedimento que se baseava, em princípio, na adoção do sucessor e na atribuição de “*magistraturas e poderes excepcionais ao escolhido*”<sup>40</sup>. Tal mecanismo consagrou a sucessão doméstica do poder por todo o alto império, até o início do século III d.C., de maneira a permitir a formação de famílias dinásticas, de onde se originavam os governantes. Assim, cada futuro *princeps* era, antes de chegar ao poder, dotado de uma *auctoritas* superior a dos demais e que se ligava à *nobilitas* e às *uirtutes* de sua família<sup>41</sup>. O sistema funcionou tão bem que, de acordo com Scheid, “*as diversas dinastias foram todas postas em questão, mas a instituição da família imperial jamais. Ela tornou-se progressivamente como que uma instituição do povo romano.*”<sup>42</sup>

Mas se o que se disse no parágrafo precedente se refere à *auctoritas* (ou ao prestígio, na formulação de Alföldy), pressuposto intrínseco do poder do *princeps*, mister se fazia um procedimento legal de investidura, por meio do qual este pudesse receber os poderes constitucionais característicos do cargo de governante. Dada a natureza plural dos poderes deste, expressão ideológica da união de todas as *ordines* da sociedade romana, a sua investidura se afigurava complexa. Primeiramente, deveria o *princeps* ser aclamado pelos soldados como *imperator*, antigo título republicano com que se distinguiam os generais vitoriosos na guerra. Ato contínuo, o Senado deveria secundar a aclamação das tropas e atribuir oficialmente o título *imperator*, convocando imediatamente os comícios para conceder ao *princeps* o *imperium maius* proconsular, o *poder tribunício* e outros privilégios

<sup>39</sup> PETIT, 1995, p. 265

<sup>40</sup> SCHEID, 2005, p. 26

<sup>41</sup> SCHEID, 2005, p. 27

<sup>42</sup> SCHEID, 2005, p. 29

que remontavam a Augusto. Poderia, ainda, na mesma ocasião, ser feito *consul* e *pontifex maximus*, bem como receber títulos honoríficos variados, como *pater patriae*<sup>43</sup>. Todos esses atos específicos, com o desenvolvimento da instituição do principado, foram sendo condensados no tempo, de maneira que a investidura poderia acontecer no espaço do *trinundinum*, i.e., em vinte e três dias, intervalo necessário para a aprovação comicial dos *senatusconsulta*. Por este termo genérico, indicava-se a resolução do Senado que atribuía, em geral de uma só feita, todos os poderes acima mencionados ao herdeiro do trono imperial, aclamado *imperator* pelo exército<sup>44</sup>.

Ao longo da dinastia júlio-claudiana, objeto primeiro dos *Annales*, cada *princeps* era alçado ao cargo de governante, forte na *auctoritas* familiar. Todos eram aparentados ao *diuus* Augusto (e, por meio deste, a César) e compartilhavam a antiga *nobilitas* da *gens* Cláudia. Ao final do governo de Nero, uma rebelião das tropas estacionadas na Gália deu ao Senado, insatisfeito com os rumos do governo, a ocasião para urdir um golpe, que culminou com o assassinato do *princeps* e com a aclamação do rebelde Galba, governador da Hispânia Tarraconense, como o novo *imperator* pelos pretorianos de Roma em 68. Com o fim dos júlio-claudianos, tinha início uma crise dinástica só resolvida no ano seguinte, quando as tropas da porção oriental do império impuseram seu general Vespasiano como o novo *princeps*, após três imperadores se terem sucedido no intervalo de apenas um ano<sup>45</sup>.

Vespasiano era sabino e não tinha ligação alguma com a antiga nobreza romana. Sua *auctoritas* era, portanto, calcada nos seus próprio talentos e não, como seus antecessores, na família de Augusto. Havia posto um fim às disputas de poder e restabeleceu o principado com uma concentração ainda maior de poder, como o demonstra a *lex de imperio Vespasiani*. Ao considerar o dia de investidura como aquele que em que fora aclamado *imperator* por suas tropas na Síria, enfraqueceu as prerrogativas senatoriais no procedimento de sucessão. Além disso, destinou inequivocamente como seus sucessores seus filhos Tito e Domiciano, que passaram a se alternar como cônsules, criando um monopólio da família imperial na função consular. A partir destes, ditos flavianos como referência ao nome de sua família, fomentou-se o culto divino à pessoa dos *principes*. Com Domiciano, último flaviano, o equilíbrio de forças políticas se rompeu, acirrando-se as feições autocráticas de um regime que teria fim com um novo golpe, a exemplo do que vitimara Nero, cerca de trinta anos antes. Deste tempo,

---

<sup>43</sup> Idem, p. 23-4

<sup>44</sup> Vide *ultra*, 4.2, no processo de investidura de Nero. (Tac. *Ann.* XII, 69)

<sup>45</sup> O ano de 69 ficou conhecido como “o ano dos quatro imperadores”.



o *ultimum in seruitute* (o cúmulo da servidão), Tácito dá um testemunho, embora à distância (*legimus*), na biografia de seu sogro, Agrícola:

Legimus, cum Aruleno Rustico Paetus Thrasea, Herennio Senecioni Priscus Heluidius laudati essent, capitale fuisse, neque in ipsos modo auctores, sed in libros quoque eorum saevitum, delegato triumviris ministerio ut monumenta clarissimorum ingeniorum in comitio ac foro urerentur. Scilicet illo igne uocem populi Romani et libertatem senatus et conscientiam generis humani aboleri arbitrabantur, expulsis insuper sapientiae professoribus atque omni bona arte in exilium acta, ne quid usquam honestum occurreret. Dedimus profecto grande patientiae documentum; et sicut uetus aetas uidit quid ultimum in libertate esset, ita nos quid in seruitute, adempto per inquisitiones etiam loquendi audiendique commercio. Memoriam quoque ipsam cum uoce perdidissemus, si tam in nostra potestate esset obliuisci quam tacere.<sup>46</sup>

Nós temos lido que foram condenados à morte Aruleno Rústico e Herênio Senecião, por terem louvado Peto Trásea e Prisco Helvídio respectivamente. E foram objetos de raiva não só os autores, mas também os livros destes, já que se delegou a triúnviros o encargo de queimar, no comício, em pleno foro, os monumentos literários desses nobilíssimos talentos. Julgavam, sem dúvida, destruir por aquele fogo a voz do povo romano, a liberdade do Senado e a consciência do gênero humano. Foram expulsos, como se não bastasse, os professores de filosofia e toda boa arte foi mandada ao exílio para que nada de honesto pudesse resistir em alguma parte. Demos certamente um grande exemplo de submissão e assim como os tempos antigos testemunharam o cúmulo da liberdade, nós tesmemunhamos o cúmulo da servidão, tendo sido tolhida, pelos espiões, mesmo a troca de ideias. Oxalá tivéssemos perdido a nossa própria lembrança junto com a voz, se esquecer estivesse em nosso poder, assim como calar.

Agastado pelos excessos dos flavianos, que haviam se afastado das constituições augustanas do principado ao definir a hereditariedade como critério absoluto de sucessão, o Senado escolheu o próximo *princeps* nas suas próprias fileiras: era Cocceio Nerva, senador de setenta anos de idade e sem filhos. Ele origina uma nova linha sucessória imperial, denominada posteriormente, em homenagem a Antonino Pio, dinastia antonina, a mais festejada pelos historiadores pela capacidade política e administrativa de seus imperadores. Sobre Nerva e o início da dinastia antonina, Tácito demonstra otimismo, no *Vita Agricolae*, embora reconheça que a herança do despotismo de Domiciano haveria de ser difícil de se apagar.

Nunc demum redit animus; et quamquam primo statim beatissimi saeculi ortu Nerua Caesar res olim dissociabilis miscuerit, principatum ac libertatem, augeatque cotidie felicitatem temporum Nerua Traianus, nec

---

<sup>46</sup> Tac. Agr. 2

spem modo ac uotum securitas publica, sed ipsius uoti fiduciam ac robur adsumpserit, natura tamen infirmitatis humanae tardiora sunt remedia quam mala; et ut corpora nostra lente augescunt, cito extinguuntur, sic ingenia studiaque oppresseris facilius quam reuocaueris: subit quippe etiam ipsius inertiae dulcedo, et inuisa primo desidia postremo amatur.<sup>47</sup>

Agora volta finalmente a coragem. E ainda que, logo no início desta época muito afortunada, o imperador Nerva tenha associado conceitos outrora irreconciliáveis, como o principado e a liberdade; ainda que Nerva Trajano aumente a cada dia a felicidade destes tempos; e ainda que a segurança dos cidadãos represente não só uma esperança ou um desejo, mas a confiança e a certeza deste desejo, apesar de tudo isso, contudo, pela natureza da fragilidade humana, os remédios são mais lentos do que as doenças. E, assim como nossos corpos crescem lentamente mas morrem com rapidez, da mesma maneira é mais fácil oprimir os talentos e suas obras do que chamá-los de volta. Com efeito, a doçura mesma da inércia contamina e a preguiça, inicialmente odiada, ao final é amada.

No seu breve governo de dois anos, de 96 a 98, Nerva fortaleceu as prerrogativas do Senado e escolheu como seu sucessor o experiente Trajano, legado na Germânia Superior e comandante da maior força militar do império. A ele foram concedidos os inequívocos e já convencionais indícios do favor imperial, como o *imperium maius*, o poder tribunício, o consulado e, por fim, a adoção por Nerva e o título de *Caesar*. O principado de Trajano foi marcado pelo respeito ao Senado e por uma forte atuação militar, com a anexação de vastas extensões territoriais ao Império Romano. Após se bater com os partos, morre na Cilícia, em 117, sem haver designado claramente um herdeiro. Adriano, seu sobrinho-neto, havia sido criado por Trajano e, pela proximidade, galgara as posições de governador da Panônia, cônsul *suffectus* em 108 e governador da Síria, cargo que ocupava quando foi aclamado *imperator* pelas tropas. Com a morte de Trajano, as tropas deste passaram naturalmente ao comando de Adriano, que teria sido adotado no leito de morte pelo antecessor, conforme o testemunho de sua viúva Plotina. Em virtude destas circunstâncias, rumores de fraude na sucessão, começaram a circular<sup>48</sup>. O Senado, contudo, confirmou aclamação das legiões do Oriente e Adriano sucedeu a Trajano como *princeps* e seu governo, que começou com a eliminação de possíveis generais rivais, foi marcado por um distanciamento do Senado. Sobre Adriano, o seguinte trecho de Petit merece destaque:

Adriano é a mais rica personalidade de seu século, com seus dons múltiplos e seu caráter complexo e mesmo inquietante. Laborioso e imbuído dos deveres de seu cargo, capaz de cometer crueldades por razão de Estado, é

---

<sup>47</sup> Tac. Agr. 3

<sup>48</sup> GRIMAL, 1993, p. 122

também um intelectual, um filósofo – e a barba crescida revela sua conversão à filosofia –, um artista mesmo, com algo de esteta e de diletante, romântico às vezes, um amador, distinguido em todas as sortes de disciplinas, letras, ciências e artes, de uma infinita curiosidade de espírito, grande viajante e, sobretudo, profundamente helenizado. Em suma, desde Nero, o menos romano dos imperadores, o mais original, o mais atraente.<sup>49</sup>

Tácito, senador sob o principado de Adriano, escreve os *Annales*, que tratam de uma dinastia já sem parentesco algum com os antoninos. Entretanto, ao expor os sucessos dos júlio-claudianos, o historiador tem sua atenção absorvida pelos problemas do seu próprio tempo, como a relação entre Senado e *princeps*, procedimento sucessório, liberdade dos cidadãos ante o poder imperial.

## 2.2 O SENADOR-HISTORIADOR

Os detalhes da vida de Tácito são, definitivamente, muito menos conhecidos do que suas ideias, que hoje, quase dois milênios depois de sua morte, perduram nas suas obras. Esta, aliás, é a sorte de muitos escritores antigos, cujas biografias lacunosas são, não raro, objeto de discussão entre os estudiosos. Assim, de Cornelius Tacitus não se pode afirmar nem o *praenomen*<sup>50</sup> e nem o lugar ou data de nascimento e morte, informações irremediavelmente perdidas pelo tempo e que só se podem inferir pelas poucas certezas de que se dispõe. Algumas destas são fornecidas pelo próprio autor, outras pelo amigo Plínio, o Jovem, e uma outra pelo tio deste, Plínio, o Velho.

Assim, na *Naturalis Historia*, Plínio, o Velho, comenta um fenômeno de envelhecimento precoce que acometeu “o filho de Cornélio Tácito, cavaleiro romano, que era procurador financeiro da Gália Belga”<sup>51</sup>. Visto que a referida obra é de 77, parece certo supor que o *eques* em questão seja o pai ou tio de Tácito. Isso reforça a tese de que a amizade entre Tácito e Plínio, o Jovem, tinha origem em uma ligação entre as duas famílias, ambas equestres, que fora iniciada na *prouincia*, na geração anterior<sup>52</sup>.

O lugar de nascimento é amplamente discutido. Alguns, rejeitando a tese de que o Cornélio Tácito citado por Plínio, o Velho, seja parente do historiador, acreditam que este é

---

<sup>49</sup> PETIT, 1974, p. 170

<sup>50</sup> Não se sabe seu *praenomen*, que seria Gaius segundo Sidônio Apolinário, ou Publius, como consta do *Codex Mediceus*.

<sup>51</sup> Plin. V. Nat. Hist. VII, 76

<sup>52</sup> SYME, 1958, p. 60

itálico, romano de nascimento, ou mesmo proveniente de velha família aristocrática<sup>53</sup>. Outros sugerem que tem origem gaulesa, quer tenha nascido na Gália Cisalpina, quer na Gália Narbonense<sup>54</sup>. Em socorro desta hipótese, há o casamento de Tácito com a filha de um notável senador consular desta província, Júlio Agrícola<sup>55</sup>, em honra de quem escreve uma biografia, o *De Vita Iulii Agricolae*. Além disso, estudos sobre a distribuição do *cognomen* Tacitus parecem apontar para essa região como o mais provável lugar de nascimento do autor<sup>56</sup>.

A maioria dos estudiosos modernos situa seu nascimento em meados da década de 50 do século I d.C. Fazem-no, tomando por base uma passagem de Plínio, o Jovem, amigo pessoal de autor, a quem dirige uma carta, e, expressando sua admiração, diz que era ainda jovem quando o segundo já tinha fama e glória<sup>57</sup>. Como Plínio nasceu em 61 ou 62, alguns apontam 55 ou 56 como possíveis anos de nascimento de Tácito. Temos outra informação, ainda mais precisa e trazida pelo próprio historiador, bem no prefácio das *Historiae*:

Dignitatem nostram a Vespasiano inchoatam, a Tito auctam, a Domitiano longius prouectam non abnuerim.<sup>58</sup>

Não nego que nossa carreira foi iniciada por Vespasiano, cresceu com Tito e Domiciano a fez avançar mais.

Daí se extrai que, tendo entrado no Senado sob Vespasiano, Tácito teria sido designado questor por Tito e, posteriormente, teria chegado a pretor sob Domiciano. A última honraria é atestada por outra passagem<sup>59</sup> de Tácito, em que diz que era pretor no ano em que foram celebrados os *Ludi Saeculares* por Domiciano, ou seja, em 89. Nesta mesma passagem, afirma que era também sacerdote do colégio dos *quindecimviri*, que tinha a custódia sobre os livros sibilinos e outros documentos antigos.

No ano seguinte, Tácito deixa Roma, retornando quatro anos depois, como se infere de uma passagem de *Agricola*, em que lamenta não ter estado em Roma para acompanhar o sogro em seu leito de morte. Não se sabe se, durante esse período, Tácito tenha ocupado uma função militar ou civil. Em 97, já no principado de Nerva, é feito *consul suffectus*<sup>60</sup> e no ano

<sup>53</sup> SYME, 1958, p. 797. É o parecer de Ciaceri (1945, p. 7), que Tácito nascera na Península Itálica, apesar de não se poder afirmar se era romano.

<sup>54</sup> SYME, 1958, p. 798 e PARATORE, 1951, p. 44-51. Este último, após apresentar as três hipóteses principais – origem romana, itálica ou gaulesa –, filia-se à última.

<sup>55</sup> Tac. Agr. 9

<sup>56</sup> SYME, 1958, p. 798

<sup>57</sup> Plin. Ep. VII, 20.

<sup>58</sup> Tac. Hist. I, 1, 3

<sup>59</sup> Tac. Ann. 11, 11.

<sup>60</sup> Plin. Ep. 2, 1

100 é encarregado pelo Senado de fazer a acusação de Mário Prisco, em um processo por má administração provincial. Em 108, Tácito é designado procônsul da Ásia<sup>61</sup>, chegando ao fim sua carreira política. A data de sua morte é ainda menos certa do que o de seu nascimento. Para alguns<sup>62</sup>, morreu no início do principado de Adriano, pouco depois da publicação dos *Annales*.

Essas informações, conquanto escassas e, em parte, discutíveis, são suficientes para se traçar o enquadramento social de nosso autor. Sua família era da nobreza provincial e, se o Cornélio Tácito citado por Plínio for mesmo seu parente, muito provavelmente pertencia ela à ordem equestre. Ele próprio era um senador romano, o primeiro de sua família, que seguiu todos os passos do *cursus honorum*, até atingir a categoria de *consularis* (i.e. ex-cônsul), com um cargo à altura de sua dignidade: procônsul na Ásia, que, ao lado da África, figurava como o máximo a que poderia almejar um membro do Senado<sup>63</sup>.

Tácito é, portanto, desde antes de receber a dignidade senatorial, um *honestior*, de acordo com a formulação legal vigente a partir de meados do século II d. C., que dividia a sociedade romana imperial entre *honestiores*, de um lado, e *humiliores*, de outro. Esta ficção legal, com vista a garantir ao primeiro grupo um tratamento jurídico especial que o deixasse a salvo das penas consideradas infames<sup>64</sup>, retrata uma sociedade de natureza binária, marcada por uma clara distinção, jurídica, social e econômica, entre a camada inferior e a superior. A designação agrupava o *ordo senatorius*, o *ordo equester* e o *ordo decurionum*, composta esta última pelas elites urbanas das cidades romanizadas de todo o império. Entre os *humiliores*, camada ainda mais heterogênea do que a precedente, contavam-se os *ingenui*, nascidos livres, os *liberti*, pessoas livres nascidas na escravidão, e os *serui*, escravos<sup>65</sup>.

Essa forma de organização do Alto Império não era inovadora em relação à antiga ordem republicana. Ao contrário, o principado representa, na expressão de Alföldy, o apogeu da evolução social romana:

Estas condicionantes permitem-nos conhecer melhor em que medida se pode considerar o Alto Império como o apogeu da evolução social romana: o modelo de camadas e ordens muito diferenciadas da sociedade romana, que se constituía após a segunda guerra púnica e nos finais da República,

---

<sup>61</sup> SYME, 1958, p. 74

<sup>62</sup> MICHEL, 1966, p. 81.

<sup>63</sup> SYME, 1958, p. 72.

<sup>64</sup> No direito penal romano, as penas variavam não somente conforme a natureza do crime, mas também conforme o *status* do condenado. Assim, a mesma infração poderia ser punida com trabalhos forçados, se o réu fosse um mero liberto, ou com o exílio, caso se tratasse de um senador. Da mesma forma, o uso da tortura como meio de confissão do condenado ou de testemunhas só era permitido aos *humiliores*.

<sup>65</sup> ALFÖLDY, 1989, p. 121-156

não foi substituído, na época que vai do reinado de Augusto até meados do século II d.C., por uma organização social verdadeiramente nova. Pelo contrário, só nesta época atingiu a sua forma “clássica”, por um lado através de uma modificação vertical no enquadramento político do Império, ou seja, com a sua transformação numa hierarquia bem definida e, por outro, através da sua evolução horizontal, ou seja, o seu alargamento à população de todo o Império.<sup>66</sup>

E Tácito é um exemplo dessa tese, visto que ele mesmo é um provincial que se insere na organização social romana, a tal ponto de desempenhar as funções públicas (*honores*) que, na alta República, eram circunscritas à Urbe e à sua nobreza. Sua ascensão às primeiras fileiras políticas do Império é o indício da integração dos provinciais, que ocorreu como consequência da urbanização das províncias, levadas a cabo pelos veteranos das *legiones*, e da concessão de cidadania romana a pessoas notáveis e a suas famílias. Tal processo, fortemente acelerado pelos flavianos, culminou com a *Constitutio Antoniniana* de Caracala, que concedeu a cidadania a todos os cidadãos livres do Império<sup>67</sup>.

Embora os dois grupos – *honestiores* e *humiliores* – apresentassem uma composição profundamente variada, a separação entre ambas era nítida, de maneira que um cidadão só poderia ser considerado *honestior* se cumprisse quatro requisitos: ser rico, desempenhar cargos públicos relevantes (e daí, exercer o poder), ter prestígio social e ser membro de um *ordo*, ou seja, ser de família senatorial, equestre ou de decuriões. O exemplo típico era dos ricos libertos imperiais, que, sob alguns *principes*, como Cláudio e Nero, desempenhavam funções capitais na administração imperial e, no entanto, não logravam romper a barreira do estatuto *humilior*. Isso, aliás, explica a antipatia de Tácito pelos os libertos imperiais: estes, com efeito, ao ocuparem cargos de alta influência na corte, usurpavam um apanágio dos senadores e cavaleiros.

As camadas superiores dividiam-se, como já examinado, em grupos sociais dotados de um estatuto cívico próprio, aos que chamo pelo nome latino de *ordines* para não utilizar conceitos modernos, como “classe social”. Com efeito, o conceito de classe social não se ajusta ao de *ordo*, já que a primeira indica uma relação com o processo produtivo, enquanto o *ordo* reflete uma divisão determinada pelo Estado a partir do critério censitário. Assim, para o *ordo senatorius*, o censo mínimo fixado por Augusto era um milhão de sertércios e para o *ordo equester*, quatrocentos mil.

O *ordo equester* era composta de cidadãos romanos de nascimento livre, cujos pais e avós também fossem *ingenui*. Por seu estatuto, distinguiam-se pelo uso de um anel de ouro

---

<sup>66</sup> ALFöldY, 1989, p. 111

<sup>67</sup> ALFöldY, 1989, p. 120

na mão esquerda e pela *tunica angusticlavia*, uma túnica marcada por uma faixa púrpura estreita no seu comprimento. Além disso, detinham o título de *equus romanus* e tinham o direito de se sentarem nas fileiras logo após os senadores no teatro. De acordo com Scheid<sup>68</sup>, a dignidade equestre sob o Alto Império não era hereditária, pois a entrada na ordem equestre era uma decisão que competia ao *princeps*, que, por meio da *adlectio*, uma das prerrogativas do *ensor*, nomeava um cidadão para a ordem, inscrevendo-o numa lista oficial. Apesar disso, salvo se tivesse comportamento indigno ou se a família se empobrecesse, o filho de um *equus romanus* tinha a expectativa de integrar esta ordem. Calcula-se um total de cerca de vinte mil cavaleiros na dinastia júlio-claudiana, cifra que tendia a subir no período subsequente, sobretudo com Vespasiano, que nomeou grande número de *equites*<sup>69</sup>. Ordem grandemente heterogênea e espalhada por todo o território do Império, agrupava cidadãos muito diferentes entre si pela fortuna, carreira ou papel social<sup>70</sup>. A maior parte deles, membros de uma nobreza local, fazia uma carreira circunscrita à sua cidade. Somente uma minoria exercia um cargo na estrutura do Império e somente cerca de cem cavaleiros eram altos funcionários imperiais no tempo de Tácito – eram os *praefecti* e os *procuratores*, em sua maioria, oriundos da aristocracia municipal<sup>71</sup>. Eram geralmente estes, os que se destacavam como funcionários imperiais, que tinham maiores chances de ascensão à ordem senatorial, fosse por eles mesmos ou por seus filhos. Esse foi, aparentemente, o percurso da família dos Cornélii Taciti, que, da pequena nobreza municipal da província, chegaram ao Senado romano. Era a maneira mais frequente de *adlectio* ao *ordo* aristocrático superior: um filho de um cavaleiro alto funcionário tinha mais chances de entrar no Senado do que seu pai<sup>72</sup>.

O *ordo senatorius*, diversamente do *equester*, era hereditário e composto, no Alto Império, por seiscentos senadores, suas esposas e seus descendentes varões até a terceira geração. Embora exercer o cargo de *senator* levasse *ipso facto* ao ingresso no *ordo*, o contrário não era verdadeiro, já que, por exemplo, um filho de senador só se tornaria senador se fosse eleito *quaestor*<sup>73</sup>. Os homens da ordem tinham direito de usar a *tunica laticlavia*, quer dizer, marcada por uma faixa púrpura mais larga do que a dos cavaleiros. Tinham reservados os primeiros lugares nos espetáculos e eram isentos de impostos nas cidades de origem. Eram impedidos de se casar com libertas, atrizes ou filhas de atores.

---

<sup>68</sup> SCHEID, 2005, p. 305

<sup>69</sup> Suet. Vesp. 9, 2

<sup>70</sup> SCHEID, 2005, p. 336

<sup>71</sup> SCHEID, 2005, 354

<sup>72</sup> SCHEID, 2005, 358

<sup>73</sup> Isso se refere ao Alto Império, quando ser eleito *quaestor* implicava o ingresso no Senado. Cf SCHEID, 2005, p. 304

A composição da ordem senatorial mudou radicalmente do fim da República até o Alto Império. Muitas famílias senatoriais tradicionais foram, no século I a. C., extintas pelas guerras civis, pelas proscricções ou pela infecundidade. As que sobreviveram ao fim da República, desapareceram no início do principado, sobretudo no governo de Tibério e na crise que se seguiu à morte de Nero. Dessa maneira, o Senado foi gradualmente renovado pelo afluxo dos cavaleiros, fossem estes romanos, itálicos ou provinciais. Essa renovação, entretanto, não fez com que o Senado perdesse seus valores e se descaracterizasse como grupo. Isso se explica pelo fato de que “*as promoções jamais foram tão massivas a ponto de levar a uma ruptura, e os homens noui aderiam aos valores e às tradições do Senado, como o mostram os casos de Tácito e Plínio, o Jovem*”<sup>74</sup>. Isso é bem perceptível na visão política de Tácito, que se apega aos preconceitos e visões de poder dos senadores como se ele próprio fosse de família senatorial.

Ao principado e à sua concentração das decisões políticas e das competências constitucionais, contrariamente ao que se pode imaginar, não se seguiu uma redução significativa das atribuições administrativas do Senado. Assim, os senadores continuaram a exercer a maioria de suas funções tradicionais, ainda que estas fossem, na nova ordem política, redefinidas pelas relações com as novas competências do *princeps*. Em algumas situações, posto que formalmente inalterada a competência senatorial, seu conteúdo material sofria uma limitação prática quando era confrontada com a competência dos *Caesares*. Caso emblemático é o da gerência do tesouro: o Senado continuou a ter a competência financeira do Estado, já que era responsável pelo Templo de Saturno; entretanto, à proporção que o verdadeiro erário de Roma se identificava com o tesouro do imperador, cabia a este e a seus funcionários o controle das finanças. De forma análoga, a administração das províncias senatoriais continuou a caber ao Senado, embora o *princeps* pudesse interferir na gestão dos procônsules. Outro exemplo é a manutenção da ordem pública em Roma e na Itália, que, competência direta do Senado, passou a sofrer a concorrência de vários magistrados imperiais<sup>75</sup>.

Em outros setores, as atribuições dos senadores foram ampliadas e mesmo novas competências foram criadas, como forma de compensar o esvaziamento das assembleias populares. Deste modo, os senadores assumiram a tarefa, sobretudo a partir de Tibério, de zelar pelas eleições de magistrados, civis ou religiosos. Ainda mais relevante foi a ampliação do significado jurídico dos *senatusconsulta* que, sob a República precisavam do *imperium*

---

<sup>74</sup> SCHEID, 2005, p. 360

<sup>75</sup> SCHEID, 2005, p. 67-70



de um magistrado para se tornarem obrigatórios de forma geral, sob o principado passaram a ter força de lei. Paralelamente à nova competência legiferante, a Cúria assumiu uma competência judiciária típica das altas cortes: julgava crimes de lesa-majestade (*maiestas*), crimes de concussão dos governadores (*de repetundis*), casos de adultério ou calúnia envolvendo senadores e, de forma geral, causas de grande repercussão pública. A partir de Nerva, que representa o apogeu do poder do Senado na nova ordem imperial, os senadores passaram a ter a prerrogativa de só serem condenados a pena capital após um processo naquela casa.

A posição desse remodelado *ordo senatorius* sobre o principado pode, a partir do exposto, ser resumida nos termos seguintes: “*uma vez extintas as velhas famílias hegemônicas, as críticas visavam menos à nova distribuição de poderes do que às vexações a que eram submetidos (os senadores) no seio do novo regime*”<sup>76</sup>. Ou seja, a nova ordem política parecia estar à altura do desafio de governar um império tão extenso como o romano e, concorrentemente, promover o processo de romanização e integração dos provinciais<sup>77</sup>. E se é verdade que a aristocracia republicana, composta por um número reduzidíssimo de famílias senatoriais, perdeu poder político para a família do *princeps*, é igualmente verdade que, para a maioria dos senadores, a atuação pública permanece a mesma. As magistraturas continuavam a serem preenchidas, de forma a assegurar o exercício dos *honores* para si e para seus filhos e, com isso, perpetuar a *nobilitas* e a *auctoritas* de seu nome. Assim, no final do século I e início do século II de nossa era, uma imensa porcentagem de senadores devia seu ingresso na ordem a um dos *principes* e justamente a estabilidade social e política trazida pelo Império permitia-lhes uma carreira, mais ou menos brilhante, a depender dos pré-requisitos a que atendessem. Tácito, que percorreu o *cursus honorum* exatamente nessa época, ilustra essa complexa interdependência entre senadores e o *princeps*. Sua obra historiográfica deve ser lida, por conseguinte, levando em conta as peculiaridades do jogo de forças entre os ativos representantes de um colégio secular da Urbe e os novos governantes de todo o Império, resultado das guerras de expansão.

---

<sup>76</sup> SCHEID, 2005, 73.

<sup>77</sup> SYME, 2002, *passim*. A tese principal da obra é que as antigas instituições republicanas não davam conta de governar o novo Império.

### 3 *ANNALES*: ÉPOCA E NATUREZA

Os *Annales* podem ser lidos de várias formas. É essa, aliás, a característica da obra literária, a qual prova seu valor justamente por permitir diversas leituras<sup>1</sup>, cada uma delas representativa de um relacionamento específico do leitor com o texto. E, ainda além disso, cada leitor só se apropria racionalmente da obra, à proporção que dela se aproxima munido de certos pressupostos, sem o que o texto nada mais seria do que um conjunto vazio de enunciados. Assim, pode-se ler os *Annales* partindo do pressuposto de que se trata de uma obra realista, e não ficcional, pois o autor quer *tradere*, *i.e.*, transmitir (no sentido de relatar) os eventos dos principados de Augusto, de Tibério e dos demais, como afirma neste trecho:

Inde consilium mihi pauca de Augusto et extrema tradere. Mox Tiberii principatum et cetera, sine ira et studio, quorum causas procul habeo.<sup>2</sup>

Assim, meu projeto: relatar uma pequena parte (a parte final) do governo de Augusto. Então, o governo de Tibério, sem ódio nem favor, de cujas causas eu me mantenho distante.

Poderia o leitor, por uma perspectiva contrária, entender que Tácito é ficcionista e que sua obra, apesar de apresentar personagens e eventos reais, assemelha-se a um romance histórico no sentido moderno do termo, ou seja, “uma imagem artisticamente verossímil de uma determinada época”<sup>3</sup>. Esse entendimento poderia se basear na expressão dramática da obra, que, pela composição das personagens, pelo colorido da linguagem, pela vivacidade da narrativa, mais se aproximaria da ficção do que da história, como a conhecemos hoje. Tais artifícios se explicitam, por exemplo, pela atribuição de discursos em *oratio recta* às figuras históricas, o que equivale a tratá-las como personagens, a quem o autor atribui uma fala *ficta*, técnica que é demonstrada na passagem abaixo:

Et, nouissimo quoque momento suppeditante eloquentia, aduocatis scriptoribus, pleraque tradidit, quae, in uulgi edita eius uerbis, inuertere supersedeo.<sup>4</sup>

E já que, mesmo nos últimos momentos, sua eloquência restou a seu comando, ele chamou seus secretários e ditou um longo discurso, que foi

---

<sup>1</sup> ECO, 1976, *passim*.

<sup>2</sup> Tac. Ann. I, 1

<sup>3</sup> LUKACS, 1962, p. 19

<sup>4</sup> Tac. Ann. XV, 63, 3

divulgado ao povo por suas próprias palavras, o qual, portanto, eu me abstenho de modificar.

Tácito, ao narrar os últimos momentos da vida de Sêneca, prefere não incluir o discurso final do filósofo, que, como diz, já havia sido muito difundido. O que chama atenção é, entretanto, o uso do verbo *inuertere*, que explica o expediente do autor: Tácito “vertia” as falas das personagens para acomodá-las na narrativa. Assim, os discursos diretos (e, a *fortiori*, também os indiretos) dos *Annales* – bem como das outras obras históricas em geral – são criações do historiador, que não tem compromisso de reproduzir as palavras ou as expressões empregadas no momento de sua elocução, mas apenas de respeitar os temas tratados.

Poderia, ainda, um leitor mais informado, valendo-se de um pressuposto teórico, entender os *Annales* como uma obra pertencente a um *gênero* – um conjunto de obras reunidas por terem características semelhantes entre si<sup>5</sup>. Assim, o sentido da obra seria extraído de sua relação com outros textos do mesmo sistema, de maneira que alguns traços pudessem ser compreendidos como típicos deste e outros como uma peculiaridade do seu autor. Somente munido desse conhecimento prévio, o leitor poderá, por exemplo, compreender os discursos ficcionais das personagens históricas como um recurso utilizado pela historiografia antiga. Recurso, diga-se, dela tão característico como as explicações econômicas o são da historiografia atual, sobretudo em sua vertente marxista.

Outro ponto de partida é a articulação da obra com as demais obras literárias do seu tempo, o que levaria o leitor erudito a considerar que os *Annales* surgiram em uma determinada época dentro do *continuum* da literatura latina. Essa obra não é, assim, apenas uma reflexão sobre o seu tempo histórico (o que chamamos de *contexto*), mas também um diálogo com outras produções literárias daquele período, apresentando todas elas ideias, temas e tons assemelhados entre si. Conhecer o estilo literário de uma época e reconhecer as marcas que afloram, ubíquas, nas obras do período permite entender a extensão do gênio individual, a genialidade do artista.

A aparente contradição, nos termos como foi proposta acima, entre um Tácito historiador e um Tácito dramaturgo-ficcionista pode ser resolvida com auxílio das duas pressuposições teóricas apresentadas: o gênero literário e a época dos *Annales*, as duas “vias de interpretação” (*Interpretationszugänge*) da “obra considerada individualmente” (*Einzelwerk*), segundo Zimmermann:

---

<sup>5</sup> DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 98

A obra individualmente considerada deve ser encarada, de forma sistemática, como pertencente a um gênero literário (abordagem diacrônica) e explicada, historicamente, a partir de seu tempo (abordagem sincrônica).<sup>6</sup>

Esses instrumentos têm o condão de associar o texto em particular ao conjunto de textos reunidos por características sistemáticas que dizem respeito ao gênero literário, ou por traços de um estilo comum que remetem a uma determinada época na história literária.

### 3.1 O MANEIRISMO PÓS-CLÁSSICO

Abordar sincronicamente uma obra não é puramente estabelecer correlações entre esta e o período histórico em que ela se situa; como se, para se ler um poeta augustano, fosse suficiente entender os primeiros anos do Alto Império e a sua sociedade. Este conhecimento baseado no contexto histórico, posto que indispensável, não dá conta de explicar as características comuns da literatura augustana. Estas só podem ser estudadas como integrantes de um sistema, que, embora relacionado à ordem político-social, dela é distinto e tem vida autônoma – é o conceito de “época”, no sentido literário. Tomando isso por base, a literatura latina pode ser dividida por épocas que correspondam à história política de Roma, como literatura da República, literatura augustana, literatura imperial; ou que se liguem a conceitos da história da arte, como literatura arcaica, clássica, pós-clássica. Mesmo a filologia histórica oferece termos, como “período de ouro” e “período de prata”, para separar uma literatura tida como modelo de expressão linguística, de outra, encarada como uma degenerescência da anterior; méritos literários que se representam pela relação de valor entre metais preciosos. Todas essas divisões apresentam problemas, já que não se originam da própria história da literatura, mas sim de áreas relacionadas com o fenômeno literário. Assim, para Fuhrmann, uma periodização da literatura latina deveria partir do reconhecimento de uma *Epoche*, i.e., pela determinação de suas características intrínsecas e pelo estabelecimento de seus limites (termo inicial e final)<sup>7</sup>. Zimmermann insiste no caráter indutivo da periodização da literatura latina, esclarecendo que:

(...) tendo como base os testemunhos literários de que dispomos, devem ser identificadas e definidas as marcas típicas (*Epochenmerkmale*) que os textos

---

<sup>6</sup> RIEMER, 1998, p. 111

<sup>7</sup> FUHRMANN, 2005, p. 60

de um determinado intervalo temporal, inclusive ultrapassando os limites dos gêneros, apresentam em comum.<sup>8</sup>

As marcas típicas da época são características comuns, referentes a escolhas formais, estilísticas ou linguísticas, ou a uma preferência por certos temas, ou a uma visão de mundo. Tais índices apresentam-se associados a outros fenômenos, como a consciência de se pertencer a uma época, os círculos literários, um programa estético definido (seja explicitamente, como na forma de “manifestos” literários; seja de modo implícito, apenas intuído nas obras), resultando tudo isso numa queda dos paradigmas da época anterior<sup>9</sup>. É esta quebra de paradigmas, entendida como mudança de valores e de práticas literárias em relação a uma época imediatamente anterior, que sintetiza o sentido do conceito grego *epoche*, a significar ‘ruptura’. Entendida como tal, a época, ainda que possa ter seu ponto de partida em um evento histórico, desenvolve-se de forma autônoma, obedecendo a uma lógica interna ao *continuum* literário.

Tácito se insere na época pós-clássica, igualmente chamada de época imperial ou ‘época de prata’. Sobre a impropriedade desta última expressão, acrescente-se a quanto foi dito acima o fato de que autores e obras de elevado valor literário e de imensa recepção posterior têm valor em si mesmos e não devem ser definidos por um epíteto que revela uma depreciação frente ao clássico. É esse, certamente, o caso de Tácito, mas também o de Sêneca e de Quintiliano, para apenas mencionar três expoentes da época. Por outro lado, denominar a época de imperial, à medida que o termo representa a superposição de um conceito político à periodização literária, oferece o problema de separar os autores clássicos que escreveram sob Augusto, o primeiro imperador, dos demais autores clássicos tardo-republicanos, com os quais guardam mais semelhança. Em razão disso, preferimos uma periodização que, tomando o clássico como referência cronológica, reconhece uma época pré-clássica e outra pós-clássica, que vai da morte de Ovídio até meados do século III, pouco depois do fim do principado e início do *dominato*<sup>10</sup>.

A época clássica, que vai aproximadamente da morte de Lucílio (102 a.C.) até a morte de Ovídio (*circa* 17), é marcada, no âmbito literário, pela utilização dos modelos gregos (*exemplaria Graeca*) e pela tentativa de superá-los (*aemulatio*) e, no âmbito político-social, pelas guerras civis do fim da República e pelo processo de pacificação entabulado por Augusto. Já no pós-clássico, renunciado pela obra de Ovídio, impera a *Pax Romana* e as

<sup>8</sup> RIEMER, 1998, p. 112

<sup>9</sup> RIEMER, 1998, p. 112

<sup>10</sup> CONTE, 2008, *passim*. PARATORE, 1992, *passim*. SCHANZ; HOSIUS, 1980, *passim*.

instituições políticas, salvo em momentos episódicos de crise, são estáveis. Não há mais o conflito entre crise política e a tentativa de superá-la, o que, para Fuhrmann, instiga e mesmo torna possível o processo criativo dos autores clássicos. Os pós-clássicos, por outro lado, têm outros desafios (ou outros rivais) no campo literário, pois já não emulam os modelos gregos, mas sim seus próprios antecessores latinos. Donde o tom geral anticlassicista da primeira geração dos pós-clássicos, composta por Sêneca, Lucano e Petrônio – período cujo termo final coincide com o fim da dinastia júlio-claudiana, já que todos pereceram nos últimos anos do principado de Nero. Assim, esses novos escritores do Alto Império, tinham herdado da época precedente uma literatura rica, com língua, recursos estilísticos e gêneros<sup>11</sup> desenvolvidos. Logo, o desafio que estes novos autores se colocaram, tendo-se voltado para a obra de seus predecessores, era o de inová-la e experimentar novas possibilidades expressivas, não só quanto à forma, mas também quanto aos temas.

Essa tendência inovadora, segundo Fuhrmann<sup>12</sup>, perde tanto mais força quanto mais se afasta temporalmente do ponto de partida, de modo que a geração que se seguiu à de Sêneca, ao reagir contra o anticlássico, retorna ao clássico. Quintiliano, o teórico deste novo período, que corre da morte de Nero até o principado de Adriano, repudia o estilo “barroco” de Sêneca e se volta para Cícero como o grande modelo de prosa. No mesmo sentido, Tácito, autor desta segunda geração, afasta-se da elocução senequiana, demasiado coloquial e despretensiosa para o tema a que visava, e busca inspiração no clássico Salústio. A *grauitas* salustiana, que já fora definida por Sêneca como “pensamentos truncados, orações que terminam antes do esperado e uma brevidade obscura” (*amputatae sententiae et uerba ante expectatum cadentia et obscura breuitas*<sup>13</sup>), era agora revalorizada por Tácito, que utilizou a *inconcinnitas* de seu paradigma clássico associando-a a um *pathos* dramático<sup>14</sup>. Um passo mais radical rumo ao passado literário foi o traço distintivo da geração sucessiva, a terceira e última da época pós-clássica, marcada pelo interesse na literatura pré-clássica. Autores, como Aulo Gélcio e Frontão, compartilham o gosto pelo arcaico e o culto dos primeiros autores romanos.

A época pós-clássica – as suas três gerações: modernismo, maneirismo-classicismo e arcaísmo – desenvolveu-se, como dito, em um período histórico de paz e de prosperidade econômica. Entretanto é curioso que, no apogeu político-social do Império Romano, a literatura tenha deixado entrever um tom tão sombrio no que respeita à natureza humana, ao

<sup>11</sup> À exceção do romance, que surgiu no pós-clássico, com Petrônio. Infelizmente, a perda das fábulas milésias de Cornélio Sisena não nos permite avaliar como teria sido o predecessor do romance na época clássica.

<sup>12</sup> FUHRMANN, 2005, p. 71

<sup>13</sup> Sen. Ep. XIX, 114, 17

<sup>14</sup> Além de Salústio, outra influência clássica sobre Tácito é Virgílio. Este mais no campo lexical, entretanto.

Estado e à sociedade. E precisamente a historiografia capitaneava esse pessimismo, como ensina Furhmann:

A literatura do período pós-clássico baseia-se em circunstâncias que pouco mudaram com o passar do tempo; ela se desenvolveu em um período de paz sem interrupção, de segurança e de bem-estar geral. Não obstante, deixa entrever uma surpreendente escala de negatividade e escuridão. Não faltam, é verdade, louvores festivos daquela época, exteriormente tão feliz; o panegírico (...) representava esse tom. Quanto ao resto, entretanto, fazia-se notar frequentemente uma relação polêmica, conquanto ambígua, com o Estado e com a sociedade e, por excelência, com a natureza humana. Na literatura historiográfica, a crítica negativa da existência parece ter predominado. Que esta postura não era ditada somente por razões políticas, provam-no outros gêneros, em que a visão negativa também dominava.<sup>15</sup>

Mesmo o romance de Petrónio, o epigrama de Marcial e a sátira de Juvenal, obras associadas ao humor, não distoam deste *Leitmotiv*. Em todos, o riso se origina de uma profunda crítica à sociedade e, em alguns casos, como no *Satíricon*, o absurdo e precariedade da condição humana são retratados de forma bizarra.

Entretanto, a principal marca do pós-clássico, aquilo que caracteriza a época como um fenômeno artístico por excelência, diz respeito à forma. Os autores do período tinham como ‘programa’ a experimentação de novas formas e estilos, de maneira a subrepujar a geração anterior. Daí o limite tênue entre os gêneros, o que possibilitou o nascimento de uma prosa historiográfica que transcende as regras da *historia*, no sentido clássico do termo<sup>16</sup>, e permite sua aproximação da biografia. Tal preocupação acentuada pelo estilo reflete uma produção artística centrada no efeito gerado no leitor, o que foi referido por Conte como uma “espetacularização da literatura”<sup>17</sup>. Com efeito, no Alto Império, as *declamationes* – exercícios de retórica em que o *orator*, privado de uma atuação política de envergadura semelhante à da República, demonstrava o seu virtuosismo – e as *recitationes* – leituras públicas de textos literários variados – ocasionaram uma “mudança da destinação social da obra literária”<sup>18</sup>. Com tal transformação do público, a própria obra literária teria sofrido modificações de caráter formal e seu autor “termina por se comportar como uma espécie de prestidigitador da palavra, sempre em busca do efeito capaz de suscitar o estupor admirado

<sup>15</sup> FUHRMANN, 2005, p. 73

<sup>16</sup> Para evitar ambiguidade, uso *historia*, em latim, para designar o gênero literário. Assim, *historia* é sinônimo de historiografia ou prosa historiográfica. Distinção necessária, pois ‘história’, em português, pode se referir tanto aos eventos passados, como à narrativa desses eventos.

<sup>17</sup> CONTE, 2008, p. 339

<sup>18</sup> CONTE, 2008, p. 341

dos ouvintes”<sup>19</sup>. Vale dizer, quanto mais força o artista emprega em buscar (e rebuscar) a expressão para cativar o público, mais se distancia da realidade que ele pretende representar.

Então, neste ponto, incumbe a pergunta: em que medida a produção literária daquela época e, especialmente, os *Annales* são um *tradere* em relação à realidade? Isto é, como se deve entender esta obra historiográfica em face da estética do Alto Império, em que a expressão é mais valorizada do que o conteúdo referencial – em nosso caso específico, os eventos históricos?

### 3.2 A HISTORIA COMO FINGERE

No mito grego hesiódico, da união entre Zeus e Mnemosine (a memória) nasceram as Musas. Estas nove jovens divindades, dentre outras atribuições, deveriam alegrar e ensinar os homens por meio de várias manifestações artísticas, como a comédia, a tragédia, a poesia épica, a música, a lírica, a dança, a poesia coral, a astronomia (sob o gênero da poesia didática) e a historiografia. Esta última cabia a Clio, a que enobrece, cujo objeto característico era o rolo de pergaminho.

Embora haja inúmeras variações do mito, a inclusão da historiografia no rol das atribuições das Musas aponta para uma possível semelhança no modo pelo qual os antigos compreendiam esta disciplina e as demais modalidades artístico-poéticas elencadas acima. Por outras palavras, a obra produzida pelo historiador é uma *téchne mousiké*, ou seja, um saber de natureza artística, medido pela relação do artista com sua matéria-prima. Por conseguinte, qualquer pergunta sobre a verdade ou legitimidade da obra é descabida, já que esta deve ser julgada tomando por base a utilização das regras formais do gênero artístico sobre o conteúdo escolhido<sup>20</sup>. Assim, de acordo com Mehl, para os antigos, não havia que se falar em “verdade” ou “legitimidade” (*Wahrheit* ou *Gültigkeit*) da obra historiográfica, mas sim em uma adequação desta a regras artísticas formais.

Ainda que não se possa obliterar o fato de que a *historia* não deveria ser lida da mesma forma (e, portanto, ser objeto do mesmo tipo de juízo puramente artístico) do que, por exemplo, uma obra épica, a proposição de Mehl aponta para a diferença fundamental entre os leitores antigos e nós, modernos: aqueles esperavam encontrar arte em um gênero de que nós esperamos, fundamentalmente, objetividade. E esta tanto no sentido material, como

---

<sup>19</sup> CONTE, 2008, p. 341

<sup>20</sup> MEHL, 2001, p. 22



correspondência com a verdade fática externa e anterior à obra, como no sentido formal, entendido como uma narrativa que siga as regras de um discurso impessoal. Refiro-me, obviamente, não a um leitor iniciado nos problemas epistemológicos da historiografia, mas sim a um leitor mediano, o qual, ainda que reconheça inexistir a neutralidade absoluta, deseja ler um relato o mais equilibrado possível de um fato histórico.

Entretanto, ainda que, sobre um texto historiográfico, o julgamento dos antigos parecesse ser mais ligado a critérios artísticos do que a critérios epistemológicos, estes esperavam encontrar na *historia* uma verdade, entendida como correspondência do texto a fatos passados. Era isto, aliás, que diferenciava a *historia* da *fabula* para Cícero, como vemos no seguinte trecho do *De Inventione*:

Ea, quae in negotiorum expositione posita est, tres habet partes: fabulam, historiam, argumentum. Fabula est, in qua nec uerae nec ueri similes res continentur, cuiusmodi est: "Angues ingentes alites, iuncti iugo...". Historia est gesta res, ab aetatis nostrae memoria remota; quod genus: "Appius indixit Carthaginensibus bellum". Argumentum est ficta res, quae tamen fieri potuit. Huiusmodi apud Terentium: "Nam is postquam excessit ex ephebis..."<sup>21</sup>

A [parte] que consiste na exposição dos fatos tem três espécies: a fábula, a história e o argumento. A fábula é aquela que não contém nem coisas verdadeiras nem verossímeis, como em "Gigantes dragões alados, unidos pelo jugo...". A história é um fato acontecido e distante da memória da nossa geração; por exemplo: "Ápio declarou guerra aos cartagineses". O argumento é um fato imaginado, o qual, entretanto, pode acontecer. Assim como em Terêncio: "De fato, depois que ele deixou a infância..."

Ou seja, o *argumentum*, no sentido de *ficta res* que Cícero lhe atribui neste trecho, não é o oposto lógico da *historia*. Antes, é apenas uma forma de elocução de algo que "poderia ter acontecido".

Esta repartição ocorre em uma obra retórica de Cícero, o que sugere que os escritores e leitores de *historia* na Antiguidade foram, em maior ou menor grau, influenciados pelo sistema retórico<sup>22</sup>. Disso conclui Mehl que a "pretensão de verdade"<sup>23</sup> da historiografia antiga era de natureza retórico-literária, ou seja, uma peculiaridade de um gênero específico, que se opunha a outros gêneros de natureza poética.

<sup>21</sup> Cic. De Inv. I, 27

<sup>22</sup> Lemos em Marrou (1964, p. 338, 381-390) que a retórica era o fundamento do ensino superior em Roma, e, por conseguinte, a *estética* comum da *Intellegentia* romana. Sobre a conexão entre historiografia e retórica, cf. ESTEVES, 2004, fls. 38-49

<sup>23</sup> MEHL, 2001, p. 29 *Wahrheitsanspruch*, no original.

Examinada por outro ângulo, poder-se-ia dizer que a *historia* representa, de maneira mimética, a *gesta res*, o fato acontecido no passado de um povo. Não apenas coleta e elenca os fatos, como os antigos *annales maximi*, em que o *pontifex maximus*, anualmente, registrava os eventos dignos de menção, como milagres, infortúnios ou dados de natureza diversa<sup>24</sup>. O historiador antigo ultrapassa o registro objetivo, típico de um relatório ou da linguagem jornalística atual, e recria a cena, a personagem, a atmosfera, ou seja, o evento histórico. Como nota Fornara:

A natureza do gênero “história”, tal como se origina em Heródoto, é realmente centrado na descrição das ações dos homens, tais como ocorrem no tempo, e é essa característica que faz a história única entre os tipos [i.e. subgêneros da historiografia] com os quais está associada. Em teoria, se nem sempre de fato, a mitografia, a etnografia, a história local e a cronografia reúnem dados e os relatam, só a história é mimética. A etnografia, por exemplo, pode observar que uma determinada guerra ocorreu e informar o leitor de seu resultado. Somente a história se preocupa em retratar como ela se desenvolveu.<sup>25</sup>

E isso ocorre porque a grande influência sobre Heródoto foi exercida não por Hecateu, seu predecessor no gênero, mas sim por Homero. Do poeta épico, o historiador herdou além da linguagem, características formais, como o discurso direto das personagens, o diálogo, o uso de digressões e a relevância dada aos líderes<sup>26</sup>. E, em um nível ainda mais profundo, “Heródoto acomodou os instrumentos de representação poética de Homero à sua composição em prosa”<sup>27</sup>. Ou seja, Heródoto é considerado o pai da *historia* não porque tenha sido o primeiro a coligir e a apresentar os eventos passados, mas sim porque foi o primeiro a saber “contar” uma história.

É precisamente essa a demanda de Cícero, que transparece no início do *De Legibus*. Logo em seguida a um debate sobre o *Marius*, um poema histórico, Quinto conclui que seu irmão Cícero fazia uma distinção entre as leis da história e as leis da poesia (*Intellego te, frater, alias in historia leges obseruandas putare, alias in poemate*). Aproveitando-se da ocasião (*teneo quam optabam occasionem neque omittam*), opina Ático:

**Atticvs:** Postulatur a te iam diu, uel flagitatur potius, historia. Sic enim putant, te illam tractante, effici posse ut in hoc etiam genere Graeciae nihil cedamus. Atque ut audias quid ego ipse sentiam, non solum mihi uideris eorum studiis qui tuis litteris delectantur, sed etiam patriae debere hoc

<sup>24</sup> Cic. De Or. II, 12, 52

<sup>25</sup> FORNARA, 1988, p. 29

<sup>26</sup> FORNARA, 1988, p. 30-1

<sup>27</sup> GRANT, 1997, p. 26

munus, ut ea quae salua per te est, per te eundem sit ornata. Abest enim historia litteris nostris, ut et ipse intellego et ex te persaepe audio. Potes autem tu profecto satis facere in ea, quippe cum sit opus, ut tibi quidem uideri solet, unum hoc oratorium maxime.<sup>28</sup>

Já há muito tempo se requer de ti, ou antes, exige-se de ti, uma obra historiográfica. Julga-se, com efeito, que se tu te ocupasses dela, poderia dar-se que mesmo neste gênero não cedêssemos em nada à Grécia. E porque tu sabes o que eu acho, parece-me que este teu empenho responderia não só ao desejo daqueles que se comprazem com teus escritos, mas também à patria, porque esta, que foi salva por ti, seja por ti celebrada. De fato, a história falta na nossa literatura, como compreendo eu mesmo e ouço-te frequentemente dizeres. E tu podes, sem dúvida, satisfazer neste campo, já que esta precisamente é, como te costuma parecer, o único gênero mais próprio à oratória.

A proposta de renovação (ou mesmo de reinvenção, a partir dos moldes gregos) do gênero historiográfico romano retorna no *De Oratore*, na passagem<sup>29</sup> em que Antônio e Cátulo discutem se era ou não preciso ser orador para escrever *historia*. Este diz que para escrever *historia* como os gregos (*ut Graeci scripserunt*) era preciso ser um orador, mas se, ao contrário, se escrevesse como um romano, bastava não ser mentiroso (*sit ut nostri, nihil opus este oratore: satis esse non esse mendacem*). A resposta de Antônio – *ne nostros contemnas* (não desdenhes os nossos) – indica que o comentário de Cátulo não visava a glorificar a fidedignidade dos historiadores romanos, mas sim a menosprezar seu valor artístico em relação aos gregos. Antônio prossegue defendendo os romanos:

"Graeci quoque ipsi sic initio scriptitarunt, ut noster Cato, ut Pictor, ut Piso; erat enim historia nihil aliud nisi annalium confectio, cuius rei memoriaeque publicae retinendae causa ab initio rerum Romanarum usque ad P. Mucium pontificem maximum res omnis singulorum annorum mandabat litteris pontifex maximus referebatque in album et proponebat tabulam domi, potestas ut esset populo cognoscendi, eique etiam nunc annales maximi nominantur. Hanc similitudinem scribendi multi secuti sunt, qui sine ullis ornamentis monumenta solum temporum, hominum, locorum gestarumque rerum reliquerunt; itaque qualis apud Graecos Pherecydes, Hellanicus, Acusilas fuit alique permulti, talis noster Cato et Pictor et Piso, qui neque tenent, quibus rebus ornetur oratio - modo enim huc ista sunt importata - et, dum intellegatur quid dicant, unam dicendi laudem putant esse breuitatem. Paulum se erexit et addidit maiorem historiae sonum uocis uir optimus, Crassi familiaris, Antipater; ceteri non exornatores rerum, sed tantum modo narratores fuerunt."<sup>30</sup>

<sup>28</sup> Cic. De Leg. I, 5

<sup>29</sup> Cic. De Or. 2, 52

<sup>30</sup> Cic. De Or. 2, 53-4

Também os próprios gregos escreveram assim no início, como o nosso Catão, como Píctor, como Pisão. Pois a história não era outra coisa senão escrever anais. Para guardar a memória coletiva, desde o início dos eventos de Roma até o pontificado de Públio Múcio, o pontífice máximo mencionava todos os eventos, ano a ano, em um quadro branco e o colocava à frente de sua casa, para que o povo pudesse conhecê-los. São aqueles que, ainda hoje, chamam-se *Annales Maximi*. Muitos seguiram esta modalidade de escrita e apenas transmitiram as lembranças dos tempos, dos homens, dos lugares e dos eventos ocorridos, sem quaisquer tipos de ornamentos. E assim, entre os gregos, Ferécides, Helânico, Acúsilas foram tais como, para nós, Catão, Píctor e Pisão, os quais não se prendem aos ornamentos da oração – de fato, somente há pouco estes foram trazidos para cá – e, contanto que se entenda o que dizem, só admitem como mérito a brevidade.

Notemos a repetição de palavras com mesmo radical em *ornata/exornatores/ornamentis*. Isso não só é revelador do que Cícero entende por *historia*, como também, dada a posição “canônica” a que foi alçado o escritor na literatura latina, determina o futuro de toda a historiografia antiga. Assim, segundo Cícero, para escrever *historia* não basta relacionar, como em um relatório, os acontecimentos, como os antigos faziam (*locorum gestarumque rerum reliquerunt*). Além disso, era necessário *ornare* – o verbo, comumente entendido por embelezar ou adornar, parece ter um sentido mais amplo nesta passagem do *Brutus*:

Siquidem uterque, cum ciuis egregius fuisset, populi ingrati pulsus iniuria se ad hostes contulit conatumque iracundiae suae morte sedauit. Nam etsi aliter apud te est, Attice, de Coriolano, concede tamen ut huic generi mortis potius adsentiar. At ille ridens: tuo uero, inquit, arbitratu; quoniam quidem concessum est rhetoribus ementiri in historiis, ut aliquid dicere possint argutius. Vt enim tu nunc de Coriolano, sic Clitarchus, sic Stratocles de Themistocle finxit. Nam quem Thucydides, qui et Atheniensis erat et summo loco natus summusque uir et paulo aetate posterior, tantum morbo mortuum scripsit et in Attica clam humatum, addidit fuisse suspicionem ueneno sibi consciuisse mortem: hunc isti aiunt, cum taurum immolauisset, excepisse sanguinem patera et eo potu mortuum concidisse. Hanc enim mortem rhetorice et tragice ornare potuerunt; illa mors uolgaris nullam praebat materiem ad ornatum.<sup>31</sup>

“Pois que os dois [Coriolano e Temístocles], distinguindo-se como excelentes cidadãos, expulsos da cidade pela injustiça de um povo ingrato, passaram aos inimigos e reprimiram a tentativa de seu ressentimento por uma morte voluntária. Pois ainda que tu, meu caro Ático, tenhas representado Coriolano de outra maneira, permite-me preferir esse gênero de morte que acabei de mencionar.” E Ático, rindo, respondeu: “Como quiseres, pois se permite que os oradores inventem fatos nas histórias para que possam se expressar de maneira mais penetrante. Assim como investaste agora sobre Coriolano, de modo semelhante Clitarco e Estrátocles inventaram sobre Temístocles. Tucídides, com efeito, que era um ateniense de alta posição e de grande talento, e que viveu só um pouco

---

<sup>31</sup> Cic. Brut. 42-3

depois de Temístocles, disse somente que este morreu de doença e que foi enterrado de modo privado na Ática e acrescenta que houve a suspeita de que ele se havia envenenado. Mas dizem estes escritores que, quando imolara um touro, tomara o sangue da patera e, sorvendo-o, caiu morto. Pois eles puderam inventar esta morte de modo trágico e retórico; aquela outra morte, comum, não oferecia matéria para ornamento.”

E somente aqui se pode entender cabalmente o sentido da *historia ornata* de Cícero. Diferentemente da historiografia praticada até a sua época – a exposição das *res gestae*, em oposição às *res fictae*, do drama, por exemplo – o novo gênero proposto por Cícero com base na tradição literária helênica deve obedecer a uma verdade, retoricamente entendida. Esta “verdade retórica”, bem mais flexível do que a “verdade fática”, obedece às regras da persuasão. Assim, a verdade retórica pode se distanciar da verdade fática para enfatizar o *argumentum*; pode elaborar ficcionalmente – e este deve ser o sentido de *ornare* – para adequar a realidade ao seu sentido último. Assim, se é certo que o suicídio de Temístocles (o fato) é um evento trágico, pois que representa a ingratidão da *pólis* em face de seu valoroso estrategista (sentido), cabe ao historiador-orador ideal realçar esta tragicidade na narração dos fatos. É-lhe permitido, inclusive, completar as lacunas da história, como os detalhes do suicídio da personagem. É esta a verdade do historiador ciceroniano, que serve de modelo à toda historiografia latina posterior – a história deve ser fiel ao sentido subjacente aos fatos, e não aos fatos em si.

Esta concepção de *historia* é o ponto inicial para se entender os *Annales* e toda a prosa historiográfica de Tácito. Sua natureza, já referida por Cizek como “a poética da história”<sup>32</sup>, é profundamente retórica, entendida esta no sentido dado por Quintiliano de “elaboração artística, característica de todos os gêneros de escrita”. Assim, a fidelidade de Tácito é devida antes à *ratio* ou às *causae* dos eventos passados, do que a estes mesmos, isoladamente considerados. Como se as *res gestae*, por si sós transcritas e elencadas objetivamente, não dessem conta de mostrar ao leitor o que realmente aconteceu. Estas teriam que contar com o auxílio dos instrumentos da retórica, como propõe Cizek:

O discurso histórico se converteu, desta maneira, em uma bela ficção. Além disso, a poética explícita da história, que nós analisamos acima, legítima de algum modo aquilo que se poderia definir como a poética implícita do discurso histórico. A defesa vibrante da *eloquentia* justifica o recurso à amplificação retórica, à dramatização, à tensão romanesca, à densidade extraordinária de informação, a uma abordagem muito visual dos fenômenos, quase cinematográfica, *avant la lettre*.<sup>33</sup>

<sup>32</sup> CIZEK, 1991, p. 136-146. “La poétique de l’histoire chez Tacite”

<sup>33</sup> CIZEK, 1991, p. 144

Assim, a *historia* – na Antiguidade, e em Roma, especificamente – é um gênero caracterizado pelo objetivo de representar, pelas regras da retórica, o sentido intrínseco às *res gestae*.

### 3.3 A *HISTORIA* BIOGRÁFICA

A escrita da história em Roma sofreu, a partir do principado, um desvio em relação ao padrão analítico tradicional, em que a narrativa era dividida pelo ano civil. Se sob a República o *annus* era uma unidade funcional para o historiador já que as magistraturas principais eram exercidas dentro deste limite temporal, sob o Império esta unidade deixa de ter tanto sentido. Nesse período, era o governo de cada *princeps* que passava a ter mais significado para a periodização da história. Em um sentido mais lato, a biografia dos Césares, as *Vitae Caesarum*, tiveram um papel progressivamente preponderante na historiografia, quer seja esta entendida como gênero autônomo – como o gênero biográfico, praticado por Suetônio e pelos *scriptores* da *Historia Augusta* –, quer tenha esta se fundido nas obras históricas propriamente ditas, a exemplo dos *Annales*.

De acordo com Mehl<sup>34</sup>, esta tendência de identificação contínua da “História do Império Romano” com a “História dos Imperadores” se deve igualmente ao fato de que os historiadores eram, em sua maioria, senadores. Em consequência, o Império e suas províncias não são o centro das atenções do escritor, mas sim Roma, já que é a Urbe o espaço em que se desenrola a interação política entre o *princeps* e os demais *ordines*, com a clara preponderância do *ordo senatorius*. É esta relação de poderes e, sobretudo, o exercício dos poderes imperiais, que interessa aos historiadores-senadores, como Tácito. Fácil, portanto, é entender a relevância da pessoa do *princeps* nos *Annales* e, sobretudo, o destaque que se concede ao papel do Senado diante dos imperadores. E, apesar desse novo enfoque, Tácito continua a escrever sob o modelo analítico tradicional de divisão temporal, embora subverta ocasionalmente o esquema, agrupando eventos que ocorreram em diversos anos, ou introduzindo digressões que extrapolam o limite temporal.<sup>35</sup>

Em que pese esta nova insistência observada na historiografia imperial sobre a pessoa do imperador, não se pode dizer que os *Annales* sejam uma obra biográfica. Com efeito, a

<sup>34</sup> MEHL, 2001, p. 109

<sup>35</sup> O próprio título *Annales*, que não se pode atribuir de forma incontestada a Tácito (cf MENDELL, 1957, p. 345), não deve, portanto, ser usado como prova do apego do escritor à tradição analítica.

biografia era distinta da *historia* não só pela seleção do objeto, como pelo tratamento literário dado a ele. Quanto a este último aspecto diferenciador, vale ressaltar que o estilo e a língua da biografia são sensivelmente menos trabalhados do que os da prosa historiográfica, fato que tem valido à primeira julgamentos como: “Em geral, ela é desprezenciosa, simples e sem grandes ambições literárias”<sup>36</sup>. No que tange ao objeto, bem elucidativa é a passagem inicial do *Alexandre*, de Plutarco:

Escrevendo neste livro a vida do rei Alexandre e a de César, por quem Pompeu foi derrotado, em vista da abundância das ações implicadas, não diremos nada como preâmbulo, apenas suplicando ao leitor que não nos denigra por não relatarmos tudo o que foi celebrado, nem abordarmos cada coisa a fundo, abreviando a maioria dos fatos. É que não escrevemos histórias, mas vidas – e não é nas ações mais célebres, em absoluto, que está a demonstração da virtude ou do vício, mas, muitas vezes, um breve feito, uma palavra, uma brincadeira dão ênfase ao caráter mais que os combates mortais, as maiores batalhas e os assédios de cidades. Portanto, como os pintores salientam as semelhanças a partir do rosto e das formas visíveis em que se manifesta o caráter, preocupando-se menos com as outras partes, assim também deve-se permitir-nos penetrar antes nos sinais da alma e, através disso, desenhar a vida de cada um, deixando a outros as grandezas e os combates.<sup>37</sup>

Ou seja, enquanto a *historia* (em latim e ἱστορία no original grego) narra os fatos (πράξεις), a biografia (βίους) se ocupa do caráter (ἦθος). Ainda assim, as πράξεις, que encontram o equivalente romano na expressão *res gestae*, podem ingressar na biografia à medida que sirvam de explicação para a formação do caráter do biografado. Esses eventos históricos, entretanto, não obrigatoriamente tem relevância do ponto de vista da *historia*, ou seja, não precisam ser acontecimentos políticos, mas podem dizer respeito à órbita mais particular, ou mesmo idiossincrática e anedótica, da personagem.

Essa inter-relação já havia sido explorada por Políbio, ao escrever sobre Filopêmen:

Já que nossa narrativa chegou ao ponto do início das realizações (πράξεων) de Filopêmen, considero que convém, assim como no caso de outros homens eminentes cujo caráter (φύσεις) e formação (ἄγωγός) eu tentei traçar, fazer algo semelhante por ele. É, de fato, contraditório que os autores devam narrar detalhadamente a fundação das cidades, dizendo-nos como, quando e por quem elas foram fundadas, e detalhando as condições e as dificuldades dessa empresa, enquanto passam em silêncio a formação e os objetivos dos homens que dirigiram todo o processo, ainda que tal informação seja muito importante. Pois assim como é mais possível imitar e tentar superar os homens vivos do que objetos sem vida, muito mais

<sup>36</sup> SONNABEND, 2002, p. 2

<sup>37</sup> Plut. Alex. 1, 1-3, tradução de Jacyntho Lins Brandão (cf HARTOG, 2001, p. 175).

importante para o desenvolvimento de um leitor é aprender sobre aqueles. Então, se eu não tivesse escrito sobre Filopêmen em uma obra específica<sup>38</sup>, na qual explico quem ele e sua família eram e a natureza de sua formação quando ele era jovem, eu seria obrigado a tratar de tudo isso aqui. Como, entretanto, eu já tratei dele em três livros, que não formam parte deste presente trabalho, dizendo qual foi sua formação quando garoto e enumerando suas ações mais célebres, é compreensível que na presente narrativa meu desejo é omitir detalhes relativos à sua formação inicial e às ambições de sua juventude e, em contrapartida, acrescentar detalhes ao resumo que fiz na outra obra sobre as realizações de sua idade madura, de maneira que o caráter próprio de cada obra possa ser preservado. Pois, como a obra anterior, sob a forma de um elogio (ἔγκωμιστικός), reclamava um resumo e uma narração algo exagerada de suas realizações, da mesma maneira, a presente história, que distribui louvor e censura de forma imparcial, reclama uma narração estritamente verdadeira e que deixe claro o motivo em que se baseia o louvor ou a censura.<sup>39</sup>

Assim, estava claro para Políbio que elementos de um gênero podiam aparecer no outro. Isso fica patente quando o historiador diz que escreveu mais sobre a idade madura de Filopêmen na sua obra historiográfica do que na biografia, composta anteriormente. A distinção, portanto, não recai sobre o objeto *πρόξεις*, mas sim sobre o tempo das *πρόξεις*: de um lado, as realizações ligadas ao exercício dos poderes políticos, que interessam, por isso mesmo, à *historia*; de outro, as *πρόξεις* ligadas à juventude e à formação (*αγωγή*) da personagem, que, despida de relevância política direta, serviam para explicar a formação do caráter (*φύσις*) e, por isso, cabiam à biografia.

Os *Annales* são um grande exemplo dessa interdependência entre historiografia e biografia, porquanto Tácito, ao narrar as *res gestae* ao longo da dinastia júlio-claudiana (e, os eventos do principado de Nero, para nos atermos ao tema deste trabalho), expõe concomitantemente o *ἦθος* de cada imperador. Assim, interessa a Tácito não somente o estado geral da *Res Publica* no período mas também, e principalmente, o caráter moral (este o sentido mais preciso de *ἦθος* no trecho de Plutarco), a personalidade dos *principes*, dirigentes de Roma. Por esta razão, Tácito não se furta a fornecer ao leitor certos detalhes que Políbio desaconselha ao gênero historiográfico, como fatos que dizem respeito à juventude e à formação inicial do imperador. Assim, de modo similar a uma biografia, encontramos referências à educação de Nero e a detalhes dos anos anteriores ao exercício do poder imperial. De forma análoga, é admirável a quantidade de informação relativa àquilo que nós modernos chamaríamos de vida privada do imperador em uma obra de história política, como

<sup>38</sup> Políbio se refere a uma biografia sobre Filopêmen, que não nos alcançou.

<sup>39</sup> Pol. Hist. X, 21, 2-8.



os *Annales*. Tácito fornece minúcias do comportamento familiar não só de Nero, mas também de Tibério e de Cláudio. Descreve episódios a partir dos quais é dado ao leitor formar uma imagem, um retrato moral da personalidade de cada *princeps*, já que é ele o responsável maior pelo destino do *Imperium*. Este está associado àqueles, de maneira que a moralidade do *princeps* está intimamente relacionada à moral da *Res Publica*.

Apesar da clara divisão estabelecida por Políbio entre historiografia e biografia, que não deixa de aceitar que alguns elementos de uma se introduzam em outra, a obra de Tácito força os limites dos gêneros. Externamente, os *Annales* se revestem da moldura tradicional das obras historiográficas, indo ao extremo arcaizante da moldura analítica. Uma leitura mais atenta, porém, revela o gênio do autor, que sabe se utilizar das regras de um gênero literário sem ser, contudo, por elas escravizado.

## 4 A CONSTRUÇÃO DE UMA PERSONAGEM

Parte da dificuldade subjacente à questão da personagem na literatura clássica deve-se ao distanciamento da noção de personalidade entre as culturas da Antiguidade e o mundo moderno. A literatura, como forma de expressão mimética do real, é profundamente tributária da *Gedankenwelt*, i.e., do “mundo do pensamento”, na expressão de Michael von Albrecht<sup>1</sup>, de forma que os conceitos literários devem ser entendidos à luz da história cultural da época estudada. E sobre a personalidade, Ross, ao tratar do personagem épico, é categórico e resume uma tendência geral dos estudiosos modernos:

Tornou-se um lugar comum entre os classicistas o fato de que os gregos e os romanos consideravam a personalidade (*character*) de um indivíduo como algo determinado no nascimento, imutável ao longo da vida. Essa seria a premissa básica do romano comum (...).<sup>2</sup>

Em latim, personalidade poderia se expressar como *ingenium*; ou mesmo *natura*, quando aplicado a pessoas. Tácito usa profusamente ambos os termos para se referir a esse conjunto de características (ou mesmo a características específicas) inerentes a Nero, de maneira que se pode ler no início do livro XIII:

Sed neque Neroni infra seruos ingenium, et Pallas, tristi adrogantia modum liberti egressus, taedium sui mouebat.<sup>3</sup>

Mas Nero não tinha uma personalidade submissa aos escravos e, assim, Palas, ultrapassando limites de um liberto por sua desagradável arrogância, aborrecia o imperador.

O *ingenium* de Nero é um dado inato e, possivelmente, explicável por sua própria origem familiar, já que a família dos Enobarbos era famosa pela crueldade contra escravos e libertos<sup>4</sup>. E essa personalidade se mostra no mundo dos fatos por meio dos *mores*, ou seja, do comportamento individual, entendido como o conjunto de ações. Assim, esse traço específico

---

<sup>1</sup> VON ALBRECHT, 2009, p. 27

<sup>2</sup> ROSS, 2007, p. 27

<sup>3</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 2

<sup>4</sup> Conforme Suetônio (Nero, 5), Cneu Domício (*omni parte uitae detestabilem*), pai de Nero, matou um liberto por que este não quis se embriagar.

da personalidade de Nero se faz demonstrar mais adiante, no capítulo 14, quando se comenta o processo que levou Agripina<sup>5</sup>, mãe de Nero e aliada de Palas, a se afastar de seu filho:

Et Nero, infensus iis quibus superbia muliebris innitebatur, demouet Pallantem cura rerum, quis a Claudio impositus uelut arbitrium regni agebat.<sup>6</sup>

E Nero, exasperado com os que apoiavam a arrogância feminina (de Agripina), remove do seu cargo Palas, que havia sido empossado por Cláudio e que quase controlava o Império.

Em 63, Nero ordena a morte de Palas – *quod immensa pecunia longa senecta detineret* (porque detinha uma imensa fortuna em sua longa velhice)<sup>7</sup> – nove anos depois da primeira menção ao *taedium* do imperador em face do liberto e oito anos depois de afastá-lo da administração do Império. Essa sucessão de referências, entretanto, não configura uma evolução da personalidade de Nero, que primeiro se aborrece, depois demite e depois manda executar o antigo liberto de Cláudio. Ao contrário, são apenas as ações que evoluem, levadas pelas circunstâncias exteriores à pessoa: a demissão serve para afastar a influência de Agripina e a execução tem evidente motivo material. O *ingenium* do imperador continua, do início ao fim desse conjunto de ações, avesso à soberba de escravos e, por extensão, ex-escravos.

A disposição da personalidade na narrativa é comumente chamada de ‘personagem’<sup>8</sup>, termo moderno que decidimos adotar por motivos de inteligibilidade, aplicando-o ao conjunto ordenado dos *mores* e da *natura* de Nero, tal como exposto nos *Annales*. Separar, contudo, o aspecto interno da personagem de suas feições externas – a *natura* dos *mores* – é tarefa demasiado artificial, porquanto ambos aparecem costumeiramente juntos, de maneira que, não raro, um revele o outro ou, por outras, um explique o outro. Assim é que, à guisa de exemplo, a demissão de Palas – uma ação – revela (no sentido de manifestar, de tirar o véu que encobre algo) a *natura* de Nero, que não tolera ser governado por libertos, como é dito um pouco antes na narrativa.

Outro termo tradicional usado pela crítica para definir a personagem das obras historiográficas da literatura romana é o de ‘retrato’, que, se não for usado com ressalvas, pode induzir à ideia enganosa de que os historiadores retratavam a realidade tal qual esta se

<sup>5</sup> *Iulia Augusta Agrippina*, irmã de Calígula, esposa de Cláudio e mãe de Nero. Chamada de *Minor* para se diferenciar de sua mãe, *Iulia Vipsania Agrippina*, filha de Agripa e de Júlia, esta filha de Augusto. Neste trabalho, as menções a Agripina referem-se sempre à mãe de Nero, *i.e. Agrippina Minor*.

<sup>6</sup> Tac. Ann. XIII, 14, 1, 1

<sup>7</sup> Tac. Ann. XIV, 65, 1, 1

<sup>8</sup> FORSTER, 1927, p. 43; BALDICK, 2008, p. 52. Este último atesta o uso geral do termo “*character*”.

lhes apresentava, *i.e.*, por meio da observação direta e pessoal, ou por meio de documentos. É partindo desse pressuposto que Syme faz a seguinte afirmação, desculpando-se por não escrever muito sobre Nero em sua monumental obra devotada a Tácito:

Sobre a personalidade de Nero não precisa ser dito muitosa, não há nenhum ítem em que se possa, seriamente, impugnar o crédito e a veracidade de Cornélio Tácito. Ele escreveu sobre uma época ainda ao alcance da memória ou de testemunhos confiáveis. Aquilo que foi transmitido por Suetônio e por Díon Cássio mostra uma admirável congruência – embora Tácito omita os escândalos mais grosseiros e suspenda o julgamento onde esses autores se mostram mais enfáticos ou tolamente sentenciosos. Essa congruência já foi atribuída à influência de uma única fonte dominante, usada por todos os três. Há uma explicação que funciona melhor: o retrato de Nero corresponde, em grande medida, aos fatos.<sup>9</sup>

Apesar de sua indiscutível autoridade no campo dos estudos sobre Tácito e sobre a História Romana em geral, Syme, em razão do envolvimento com seu objeto de estudo, como indica Toher<sup>10</sup>, pode ter sido por demais leniente com o autor. E uma visão alternativa à de Syme é expressa por Rubiés:

O grande paradoxo concernente a Tácito é que quase todos os comentadores concordam com o fato de que seu grande sucesso como historiador é um resultado de seu grande talento como orador. Mas como pode Tácito ser, ao mesmo tempo, um brilhante autor retórico e uma fonte confiável ainda não foi explicado. (...) Seu retrato de Nero não é apenas o retrato de um homem específico no poder; é a imagem do tirano, e mais precisamente, a imagem de um tirano, entendida sob a tradição romana da moralidade pública.<sup>11</sup>

Descontando-se a sua implicação verista e com a ressalva de que o conceito de ‘retrato’, quando empregado em uma obra histórica, não deve ser lido como um simples reflexo instantâneo do evento histórico, utilizamos o termo como sinônimo de personagem. Na realidade, o retrato – e convém especificar, o retrato de Nero – é uma personagem qualificada pelo fato de ter correlação com uma pessoa real, que tem existência exterior e anterior à obra literária – em nosso caso, o imperador Nero. E é essa a significação que lhe empresta Bernard, em um recente trabalho sobre as personagens históricas de Tito Lívio. Após dizer que o retrato (*portrait*) é um conceito emprestado das artes plásticas e que

<sup>9</sup> SYME, 1958, p. 437

<sup>10</sup> TOHER, 2009, p. 317 a 329. O artigo sugere uma identificação pessoal e uma conexão quase afetiva de Sir Ronald Syme com Tácito, fato que pode ter influenciado em sua análise.

<sup>11</sup> RUBIÉS, 1994, p. 35-6

“repousa sobre um equilíbrio frágil entre a verdade e a beleza”<sup>12</sup>, o autor justifica o uso do termo:

Não ignoramos que o retrato não pode escapar aos múltiplos dados do real – sociais, morais, psicológicos, ideológicos... As individualidades pintadas nas obras de história existiram, elas não saíram do imaginário do autor. A história é um saber, mesmo que relativo: os retratos são fundamentados sobre fontes, sobre testemunhos escritos, e é sempre possível compará-los com aqueles que outros autores escreveram a partir do mesmo modelo.<sup>13</sup>

Nesses termos, a matriz a partir da qual Tácito compôs o retrato de Nero seria o conjunto de características sociais, morais, psicológicas e ideológicas do imperador, que chegaram ao conhecimento do historiador por meio de suas fontes. Não fica claro no texto – as reticências aparecem na versão original – se os “múltiplos dados do real” a que Bernard se refere dizem respeito apenas ao ‘retratado’, ou se também se aplicam ao próprio historiador. Seguindo esta última linha interpretativa, o retrato seria uma composição complexa, integrando uma “individualidade” histórica – Nero, cuja existência, obviamente, não saiu do “imaginário” de Tácito – e o historiador, que ao escrever sobre a primeira, emprega os múltiplos dados do real, pelos quais, ao mesmo tempo, é afetado. Assim, o retrato tacitano de Nero espelha não só o último dos imperadores júlio-claudianos, mas também explicita o universo social, moral, psicológico e ideológico do próprio Tácito. Por essa razão, para evitar a ambiguidade que poderia conduzir a uma visão por demais simplista da história, preferimos o termo personagem. O vocábulo, acreditamos, abrange tanto a referência ao real – já que, sem ela, qualquer personagem, com lastro histórico ou não, seriam ininteligíveis ao leitor – quanto o processo criativo do autor, que cria um novo ente dotado de sentido – o Nero dos *Annales* – a partir dos documentos históricos a que teve acesso.

Estudar a maneira pela qual Tácito compôs sua personagem e introduziu-a nos *Annales* – ou de forma abreviada, estudar o Nero tacitano – equivale a seguir, ao longo da narrativa, suas ações, seus discursos e os comentários de terceiros. As ações, o principal elemento para se compreender a natureza de Nero, podem se desenrolar seja na esfera privada, como, por exemplo, as relações que tinha com sua mãe, seja na pública, como seu pronunciamento no Senado. É uma apresentação dispersa ao longo dos cinco últimos livros da obra, uma técnica conhecida como ‘retrato indireto’<sup>14</sup>, em que a caracterização das

---

<sup>12</sup> BERNARD, 2000, p. 7

<sup>13</sup> BERNARD, 2000, p. 9

<sup>14</sup> SYME, 1958, p. 314

personagens é intimamente ligada à narração, que não se interrompe para que o autor trace um retrato direto e definitivo. Courbaud distingue os dois retratos nos seguintes termos:

Tácito, salvo exceções, não procura pôr suas personagens em pé (*en pied*), sob nossos olhos. Em lugar de apresentá-los de uma só vez, no quadro de um capítulo especial, que deles dê uma ideia mais surpreendente por ser mais completa, mas que parece imobilizá-los, que suspende, em todo caso, a exposição dos fatos, ele prefere pintá-los em ação; ou, se preferir, ele deixa-os pintarem-se a si mesmos pelas diferentes circunstâncias que eles atravessam, e que revelam simultaneamente este ou aquele detalhe novo de seu caráter. Frequentemente, portanto, estes retratos não são realmente retratos propriamente ditos: eles se fundem na trama geral da história. No fim, sem dúvida, a série de toques chega a constituir uma totalidade; tudo isso se agrupa, recompõe-se à distância na lembrança, mas somente no fim, quer dizer, no fim da vida da personagem.<sup>15</sup>

Esse retrato *en pied* aparece, em regra, no final da narrativa, sob a forma de um curto necrológico, que sintetiza num epílogo o conjunto das características apresentadas até ali, trazendo ao leitor um “esboço biográfico” da personagem<sup>16</sup>. Isso ocorre, por exemplo, ao final dos livros devotados a Tibério, depois de cuja morte Tácito resume a natureza ambígua do imperador. Como sabemos, a parte final dos *Annales*, em que Tácito possivelmente apresentou o retrato necrológico de Nero, está perdida. Assim, cumpre-nos analisar o imperador através de sua atuação, o que tentamos fazer, tanto quanto nos foi possível, de maneira a respeitar a estrutura cronológica da sucessão dos eventos. Com isso, não se perde de vista a natureza diacrônica da obra, que, pertencendo ao gênero historiográfico, busca sentido precisamente na sucessão do tempo.

#### 4.1 EXORDIVM

Não deve nos causar surpresa o fato de Tácito não ter escrito muito sobre a infância e a juventude de Nero, já que o autor era, sobretudo, um historiador. Assim, o que interessa a Tácito é, antes, Nero já como *princeps*, do que seus anos de criança, entendidos como anos anteriores à tomada do *imperium*. Essas informações mais pessoais, dissociadas da vida pública, eram mais adequadas ao gênero biográfico. Na biografia, o interesse primeiro era a vida dos representados, embora também houvesse espaço para a história política, à medida

<sup>15</sup> COURBAUD, 1918, p. 168

<sup>16</sup> SCHMAL, 2009, p. 97. O autor ainda aponta exemplos de esboços biográficos (*biographische Skizze*) que aparecem anteriormente ao retrato propriamente dito.

que a maioria dos biografados eram figuras públicas. Já na história, o foco é outro: a política, os acontecimentos políticos vêm em primeiro plano, só sendo mencionados os pormenores da vida pessoal das personagens quando há algum interesse narrativo, ou quando se quer aludir a outro fato, social ou político. Entretanto, ainda que os *Annales* sejam uma obra historiográfica e, portanto, o principal objeto sejam os eventos históricos de Roma durante sua primeira dinastia imperial, Tácito apresenta alguns detalhes concernentes aos primeiros anos de Nero. Dessa maneira, concomitantemente à narrativa dos últimos anos do principado de Cláudio, o historiador introduz em sua obra o jovem Nero, apresentando detalhes de sua juventude e de sua formação – objeto típico da biografia. Isso se deve, como já tivemos o ensejo de estudar<sup>17</sup>, ao interesse de Tácito em explicar o ἦθος de cada imperador, já que é este caráter individual do soberano, em última análise, o elemento principal de definição dos acontecimentos políticos. Para os antigos, a história depende dos grandes homens e, em grande medida, é explicada pela natureza destes.

Portanto, chamamos de *exordium* – introito da composição do Nero tacitano – tudo o que Tácito escreveu sobre a educação de Nero nos *Annales*. E por educação, referimo-nos ao seu sentido corrente no vernáculo, qual seja, o de dar apoio ao crescimento de alguém. Educação tanto no sentido familiar, privado, quanto no sentido social, entendido como conjunto de procedimentos que uma civilização usa para perpetuar seus valores, para se reproduzir nas gerações. No dizer de Marrou, a educação como “epítome de uma cultura”<sup>18</sup>.

A primeira vez que Nero é citado nos *Annales* é no livro XI, ainda na hêxade devotada ao principado de Cláudio. Embora não seja uma referência explícita à educação, uma inferência pode ser feita claramente. Tácito narra como foram os Jogos Seculares de 47, sendo uma das atrações o *Ludus Troiae*, espécie de torneio de equitação. Entre os vários jovens a cavalo, estavam Britânico, filho de Cláudio e o próprio Nero, denominado Domício, seu nome gentílico anterior à adoção.

Sedente Claudio circensibus ludis, cum pueri nobiles equis ludicrum Troiae inirent interque eos Britannicus, imperatore genitus, et L. Domitius, adoptione mox in imperium et cognomentum Neronis adscitus, fauor plebis, acrior in Domitium, loco praesagii acceptus est.<sup>19</sup>

Assistindo Cláudio aos jogos circenses, quando os meninos nobres empreendiam, a cavalo, o jogo de Tróia e, entre eles, Britânico, filho do imperador e Lúcio Domício, que pouco depois recebeu o império e o

<sup>17</sup> cf 3.3 para as interrelações entre historiografia e biografia.

<sup>18</sup> MARROU, 1964, p. 20

<sup>19</sup> Tac. *Ann.* XI, 11, 2

nome de Nero pela adoção, a simpatia da plebe, mais forte em relação a Domício, foi vista como um presságio.

Se Nero sabia montar com tal elegância a ponto de receber aplausos da multidão, é porque tivera lições de equitação, saber fundamental para a educação do nobre na Antiguidade<sup>20</sup>. Mas não é preocupado com este pormenor que Tácito expõe o episódio, mas sim por dois motivos principais. O primeiro, claro no excerto, é de cunho religioso: se Nero recebeu mais aplauso do que Britânico, isso prenunciava uma maior *auctoritas* do primeiro junto ao povo, fator decisivo para o exercício do *imperium*. Em outras palavras, Nero estava fadado a ser o próximo *princeps* de Roma.

O segundo motivo é de cunho narrativo: Tácito quer introduzir nos *Annales* uma trama (não menos no sentido dramático do que no político) constituída pela história das desventuras de Britânico em face da ascensão de Nero. Cláudio, de seu casamento com Messalina, teve Britânico e Octávia como filhos. Depois do divórcio, casou-se com Agripina, que já era mãe de Nero, de sua união com Lúcio Domício Enobarbo. Agripina fez com que Cláudio adotasse o jovem Domício, que passou a assumir o nome gentílico de Nero, da família Cláudia. E, com isso, cria-se o enredo perfeito: Cláudio é o imperador senil, fraco e alienado, que cai nas mãos de uma mulher ambiciosa, que quer fazer de seu filho o herdeiro do trono imperial.

A segunda referência a Nero é bem mais rica:

At Agrippina, ne malis tantum facinoribus notesceret, ueniam exilii pro Annaeo Seneca, simul praeturam impetrat, laetum in publicum rata ob claritudinem studiorum eius, utque Domitii pueritia tali magistro adolesceret et consiliis eiusdem ad spem dominationis uterentur, quia Seneca fidus in Agrippinam memoria beneficium et infensus Claudio dolore iniuriae credebatur.<sup>21</sup>

Agripina, entretanto, para que não se fizesse conhecer somente pelas más ações, conseguiu o perdão para Aneu Sêneca, juntamente com a pretura, confiante que isso seria agradável para o público, dada a fama de seus estudos e para que a infância de Domício se desenvolvesse sob tal mestre e para que ambos se valessem dos conselhos do mesmo para a esperança da dominação, porque Sêneca era reputado fiel para com Agripina pela lembrança do benefício e hostil a Cláudio pela dor da injustiça.

O interesse de Agripina em tornar Sêneca *magister* de Nero é claro no trecho. Primeiro, quer associar a figura popular de um intelectual festejado ao seu próprio filho, como forma de aumentar a popularidade deste. Além disso, ao entregar a Sêneca a formação moral e

<sup>20</sup> Sobre o papel da equitação na formação do jovem romano, cf. MARROU, 1964, pp. 321-2

<sup>21</sup> Tac. Ann. XII, 8, 2



intelectual do filho, quer continuar exercendo, indiretamente, seu controle sobre Nero, já que esperava que o *magister* lhe fosse fiel pelo fato de ter conseguido seu retorno do exílio.

Sêneca, que escreveu extensamente sobre a moral e a maneira pela qual um homem sábio deveria se portar, foi o preceptor de Nero desde seus doze anos até quando seu pupilo o obrigou ao suicídio, em 65. No dizer de Martinazzoli<sup>22</sup>, é um “*dramma pedagogico*” e tanto mais terrível se considerarmos que termina com a morte do professor. No mesmo sentido, Schopenhauer escreveu sobre o malfadado esforço de Sêneca para educar o príncipe: “Se a educação ou a exortação servissem para alguma coisa, como poderia então o pupilo de Sêneca ser um Nero?”<sup>23</sup>.

É o caso de se perguntar o que Sêneca ensinou (ou, antes, o que não ensinou) a Nero. Tácito não entra nesses detalhes, mas que a retórica era parte importante da formação do *princeps* resta claro em várias passagens. Um exemplo é apresentado no final do livro XII, em que Nero é apresentado, com dezesseis anos, fazendo discursos no Senado, defendendo a causa dos habitantes de Ílion, Bononia e Rodes.

Vtque studiis honestis et eloquentiae gloria enitesceret, causa Iliensium suscepta, Romanum Troia demissum et Iuliae stirpis auctorem Aeneam aliaque haud procul fabulis uetera facunde exsecutus, perpetrat ut Ilienses omni publico munere soluerentur.<sup>24</sup>

Para que brilhasse pelos estudos honestos e pela glória da eloquência, assumida a causa dos ilienses, após ter exposto com facúndia que o povo romano descendia de Tróia, que Enéas era o fundador da linhagem dos Júlios e outras coisas antigas e não distantes da fábula, consegue que os ilienses sejam isentos de todo tributo.

Interessante é perceber, no início da passagem, que a *eloquentia* e os *studia honesta*, que lhe serviriam de pressuposto, eram um instrumento para se conseguir a *gloria*, isto é, a aceitação pública, que deveria anteceder a ascensão do *princeps*. Logo, pode-se dizer que Tácito sugere que a *eloquentia* é, para Nero, um mero expediente de conquista do poder, presunção que se reforça quando se observa que a passagem vem logo depois de um outro episódio grandemente significativo:

D. Iunio Q. Haterio consulibus, sedecim annos natus, Nero Octauiam, Caesaris filiam, in matrimonio accepit.<sup>25</sup>

<sup>22</sup> MARTINAZZOLI, 1945, p. 83

<sup>23</sup> MARTINAZZOLI, 1945, p. 83 nota de rodapé, nossa tradução. A citação se refere ao parágrafo 566 do *Neue Paralipomena* de Schopenhauer.

<sup>24</sup> Tac. Ann. XII, 58, 1-2

<sup>25</sup> Tac. Ann. XII, 58, 1

Sob o consulado de D. Iunius e Q. Haterius, com dezesseis anos, Nero tomou em matrimônio Octavia, filha de César.

Quer dizer, o casamento com a filha do imperador Cláudio e, logo após, os discursos de Nero no Senado, são dois temas agrupados pelo historiador, de modo a formarem uma unidade de sentido para o leitor – ambos representam a trajetória de Nero rumo ao *imperium*.

A próxima menção à oratória de Nero já deixa perceber claramente a influência de seu preceptor e o tipo de ensino que se lhe oferecia. Trata-se do discurso fúnebre proferido por Nero por ocasião da morte de Cláudio. A opinião de alguns de seus ouvintes era a de que “Nero, pela primeira vez entre aqueles que tinham tomado o poder, tinha tido necessidade da eloqüência alheia”<sup>26</sup>. E, logo em seguida, realiza-se um breve levantamento, em que se descrevem os dotes oratórios de todos os príncipes, incluindo-se aí César, até Cláudio. Nero, em contrapartida, é aquele que se utiliza da *aliena facundia*, i.e. da eloqüência alheia, a saber, de Sêneca. Isso é notado, com ainda mais clareza, em outro passo:

Secutaque lenitas in Plautium Lateranum, quem, ob adulterium Messalinae ordine demotum, reddidit senatui, clementiam suam obstringens crebris orationibus, quas Seneca, testificando quam honesta praeciperet, uel iactandi ingenii, uoce principis uulgabat.<sup>27</sup>

E seguiu-se a lenidade quanto a Plautium Lateranum, que reconduziu ao Senado, tendo este sido demovido desta ordem em virtude do adultério com Messalina, empenhando-se à clemência em freqüentes discursos, que Sêneca divulgava pela voz do príncipe, quer para demonstrar quão honestas eram as coisas que prescrevia, quer para jactar-se de seu engenho.

É dizer, Sêneca, além de escrever os discursos do imperador, também se utilizava de sua voz (*uoce principis*) para promover seus próprios ensinamentos filosóficos. Esta referência de Tácito não deixa de ser verossímil, quando se observa que os discursos a que se refere no trecho teriam ocorrido no ano de 55<sup>28</sup> e o *De Clementia* de Sêneca foi publicado no final daquele ano<sup>29</sup>, versando ambos sobre o mesmo tema. É de se lembrar, ainda que, o *De Clementia* foi dedicado ao próprio Nero.

Apesar dessa pequena investida tacitiana contra Sêneca – “*iactandi ingenii*”, a visão geral quanto à influência exercida pelo filósofo sobre Nero é bastante positiva. Sêneca, que

<sup>26</sup> Tac. Ann. XIII, 3, 2. Vide ultra, em 4.2, texto completo e tradução.

<sup>27</sup> Tac. Ann. XIII, 11, 2

<sup>28</sup> “*Claudio Nerone, L. Antistio consulibus*” como se lê no início do capítulo do excerto.

<sup>29</sup> Cf. verbete Annaeus Seneca (2), Lucius, no OCD.

Agripina imaginava manter sob seu controle, soube não só se libertar deste como também representar uma contra-influência sobre seu pupilo, de modo a minorar os desejos de poder da mãe. É esta, após ter seduzido um liberto imperial para se aproximar de seu tio Cláudio e com ele se casar, após ter causado a morte de seu esposo e de ter conduzido, em detrimento do herdeiro legítimo, seu próprio filho Nero ao poder, que representa o paradigma negativo; é ela a mulher que, ultrapassando seu lugar tradicional na sociedade romana, quer exercer o poder, como uma segunda Lívía, a viúva de Augusto de grande influência política no principado de Tibério. Tácito, em várias passagens, chama a atenção para os desígnios de Agripina e inicia a narrativa do principado de Nero pelo assassinato de dois desafetos daquela, ambos mortos sem a ciência do novo *princeps*<sup>30</sup>. Neste ponto, Tácito esclarece o papel de Sêneca:

Ibaturque in caedes, nisi Afranius Burrus et Annaeus Seneca obuiam issent. Hi, rectores imperatoriae iuuentae et, rarum in societate potentiae, concordēs, diuersa arte ex aequo pollebant, Burrus militaribus curis et seueritate morum, Seneca praeceptis eloquentiae et comitate honesta, iuuantes inuicem, quo facilius lubricam principis aetatem, si uirtutem aspernaretur, uoluptatibus concessis retinerent.<sup>31</sup>

Prosseguir-se-ia nos morticínios se Afrânio Burro e Aneu Sêneca não se tivessem interposto. Estes, preceptores da juventude imperial e, o que é raro na sociedade dos potentes, de acordo entre si, exerciam o poder de forma equânime e de maneira diversa, Burro, pelos em cargos militares e pela severidade dos costumes, Sêneca, pelos preceitos de eloquência e pela virtuosa cortesia, ajudando-se mutuamente a conter mais facilmente a idade inconstante do príncipe por meio de prazeres consentidos, se ele rejeitasse a virtude.

Essa face da pedagogia de Sêneca parece-nos profundamente pragmática: como Nero rejeitasse a virtude, caberia aos *rectores* ao menos controlar as paixões deste por meio de prazeres consentidos (*uoluptatibus concessis*), que funcionassem como o menor dos males. Isso não deixa de ecoar o *De Ira*, em que Sêneca preceitua que devemos impedir que as paixões venham ou, quando já vieram, prevenir seus atos<sup>32</sup>. Para ele, não se pode mudar a natureza do indivíduo, mas apenas impedir a causa das paixões e, nesse sentido, a educação assumiria uma função preventiva<sup>33</sup>.

Tácito silencia sobre outras pessoas que tenham desempenhado algum papel na educação de Nero. Assim, nada diz sobre os dois primeiros *paedagogi* do jovem Domício,

<sup>30</sup> Foram Iunius Silanus e Narcissus, o primeiro era *proconsul* na Ásia e o segundo, liberto imperial de Cláudio. Cf. Tac. Ann, XIII, 1.

<sup>31</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 1

<sup>32</sup> Citado por MARCHESI, 1934, p. 289

<sup>33</sup> MARCHESI, 1934, p. 289-90

que sabemos por Suetônio terem sido um bailarino e um barbeiro<sup>34</sup>, escravos aparentemente de sua tia Lépida. Nem uma informação sobre Chaeremon, filósofo estóico egípcio de expressão grega, que foi seu preceptor<sup>35</sup>. Nada é dito, aliás, sobre os modelos gregos da educação de Nero, cujo gosto helenizante parece ser visto como uma tendência natural do adolescente:

Nero puerilibus statim annis uiuidum animum in alia detorsit: caelare, pingere, cantus aut regimen equorum exercere; et aliquando carminibus pangendis inesse sibi elementa doctrinae ostendebat.<sup>36</sup>

Nero, logo nos anos de infância, desviou seu espírito vívido para outras ocupações: cinzelar, pintar, o canto ou praticar a condução de cavalos; e, por vezes, compondo poemas, dava mostras de que havia nele elementos de cultura.

Algumas destas atividades são claramente impróprias para um jovem romano da ordem senatorial e, com muito mais razão, para um integrante da família imperial. O canto, a pintura, por exemplo, embora fizessem parte da educação liberal helênica, nunca entraram de forma pacífica no currículo escolar adequado aos romanos das ordens superiores<sup>37</sup>. O romano ideal poderia ser – e conviria que fosse, para demonstrar seu refinamento – um espectador do canto, da dança, do drama, mas nunca poderia ser um artista. Assim, o pendor artístico de Nero é apresentado como desviado, como já deixa entrever a forma verbal *detorsit*. Isso é repisado várias vezes ao longo da narrativa<sup>38</sup>, de maneira a expor as performances artísticas do imperador antes como manifestação de sua natureza viciosa do que como resultado de uma educação helênica, não conforme com os modelos preconizados pela ordem senatorial, que Tácito integrava e tão bem encarnava.

Falta-nos, irremediavelmente, o final da hêxade neroniana dos *Annales*, de maneira que o chamado retrato em pé<sup>39</sup> - epílogo do caráter da personagem, feito logo depois da narrativa de sua morte – não está à disposição para uma análise definitiva. Possivelmente constaria de tal necrológio o pendor de Nero pelas artes, que revela ou pressupõe uma educação artística à grega, que remete ao pejorativo *graeculus*<sup>40</sup>, dado ao imperador Adriano na *Historia Augusta*. Este, no início de cujo principado Tácito provavelmente teria escrito, foi

<sup>34</sup> Suet. Nero, VI

<sup>35</sup> SYME, 1997, p. 387

<sup>36</sup> Tac. Ann. XIII, 3, 3

<sup>37</sup> MARROU, 1964, p. 333

<sup>38</sup> Tac. Ann. XIV, 4, 14, 15, 16; XV, 33 são alguns exemplos.

<sup>39</sup> Para *portrait en pied*, cf. COURBAUD, 1918, p. 176

<sup>40</sup> Hist. Aug. Hadr., I, 5

acusado de ser mais inclinado aos estudos gregos do que seria adequado a um romano livre. O senador Cornélio Tácito não perdoou a Nero os defeitos de Adriano.

## 4.2 A INVESTIDURA

Quando, aos três dias dos idos de outubro de 54<sup>41</sup>, Nero foi aclamado *imperator* pelas tropas e, logo em seguida, foi confirmado pelo Senado como o quinto *princeps* do Império Romano, cabia à sua mãe a maior parte do sucesso. Agripina foi a grande responsável pela chegada do filho ao poder, não só porque preparou longamente a adoção de Nero por Cláudio, mas também porque planejou a morte de seu marido, apressando a sucessão imperial.

Os momentos finais de Cláudio são fundamentais para se compreender politicamente o novo principado. Como já examinamos<sup>42</sup>, o processo de sucessão era um dos alicerces políticos da nova ordem institucional e, por conseguinte, os indícios dados pelo imperador moribundo poderiam ser decisivos para a definição do herdeiro ideal. Este processo, que, ao menos idealmente, cabia ao Senado e ao povo romano, seguia as orientações dadas pelo imperador, a quem incumbia indicar (ou, em tese, sugerir) o sucessor. No caso específico da sucessão de Cláudio, ainda mais relevante se fazia inquirir a sua última vontade, pois que o imperador tinha um filho legítimo: Britânico, que era, portanto, um sucessor natural do Império. Entretanto, por obra de Agripina, Nero, três anos mais velho do que Britânico, foi adotado por Cláudio<sup>43</sup> e distinguido por várias honrarias, o que lhe dava *auctoritas* suficiente para pleitear ser o novo *princeps*.

A morte de Cláudio é narrada nos capítulos 66 e 67 do livro XII. Lemos no episódio que Agripina foi a responsável pelo envenenamento do esposo, fato que é repetido por Suetônio<sup>44</sup> e Dión Cássio<sup>45</sup>, que apresentam um relato semelhante, em alguns detalhes, ao dos *Annales*. Parece ter havido um consenso entre as fontes de Tácito sobre o envenenamento de Cláudio, já que o autor diz o seguinte, no início do capítulo 67:

Adeoque cuncta mox pernotuere ut temporum illorum scriptores prodiderint  
infusum delectabili boleto uenenum, nec uim medicaminis statim

---

<sup>41</sup> Tac. Ann. XII, 69, 1

<sup>42</sup> cf supra 2.1

<sup>43</sup> Tac. Ann. XII, 25

<sup>44</sup> Suet. Cl. 44

<sup>45</sup> Dio Cas. LX, 34

intellectam, socordiane an Claudii uinolentia; simul soluta aluus subuenisse uidebatur.<sup>46</sup>

E tudo isso tornou-se logo conhecido, a tal ponto que os escritores daqueles tempos referiram que o veneno fora infundido em um delicioso cogumelo e que a força da droga não fora percebida imediatamente, quer pela estupidez natural de Cláudio, quer por sua embriaguez. Ao mesmo tempo, uma soltura do intestino parecia tê-lo salvo.

Tácito conta que Cláudio havia caído doente (*ualetudine aduersa corripitur*) e Agripina viu então a oportunidade para levar a cabo seu projeto, sem hesitar em cometer o crime (*sceleris olim certa et oblatae occasionis propera*). O instrumento do crime foi fornecido por Locusta, uma mulher que já fora condenada por envenenamento e cuja perícia no mister lhe valera figurar entre os *instrumenta regni*, os instrumentos do poder. Ministrada a substância, que fora acrescentada previamente aos cogumelos, Agripina temeu que Cláudio sobrevivesse, razão pela qual, usou de mais um artifício:

Igitur exterrita Agrippina et, quando ultima timebantur, spreta praesentium inuidia, prouisam iam sibi Xenophontis medici conscientiam adhibet. Ille, tamquam nisus euomentis adiuuaret, pinnam, rapido ueneno inlitam, faucibus eius demisisse creditur, haud ignarus summa scelera incipi cum periculo, peragi cum praemio.<sup>47</sup>

Por conta disso, Agripina, terrificada com as providências extremas, desdenhando da indignação dos presentes, recorre ao médico Xenofonte, com quem já se havia combinado. Acredita-se que aquele, como se ajudasse os esforços de vômito de Cláudio, meteu-lhe na garganta uma pena, untada com um veneno de ação rápida, bem consciente de que os maiores crimes são iniciados com um perigo e são terminados com um prêmio.

Cláudio, cujos momentos finais foram aparentemente inconscientes, não deixa explícita sua vontade antes de morrer. Com isso, abre-se a oportunidade para Nero, mais velho e apoiado por Burro e Sêneca, tomar a dianteira como sucessor no trono imperial. Seu rival, Britânico, é mantido sob a guarda de Agripina, que lhe impede os movimentos:

Vocabatur interim senatus, uotaque pro incolumitate principis consules et sacerdotes nuncupabant, cum, iam exanimis, uestibus et fomentis obtegeretur, dum quae res forent firmando Neronis imperio componuntur. Iam primum Agrippina, uelut dolore uicta et solacia conquirens, tenere amplexu Britannicum, ueram paterni oris effigiem appellare ac uariis artibus demorari, ne cubiculo egrederetur. Antoniam quoque et Octauiam, sorores eius, attinuit, et cunctos aditus custodiis clauserat, crebroque

<sup>46</sup> Tac. Ann. XII, 67, 1

<sup>47</sup> Tac. Ann. XII, 67, 2

uulgabat ire in melius ualetudinem principis, quo miles bona in spe ageret tempusque prosperum ex monitis Chaldaeorum aduentaret.<sup>48</sup>

Nesse meio-tempo, era convocado o Senado, e cônsules e sacerdotes pronunciavam votos pela incolumidade do imperador, quando este, já sem vida, era coberto por roupas e cataplasmas para se ganhar tempo e preparar as coisas para a investidura de Nero. Desde o início, Agripina, como que vencida pela dor e procurando um conforto, abraçava Britânico, chamava-o de verdadeiro retrato de seu pai e entretinha-o de várias maneiras para que não saísse de seu quarto. Também deteve Antônia e Otávia, suas irmãs, e fechara todos os acessos por meio de sentinelas. E constantemente divulgava a notícia de que a saúde do imperador estava melhor para que os soldados tivessem uma esperança e que o tempo propício, de acordo com os conselhos dos caldeus, chegasse.

O plano termina com êxito quando Nero, com o auxílio de Burro, ganha o favor dos pretorianos e é aceito pelo Senado. Díon Cássio afirma que o discurso de Nero no quartel foi composto por Sêneca<sup>49</sup>, mas essa informação é ausente na narrativa dos *Annales*, que segue:

Tunc medio diei, tertium ante Idus Octobres, foribus palatii repente diductis, comitante Burro, Nero egreditur ad cohortem, quae, more militiae, excubiis adest. Ibi, monente praefecto, festis uocibus exceptus, inditur lecticae. Dubitauisse quosdam ferunt, respectantis rogantisque ubi Britannicus esset; mox, nullo in diuersum auctore, quae offerebantur secuti sunt. Inlatusque castris Nero et congruentia temporis praefatus, promisso donatio ad exemplum paternae largitionis, imperator consalutatur. Sententiam militum secuta patrum consulta, nec dubitatum est apud prouincias. Caelestesque honores Claudio decernuntur, et funeris sollemne perinde ac diuo Augusto celebratur, aemulante Agrippina proauiae Liuiaie magnificentiam. Testamentum tamen haud recitatum, ne antepositus filio priuignus iniuria et inuidia animos uulgi turbaret.<sup>50</sup>

Então, ao meio-dia do dia treze de outubro, tendo-se aberto subitamente as portas do palácio, acompanhado de Burro, dirige-se à coorte, que montava a guarda conforme o costume militar. Ali, seguindo as ordens do prefeito, é recebido por gritos festivos e colocado na liteira. Dizem que alguns haviam hesitado, olhando para os lados e se perguntando onde estava Britânico; então, como ninguém se opunha, seguiram o que se lhes oferecia. Levado ao quartel, tendo começado por dizer coisas adequadas ao momento e tendo prometido um donativo à altura da generosidade paterna, foi aclamado imperador. Os decretos do Senado seguiram a vontade dos soldados e não houve incerteza nas províncias. Honras divinas são votadas para Cláudio e a solenidade do funeral é celebrada de modo idêntico ao do divino Augusto, emulando Agripina a magnificência da bisavó Lívia. O testamento, entretanto, não foi lido publicamente, para não agitar os ânimos do povo, pela injustiça e pela inveja, por ter preferido a seu filho o enteado.

---

<sup>48</sup> Tac. Ann. XII, 68

<sup>49</sup> Dio Cass. LXI, 3

<sup>50</sup> Tac. Ann. XII, 69

Após um momento de hesitação, pois alguns soldados se perguntaram por Britânico, Nero conquistou as graças dos milicianos. Comprar a fidelidade dos soldados era parte da prática política imperial, seguindo um costume instituído pelo próprio Augusto. Logo, a cláusula *promisso donatiuo* não denota, necessariamente, uma crítica específica a Nero. Os alvos da censura do escritor parecem ser dois: o Senado, que seguiu o parecer dos soldados (*sententiam militum secuta patrum consulta*) e o imperador defunto, que preferira o enteado ao seu próprio filho em seu testamento (*antepositus filio privignus*). Este testamento, entretanto, não fora mencionado anteriormente por Tácito e, como é de se supor pela narrativa, não era conhecido por Agripina. Suetônio, contrariamente, indica que o testamento de Cláudio favorecia seu filho, como mostra o passo:

Cumque impubi teneroque adhuc, quando statura permetteret, togam dare destinasset, adiecit: "Vt tandem populus romanus uerum Caesarem habeat."

Non multoque post testamentum etiam conscripsit ac signis omnium magistratuum obsignauit. Prius igitur quam ultra progredereetur, praeuentus est ab Agrippina, quam praeter haec conscientia quoque nec minus delatores multorum criminum arguebant.<sup>51</sup>

E quando ordenara dar a toga viril ao seu filho ainda jovem e impúbere, tão logo a estatura o permitisse, acrescentou: "Que finalmente o povo romano tenha um verdadeiro imperador."

E pouco tempo depois, redigiu ainda um testamento e o fez chancelar pelos selos de todos os magistrados. Por isso, antes que fosse ainda mais longe, foi impedido por Agripina, estimulada também pela consciência dos seus muitos crimes e pelos delatores.

A extensão do episódio e a vivacidade com que Tácito o compõe evocam no leitor a imagem de uma mãe que usa de todos os meios para levar seu filho ao trono. O crime de Agripina, assim, foi de dupla natureza, pois, além de assassinar seu esposo, substituiu-se à última vontade daquele para associar a sua própria descendência ao principado. Ela, a grande responsável pela sucessão do império, toma a cena e, para tanto, suas ações mostram-se verticalmente lastreadas em sentimentos. Assim, certa do crime, se pergunta sobre qual veneno escolher; tomada de pavor, recorre ao médico Xenofonte; fingindo estar abatida pela dor, abraça Britânico. O tom de reprovação a Agripina é retomado no capítulo final quando é dito que Agripina almejava alcançar a magnificência de Lúvia (*aemulante Agrippina proauiae Liuiiae magnificentiam*), pela equiparação de Cláudio a Augusto.

---

<sup>51</sup> Suet. Claud. 43-4



Ora, Lívía é descrita por Tácito nos primeiros livros dos *Annales* como uma mulher de natureza dominadora e desejosa de se imiscuir no exercício do poder imperial. O papel proeminente que exerceu na sucessão de Augusto – a primeira e, portanto, talvez a mais delicada dentre as passagens de poder no Alto Império –, valeu-lhe a antipatia de Tácito<sup>52</sup>, que não tolerou ver os destinos de Roma entregues às mãos de uma mulher. Não é por outro motivo que o historiador se refere a ela como “uma mãe funesta para a República, uma madrasta funesta para a casa dos Césares” (*gravis in rem publicam mater, gravis domui Caesarum nouerca*<sup>53</sup>). O trecho a seguir mostra a semelhança entre a atuação da *mater patriae* e a de Agripina, por ocasião da morte dos respectivos esposos:

Haec atque talia agitantibus graescere ualetudo Augusti, et quidam scelus uxoris suspectabant. Quippe rumor incesserat, paucos ante menses Augustum, electis consciis et comite uno Fabio Maximo, Planasiam uectum ad uisendum Agrippam; multas illic utrimque lacrimas et signa caritatis spemque ex eo fore ut iuuenis penetibus aui redderetur: quod Maximum uxori Marciae aperuisse, illam Liuia. gnarum id Caesari; neque multo post extincto Maximo, dubium an quaesita morte, auditos in funere eius Marciae gemitus semet incusantis, quod causa exitii marito fuisset. Vt cumque se ea res habuit, uix dum ingressus Illyricum Tiberius properis matris litteris accitur; neque satis conpertum est, spirantem adhuc Augustum apud urbem Nola an exanimem reppererit. Acribus namque custodiis domum et uias saepserat Liuia, laetique interdum nuntii uulgabantur, donec prouisis quae tempus monebat simul excessisse Augustum et rerum potiri Neronem fama eadem tulit.<sup>54</sup>

Enquanto se discutiam estas coisas e outras parecidas, a saúde de Augusto começou a se deteriorar e alguns suspeitavam de um crime por parte de sua esposa. Pois se espalhara o rumor que, poucos meses antes, o imperador, confiando em poucos e acompanhado somente por Fábio Máximo, havia ido a Planásia para ver Agripa. Ali, muitas lágrimas e demonstrações de afeto de ambas as partes e daí surgiu a esperança de que o jovem retornasse à família do avô. Máximo tinha revelado o acontecido a sua esposa Márcia e esta, a Lívía. Tal fato havia chegado ao conhecimento de Augusto; e, tendo Máximo morrido logo depois, não se sabe se de morte voluntária, foi ouvido o lamento de Márcia no funeral, acusando a si mesma de ter sido a causa da morte do marido. Como quer que tenha ocorrido esse fato, Tibério mal tinha chegado ao Ilírico, quando foi chamado de volta por uma carta de sua mãe; e não está bem claro se, ao chegar à cidade de Nola, ele encontrou Augusto ainda respirando ou sem vida. Pois o palácio e a rua estavam guardados com uma rigorosa vigilância ordenada por Lívía, e notícias promissoras eram divulgadas em intervalos, enquanto se tomavam as medidas que o momento exigia. Então, soube-se, a um só tempo, que Augusto tinha morrido e que Tibério Nero tinha tomado o poder.

<sup>52</sup> MICHEL, 1966, p. 124-5

<sup>53</sup> Tac. Ann. I, 10

<sup>54</sup> Tac. Ann. I, 5

As duas mulheres se identificam por vários elementos: envolvimento na morte de Augusto (*quidam scelus uxoris suspectabant*) e Cláudio; controle da situação subsequente ao óbito (*acribus namque custodiis domum et uias saepserat Liuia*); dissimulação da morte para ganhar tempo até a investidura (*laetique interdum nuntii uulgabantur*) e, principalmente, pelo desejo compartilhado por ambas de assegurarem o poder para seus filhos. Além disso, Tácito, na linha final, trata Tibério pelo *cognomen* típico da família dos Cláudios, *i.e.* Nero. Essa peculiaridade aproxima ainda mais ambas as histórias: dois imperadores que chegaram ao poder pelas artimanhas de mulheres, as quais, para Tácito não deveriam se imiscuir no poder imperial<sup>55</sup>.

Uma derradeira menção incumbe fazer, desta vez a um fato contemporâneo à escrita dos *Annales* – a sucessão de Trajano. A *Historia Augusta*, conjunto de *uitae* de imperadores romanos de Adriano até Numeriano, relata as incertezas que acercaram a morte de Trajano em 117. O papel desempenhado por Plotina em favor de Adriano evoca admiravelmente Agripina e sua predecessora, Lúvia.

Vsus Plotinae quoque fauore, cuius studio etiam legatus expeditionis Parthicae tempore destinatus est. Qua quidem tempestate utebatur Hadrianus amicitia Sosi Papi et Platori Nepotis ex senatorio ordine, ex sequestri autem Attiani, tutoris quondam sui, et Liuiani et Turbonis. In adoptionis sponsionem uenit Palma et Celso, inimicis semper suis et quos postea ipse insecutus est, insuspicionem adfectatae tyrannidis lapsis. Secundo consul fauore Plotinae factus totam praesumptionem adoptionis emeruit. Corrupisse eum Traiani libertos, curasse delicatos eosdemque saepe inisse per ea tempora, quibus in aula familiarior fuit, opinio multa firmavit. Quintum iduum August. diem legatus Suriae litteras adoptionis accepit, quando et natalem adoptionis celebrari iussit. Tertium iduum earundem, quando et natalem imperii statuit celebrandum, excessus ei Traiani nuntiatus est. Frequens sane opinio fuit Traiano id animi fuisse, ut Neratium Priscum, non Hadrianum successorem relinqueret, multis amicis in hoc consentientibus, usque eo ut Prisco aliquando dixerit: "commendo tibi prouincias, si quid mihi fatale contigerit". Et multi quidem dicunt Traianum in animo id habuisse, ut exemplo Alexandri Macedonis sine certo successo remoreretur, multi ad senatum eum orationem uoluisse mittere petiturum, ut, si quid ei euenisset, principem Romanae rei publicae senatus daret, additis dum taxat nominibus ex quibus optimum idem senatus eligeret. Nec desunt qui factione Plotinae mortuo iam Traiano Hadrianum in adoptionem adscitum esse prodiderint, supposito qui pro Traiano fessa uoce loquebatur.<sup>56</sup>

<sup>55</sup> Sobre o novo papel das mulheres na época imperial, cf ROUSSELE, 2002, p. 424-431. Sobre as mulheres nobres na corte imperial do Alto Império, cf FANTHAM, 1994, p. 307-314

<sup>56</sup> Hist. Aug. Had. IV

Gozava igualmente do favor de Plotina, por cuja influência foi também feito legado ao tempo da expedição contra os partos. Naquela época, Adriano gozava da amizade de Sósio, de Papo e de Platório Nepos, da ordem senatorial; na ordem equestre, por sua vez, de Atiano, outrora seu tutor, de Liviano e de Turbo. Ele teve a certeza de chegar ao poder quando Palma e Celso, sempre seus inimigos e os quais ele mesmo perseguiu depois, incorreram na suspeita de querer usurpar o poder. Eleito cônsul pela segunda vez pelo favor de Plotina, teve a total presunção de que seria adotado. Era opinião comum que ele tinha corrompido os libertos de Trajano, que tinha tratado bem os meninos do imperador, massageando-os muitas vezes naquele tempo em que frequentava muito a corte. No quinto dia antes dos idos de agosto, quando ele era legado na Síria, recebeu uma carta com a notícia da adoção, dia que mandou que fosse celebrado como aniversário de sua adoção. No terceiro dia dos mesmos idos, dia que ordenou ser celebrado como o aniversário de seu governo, a morte de Trajano foi anunciada. Muito difundida foi a crença de que Trajano tivera a intenção de indicar Nerácio Prisco como sucessor, e não Adriano – muitos amigos do imperador teriam aprovado este desígnio – tanto que teria dito uma vez a Prisco: “Confio-te as províncias se alguma desgraça me ocorrer”. E muitos dizem, com efeito, que Trajano tencionava, a exemplo de Alexandre da Macedônia, morrer sem deixar um sucessor determinado; outros dizem que ele queria enviar ao Senado uma mensagem pedindo que, se algo lhe ocorresse, o Senado indicasse um imperador para a República Romana, juntando somente alguns nomes, dentre os quais o mesmo Senado escolheria o melhor. E não falta quem conte que, por um arranjo de Plotina, Adriano conseguiu a adoção quando Trajano já estava morto, tendo alguém sido encarregado de falar, com uma voz extenuada, em lugar de Trajano.

A sucessão do admirado Trajano, que substituiu, sem qualquer estremecimento, seu antecessor Nerva, deve ter sido objeto de grande discussão em Roma e, sobretudo, no seio da nobreza senatorial, que apoiava ambos imperadores. Trajano não indicara, afinal, quem desejava como sucessor e, agindo assim, acreditavam alguns que o imperador desejasse encarregar o Senado de escolher o próximo *princeps* (*principem Romanae rei publicae senatus daret*) – a ideia não parece fantasiosa, tendo em conta que Nerva e Trajano tinham um compromisso com o Senado, bem como apoio deste órgão. Assim, a intervenção de Plotina para garantir a um membro da família de Trajano (Adriano era filho de uma prima dele) a continuidade do *imperium* afigura-se como uma traição ao pacto que se estabelecera, desde Nerva, entre senadores e imperador. O que equivale a dizer que se instalava novamente em Roma o combatido princípio da sucessão hereditária do *imperium*, cujos resultados haviam sido os principados tirânicos, como o de Domiciano e o de Nero especialmente. Por conta disso, em face de Adriano, visto pelos senadores como um símbolo da tirania imperial do passado, formou-se uma oposição desde o momento de sua investidura. Disso é indício o aduzido excerto da *Historia Augusta*, que cita os comentários tecidos em Roma, à época,

sobre as manobras para a sucessão (*opinio multa firmavit; frequens sane opinio fuit; nec desunt qui... prodiderint*). Segundo alguns<sup>57</sup>, Trajano poderia mesmo ter sido envenenado, o que agravaria ainda mais o crime de Plotina e a semelhança da sucessão de Nero à de Adriano.

A julgar pela hipótese de Syme, na ocasião dos fatos narrados, Tácito ainda se dedicava aos *Annales*, cuja primeira parte (os três primeiros livros) parece ter sido publicada em 116<sup>58</sup>. Assim, ainda que o trecho relativo à sucessão de Augusto – e à interferência de Lúvia no processo, por extensão – tenha sido escrito antes da morte de Trajano, a hêxade neroniana foi escrita seguramente depois<sup>59</sup>. Portanto, o episódio final do livro XII, que dá conta da fraude de Agripina e, conseqüentemente, da usurpação de poder por parte de seu filho, poderia ser uma alusão a Plotina e a Adriano. Tácito, por meio das imagens inseridas na obra historiográfica, referia-se, assim, ao seu próprio tempo. Como escreveu O’Gorman, ao discutir as múltiplas possibilidades de interpretação dos *Annales*:

A *imago*, a máscara mortuária, é investida de um senso de mortalidade: a *imago* de alguém, através da qual suas ações gloriosas são preservadas e reevocadas, adquire existência somente após o momento da morte. Como qualquer texto, a *imago* tem significação somente em relação ao espectador para o qual a mensagem do passado foi dirigida; ou, como já indiquei, em relação aos espectador cuja posição no presente é tal que o permite fazer do texto da *imago* uma mensagem do passado.<sup>60</sup>

Para o leitor contemporâneo de Tácito, portanto, Agripina pode ter sido lida como a *imago*<sup>61</sup> da mulher ávida de poder – e que, por isso mesmo afronta a nobreza aristocrática romana, para quem o poder político era atributo dos homens –, que trai o Senado e o povo de Roma. Os objetivos de Agripina, como os de Plotina, não ecoam o interesse de Roma, consubstanciado no princípio de que o melhor dentre os possíveis sucessores, a juízo do Senado, deve ser investido no *imperium*. Antes, elas desejam perpetuar sua influência no poder por meio daqueles – Nero ou Adriano – que favoreceram. Conseqüência disso é que também Nero pode servir como imagem de Adriano: ambos receberam o poder das mãos de uma mulher da corte; ambos devem sua investidura a uma fraude, a um crime, mau agouro

<sup>57</sup> BIRLEY, 1997, p. 75

<sup>58</sup> SYME, 1958, p. 471-3

<sup>59</sup> Michel (1966, p. 96-7) vai além de Syme e chega a supor que mesmo a primeira hêxade seja posterior a 117. Se assim fosse, mesmo a hêxade de Tibério poderia ter referência à sucessão de Adriano.

<sup>60</sup> O’GORMAN, 2000, p. 57

<sup>61</sup> Uso *imago* no sentido de *exemplum*, em que um fato “fixado historicamente” substitui-se ao pensamento do autor, e, especificamente, na modalidade *typus*, quando duas realidades históricas se relacionam entre si. (LAUSBERG, 1972, p. 241-2).

para o futuro principado; ambos são escolhidos à revelia do Senado, órgão que o historiador defende e cuja ideologia representa.

#### 4.3 NERO E OS SENADORES

Os escritos históricos do Alto Império romano foram definidos por Mehl<sup>62</sup> como “historiografia senatorial”. De fato, os historiadores do período são senadores, a exemplo de nosso autor, ou cavaleiros, imbuídos todos de um forte sistema de representações sobre a vida política de Roma. Esta filiação fica patente na produção literária do período, tanto pela nostalgia da época republicana, como pelo sentimento de inevitabilidade diante do principado e, sobretudo, por uma representação negativa das dinastias júlio-claudiana e flaviana. E é esta última característica que nos toca mais especificamente, porquanto a leitura dos *Annales*, que termina justamente pelos livros do ciclo neroniano, deixa a vívida impressão de que os imperadores retratados eram todos loucos, fracos, imorais, degenerados e, numa palavra, opostos à *virtus* romana tradicional. No entanto, o Império Romano via o seu apogeu, as instituições funcionavam, o comércio fluía, as províncias ocidentais floresciam. Esse paradoxo é expresso por Roman:

Ao se debruçar sobre o destino de Roma, nenhum historiador pode se furtar de um debate necessário. Por que esta concentração de “imperadores maus”, por que esta indolência senatorial, tão frequentemente descrita? Pois o retrato, individual ou coletivo, cinzelado há dois milênios, não sofre discussão. (...) Cláudio falava de maneira pouco clara, gaguejava e dormia em pleno tribunal, mas isso não significa que nós devêssemos recusar à sua política uma visão de conjunto excepcional. Nero era talvez um artista, mas o modo como conduziu o mundo foi longe de ser ridículo. Domiciano pretendia ordenar e sujeitar na qualidade de *deus* e não de *princeps*. Para um habitante de uma cidade não italiana, o resultado era, entretanto, excepcionalmente positivo. Galiano, ele próprio, apartou os senadores dos comandos militares e, por isso, seu retrato é passavelmente negativo. Mas esta situação não tornou possível o restabelecimento do Império?<sup>63</sup>

É dizer, os imperadores eram representados de forma melhor ou pior à proporção que respeitavam mais ou menos as prerrogativas da ordem senatorial. Ou, por outras, não era o comportamento privado, não o caráter, que definia um *princeps*, na expressão simplificadora de Yves Roman, como um *mauvais empereur*. Antes, este julgamento era efetuado tendo por

<sup>62</sup> MEHL, 2001, p. 112. “*senatorische Geschichtsschreibung*”.

<sup>63</sup> ROMAN, 2001, p. 17

base as relações políticas do *princeps* com o Senado, de maneira que o autoritarismo ou a adoção de uma posição ideológica francamente contrária aos ideais republicanos senatoriais<sup>64</sup> bastavam para fixar o enquadramento negativo do retrato. Daí a importância de se considerar com atenção a maneira pela qual Nero se relacionava com o Senado. Esta interação é, por assim dizer, a chave para se entender o retrato tacitano.

Nero, nascido em dezembro de 37, assumiu o império em outubro de 54, com apenas dezesseis anos. Quando se compara sua idade com a de seus predecessores ao assumirem o poder, percebe-se nitidamente que o governo do jovem imperador se apoiava, de um lado em sua mãe, de outro, em Burro e Sêneca. E foi aquela, Agripina, o primeiro objeto das lisonjas do Senado, como revela Tácito, após comentar o quanto Nero era apegado à sua mãe:

Propalam tamen omnes in eam honores cumulabantur, signumque more militiae petenti tribuno dedit “Optimae matris”. Decreti et a senatu duo lictores, flamonium Claudiale, simul Claudio censorium funus et mox consecratio.<sup>65</sup>

Publicamente, entretanto, acumulavam-se sobre ela todas as honras e assim, conforme o uso militar, ao tribuno que lhe pedia a senha, deu a seguinte: “A melhor mãe de todas”. E pelo Senado foram-lhe atribuídos dois lictores, a dignidade de flâmine de Cláudio e, ao mesmo tempo, votou-se para Cláudio um funeral público e, em seguida, a deificação.

Começava um jogo de movimentos protocolares, em que o Senado concedia honras desmedidas à família imperial e ao imperador e este, por sua vez, parecia respeitar a antiga autoridade daquela assembleia. Tratava-se de uma farsa política, que se estendeu por todo o Alto Império e que, dada sua natureza ideológica, garantia a estabilidade das instituições. Assim, o *princeps*, visto como um mal necessário pelo *ordo senatorius*, necessitava do apoio da nobreza senatorial para governar e, ainda além, representava o ápice de um sistema sócio-político que dependia do próprio Senado, bem como dos *equites* e da nobreza provincial. Logo, convinha ao *princeps* cumprir a etiqueta e, a exemplo de Nero, no início do governo, empenhar aos *patres* seu respeito e a garantia de independência funcional. É o que vemos em seu primeiro pronunciamento:

Ceterum, peractis tristitiae imitamentis, curiam ingressus et de auctoritate patrum et consensu militum praefatus, consilia sibi et exempla capessendi egregie imperii memoravit, neque iuventam armis ciuilibus aut domesticis discordiis imbutam; nulla odia, nullas iniurias nec cupidinem ultionis

<sup>64</sup> ROMAN, 2001, p. 18-9

<sup>65</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 3

adferre. Tum formam futuri principatus praescipit, ea maxime declinans quorum recens flagrabat inuidia: non enim se negotiorum omnium iudicem fore, ut, clausis unam intra domum accusatoribus et reis, paucorum potentia grassaretur; nihil in penatibus suis uenale aut ambitioni peruium; discretam domum et rem publicam. Teneret antiqua munia senatus, consultum tribunalibus Italia et publicae prouinciae adsisterent; illi patrum aditum praeberent; se mandatis exercitibus consulturum.<sup>66</sup>

De resto, terminada essa farsa da tristeza, entrou na Cúria e, após se ter referido à autoridade dos senadores e ao consenso do exército, lembrou que tinha conselhos e exemplos para governar com perfeição e que a sua juventude não tinha sido contaminada por guerras civis ou discórdias familiares. Não trazia ódios, nem ofensas, nem desejo de vingança. Então delineou o programa do seu futuro governo, afastando-se especialmente dos pontos que tinham provocado insatisfação recente: não haveria de ser o juiz de todas as causas, para evitar que a influência de poucos se insinuasse, caso estivessem fechados na mesma casa acusadores e réus. Na sua casa não entraria venalidade ou ambição. O palácio e a administração do governo seriam separados. Que o Senado conservasse suas antigas prerrogativas, que a Itália e as províncias senatoriais se apresentassem ao tribunal dos cônsules: que estes concedessem o acesso aos senadores. Ele tomaria a si o exército, que lhe fora confiado.

O discurso de Nero, que ocorre logo em seguida aos funerais de Cláudio, provavelmente era de autoria de seu preceptor, que já tinha escrito o elogio fúnebre que acabara de ser pronunciado<sup>67</sup>. A proclamação da ascendência política de Sêneca no novo governo – indicada, logo no início da fala, quando Nero se refere aos *consilia* de que dispunha para imperar – era uma garantia que se dava ao Senado, uma promessa de respeito ao *ordo senatorius*, insatisfeito com as perseguições do principado de Tibério, com as humilhações sob Calígula e com o desprestígio sofrido no último principado, de Cláudio. Retomando a teorização política de Sêneca, que preconizara a indissolubilidade entre a *Res Publica* e o *princeps* no *De Clementia*<sup>68</sup>, o novo *princeps* reafirma a *auctoritas* do Senado e reconhece sua função no Estado e suas antigas atribuições (*antiqua munia*). Valendo-se daquilo que era sua própria fraqueza, ou seja, a pouca idade, declara-se livre de ódios e de desejos de vingança, pelo que pode propor um programa de governo (*forma futuri principatus*), isento das injustiças do principado anterior. Um novo tempo em que o *princeps* restringia o seu poder perante o Senado, afirmando que governaria o Império com separação entre o erário e o patrimônio imperial, que não seria a última instância judicial e em que as províncias senatoriais teriam como grau máximo de jurisdição os cônsules e, em apelo, a Cúria. Em suma, propugna por

<sup>66</sup> Tac. Ann. XIII, 4

<sup>67</sup> Cf Tac. Ann. XIII, 3 – o tema da *aliena facundia*, já tratado em 4.1

<sup>68</sup> Sen. De Clem. I, 4, 3

uma *concordia ordinum*, na formulação ciceroniana, e segue a teorização política de Sêneca, que, nas palavras de Grimal, “sabe que o regime imperial só será aceitável à elite romana se tiver um fundamento filosófico, se o príncipe é, em alguma medida, um sábio, se ele possui as virtudes fundamentais da *sapientia*.”<sup>69</sup>

Em que medida esse programa foi meramente ideológico não é nosso escopo saber. Como é comum no discurso político, grande parte do sentido das palavras não deve ser lido denotativamente mas, antes, só é perfeitamente alcançado quando se compreende o seu elemento simbólico. E o principado, como vimos, é um instituição por si só ambígua, que mescla o governo de um só com magistraturas e hábitos políticos típicos da aristocracia. Portanto, não se pode menosprezar a função agregadora de palavras e de conceitos-chave na construção dessa “ficção política” que é o principado: um  *fingere* – ou, nas palavras de Haynes, um *make-believe*<sup>70</sup> – de uma ordem político-social que se espelhava na república, ocultando um processo de concentração de poder nas mãos do imperador. No dizer de Syme:

Se o principado era equívoco, assim também eram seus inimigos ou seus críticos. A linguagem política tende a ser altamente ambígua; e os romanos, cuja religião desconhecia dogmas, encontravam conforto e compensação no zelo devoto da *res publica*.<sup>71</sup>

E o conceito de *res publica*, apartada da *domus*, da esfera familiar do imperador, é um sinal trocado entre Sêneca e o Senado. É dizer, Sêneca, o grande orquestrador político de Nero nos primeiros anos do principado, pretende acenar positivamente para o Senado e, com isso, angariar suporte político para o novo governo.

Em que pese o caráter ideológico de que possa ter se revestido o discurso, Tácito acrescenta, no capítulo seguinte, que tal programa de governo foi seguido e que a Cúria teve liberdade para decidir muitas coisas (*Nec defuit fides, multaque arbitrio senatus constituta sunt...*), citando o exemplo de duas resoluções: a proibição de que os oradores auferissem retribuição pelas causas defendidas (*ne quis ad causam orandam mercede aut donis emeretur*) e que os questores designados não tivessem a obrigação de oferecer combates de gladiadores (*ne designatis [quidem] quaestoribus edendi gladiatores necessitas esset*<sup>72</sup>). Entretanto, considerando o final do principado de Nero, e mesmo o desencadeamento da perseguição aos senadores nos livros seguintes, este primeiro enunciado elogioso de Tácito deve ser tomado

<sup>69</sup> GRIMAL, 1991, p. 131

<sup>70</sup> HAYNES, 2003, *passim*

<sup>71</sup> SYME, 1958, p. 547

<sup>72</sup> As três passagens em Tac. Ann. XIII, 5, 1



com reservas, talvez podendo ser entendido como um recurso narrativo. Seguindo essa intuição, o desejo do historiador deveria ser o de marcar um início venturoso do novo governo, preparando o leitor para a progressiva deterioração das relações entre *princeps* e *senatus* e culminando com a morte de Trásea Peto, como veremos na sequência.

Assim, sobretudo no livro XIII, que cobre os primeiros cinco anos do principado, de 64 a 68, inclusive, em várias ocasiões são referidas atitudes respeitadas do imperador em relação ao Senado e, por extensão, em relação aos cavaleiros mais afluentes. Por exemplo, no capítulo 10, Nero veta o indiciamento de Carrinas Céler, senador acusado por um escravo de um delito não mencionado, e de Júlio Denso, suspeito de defender a causa de Britânico (*Neque recepti sunt inter reos Carrinas Celer, senator, seruo accusante, aut Iulius Densus, equester, cui fauor in Britannicum dabatur*)<sup>73</sup>. Ainda que de forma implícita, o trecho se refere ao crime previsto na *lex maiestatis*, uma versão imperial do crime de *perduellio* na República, que originalmente punia aqueles que cometiam algum ato contra o povo romano, como traição e atentado contra o Estado. Sob Tibério, o *crimen maiestatis* foi reavivado para punir qualquer cidadão romano que fosse acusado de traição contra o *princeps* – já que este encarnava todo o povo romano – e a sua ampla utilização foi relatada por Tácito nos seis primeiros livros dos *Annales*<sup>74</sup>. A *lex maiestatis* representava uma grande violação às garantias legais tradicionais dos *optimates*, já que permitia que os escravos testemunhassem contra os próprios senhores. Tal procedimento consistia em duplo golpe já que, primeiramente, o livre testemunho dos escravos, em regra, não era aceito em juízo<sup>75</sup> e, além disso, os escravos estavam proibidos de testemunhar contra os próprios senhores. Este é, portanto, o sentido do *seruo accusante*, o de remeter o leitor ao único processo em que o senhor poderia ser acusado pelo seu escravo naquele período do Alto Império, a saber, o de lesa-majestade. Quando Nero, portanto, impede que se leve a cabo um processo dessa natureza, sinaliza com um inequívoco gesto em favor dos *optimates* e, simultaneamente, aparta-se da figura de Tibério e das perseguições perpetradas em seu principado.

Este gesto é seguido de outros, como no capítulo seguinte:

Claudio Nerone, L. Antistio consulibus, cum in acta principum iurarent magistratus, in sua acta collegam Antistium iurare prohibuit, magnis patrum laudibus, ut iuuenilis animus, leuium quoque rerum gloria sublatus, maiores

<sup>73</sup> Tac. Ann. XIII, 10, 2

<sup>74</sup> ESTEVES, 2004, p. 61-3

<sup>75</sup> Um *seruus* só era um *testis* válido se seu depoimento fosse obtido mediante tortura. Seu testemunho espontâneo e voluntário era considerado inválido, dada sua incapacidade de autodeterminação. Cf. DAGR, verbete *testis* (tomo 5, p. 153)

continuaret. Secutaque lenitas in Plautium Lateranum, quem, ob adulterium Messalinae ordine demotum, reddidit senatui, (...) <sup>76</sup>

Sob o consulado de Cláudio Nero e Lúcio Antístio, enquanto os magistrados juravam fidelidade aos atos dos imperadores, proibiu seu colega Antístio de jurar sobre seus atos, com grande louvor dos senadores, na esperança de que seu espírito juvenil, estimulado pela glória ligada mesmo às pequenas coisas, continuasse com as maiores. E de fato seguiu-se a leniência para com Plauto Laterano, que readmitiu ao Senado, ele que fora removido de sua ordem em razão do adultério com Messalina, (...)

No trecho, Nero demonstra deferência para com seu colega do consulado, desobrigado de prestar o juramento de fidelidade ao *princeps*. Logo em seguida, readmite à Cúria um senador expulso por Cláudio, ato que tem pelo menos três significados. O primeiro, de distanciamento dos desmandos dos príncipes anteriores e, *in casu*, do principado de Cláudio, propósito já preconizado no seu discurso inicial ao Senado. O segundo, também já referido anteriormente, de separar a *domus* da *res publica*, de forma que uma ofensa sofrida pela família Cláudia não devesse acarretar a punição de um membro da ordem senatorial. E, último e mais claro sentido da readmissão de Pláucio Laterano, a *clementia*, virtude capital dos *principes* desde o *clipeus uirtutis* recebido Augusto. O verdadeiro inspirador e responsável por estas atitudes, de tão grande valor simbólico para a nobreza, não é outro senão Sêneca, que o historiador menciona na sequência:

(...) clementiam suam obstringens crebris orationibus, quas Seneca, testificando quam honesta praeciperet, uel iactandi ingenii, uoce principis uulgabat. <sup>77</sup>

(...) associando-se à clemência por discursos frequentes, que Sêneca, quer para provar as elevadas qualidades de seus ensinamentos, quer para se vangloriar de seu engenho, apresentava ao público por meio da voz do imperador.

O tema da *aliena facundia* retorna, desta vez de forma a realçar a influência de Sêneca sobre o governo do *iuuenilis animus*, como Tácito denomina Nero neste excerto. Os exemplos de *clementia* de Nero nestes primeiros anos de governo afiguram-se, portanto, antes como sinais trocados entre Sêneca e os seus colegas senadores do que manifestações de um caráter, naturalmente clemente.

---

<sup>76</sup> Tac. Ann. XIII, 11, 1-2

<sup>77</sup> Tac. Ann. XIII, 11, 2

Os senadores, por sua vez, retribuíam com lisonjas a afabilidade imperial, por meio de homenagens prestadas à Agripina e ao próprio imperador. Por conta disso, logo no início do governo, quando os partos, que haviam invadido a Armênia, retiraram-se daquele reino e, com isso, evitou-se uma guerra entre Roma e a Pártia, a reação do Senado foi exagerada:

Sed apud senatum omnia in maius celebrata sunt sententiis eorum qui supplicationes et diebus supplicationum uestem principi triumphalem, utque ouans Urbem iniret, effigiemque eius pari magnitudine ac Martis Ultoris eodem in templo censuere, (...) <sup>78</sup>

Porém, no Senado, tudo isso era engrandecido pelos discursos dos membros, que propuseram preces públicas, ocasião em que o imperador deveria usar as vestes triunfais e entrar em Roma com uma ovação; e que deveria ser concedida a ele uma estátua do mesmo tamanho da de Marte Ultor, e no mesmo templo desta, (...)

O exagero da celebração (*in maius celebrata*) se torna ainda mais claro dentro da narrativa, já que aparece imediatamente depois da explicação para a retirada dos partos:

Exortusque in tempore aemulus Vologaesii filius Vardanis; et abscessere Armenia Parthi, tamquam differrent bellum. <sup>79</sup>

Então, naquele tempo, um rival de Vologeso apareceu na pessoa de Vardanes; e os partos, aparentando quererem adiar a guerra, evacuaram a Armênia.

Na mesma direção, lemos no capítulo 26 mais um exemplo do excesso de reverência dos senadores (e mesmo cônsules, neste caso específico) em face do poder imperial:

Per idem tempus, actum in senatu de fraudibus libertorum, efflagitatumque ut aduersus male meritis reuocandae libertatis patronis daretur. Nec deerant qui censerent, sed consules, relationem incipere non ausi ignaro principe, perscripsere tamen consensum senatus. <sup>80</sup>

Nessa mesma ocasião, o Senado discutiu as iniquidades dos libertos, e uma demanda foi apresentada no sentido de que os senhores pudessem revogar a liberdade concedida àqueles que não a mereceram. À proposta não faltaram apoiadores, mas os cônsules não ousaram iniciar a moção sem o conhecimento do imperador, contudo avisaram-no sobre o parecer do Senado.

No ano em que se deu o episódio, o consulado não foi ocupado por Nero, mas sim por dois senadores. Entretanto, na ausência do príncipe, os magistrados não ousavam (*ausi*)

<sup>78</sup> Tac. Ann. XIII, 8, 1

<sup>79</sup> Tac. Ann. XIII, 7, 2

<sup>80</sup> Tac. Ann. XIII, 26, 1

desempenhar as suas funções normais e preferiram, cautelosa e respeitosamente, remeter a questão a Nero, de modo a abdicar, ao menos naquele caso específico, do poder de iniciativa das leis e de direção dos debates do Senado<sup>81</sup>.

Exemplos do exagero do Senado ao elogiar os *principes* e da covardia dos magistrados em exercerem seus poderes tradicionais são abundantes nos *Annales*. Tácito anuncia o servilismo que se apossou dos *optimates* já no início do principado de Tibério: “Mas em Roma, cônsules, senadores e cavaleiros lançaram-se na servidão” (*At Romae ruere in servitium consules, patres, eques*”<sup>82</sup>). Mais uma vez, suspeitamos ler uma mensagem do senador Tácito a seus colegas e leitores contemporâneos. Os avanços de Adriano contra as prerrogativas senatoriais restabelecidas por Nerva urgiam uma resposta firme do Senado, que, no entanto, comportava-se com grande passividade<sup>83</sup>. A alusão do autor à realidade de sua época, entretanto, não restringe a vocação universal e perene da obra literária. Assim, se é certo supor que a menção à fraqueza dos senadores diante do poder de Nero remete à pusilanimidade dos pares de Tácito em face do despotismo de Adriano, não se pode negar que é, antes de tudo, ao leitor futuro que a *historia* se destina. É este que deve, talvez mesmo pela leitura atenta ao momento histórico de Tácito, entreter-se com a narrativa e ser edificado pelos exemplos, exemplos de comportamentos a emular ou a evitar.

Embora continue válido no restante dos *Annales* o esquema binário que alterna atos de respeito simbólico do imperador diante do Senado com atos de bajulação deste para aquele, nota-se uma tensão crescente, a partir do livro XIV, entre Palatino e Cúria. Este livro começa com o assassinato de Agripina, crime que, juntamente com o incêndio de Roma, é dos mais emblemáticos da personagem através dos séculos da recepção que teve Tácito, no Medievo, no Renascimento e na época Moderna. E o matricídio é um elemento importante na narrativa, porquanto marca um novo comportamento da personagem e, por consequência, um novo período do principado, que já então tinha cinco anos e há muito fizera esfriar a euforia e a esperança iniciais.

Tácito, atento a presságios e sinais celestes, assinala o recrudescimento do arbítrio de Nero por meio de um fenômeno natural, como se lê no trecho a seguir:

Inter quae, sidus cometes effulsit, de quo uulgi opinio est tamquam mutationem regis portendat. Igitur, quasi iam depulso Nerone, quisnam deligeretur anquirebant; et omnium ore Rubellius Plautus celebratur, cui nobilitas per matrem ex Iulia familia. Ipse placita maiorum colebat, habitu

<sup>81</sup> TALBERT, 1984, p. 221 et seq.

<sup>82</sup> Tac. Ann. I, 7, 1

<sup>83</sup> SYME, 1958, p. 492

seuero, casta et secreta domo, quantoque metu occultior, tanto plus famae adeptus. Auxit rumore pari uanitate orta interpretatio fulguris. Nam, quia discumbentis Neronis apud Simbruina stagna, in uilla cui Sublaqueum nomen est, ictae dapes mensaque disiecta erat, idque finibus Tiburtum acciderat, unde paterna Plauto origo, hunc illum numine deum destinari credebant, fouebantque multi, quibus noua et ancipitia praecolere auida et plerumque fallax ambitio est. Ergo, permotus his, Nero componit ad Plautum litteras, consuleret quieti Urbis seque praua diffamantibus subtraheret: esse illi per Asiam auitos agros, in quibus tuta et inturbida iuuenta frueretur.<sup>84</sup>

Na mesma ocasião um cometa brilhou, na opinião do povo, um fenômeno que pressagia uma mudança de rei. Então, como se Nero já estivesse deposto, as pessoas começaram a discutir quem seria o sucessor. E a voz da opinião pública celebrava Rubélio Plauto, que, pelo lado materno, descendia da família Júlia. Pessoalmente, ele cultivava os costumes dos mais antigos: seu caráter era austero e sua vida doméstica era pura e discreta, e quanto mais se fazia ocultar por medo, tanto mais era admirado por todos. Os rumores ganharam força pela interpretação, sugerida por igual credulidade, que se atribuiu a um raio. Pois enquanto Nero ceava junto aos lagos Simbruínos, na cidade conhecida como Sublâquea, o banquete foi atingido e a mesa foi quebrada pelo raio. Como este fato tivesse ocorrido nas imediações de Tíbur, cidade da qual Plauto derivava sua origem pelo lado paterno, disseminou-se a crença de que ele era o candidato marcado pelo desejo da deidade; e ele encontrou muitos apoiadores naquela espécie de homens que nutrem a ambição ardente e muitas vezes falaz de se tornarem os primeiros aduladores de um governo novo e precário. Nero, assim, perturbado pelas notícias, enviou uma carta a Plauto, aconselhando-o a levar em consideração a paz em Roma e a fugir daqueles que disseminavam escândalos. Dizia, ainda, que ele tinha propriedades de família na Ásia, onde poderia gozar de sua juventude calmamente e em segurança.

Um cometa, na antiga crença do povo romano (*uulgi opinio*), indicava a mudança do rei (*mutationem regis*). Deve-se atentar para a escolha do vocábulo, que indica o distanciamento de Tácito quanto ao sentido do presságio, já que *rex*<sup>85</sup> não se refere ao imperador, mas sim a um governante de um passado mítico, ou, ao menos, distante; de um passado que, possivelmente, testemunhara o próprio estabelecimento dos presságios e dos seus significados. O que não significa, vale destacar, que o autor não acreditasse que o *sidus cometes* tivesse, de fato, alguma influência sobre a vida dos homens e sobre os destinos do povo romano. Ao contrário, Tácito acredita que, no nascimento de cada um, todo seu futuro já está escrito (*primo cuiusque ortu uentura destinentur*<sup>86</sup>) e que a astrologia é um instrumento válido para conhecer este destino, desde que usada por quem seja perito na arte. Portanto, temos alguma razão para supor que, para o historiador, a aparição do cometa significava

<sup>84</sup> Tac. Ann. XIV, 22, 1-3

<sup>85</sup> Por este motivo preferimos *regis a regnis*.

<sup>86</sup> Tac. Ann. VI, 24.

realmente uma mudança no curso dos eventos, devendo-se compreender a referência à *uulgi opinio* não como uma condenação à arte divinatória em si, mas sim a uma interpretação equivocada do fenômeno celeste. Ou seja, mudaria não o governante propriamente, mas sim o curso do governo de Nero.

Além dessa inferência, vale comentar a consequência direta do *cometes* na ordem política – o povo, esperando um novo governo, como se Nero já tivesse sido deposto (*quasi iam depulso Nerone*), ansiava por saber quem seria seu sucessor. E isto, que já seria uma ameaça suficiente à estabilidade do principado, agravou-se com a difusão do nome de Rubélio Plauto (*et in omnium ore Rubellius Plautus celebratur*). Nero, que já eliminara Agripina e, antes dela Britânico, teria que lidar com mais uma ameaça ao poder, desta vez advinda de fora do Palatino e, o que era pior, de alguém que rivalizava com ele em virtude e, ao menos parcialmente, em origem. Com efeito, se a família paterna de Rubélio tinha origem equestre na lacial Tíbur, pela linhagem materna, remontava a César<sup>87</sup>. Além da *auctoritas* que a linhagem lhe conferia, sua vida era um exemplo da antiga moral republicana (*Ipse placita maiorum colebat, habitu seuero*), o que fazia-o destoar ainda mais de Nero, que, àquela altura, já dava indícios de seu gosto helenizado e de sua moral desviante<sup>88</sup>. Pode-se mesmo considerá-lo um estoico, que é como, aliás, a ele se refere Tigelino alguns capítulos à frente:

Plautum, magnis opibus, ne fingere quidem cupidinem otii, sed ueterum Romanorum imitamenta praeferre, adsumpta etiam Stoicorum adrogantia sectaque, quae turbidos et negotiorum adpetentes faciat.<sup>89</sup>

Plauto, com sua grande riqueza, nem sequer fingia desejar a inatividade política; antes, exibia imitações dos antigos romanos e ainda assumira a arrogância e a seita dos estoicos, que torna os espíritos rebeldes e envolvidos em política.

Por este motivo mesmo, para evitar chamar atenção sobre sua virtude e, por extensão, fazê-las contrastar com os vícios da corte, Rubélio Plauto preferia manter-se retirado (*metu oculior*). Um segundo presságio, que atingiu desta vez a mesa de Nero, que estava na terra ancestral de Plauto, reforçou o *rumor*, devendo-se atentar para o seu sentido mais comum em Tácito, de “opinião pública”, conforme se depreende da leitura das concordâncias que o *Lexicon Taciteum* oferece no verbete<sup>90</sup>.

<sup>87</sup> Era neto de Tibério. SYME, 1958, p. 555

<sup>88</sup> oito capítulos antes, vemos Nero nas quadrigas. Tac. Ann. XIV, 14

<sup>89</sup> Tac. Ann. XIV, 57, 3. Trata-se de um trecho em *oratio obliqua*, em que Tigelino convence Nero a executar Plauto.

<sup>90</sup> LT, p. 1414.

A popularidade de Plauto e, talvez, os presságios por si sós, perturbaram o imperador (*permotus his*). E, de fato, esta perturbação é explicitada mais adiante, quando se lê que Tigelino descobrira que “Plauto e Sula eram muito temidos” *sc.* pelo *princeps* (*conpertoque Plautum et Sulla maxime timeri*<sup>91</sup>). Em consequência disso, Nero comete o primeiro sério atentado a um membro da nobreza: induz seu rival a partir para o exílio na Ásia. A carta por meio da qual Rubélio é comunicado da decisão é repleta de eufemismos, calculados por Tácito para reafirmar que uma pena grave – como era o exílio, sucedâneo da pena capital no estatuto legal dos *optimates*<sup>92</sup> – havia sido imposta a um nobre unilateralmente pelo *princeps*, ou seja, sem qualquer processo ou julgamento. E que de uma condenação imperial se tratava, e não de mero conselho, prova-o sua mesma eficácia, já que Plauto efetivamente partiu para o exílio com a mulher e poucos familiares (*in quibus tuta et inturbida iuuenta frueretur*). Assim, a referência a “cuidar da tranquilidade da cidade” (*consuleret quieti urbis*) e a “gozar de sua juventude em paz e em segurança” (*tuta et inturbida iuuenta frueretur*) tem o objetivo de deixar patente uma característica do principado de Nero que tem ali seu termo inicial: a perseguição dos membros mais afluentes do Senado. Ou seja, mostrando uma clara distância entre o nível das palavras (os eufemismos de carta) e o nível da realidade (o exílio), Tácito chama a atenção do leitor para uma segunda fase da relação entre *princeps* e *senatus*, fase em que os discursos afáveis de respeito aos valores políticos da ordem republicana cedem lugar a práticas progressivamente absolutistas, que ameaçam estes valores.

O desfecho do episódio sobrevém à morte de Burro e à ascensão de Tigelino, em 62, dois anos depois do aparecimento do cometa. Tigelino, o novo prefeito pretoriano, homem já descrito por Tácito como sem caráter, quis se aproximar do *princeps* oferecendo seus serviços para eliminar Plauto e Sula<sup>93</sup>. O primeiro, na Ásia, teve alguns dias para se preparar para a morte, cuja notícia já circulava em Roma e que lhe foi comunicada por um liberto:

Ceterum libertus Plauti celeritate uentorum praeuenit centurionem et mandata L. Antistii soceri attulit: effugeret segnem mortem, dum suffugium esset: magni nominis miseratione reperturum bonos, consociaturum audaces; nullum interim subsidium aspernandum; si sexaginta milites – tot enim adueniebant – propulisset, dum refertur nuntius Neroni, dum manus alia permeat, multa secutura, quae adusque bellum eualescerent; denique aut salutem tali consilio quaeri, aut nihil grauius audenti quam ignauo patiendum esse.<sup>94</sup>

<sup>91</sup> Tac. Ann. XIV, 67

<sup>92</sup> cf supra 2.2

<sup>93</sup> Tac. Ann. XIV, 57

<sup>94</sup> Tac. Ann. XIV, 58, 3-4

De resto, um liberto de Plauto, ajudado pela celeridade dos ventos, chegou antes do centurião e trouxe as instruções de seu sogro Lúcio Antístio: ele deveria evitar uma morte sem resistência enquanto ainda havia um refúgio. Por comiseração por um nome tão importante, ele haveria de encontrar apoio nos homens honestos, haveria de se associar aos audazes, nenhum apoio havia de ser desprezado. Se ele repelisse sessenta soldados (pois tantos estavam a caminho), enquanto a notícia voltasse a Nero e um outro contingente militar viesse, muitas coisas haviam de acontecer que poderiam até mesmo levar a uma guerra. Enfim, seguindo esse plano, ou ele conseguiria se salvar, ou nada de mais grave recairia sobre ele, caso ousasse, do que se não tivesse reação alguma.

A carta de Lúcio Antístio, senador e cônsul em 55, indica o descontentamento de alguns setores da nobreza quanto ao governo de Nero. Primeiro porque se trata de uma inequívoca incitação à resistência diante do arbítrio imperial de autoria de um senador consular e que, a julgar pelo *cursus honorum*, estava entre os mais influentes do Senado<sup>95</sup>. Além disso, os próprios conselhos dados por Antístio – como a exortação a “esperar tudo dos homens de bem” e “muitos acontecimentos favoráveis que o pusessem em termos de declarar a guerra” – deixam entrever a existência de pessoas insatisfeitas com o principado, nas quais Rubélio poderia se apoiar para fugir à execução anunciada.

A carta não surtiu efeito e, como se lê na sequência, Rubélio Plauto morre como um herói estoico<sup>96</sup>.

Sed Plautum ea non mouere, siue nullam opem prouidebat, inermis et exul, seu taedio ambiguae spei, an amore coniugis et liberorum, quibus placabiliorem fore principem rebatur, nulla sollicitudine turbatum. Sunt qui alios a socero nuntios uenisse ferant, tamquam nihil atrox immineret, doctoresque sapientiae, Coeranum, Graeci, Musonium, Tusci generis, constantiam opperiendae mortis pro incerta et trepida uita suassisse. Repertus est certe per medium diei nudus exercitando corpori. Talem eum centurio trucidauit, coram Pelagone, spadone, quem Nero centurioni et manipulo, quasi satellitibus ministrum regium, praeposuerat. Caput interfecti relatum; cuius adspectu – ipsa principis uerba referam – (...) <sup>97</sup>

Mas tudo isso não fez com que Plauto agisse; seja porque, exilado e indefeso, ele não via nenhum socorro, seja por desgosto de uma esperança incerta de vida, ou por amor à mulher e aos filhos, aos quais julgava que o imperador seria mais benevolente se não fosse perturbado por nenhum aborrecimento. Há quem diga que uma segunda mensagem de seu sogro havia chegado, dando conta de que nada de grave aconteceria; e que os professores de filosofia – Cerano, de origem grega, e Musônio, de origem etrusca – tinham-no aconselhado a ter coragem para enfrentar a morte em vez de ter uma vida incerta e tumultuada. É certo que foi visto nu, ao meio dia, exercitando o corpo. Nessas condições, assassinou-o o centurião em

<sup>95</sup> Foi proconsul da Ásia. DKP, p. 404

<sup>96</sup> Sobre a perseguição aos estoicos no governo de Nero, cf GRIFFIN, 2000, p. 171-177

<sup>97</sup> Tac. Ann. XIV, 58, 1-3



presença do eunuco Pélagon, que Nero encarregara do comando do centurião e do manípulo, como se estes fossem a escolta de um agente do rei. A cabeça da vítima foi levada a Nero, à vista da qual, relatarei as próprias palavras do imperador, ...

Com a evidente virtude do executado, que, indefeso, afronta a morte, contrasta a crueldade pela qual se qualifica a execução. A cabeça decepada é levada a Nero, que, diante dela, dispara um comentário, perdido no manuscrito. Em situação análoga e apenas dois capítulos antes, Nero ridiculariza a precocidade dos cabelos brancos no crânio decepado de Sula (*Relatum caput eius inlusit Nero, tamquam praematura canitie deforme*<sup>98</sup>). Dessa forma, parece digno de fé o comentário de Nero sobre o crânio de Plauto, preservado em Díon Cássio: “Eu não sabia que ele tinha um nariz tão grande”<sup>99</sup>. Assim, a solução de Walther para completar a lacuna na edição dos *Annales* de 1831 foi: *Cur, inquit, Nero hominem nasutum timuisti?*<sup>100</sup> (Por que, Nero, temeste um homem tão narigudo?).

Outro senador mereceu ainda maior atenção de Tácito e sua presença nos *Annales* é tanto mais detalhada quanto mais intensa parece ter sido sua oposição a Nero. Públio Trásea Peto<sup>101</sup>, senador oriundo de *Patauium*, atual Pádua, região que, segundo Syme, destacava-se pela riqueza e pela fidelidade aos valores republicanos<sup>102</sup>. Fora cônsul designado em 56, bem no início do principado de Nero, o que faz transparecer uma aliança política entre Sêneca, ainda muito influente sobre o jovem *princeps*, e o grupo de senadores oposicionistas<sup>103</sup>. Sua primeira aparição é no livro XIII, quando o Senado discute o direito dos cidadãos de Siracusa de aumentar o número de gladiadores.

Non referrem uulgarissimum senatus consultum, quo ciuitati Syracusanorum egredi numerum edendis gladiatoribus finitum permittebatur, nisi Paetus Thrasea contra dixisset praebuissetque materiem obtrectatoribus arguendae sententiae. Cur enim, si rem publicam egere libertate senatoria crederet, tam leuia consecraretur? Quin de bello aut pace, de uectigalibus et legibus, quibusque aliis res Romana continetur, suaderet dissuaderetue? Licere patribus, quotiens ius dicendae sententiae accepissent, quae uellent expromere relationemque in ea postulare. An solum emendatione dignum, ne Syracusis spectacula largius ederentur? Cetera per omnes imperii partes perinde egregia quam si non Nero, sed Thrasea regimen eorum teneret? Quod si summa dissimulatione transmitterentur, quanto magis inanibus abstinendum! Thrasea contra, rationem poscentibus amicis, non praesentium ignarum respondebat eius modi consulta corrigere,

<sup>98</sup> Tac. Ann. XIV, 57, 4

<sup>99</sup> Dio Cass. LXII, 14. Suetônio não menciona o fato.

<sup>100</sup> O texto sublinhado representa a adição de Walther. Cf edição Budé, p. 121, nota 3.

<sup>101</sup> Seu nome completo aparece em Dio Cassio (LXII, 15, 2)

<sup>102</sup> SYME, 1958, p. 558

<sup>103</sup> SYME, 1958, p. 559. Vide nota 7

sed patrum honori dare ut manifestum fieret magnarum rerum curam non dissimulaturos, qui animum etiam leuissimis aduerterent.<sup>104</sup>

Não mencionaria um senatus-consulta demasiado trivial, pelo qual se permitiu à cidade de Siracusa ultrapassar o número fixado de espetáculos gladiatórios, se Trásea Peto não tivesse discursado contra ele e, com isso, tivesse oferecido a seus adversários um motivo para contradizerem seu voto. Pois por que motivo, se ele acreditava que o Estado tinha necessidade da independência senatorial, argumentava contra questões tão menores? Por que não utilizava seu poder de persuasão ou de dissuasão no tema da guerra e da paz, dos impostos e das leis e de quaisquer outras coisas que dissessem respeito à Roma? Os senadores, todas as vezes que tinham a faculdade de exprimir sua opinião, podiam declarar tudo o que quisessem e sobre isso demandar uma deliberação. Acaso seria unicamente digno de reforma o fato que, em Siracusa, os espetáculos não fossem muito exagerados? E todas as demais coisas por todas as partes do Império funcionariam tão bem se Trásea, e não Nero, tivesse o comando delas? Se ele deixava passar, por negligência, as coisas mais importantes, quanto mais deveria se abster das coisas irrelevantes. Trásea, por sua vez, a seus amigos que exigiam uma razão, respondia que apresentava emendas deste tipo às deliberações, bem consciente dos assuntos presentes, mas que honrava os senadores, tornando manifesto que não negligenciavam as coisas maiores aqueles que voltavam o espírito até mesmo às menores.

Não é o objeto da deliberação, demasiado trivial (*ulgarissimum*), que chama a atenção de Tácito, mas sim o voto de Trásea (*nisi Paetus Thrasea contra dixisset*). O senatus-consulta deu a Tácito oportunidade de esclarecer a posição política do senador por meio de comentários, do próprio Trásea ou de seus opositores (*praebuissetque materiam obrectatoribus arguendae sententiae*). Assim, na crítica destes, lemos que o senador patavino acreditava que o Estado tinha necessidade da independência senatorial (*si rem publicam egere libertate senatoria crederet*) e, no entanto, não usava seu direito de opinar (*ius dicendae sententiae*) para intervir em temas efetivamente relevantes, tais como política externa e impostos (*de bello aut pace, de vectigalibus et legibus, quibusque aliis res Romana continetur*). Portanto, o cerne da reprovação a Trásea era que este se omitia diante de coisas importantes para Roma (*si summa dissimulatione transmitterentur*) e apenas se pronunciava sobre temas de pouca relevância, como os jogos gladiatórios de Siracusa. A resposta do senador ilustra a forma de atuação política da oposição senatorial – como não havia espaço para uma resistência frontal ao poder imperial, a arma usada era o silêncio. Este, de acordo com Trásea, não se deveria confundir com omissão, mas sim adquiria um sentido particular quando matizado pela ação diuturna em campos alheios ao embate de poder entre Senado e *princeps*. É dizer, comparado à frequência das intervenções sobre temas não essenciais ao

---

<sup>104</sup> Tac. Ann. XIII, 49

Estado, o silêncio atento de Trásea diante das decisões mais fundamentais e, por isso mesmo, entregues ao *princeps*, deveria se revestir de uma especial coloração de protesto (*manifestum fieret magnarum rerum curam non dissimulaturos, qui animum etiam levissimis adverterent*). Era esta a forma de honrar a *libertas* do Senado (*patrum honori dare*) e era este talvez, para Trásea, o único protesto possível.

É por essa lógica que se deve valorar o comportamento de Trásea na sessão do Senado em que foi lida a notícia da morte de Agripina:

Miro tamen certamine procerum decernuntur supplicationes apud omnia puluinaria, utque Quinquatrus, quibus apertae insidiae essent, ludis annuis celebrarentur, aureum Mineruae simulacrum in curia et iuxta principis imago statuerentur, dies natalis Agrippinae inter nefastos esset. Thrasea Paetus, silentio uel breui adsensu priores adulationes transmitters solitus, exiit tum senatu, ac sibi causam periculi fecit, ceteris libertatis initium non praebuit.<sup>105</sup>

Entretanto, com uma admirável competição entre os principais, decretam-se suplicações em todos os leitões divinos, e que as Quinquátrias, no período das quais a conspiração tinha sido descoberta, fossem celebradas por jogos anuais; que se erigisse uma estátua de ouro a Minerva na Cúria e, ao lado, um busto do imperador; que o dia de nascimento de Agripina fosse contado entre os nefastos. Trásea Peto, que estava acostumado a deixar passar em silêncio, ou com um breve aceno, adulações anteriores, saiu então do Senado e deu causa à sua ruína, sem transmitir aos demais a semente da independência.

Nero envia uma mensagem ao Senado, justificando seu matricídio pela descoberta de um golpe que Agripina, supostamente, arquitetava contra ele. Os senadores respondem por meio de uma admirável competição (*miro certamine*) de sacrifícios aos deuses, em agradecimento por terem resguardado o *princeps* da conspiração. Logo depois deste quadro – amplificado por Tácito pelo assíndeto, que confere rapidez à narrativa –, o gesto de Trásea, que se retira do Senado, impõe-se pela força do silêncio. Com isso, ameaçou sua vida política e mesmo sua incolumidade (*causam periculi fecit*) sem que tivesse conseguido transmitir a seus pares a iniciativa da independência diante do arbítrio do poder imperial, ou, como quis Tácito, o *initium libertatis*.

Sobre o sentido de *libertas* em Tácito, seguimos a lição de Roman, que, ao precisar a ideologia política dos *optimates*, nota:

---

<sup>105</sup> Tac. Ann. XIV, 12, 1

O seu ideal era um ideal de liberdade (*libertas*), caracterizada por um regime que eles chamavam de misto, um governo de aristocratas esclarecidos com a participação do povo.

A liberdade dos romanos não era a mesma dos gregos. Para estes últimos, cada cidadão era absolutamente igual aos outros perante a lei. Era a *isonomia*, cada cidadão fazendo, graças a ela, aquilo que queria. Uma concepção semelhante jamais existiu em Roma, onde sobre a liberdade, ao contrário, tinha-se uma concepção aristocrática e hierarquizada. Aqui, *libertas* definia, antes de tudo, o estatuto jurídico do cidadão; do homem, precisamente, que não era escravo. Enquanto o cidadão grego era tomado individualmente, o cidadão romano era-o coletivamente, como membro do *populus*, tendo o direito de eleger os magistrados de sua escolha. Em razão disso, para Cícero, *usurpare libertatem* significava pura e simplesmente “usar de seu direito de voto”.<sup>106</sup>

É esse o ideal de Trásea e de seu grupo, a saber: que o Senado recuperasse sua independência no governo da *res publica*, o que redundava em um programa de oposição ao progressivo endurecimento do despotismo de Nero. *Libertas*, originalmente o estatuto jurídico do homem livre (não escravo), é, desta forma, uma imagem que aponta para o passado político aristocrático da República.

Em nome desta *libertas*, diante da ameaça do restabelecimento do processo *maiestatis*, instrumento de terror para calar os *optimates*, Trásea abandona sua costumeira retórica do silêncio e protege o pretor Antístio, acusado de lesa-majestade por ter composto e divulgado versos satíricos contra Nero (*probrosa aduersus principem carmina factitauit ulgautique*<sup>107</sup>). O imperador, com base no poder de veto que lhe concedia a *potestas tribunicia*, esperava colher uma ocasião para exercitar sua clemência e, com isso, aumentar sua glória (*credebatur haud perinde exitium Antistio quam imperatori gloriam quaeri, ut condemnatum a senatu intercessione tribunicia morti eximeret*). Para levar o plano adiante, Júnio Marulo, cônsul designado, propôs a pena capital para Antístio, que seria aprovada, se Trásea não tivesse discursado.

Ceteris inde adsentientibus, Paetus Thrasea, multo cum honore Caesaris et acerrime increpito Antistio, non, quicquid nocens reus pati mereretur, id egregio sub principe et nulla necessitate obstricto senatui statuendum disseruit: carnificem et laqueum pridem abolita et esse poenas legibus constitutas, quibus, sine iudicum saeuitia et temporum infamia, supplicia decernerentur. Quin in insula, publicatis bonis, quo longius sontem uitam traxisset, eo priuatim miserioem et publicae clementiae maximum exemplum futurum.<sup>108</sup>

<sup>106</sup> ROMAN, 2001, p. 256-7

<sup>107</sup> Tac. Ann. XIV, 48, 1

<sup>108</sup> Tac. Ann. XIV, 48, 3-4

Donde, concordando os demais [com a pena de morte], Trásea Peto, depois de prestar muitas honras ao imperador e censurar asperamente Antístio, disse que o Senado, sob um ótimo governante e não estando obrigado por nenhuma instância, não deveria decretar uma tal pena, ainda que o réu, realmente culpado, merecesse-a. O carrasco e o laço já tinham sido abolidos há muito e havia penas prescritas em leis, pelas quais se poderiam aplicar castigos, sem crueldade dos juízes nem desonra para a época. Que fosse exilado em uma ilha, confiscados os seus bens, e quanto mais arrastasse sua vida funesta, mais seria miserável em sua existência privada e haveria de ser um exemplo máximo de clemência.

Se o habitual silêncio de Trásea não conseguia persuadir os senadores, seu discurso em defesa de Antístio atingiu seu objetivo:

Libertas Thrasea seruitium aliorum rupit et, postquam discessionem consul permiserat, pedibus in sententiam eius iere, paucis, exceptis, in quibus adulatione promptissimus fuit A. Vitellius, optimum quemque iurgio lacessens et respondentem reticens, ut pauida ingenia solent.<sup>109</sup>

A independência de Trásea interrompeu a servidão dos outros e, depois que o cônsul permitiu o voto por divisão, os senadores votaram com o seu parecer, exceto alguns poucos, dentre os quais o mais inclinado à adulação foi Aulo Vitélio, que atacava os homens decentes mas era reticente com quem lhe replicava, como costumam ser os espíritos covardes.

Usando a força da oposição entre *libertas* e *seruitium*, Tácito sugere a supremacia da ação sobre a inação. Só a *eloquentia* tem o condão de modificar a prática política, ou, para usar a força expressiva do historiador, tem o poder de quebrar (*rupit*) a ordem política do principado, marcada pelo *seruitium*, ou seja, pela sujeição dos *optimates* ao *princeps*.<sup>110</sup>

Entretanto, os cônsules remeteram a questão a Nero, que não disfarça sua insatisfação:

At consules, perficere decretum senatus non ausi, de consensu scripsere Caesari. Ille, inter pudorem et iram cunctatus, postremo rescripsit: nulla iniuria prouocatum Antistium grauissimas in principem contumelias dixisse; earum ultionem a patribus postulatam, et pro magnitudine delicti poenam statui par fuisse; ceterum se, qui seueritatem decernentium impediturus fuerit, moderationem non prohibere; statuerent ut uellent; datam et absoluendi licentiam. His atque talibus recitatis et offensione manifesta, non ideo aut consules mutauere relationem aut Thrasea decessit sententia ceteriue quae probauerant deseruere, pars, ne principem obiecisse

<sup>109</sup> Tac. Ann. XIV, 49, 1

<sup>110</sup> Cf Tac. Dial., discurso final de Materno, sobre a conexão entre retórica e liberdade.

inuidiae uiderentur, plures numero tuti, Thrasea sueta firmitudine animi et ne gloria intercideret.<sup>111</sup>

Os cônsules, entretanto, não tendo tido coragem de dar força de lei ao decreto do Senado, escreveram ao imperador sobre o consenso. Este, depois de ter hesitado entre a vergonha e a ira, finalmente respondeu que Antístio, sem ter sido provocado por nenhuma injustiça, tinha proferido gravíssimas ofensas contra o imperador; uma retribuição a estas ofensas fora solicitada aos senadores e, seria justo fixar uma pena proporcional à magnitude do delito. De resto, ele, que teria interferido para impedir a severidade dos deliberantes, não se opunha à sua moderação: que decidissem como quisessem, que tinham licença até para absolver. Lidas estas e outras considerações semelhantes e tendo ficado claro que o imperador se ofendera, nem os cônsules modificaram sua proposta, nem Trásea desistiu de seu parecer, nem os demais se afastaram da causa que tinham aprovado. Parte destes para que não parecessem ter exposto o imperador ao ódio; os mais, sentindo-se seguros por seu número e Trásea, enfim, com a habitual coragem e para que sua glória não se extinguisse.

De acordo com Tácito, o ressentimento contra o senador já se apossara de Nero. Entretanto, enquanto tardava a vingança do imperador, Trásea continuava a atuar no Senado, como na sessão relatada no livro XV, em que se tratava da *actio gratiarum*, um elogio público ao desempenho dos governadores das províncias. Na ocasião, Cláudio Timarco, nascido em Creta, era processado por ter propagado que ele tinha o poder de fazer ou não votar elogios aos governadores de sua província (*quod dictitasset in sua potestate situm, an proconsulibus, qui Cretam obtinuissent, grates agerentur*), o que foi considerado ultrajante para a *auctoritas* do Senado. Trásea profere, então, um discurso, propugnando pelo fim da prática do elogio aos governadores. O que chama atenção, contudo, é a consequência do discurso: o parecer de Trásea foi acolhido com entusiasmo e grande adesão dos senadores (*magno adsensu celebrata sententia*). Apesar disso, os cônsules não permitiram que a deliberação tivesse a forma de um *senatus-consulto*, ou seja, que tivesse força legal, razão pela qual a iniciativa da lei foi remetida ao *princeps*. Este, com uma pequena modificação, aprovou a vontade da maioria, o que denota a força da oposição naquele momento.

Logo no capítulo seguinte, a reação de Nero se faz notar pela recusa em permitir o acesso de Trásea ao palácio imperial em Âncio, aonde todos os senadores se dirigiram para felicitar o *princeps* pelo nascimento de sua filha.

Adnotatum est, omni senatu Antium sub recentem partum effuso, Thraseam prohibitum immoto animo praenuntiam imminentis caedis contumeliam excepisse. Secutam dehinc uocem Caesaris ferunt, qua reconciliatum se

---

<sup>111</sup> Tac. Ann. XIV, 49, 1-3

Thraseae apud Senecam iactauerit, ac Senecam Caesari gratulatum; unde gloria egregiis uiris et pericula gliscebant.<sup>112</sup>

Tendo todo o Senado se precipitado a Ânncio pela notícia do recente parto, percebeu-se que Trásea não foi recebido, ultraje que ele aceitou sem esboçar reação e que era um prenúncio de sua morte iminente. Em seguida, foi difundido o boato de que o imperador havia se gabado a Sêneca de ter se reconciliado com Trásea e que Sêneca havia congratulado o imperador. Fato que fez aumentar a popularidade e os perigos desses homens eminentes.

Sua morte e o processo que a antecedeu são narrados, com detalhe, no final da parte que nos restou do livro XVI, o último livro dos *Annales*. O episódio inicia no capítulo 21 e se estende até o 35, com a lacuna que nos impossibilita a leitura dos dois últimos anos do governo de Nero. No trecho, Tácito expressa mais vigorosamente a oposição entre o *uitium* principesco a *uirtus* estoica, já sugerida na morte de Plauto e em outras ocasiões. Nero é aquele que deseja destruir a virtude, plano que começa a realizar pela morte dos senadores, ambos consulares, Trásea Peto e Bárea Sorano, como no excerto a seguir:

Trucidatis tot insignibus uiris, ad postremum Nero uirtutem ipsam excindere concupiuit, interfecto Thrasea Paeto et Barea Sorano, olim utrisque infensus, et accedentibus causis in Thraseam, quod senatu egressus est cum de Agrippina referretur, ut memorauit, quodque Iuuenalium ludicro parum spectabilem operam praebuerat; eaque offensio altius penetrabat, quia idem Thrasea Pataui, unde ortus erat, ludis cetastis a Troiano Antenore institutis, habitu tragico cecinerat; die quoque quo praetor Antistius ob probra in Neronem composita ad mortem damnabatur, mitiora censuit obtinuitque; et, cum deum honores Poppaeae decernuntur, sponte absens, funeri non interfuerat. Quae oblitterari non sinebat Capito Cossutianus, praeter animum ad flagitia praecipitem, iniquus Thraseae, quod auctoritate eius concidisset, iuuantis Cilicum legatos, dum Capitonem repetundarum interrogant.<sup>113</sup>

Após ter assassinado tantos homens notáveis, finalmente Nero quis extinguir a virtude em si mesma pela morte de Trásea Peto e Bárea Sorano. Com ambos tinha uma inimizade antiga e contra Trásea tinha motivos adicionais: ele tinha saído do Senado quando se discutia sobre Agripina, como eu já mencionei, e demonstrara pouco interesse no festival das Juvenais. E esta ofensa era ainda mais grave, já que, em Patávio, de onde provinha, o mesmo Trásea tinha cantado, em roupas típicas de ator trágico, nos jogos instituídos pelo troiano Antenor. E também, no dia em que o pretor Antístio foi condenado à morte por seus escritos ofensivos a Nero, Trásea propôs uma pena mais branda e a conseguiu. E quando foram atribuídas honras divinas a Popeia, ausentou-se de propósito e não foi ao funeral. Cápito Cossuciano não permitia que se esquecessem essas coisas,

<sup>112</sup> Tac. Ann. XV, 23, 4

<sup>113</sup> Tac. Ann. XVI, 21

ele que, além de ser inclinado às más ações, era hostil a Trásea, pois havia se saído mal por influência deste, que apoiou os legados da Cilícia quando processaram Cápito por peculato.

A menção inicial – *Trucidatis tot insignibus uiris* – refere-se à série de assassinatos relacionados no livro XVI, que revela o acirramento das perseguições aos *optimates* como consequência da conspiração de Pisão. O acúmulo das mortes e a fastidiosa sequência dos nomes dos nobres executados dá ensejo a uma intervenção direta do historiador na narrativa, em que se desculpa por expor “tanto sangue desperdiçado em tempos de paz” (*tantumque sanguinis domi perditum*) e se justifica pelo desejo de conservar a lembrança dos momentos finais destas vítimas (*in traditione supremorum accipiant habeantque propriam memoriam*)<sup>114</sup>.

As ofensas de Trásea contra Nero são expostas em um “sumário de culpa”, que inclui atitudes já relatadas anteriormente (ter saído do Senado no anúncio da morte de Agripina, ter mitigado a punição de Antístio) e outras, só mencionadas neste capítulo, como a ausência nas festas Juvenais<sup>115</sup> e nas cerimônias de funeral e apoteose de Popeia<sup>116</sup>. O elemento catalizador do ódio de Nero é o senador Cossuciano Cápito, possuidor de um caráter com tendência ao crime (*animum ad flagitia praecipitem*) e cuja atuação política é sempre associada a causas negativas: é contra a reintrodução da *lex Cincia*<sup>117</sup> sob o principado de Cláudio; é acusado por concussão quando governador da Cilícia<sup>118</sup>; é o acusador de Antístio pelo crime *maiestatis*<sup>119</sup> e, finalmente, é o acusador de Trásea.

A acusação se desenvolve em dois momentos nos *Annales*. A primeira fase, de grande eloquência, é um discurso de Cossuciano a Nero, em que se elencam os crimes de Trásea e sua atitude hostil ao *princeps*.

Quin et illa obiectabat, principio anni uitare Thraseam sollemne ius iurandum; nuncupationibus uotorum non adesse, quamuis quindecimuirali sacerdotio praeditum; numquam pro salute principis aut caelesti uoce immolauisse; adsiduum olim et indefessum, qui uolgaribus quoque patrum consultis semet fautorem aut aduersarium ostenderet, triennio non introisse curiam, nuperrimeque, cum ad coercendos Silanum et Veterem certatim concurreretur, priuatis potius clientium negotiis uacauisse. Secessionem iam id et partis et, si idem multi audeant, bellum esse. “Vt quondam C.

<sup>114</sup> Ambas em Tac. Ann. XVI, 16

<sup>115</sup> Festas instituídas por Nero e dedicadas ao canto, dança e poesia, em que mesmo os nobres deveriam participar, contrariando o costume latino. No capítulo a elas dedicado nos *Annales*, não há qualquer referência a Trásea. Cf. Tac. Ann. XIV, 15

<sup>116</sup> Tac. Ann. XVI, 6

<sup>117</sup> Tac. Ann. XI, 6, 3

<sup>118</sup> Tac. Ann. XIII, 33, 3

<sup>119</sup> Tac. Ann. XIV, 48, 1



Caesarem” inquit “et M. Catonem, ita nunc te, Nero, et Thraseam auida discordiarum ciuitas loquitur. Et habet sectatores uel potius satellites, qui nondum contumaciam sententiarum, sed habitum uoltumque eius sectantur, rigidi et tristes, quo tibi lasciuiam exprobrent. Huic uni incolumitas tua sine cura, artes sine honore. Prospera principis respuit; etiamne luctibus et doloribus non satiatur?”<sup>120</sup>

Ainda o acusava de outras coisas: no início do ano, Trásea evitava o juramento solene; não assistia à cerimônia das orações públicas, ainda que detivesse o cargo de sacerdote quindécenviral; nunca oferecera um sacrifício à saúde do imperador ou à sua voz celeste. Outrora um senador assíduo e infatigável, que mesmo nas mais insignificantes resoluções do Senado mostrava seu parecer contra ou a favor, havia já três anos que não entrava na Cúria. E mesmo há pouquíssimo tempo, quando todos acorreram para a condenação de Silano e Véter, ele se dedicara aos negócios particulares de seus clientes. Isso já era uma secessão, um partido tomado e, se muitos ousassem fazer a mesma coisa, uma guerra. Ele prosseguiu: “Assim como, antigamente, a cidade, ávida de discórdias, falava de Catão e de César, agora fala de ti, Nero, e de Trásea. E ele tem seguidores, ou antes cúmplices, que arremedam não só a contumácia de suas opiniões, como também suas vestimentas e seu semblante, tristes e austeros, para desaprovarem a tua jovialidade. Somente ele não se interessa por tua segurança, não honra teu talento artístico. Desdenhou o sucesso do imperador: será que não se satisfaz com tuas dores e tuas tristezas?

O discurso começa no estilo indireto e, subitamente, transforma-se em *oratio recta*. O artifício confere admirável vivacidade à narrativa e, pela força da fala direta de Cossuciano, enfatiza o verdadeiro motivo do processo contra o senador. Trásea é um modelo de virtude republicana, como Catão no tempo de César e, ainda mais grave, polariza uma oposição ao regime, composta pelas figuras rígidas e tristes (*rigidi et tristes*) que imitam seus discursos ofensivos ao *princeps* (*contumaciam sententiarum*).

O segundo momento – a acusação propriamente dita de Trásea no Senado – coube a Marcelo Éprio, de eloquência áspera (*acri eloquentia*), que fora designado por Nero para acompanhar Cossuciano<sup>121</sup>.

Et, initium faciente Cossutiano, maiore ui Marcellus summam rem publicam agi clamitabat; contumacia inferiorum lenitatem imperitantis deminui. Nimum mites ad eam diem patres, qui Thraseam desciscentem, qui generum eius, Heluidium Priscum, in isdem furoribus, simul Paconium Agrippinum, paterni in principes odii heredem, et Curtium Montanum, detestanda carmina factitantem, eludere impune sinerent. Requirit se in senatu consularem, in uotis sacerdotem, in iure iurando ciuem, nisi contra instituta et caerimonias maiorum proditorem palam et hostem Thrasea induisset. Denique, agere senatorem et principis obtrectatores protegere

<sup>120</sup> Tac. Ann. XVI, 22, 1-3

<sup>121</sup> Tac. Ann. XVI, 22, 6

solitus, ueniret, censeret quid corrigi aut mutari uellet: facilius perlaturos singula increpantem quam nunc silentium perferrent omnia damnantis.<sup>122</sup>

E tendo Cossuciano começado a falar, Marcelo, com maior violência, pôs-se a gritar que a questão era da mais alta importância para o Estado; a clemência do imperador se enfraquecia em razão da audácia dos súditos. Até aquele dia, os senadores haviam sido demasiado indulgentes, pois permitiram ser ridicularizados impunemente por Trásea, um desertor; por seu genro Helvídio Prisco, que tinha a mesma insanidade que seu sogro e, ao mesmo tempo, por Pacônio Agripino, que herdara o ódio paterno contra o imperador, e por Cúrcio Montano, escritor de versos abomináveis. Requeria, disse ele, que Trásea se fizesse presente no Senado, como ex-cônsul; nas orações públicas, como sacerdote e no juramento solene, como cidadão; a não ser que, indo contra as instituições e as cerimônias dos nossos antepassados, ele se tivesse mostrado abertamente um inimigo público e um traidor. Finalmente, que se comportasse como um senador e que ele, que costumava proteger os inimigos do imperador, propusesse o que desejava corrigir ou mudar. Os senadores haveriam de tolerar mais suas censuras dirigidas a assuntos específicos do que seu atual silêncio, que condenava tudo.

A ferocidade do discurso e a referência a Trásea como traidor e inimigo público abateram o Senado:

Cum per haec atque talia Marcellus, ut erat toruus ac minax, uoce, uultu, oculis ardesceret, non illa nota et crebritate periculorum sueta iam senatus maestitia, sed nouus et altior pavor, manus et tela militum cernentibus. Simul ipsius Thraseae uenerabilis species obuersabatur; (...)<sup>123</sup>

Enquanto Marcelo, nesta acusação e em outras semelhantes, feroz e ameaçador como de hábito, inflamava-se na voz, no rosto e nos olhos, o Senado não mostrava aquela apatia bem conhecida e já costumeira, pela frequência dos perigos, mas sim um pavor novo e mais profundo, à vista do pelotão de soldados e de suas armas; (...)

A descrição pictórica, ao acentuar os detalhes do rosto, da voz e do comportamento feroz do acusador, chama a atenção do leitor para o clima de tensão que se instala na Cúria. O recinto, como lemos, estava rodeado por grande número de soldados armados, o que instila nos senadores um temor novo e mais profundo (*nouus et altior pavor*). De fato, a presença de soldados no Senado (*manus et tela militum*) é uma alegoria, um indício de que as togas deveriam ceder às armas. A servilidade do Senado, por sua vez não indica outra coisa, senão a perversidade do *princeps*. É este o sentido do comentário de Tácito, quando, logo depois da execução de Otávia<sup>124</sup>, o Senado decide fazer oferendas nos templos:

<sup>122</sup> Tac. Ann. XVI, 28, 1-2

<sup>123</sup> Tac. Ann. XVI, 29, 1-2

<sup>124</sup> Cf. infra 4.4 *in fine*

Quicumque casus temporum illorum nobis uel aliis auctoribus noscent, praesumptum habeant, quotiens fugas et caedes iussit princeps, totiens grates deis actas, quaeque rerum secundarum olim, tum publicae cladis insignia fuisse. Neque tamen silebimus, si quod senatus consultum adulatione nouum aut patientia postremum fuit.

Que todos aqueles que tiverem contato com as circunstâncias daqueles tempos, por meus escritos ou por outros autores, tenham em mente que todas as vezes que o imperador ordenou um exílio ou uma morte, tantas vezes se renderam graças aos deuses, e o que outrora era sinal de prosperidade, naquela época era sinal de calamidade pública. Entretanto, eu não silenciarei quando um senatus-consulto tiver instituído uma adulação ou tiver representado um extremo de passividade.

A posição do Senado, de *patientia* diante dos excessos do *princeps*, é sem dúvida vergonhosa para os senadores – tanto quanto o fora para o historiador, que, apesar disso, se obriga a relatar todas as novas adulações daquela classe (*senatus consultum adulatione nouum*). Entretanto, na narrativa tacitiana, as atitudes do Senado que repetem um padrão de comportamento passivo diante do poder imperial devem ser lidas como *insignia*, ou seja, como marcas, sinais. Assim, ao mostrar sua sinceridade em relatar (*neque tamen silebimus*) o grau de subserviência a que o Senado desceu, o senador Tácito não visa, em última análise, a atacar os seus pares. Além da interpretação acima exposta – pela qual Tácito, ao explicitar a passividade do Senado, quer chamar a atenção de seus contemporâneos para o comportamento de Adriano – outra leitura é possível e, até mesmo, complementar. A sinceridade do historiador, é, efetivamente, retórica, já que o alvo de Tácito não é exatamente o Senado – cuja servidão apenas sinaliza algo –, mas sim Nero, o verdadeiro responsável pelas “circunstâncias (ou desgraças) daquele período” (*casus temporum illorum*).

Segundo Roman, há, na historiografia imperial, uma tendência à repetição de um dueto, formado pelo *mauvais empereur* (mau imperador) e pela *languueur sénatoriale* (indolência senatorial)<sup>125</sup>. Tácito teria começado esta associação, que teve vida longa na história romana. Seja como for, nos *Annales*, a fraqueza dos senadores apresenta-se como o reflexo do comportamento de Nero e, nesse sentido, auxilia Tácito compor sua personagem.

---

<sup>125</sup> ROMAN, 2001, *passim*.

#### 4.4 O ARTISTA E A *PLEBS SORDIDA*

Como já tivemos a oportunidade de discutir<sup>1</sup>, o poder imperial é indissociavelmente ligado à plebe, entendida no sentido de *humiliores*, *i.e.* aqueles que não pertencem a uma ordem social. O *princeps* de modelo augustano é, assim, o magistrado superior que se reveste de um caráter sobrenatural (e mesmo divino, em alguns casos) e é portador de qualidades incomuns, que são constantemente reafirmadas por títulos – *Augustus*, *Imperator*, *Pater Patriae* – ou por celebrações cívicas – os triunfos, os jogos e em outras ocasiões isoladas. Por outro lado, o *princeps* se apresenta como o protetor do povo romano e, em especial, da plebe. Não só é aquele que representa a unidade dos *ordines*, como também, e principalmente, é o responsável pelo bem-estar da imensa população de Roma que não está protegida por estatutos sociais, como os senadores, cavaleiros e decuriões. Por conta disso, cabia aos *Caesares* garantir alimentação e entretenimento para o povo, o muito conhecido binômio juvenaliano do “*panem et circenses*”<sup>2</sup>.

No caso de Nero, o relacionamento entre poder imperial e plebe atingiu um nível ainda mais profundo do que o inicialmente formulado por Augusto. Nero foi um imperador extremamente popular, a julgar pelo que se lê nos *Annales*; tanto Suetônio, como Dión Cássio corroboram esta interpretação. E, portanto, a reação dos senadores ao seu governo, a conspiração pisoniana e, por fim, a rebelião de Vindex não devem nos induzir a pensar que a sociedade romana, em bloco, se indispusera contra um tirano, posteriormente execrado pela história. A plebe, por menos homogênea que tenha sido e por menos que se possa extrair dela uma única posição política, parecia se inclinar em uma direção oposta à dos *honestiores*. É o que se percebe, por exemplo, no seguinte excerto do início das *Historiae*, logo em seguida à morte de Nero:

Finis Neronis, ut laetus primo gaudentium impetu fuerat, ita uarios motus animorum non modo in urbe apud patres aut populum aut urbanum militem, sed omnes legiones ducesque conciuerat, euolgato imperii arcano posse principem alibi quam Romae fieri. Sed patres laeti, usurpata statim libertate licentius ut erga principem nouum et absentem; primores equitum proximi gaudio patrum; pars populi integra et magnis domibus adnexa, clientes libertique damnatorum et exulum in spem erecti; plebs sordida et circo ac theatris sueta, simul deterrimi seruorum aut qui, adesis bonis, per dedecus Neronis alebantur, maesti et rumorum auidi.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Cf. 2.2

<sup>2</sup> Juv. Sat. X, v. 81

<sup>3</sup> Tac. Hist. I, 4, 2-3

Se a morte de Nero trouxera alegria pelo primeiro impulso das comemorações, logo se seguiram reações contrastantes, não só em Roma, entre os senadores, entre o povo e entre os soldados da cidade, mas também em todas as legiões e generais. Agora se havia divulgado um segredo do Império, que um imperador poderia ser proclamado mesmo fora de Roma. Os senadores estavam, entretanto, alegres por exercitarem logo sua independência, e ainda mais livremente porque o príncipe era novo no poder e ausente da cidade. Os líderes dos cavaleiros estavam próximos da alegria dos senadores. A parcela do povo que era respeitável e que tinha ligação com as grandes famílias, assim como os clientes e os libertos dos condenados e das pessoas banidas, tinham grandes expectativas. Mas a plebe sórdida e habituada ao circo e aos teatros, os últimos entre os escravos ou aqueles que, tendo perdido seus bens, eram alimentados pela infâmia de Nero, estavam tristes e esperavam avidamente as notícias.

Os *uarios motus animorum* a que se refere Tácito nos informam sobre a divisão da sociedade diante de Nero. Os senadores estavam *laeti*, assim como os cavaleiros de grau mais elevado e mesmo uma *pars populi*, a saber os clientes e libertos dos que haviam sido perseguidos pelo extinto principado. No outro extremo estava a *plebs sordida*, que Tácito qualifica como assídua do *circus* e do *theatrum*; os últimos dentre os escravos e, finalmente, os miseráveis que se alimentavam às expensas de Nero (*per dedecus Neronis alebantur*). Ou seja, aqueles que estavam *maesti* pela morte do *princeps* eram os *humiliores*, aqueles que usufruíam da política imperial de “assistência social”, de distribuição de cereais e de divertimentos públicos. Assim, no caso de Nero, poder-se-ia supor que entre *princeps* e *plebs* se estabelecia uma relação de interdependência, em que a proteção imperial ao povo tinha a sua contrapartida no apoio deste àquele. Mais do que apoio, identificação, como se verá a seguir.

O adjetivo pelo qual Tácito se refere à *plebs* revela uma depreciação que não distoa da historiografia antiga, considerada em geral, como se lê em Grant, ao comentar a quase inexistência de uma história social nos historiadores antigos:

Quanto à história social, percebe-se que ela é extremamente atual, e é de fato encarada como essencial em nossos dias, já que ela deve oferecer, e oferece realmente, informações sobre as estruturas e as transformações sociais, sobre arte, sobre mulheres, sobre trabalhadores, sobre escravos e sobre a sociedade vista de baixo. Tudo isso era igualmente negligenciado, sob o nosso ponto de vista, no mundo antigo, no qual o interesse maior era em guerras. (...) Tácito é um bom exemplo da omissão da história social com base no fato de que, ainda que a história devesse iluminar o mundo contemporâneo, a história social não era parte da grande narrativa que ele desejava escrever. Ele omitia detalhes sociais também, porque acreditava que seus leitores já estivessem cientes destes. Além disso, ele desprezava escravos e libertos e as classes mais baixas em geral; historiadores com

dignidade não falam sobre servos e pescadores no modo como o Novo Testamento o faz.<sup>4</sup>

Essa falta de interesse pelos *humiliores* é um conseqüência da própria natureza da historiografia, tanto em razão de sua origem épica, que enfatiza os grandes homens, como por sua ligação com a ordem senatorial, tal como se apresenta no Alto Império.

A plebe sórdida, para continuar a inflexão pejorativa, revela sua baixaza por vícios tidos como imperdoáveis para Tácito: o gosto pelo *theatrum* e pelo *circus*. No *Dialogus de Oratoribus*, o autor define-os como *uitia urbis*, os vícios da cidade:

Iam uero propria et peculiaria huius urbis uitia paene in utero matris concipi mihi uidentur, histrionalis fauor et gladiatorum equorumque studia: quibus occupatus et obsessus animus quantum loci bonis artibus relinquit? Quotum quemque inuenies qui domi quicquam aliud loquatur? Quos alios adulescentulorum sermones excipimus, si quando auditoria intrauimus? Ne praeceptores quidem ullas crebriores cum auditoribus suis fabulas habent; colligunt enim discipulos non seueritate disciplinae nec ingenii experimento, sed ambitione salutationum et inlecebris adulationis.<sup>5</sup>

Parece-me que os vícios característicos e peculiares desta cidade, uma afeição pelos atores e uma paixão pelos espetáculos de gladiadores e pelas corridas de cavalos, são concebidos no ventre materno. Quando estes ocupam e possuem a mente, como é pouco o espaço que sobra para ocupações honestas! Com efeito, há poucos que falam de qualquer outro assunto em suas casas e, quando entramos na sala da aula, que mais é a conversa dos jovens? Mesmo com os professores, estes são os mais frequentes tópicos de conversa com seus alunos. De fato, eles ganham os alunos não pela rigidez da disciplina ou dando provas de sua habilidade, mas pela atenção lisonjeira ou pelos atrativos da adulação.

Ficam claros os vícios a que Tácito se refere: os espetáculos teatrais (*fauor histrionalis*), os jogos de gladiadores (*gladiatorum*) e as corridas de cavalos (*equorumque studia*). Três atividades que se desenvolvem nos mesmos espaços mencionados anteriormente: o *circus*, isto é, a arena elíptica dedicada às corridas; e o *theatrum*, estrutura semi-circular em que se representavam espetáculos dramáticos<sup>6</sup> ou as lutas entre gladiadores<sup>7</sup>.

Esses entretenimentos públicos – indicados pelo nome genérico de *ludi*<sup>8</sup> ou *spectacula*<sup>9</sup> – eram atribuição do *princeps*, que, de forma estendida, dava continuidade aos

<sup>4</sup> GRANT, 1997, p. 59

<sup>5</sup> Tac. Dial.Or. 29

<sup>6</sup> Fundamentalmente, durante o Império, o mimo e a pantomima. A tragédia tinha uma importância muito restrita ao espaço da corte. Cf. *ludi* no OCD.

<sup>7</sup> Tácito não se refere ao anfiteatro, uma terceira forma, imortalizada no Coliseu, que consistia em uma arena circular, em forma de dois *theatra* unidos entre si.

<sup>8</sup> (*circenses, scaenici* ou *uenationes*)

*munera*, uma tradição romana iniciada depois das guerras púnicas, consistente em oferecer jogos como forma de homenagear os manes dos familiares falecidos. Augusto, que seguiu o exemplo dos jogos oferecidos por César, deu início ao uso político dos *ludi*, como elemento de estabilidade entre imperador e povo. Nero deu continuidade a esta política, como se observa no excerto a seguir:

Nerone iterum, L. Pisone consulibus, pauca memoria digna euenere, nisi cui libeat laudandis fundamentis et trabibus quis molem amphitheatri apud campum Martis Caesar exstruxerat, uolumina implere, cum ex dignitate populi Romani repertum sit res inlustres annalibus, talia diurnis Urbis actis mandare.<sup>10</sup>

Durante o consulado de Nero, pela segunda vez, e de Lúcio Pisão, poucas coisas dignas de memória aconteceram, a não ser que agrade a alguém encher os volumes da história com o louvor dos alicerces e traves sobre os quais o imperador construiu o imenso anfiteatro no Campo de Marte, quando o adequado é, pela dignidade do povo romano, registrar apenas as coisas importantes nos anais, deixando as daquele tipo para o mero registro nos jornais da cidade.

É o ano de 57, que, pela falta de matéria (*pauca memoria digna euenere*) só conta com três capítulos nos *Annales*. A *praeteritio* de Tácito, que afeta não querer mencionar a construção do anfiteatro no Campo de Marte, explica-se pela sua possível intenção: ele começa a associar Nero àquilo que denominara *uitia urbis*. No mesmo capítulo, temos ainda um indício de que Nero incrementou o uso imperial dos *ludi*, tornando-os cada vez mais associados à pessoa do *princeps*.

Et edixit Caesar ne quis magistratus aut procurator in prouincia quam obtineret spectaculum gladiatorum aut ferarum aut quod aliud ludicrum ederet. Nam ante non minus tali largitione quam corripendis pecuniis subiectos adfligebant, dum, quae libidine deliquerant, ambitu propugnant.<sup>11</sup>

O imperador, por um decreto, proibiu a qualquer magistrado ou procurador das províncias de exibirem espetáculos de gladiadores, ou de feras selvagens, ou qualquer outro entretenimento público. Pois, até então, os povos a eles sujeitos tinham sido tão oprimidos por esta generosidade como pela corrupção pura e simples, enquanto os governadores buscavam esconder sob a popularidade os seus desvios.

<sup>9</sup> Tácito usa *ludus* e *spectaculum* como sinônimos, embora este último vocábulo tenha um sentido mais amplo que o primeiro. Cf. LT, verbetes respectivos.

<sup>10</sup> Tac. Ann. XIII, 31, 1

<sup>11</sup> Tac. Ann. XIII, 31, 3

Chama atenção, primeiramente, o fato de que o assunto foi um decreto imperial, demonstrando o interesse direto de Nero nos jogos oferecidos nas províncias, fossem estas senatoriais, governadas por magistrados do Senado (*magistratus*), ou imperiais, administradas pelo procuradores do imperador (*procurator*). O motivo alegado é evitar que os governadores espoliassem os provinciais de seus bens para oferecer os *spectacula*, os quais são associados à intenção de *ambitus*. Este vocábulo deve ser entendido não propriamente no sentido ciceroniano e clássico de corrupção eleitoral, já que disso não se tratava nas províncias no tempo do império. De fato, os governadores não ofereciam jogos para garantir uma eleição futura – o que caracterizaria o crime de *ambitus* – mas sim buscavam popularidade, o favor dos provinciais, sentido para o qual apontam as concordâncias do *Lexicon Taciteum* no verbete<sup>12</sup>. Isso demonstra que uso dos *ludi* como instrumento dos governadores para “buscar para si popularidade” (*ambitu procurare*) foi proibido pelo *princeps*, que, agora detinha o monopólio dos jogos – e, assim, o monopólio da popularidade – na província.<sup>13</sup>

Em Roma, Nero atendia o desejo da plebe oferecendo *spectacula* de vários tipos, acentuando sua função social de integração. Como se vê no livro XV, por exemplo:

Equitum Romanorum locos sedilibus plebis anteposuit apud circum: namque ad eam diem indiscreti inibant, quia lex Roscia nihil nisi de quattuordecim ordinibus sanxit. Spectacula gladiatorum idem annus habuit, pari magnificentia ac priora; sed feminarum inlustrium senatorumque plures per arenam foedati sunt.<sup>14</sup>

Aos cavaleiros romanos destinou um lugar especial no circo, à frente do assento da plebe; pois, com efeito, até aquele dia, aqueles não tinham esta distinção, já que a lei róscia só previa quatorze fileiras. O mesmo ano viu espetáculos de gladiadores com a mesma magnificência dos anteriores. Entretanto, muitas mulheres ilustres e muitos senadores foram desonrados por terem se apresentado na arena.

O *circus* e o *theatrum* são espaços cívicos hierarquicamente organizados e os *spectacula* ali apresentados, rituais impregnados de significado simbólico. Assim, seguindo a tendência de aproximação do *ordo equestris* à política imperial, Nero seduz os cavaleiros oferecendo a eles um lugar especial no circo. O que, até então, era privilégio somente dos integrantes do Senado, agora também passa a distinguir os *equites*. Sentados à frente dos assentos da plebe (*sedilibus plebis*), senadores, mais próximos à *scaena*, e cavaleiros, logo atrás destes, são

<sup>12</sup> LT, p. 71.

<sup>13</sup> Medida restritiva semelhante se encontra em Tac. Ann. IV, 63 e em Tac. Ann. XIII, 5,1

<sup>14</sup> Tac. Ann. XV, 32



publicamente percebidos como distintos dos demais, numa reduplicação ideológica da superioridade de seus *ordines* respectivos em face da plebe.

Essa ênfase sobre a função dos jogos na ordem social do Império não é uma teoria nova nos Estudos Clássicos. Ao contrário, Friedlaender, no final do século XIX, já insistia que os *ludi*, longe de serem entretenimentos periféricos, eram um ato central do Império Romano<sup>15</sup>. Uma de suas principais funções foi indicada por Cícero, no *Pro Sextio*: “há três lugares em que o povo romano pode expressar o que pensa e o que sente: os encontros públicos, as termas e os jogos e combates de gladiadores”<sup>16</sup> (*etenim tribus locis significari maxime de (re publica) populi Romani iudicium ac voluntas potest, contione, comitiis, ludorum gladiatorumque consessu*). Sobre isso, Champlin comenta:

Começando nas décadas finais da República, os jogos em Roma – particularmente os espetáculos teatrais, os combates de gladiadores e as corridas de quadrigas – assumiram, de maneira ainda mais clara, um aspecto político. Ali, o povo romano, muitas vezes instigado por “claques” remuneradas, mas sobretudo de modo espontâneo, valia-se da multidão e da anonimidade para proclamar suas opiniões sobre os assuntos políticos atuais, de forma barulhenta e direta, a seus líderes. Era uma regra universalmente reconhecida que havia coisas que podiam ser ditas nos teatros, nos circos e nas arenas e que não podiam ser ditas em nenhum outro lugar: Tácito tinha uma frase para isso, *theatralis licentia*, licença do teatro.<sup>17</sup>

Encontramos a primeira referência dos *Annales* à *theatralis licentia* no seguinte excerto, referente ao início do principado de Tibério, em que Tácito comenta um tumulto generalizado entre os espectadores e os milicianos.

At theatri licentia, proximo priore anno coepta, grauius tum erupit, occisis non modo e plebe set militibus et centurione, uulnerato tribuno praetoriae cohortis, dum probra in magistratus et dissensionem uulgi prohibent. Actum de ea seditione apud patres dicebanturque sententiae, ut praetoribus ius uirgarum in histriones esset.<sup>18</sup>

Mas a indisciplina do teatro, que já se havia iniciado no ano anterior, irrompeu então mais gravemente. Foram mortos não somente indivíduos da plebe, mas também soldados e um centurião, sendo ferido um tribuno da coorte dos pretorianos, enquanto estes tentavam reprimir os insultos aos magistrados e as brigas entre o povo. A rixa foi debatida no Senado e foram

<sup>15</sup> FRIEDLAENDER, 1881, passim

<sup>16</sup> Cic. Pro Sext. 106

<sup>17</sup> CHAMPLIN, 2003, p. 63

<sup>18</sup> Tac. Ann. I, 77, 1

emitidos pareceres para que os pretores tivessem o direito de vergastar os atores.

A passagem é duplamente esclarecedora. A função da coorte era de controle social, *i.e.* reprimir as rixas entre os elementos da plebe e as censuras ou infâmias (*probra*) que estes proferiam contra os magistrados. Esta é, em suma, a *theatri licentia* para Tácito, que surge como um consectário dos próprios *spectacula* – incumbia somente reprimir os excessos do povo, definidos como *spectantium immodestia*, mais à frente, no mesmo capítulo.

No principado de Nero, a primeira menção aos *ludi* parece reevocar ao excerto que acabamos de ver.

Fine anni, statio cohortis adsidere ludis solita demouetur, quo maior species libertatis esset utque miles, theatri licentiae non permixtus, incorruptior ageret et plebes daret experimentum na, amotis custodibus, modestiam retineret.<sup>19</sup>

No final do ano, a coorte que costumeiramente montava guarda durante os jogos foi suprimida para que se desse uma maior aparência de liberdade, para que os soldados, sem o contato com a indisciplina do teatro, não ficassem tão corrompidos e para testar se a plebe, retirada a vigilância, iria continuar a se comportar.

A repetição dos temas *theatralis licentia* e da *modestia plebis*, por um lado, reafirma o julgamento moral de Tácito sobre a essência dos jogos<sup>20</sup>, que, neste excerto, assume um grau ainda mais severo. De fato, uma das explicações possíveis para a retirada da coorte é evitar que os soldados se corrompam pela *licentia* (*miles theatri licentiae non permixtus incorruptior ageret*), o que equivale a atribuir a ela uma nefasta influência em outros grupos sociais. Os outros motivos apontados por Tácito, entretanto, merecem maior atenção, porquanto sublinham a relação do *princeps* com a liberalização dos *spectacula*. De um lado, relaxar o controle social era uma medida popular e, a julgar pela centralidade dos *ludi* no espaço social romano, talvez um dos gestos mais eficazes e significativos para anunciar as boas disposições do novo imperador em face de seu povo. E o que o historiador chama de *species libertatis* pode ser entendido como um instrumento de propaganda da política imperial de aproximação da plebe, o que, obviamente, não aponta no sentido que Tácito atribuía a *libertas*. Por outro lado, levantar a repressão à *theatri licentia* era uma maneira de permitir

<sup>19</sup> Tac. Ann. XIII, 24, 1

<sup>20</sup> Curiosamente, outro elemento se repete. A *species libertatis* neroniana ecoa os *simulacra libertatis* do excerto anterior. Entretanto, parece-nos ser demasiado associar uma à outra, já que, no trecho da hêxade tiberiana, esta simulação é exercida em uma circunstância totalmente diversa.

que Nero (ou aos tutores do jovem imperador) pusesse à prova a *modestia* do povo, ou seja, que ele observasse o respeito e a docilidade que a plebe demonstrava, agora livremente, quando colocada face à face com o poder imperial. E, não menos importante, ao permitir a relação direta entre *princeps* e seu povo no espaço dos *ludi*, reafirmavam-se os laços que uniam ambos e, com isso, reduzia-se a tensão social<sup>21</sup>.

Os laços entre Nero e plebe se estreitam ainda mais à medida que o imperador força os limites entre a *scaena* ou a *harena* e o auditório. Nero, ultrapassando a função habitual do magistrado de promotor dos *spectacula*, apresenta-se em cena para o povo, quer como artista, quer como auriga, o que representava uma ruptura com os valores tradicionais da nobreza romana. Esta, com efeito, diversamente da sociedade grega, desprezava aqueles que se apresentavam na *scaena*, numa ambiguidade descrita por Champlin:

As ambiguidades dos jogos romanos, a zona cinzenta entre espetáculo e espectador estende-se para o papel dos artistas (*performers*). À primeira vista, havia uma tremenda distância entre público e artistas. A fronteira física, aumentada por um espaço aberto ou por uma barreira, e definida verticalmente (espectadores olhando para baixo), era fortemente reforçada pela divisão social: os artistas eram, por definição, diferentes e inferiores.<sup>22</sup>

Nero, o *scaenicus imperator*<sup>23</sup>, afasta-se da moral dos *nobiliores* e, com isso, se aproxima da heterogênea população da Urbe. E foi esta, em um movimento circular, que instigou Nero a se apresentar, após ter reafirmado seu apoio ao *princeps* na ocasião do assassinato de Agripina:

Cunctari tamen in oppidis Campaniae, quonam modo Urbem ingrederetur, an obsequium senatus, an studia plebis reperiret anxius. Contra deterrimus quisque, quorum non alia regia fecundior exstitit, inuisum Agrippinae nomen et morte eius accensum populi fauorem disserunt; iret intrepidus et uenerationem sui coram experiretur; simul praegredi exposcunt. Et promptiora quam promiserant inueniunt, obuias tribus, festo cultu senatum, coniugum ac liberorum agmina per sexum et aetatem disposita, exstructos, qua incederet, spectaculorum gradus, quo modo triumphu uisuntur. Hinc superbus ac publici seruitii uictor, Capitolium adiit, grates exsoluit, seque in omnes libidines effudit, quas, male coercitas, qualiscumque matris reuerentia tardauerat.<sup>24</sup>

Entretanto, ele se detinha nas cidades da Campânia, ansioso e sem saber como entraria em Roma e se encontraria um Senado submisso e a simpatia

<sup>21</sup> Quanto ao uso dos jogos como alívio da tensão social, cf CHAMPLIN, 2003, p. 63.

<sup>22</sup> CHAMPLIN, 2003, p. 64

<sup>23</sup> Pl. Jov. Paneg. 46 *Idem ergo populus ille aliquando scenici imperatoris spectator et applausor, nunc in pantomimis quoque auersatur et damnat effeminatas artes, et indecora seculo studia.*

<sup>24</sup> Tac. Ann. XIV, 13

da plebe. E ao contrário, todos os covardes, e nunca uma corte teve tantos deles, espalharam que o nome de Agripina era odioso e que a popularidade dele tinha crescido com a morte desta. Ele, continuavam, podia ir sem medo e experimentar a veneração de que era objeto; apenas deixasse-os precederem-no. E estes encontraram uma situação melhor do que haviam prometido: as tribos iam ao seu encontro; o Senado em trajes festivos; fileiras de seus filhos e esposas, dispostas conforme o sexo e a idade; e ao longo do caminho por onde passaria, cadeiras, do tipo das usadas para se ver um triunfo. Então, elevado pela docilidade pública, prosseguiu exultante para o Capitólio, rendeu graças e se abandonou a todos os vícios, que até agora retardara, ainda que mal escondidos, por alguma reverência filial.

Consciente da enormidade de seu crime e de sua repercussão entre o povo, Nero adia a volta a Roma. De fato, a opinião pública – repetida nas expressões *studia plebis, populi fauorem, publici seruitii* – é o tema do capítulo e a principal preocupação do *princeps*. E o povo, agora entendido em sentido lato, de maneira a abranger também os *ordines* superiores, acolhe o matricida como se recebesse um general *triumphator* (*quomodo triumphi uisuntur*). Somente com esta demonstração de *fauor*, o imperador se sente *superbus*<sup>25</sup>, ou seja, elevado/insolente pelo fato de se saber elevado às alturas pela popularidade. É justamente este sentimento, que lhe induz a se dedicar às *libidines*, aos desejos, até então mais ou menos controlados por uma reverência filial.

Os primeiros desejos (sob os termos *cupido* e *studium*) manifestam-se logo no próximo capítulo:

Vetus illi cupido erat curriculo quadrigarum insistere nec minus foedum studium cithara ludicrum in modum canere. Concertare equis regium et antiquis ducibus factitatum memorabat, idque uatum laudibus celebre et deorum honori datum. Enimvero cantus Apollini sacros, talique ornatu adstare, non modo Graecis in urbibus, sed Romana apud templa, numen praecipuum et praescium. Nec iam sisti poterat, cum Senecae ac Burro uisum, ne utraque peruinceret, alterum concedere. Clausumque ualle Vaticana spatium, in quo equos regeret, haud promisco spectaculo; mox ultro uocari populus Romanus laudibusque extollere, ut est uulgu cupiens uoluptatum et, se eodem princeps trahat, laetum. Ceterum euulgatus pudor, non satietatum, ut rebantur, sed incitamentum attulit; ratusque dedecus molliri, si plures foedasset, nobilium familiarum posteros, egestate uenales, in scaenam deduxit; quos, fato perfunctos, ne nominatim tradam, maioribus eorum tribuendum puto. Nam et eius flagitium est qui pecuniam ob delicta potius dedit quam ne delinquerent. Notos quoque equites Romanos operas arenae promittere subegit donis ingentibus, nisi quod merces ab eo qui iubere potest uim necessitatis adfert.<sup>26</sup>

<sup>25</sup> LT, p. 1597. *non nisi in malam partem*.

<sup>26</sup> Tac. Ann. XIV, 14

Ele tinha um antigo desejo de dirigir uma quadriga e um gosto não menos degradante de cantar acompanhado da cítara, como no teatro. Costumava lembrar que montar cavalos era um costume de reis e que tinha sido a prática de antigos generais; e esta prática era celebrada nos louvores dos poetas e devotada a honrar os deuses. Quanto ao canto, era sagrado a Apolo e este deus, poderoso e profético, apresentava-se vestido de cantor, não só nas cidades gregas, mas também nos templos romanos. E não mais se podia conter Nero, quando Sêneca e Burro perceberam que era melhor ceder em um ponto para que ele não vencesse nos dois. Um lugar foi fechado no vale do Vaticano, em que pudesse montar seus cavalos, sem que o espetáculo fosse público. Em breve, foi convidado o povo de Roma, que o elevou em seus elogios, como costuma fazer a plebe, sedenta de diversões e encantada quando o soberano tem os mesmos pendores. Entretanto, a exposição pública de sua vergonha agiu nele como um incentivo, em vez de saciá-lo, como se esperava. Imaginando que mitigaria o escândalo por meio da desgraça de muitos outros, ele trouxe ao palco descendentes de nobres famílias, que se venderam por conta de sua pobreza. Como estes já terminaram os seus dias, eu acho que devo a seus ancestrais não declinar seus nomes. E, de fato, a infâmia é daquele que lhes ofereceu dinheiro para recompensar a sua degradação, ao invés de evitar que eles se degradassem. Ele induziu também alguns ilustres cavaleiros, por presentes valioso, a prometerem seus serviços na arena; a recompensa advinda de quem tem o poder de comandar tem em si a força da compulsão.

Cumprir notar que os *uitia* – quer a paixão pelas quadrigas (*cupido curriculo quadrigarum*), quer o cultivo do canto (*studium cithara canere*) – já existiam em Nero. Neste trecho, o que preocupa Tácito é a espetacularização dos vícios do *princeps*, ou, para usar os termos do historiador o *promiscuum spectaculum* do *euulgatus pudor* do imperador. Este, a princípio, defende-se, argumentando que as disputas equestres eram práticas ligadas aos reis e generais do passado e que o canto era consagrado de Apolo, ou seja, de uma insigne divindade do Panteão romano, representado tradicionalmente como um musicista. Sêneca e Burro, que ainda tinham influência naquele período, tentaram contornar a situação preparando um circo privado para Nero (*priuatum ualle*). Debalde, pois logo após o povo romano “é convidado” (*uocari*) a assistir, provavelmente pelo próprio auriga, cujo prazer não parecia estar completo se não fosse acompanhado de espectadores e aplausos. Estava completo o quadro tacitano: o imperador e suas *omnes libidines* se identifica na *harena* com a plebe *cupiens uoluptatum* – uma associação que garante a um os louvores (*laudibus*) e à outra a alegria (*laetum*).

Outro tópico sensível ao historiador é o corrompimento dos *nobiliores*. Se, por um lado, Nero e a plebe se atraem mutuamente por força das *libidines* que compartilham, por outro, o imperador arrasta ao vício os *nobilium familiarum posteros*, os descendentes da antiga nobreza senatorial romana e *notos equites Romanos*, conhecidos cavaleiros. Ambos, entretanto, no comentário tacitano, descem ao opróbrio da *scaena* seduzidos por uma

recompensa material, de maneira que a culpa maior continua sendo do *princeps*, já que este usou sua fortuna para corromper (*ob delicta*) e não para impedir os vícios (*ne delinquerent*). Em contrapartida, como nota Champlin, há pouca evidência que nos permita acreditar que Nero realmente tenha forçado de algum modo a nobreza a participar dos *spectacula*<sup>27</sup> e, acrescentamos, a única ocasião em que Tácito afirma que houve uma coerção (neste caso, financeira), foi no trecho acima. Muito mais abundantes são os excertos em que não fica claro se a nobreza foi impelida por Nero, ou se o ato de se apresentar na *scaena* era um desejo espontâneo. Como se observa no capítulo seguinte:

Ne tamen adhuc publico theatro dehonestaretur, instituit ludos, Iuuenalium uocabulo, in quos passim nomina data. Non nobilitas cuiquam, non aetas aut acti honores impedimento quo minus Graeci Latiniue histrionis artem exercerent usque ad gestus modosque haud uiriles. Quin et feminae inlustres deformia meditari. Exstructaque, apud nemus quod nauali stagno circumposuit Augustus, conuenticula et cauponae et posita ueno inritamenta luxui. Dabanturque stipes, quas boni necessitate, intemperantes gloria consumerent. Inde gliscere flagitia et infamia, nec ulla, moribus olim corruptis, plus libidinum circumdedit quam illa conluuies. Vix artibus honestis pudor retinetur, nedum inter certamina uitiorum pudicitia aut modestia aut quicquam probi moris reseruaretur. Postremus ipse scaenam incedit, multa cura temptans citharam et praemeditans, adsistentibus phonascis. Accesserat cohors militum, centuriones tribunisque et maerens Burrus ac laudans. Tuncque primum conscripti sunt equites Romani, cognomento Augustianorum, aetate ac robore conspicui, et pars ingenio procaces, alii in spem potentiae. Ii dies ac noctes plausibus personare, formam principis uocemque deum uocabulis appellantes; quasi per uirtutem clari honoratique agere.<sup>28</sup>

Entretanto, não querendo ainda se desonrar em um palco público, instituiu novos jogos, de nome Juvenais, para os quais pessoas de todas os lugares se inscreveram. Nem a nobreza, nem a idade, nem os cargos previamente ocupados impediram ninguém de praticar a arte de um ator grego ou latino, chegando até a atitudes e músicas indignas de um homem. Mulheres nobres igualmente atuaram em cenas degradantes e no bosque que Augusto tinha feito plantar em volta do lago usado para batalhas navais, construíram-se lugares para encontros e para oferecer bebida, e todo incentivo ao excesso foi oferecido à venda. Dinheiro também se distribuía, o qual os respeitáveis gastaram por necessidade e os pródigos, por vaidade. Dali, uma escalada de abominações e de toda a sorte de infâmias. Nunca um lamaçal tão imundo trouxe licenciosidade pior à nossa moral, há muito corrompida. A custo, o pudor se mantém pelas artes honestas; nesta disputa de vícios, muito menos se preservava a pudicícia ou a modéstia, ou qualquer traço de bons costumes. Por fim, o imperador em pessoa foi ao palco, ensaiando os acordes na cítara com grande cuidado e testando a voz diante de seus instrutores de canto. Estava também presente, para completar o show, a coorte de soldados, com os centuriões e os tribunos e o triste Burro, que

<sup>27</sup> CHAMPLIN, 2003, p. 65

<sup>28</sup> Tac. Ann. XIV, 15

ainda assim aplaudia. E então, pela primeira vez, foram alistados cavaleiros romanos sob o nome de Augustanos, homens no auge da idade e do vigor físico, alguns pela sua natural frivolidade, outros, pela esperança de promoção. Dia e noite eles aplaudiam e elogiavam a voz e a beleza do imperador usando epítetos divinos. Assim, eles viveram em fama e em honra, como se o devessem a seus méritos.

Os jogos em questão são os Juvenais, que, como lemos em Dión Cássio, foram instituídos para comemorar a primeira vez que o imperador se barbeara<sup>29</sup>. Foram celebrados, como lemos mais adiante nos *Annales*, em uma propriedade privada do imperador<sup>30</sup>, onde se apresentaram espetáculos teatrais, tanto gregos como romanos. Os nobres, mesmo os mais velhos e os que já haviam cumprido importantes cargos, representaram como os *histriones* (atores/mímicos). Humilhação para os dois gêneros: os homens representavam por cantos e gestos que não correspondiam ao que se esperava de um *uir* (*gestus modosque haus uiriles*); as mulheres, atuaram em cenas degradantes (*informia meditari*). Em nenhum momento, repise-se, há qualquer menção a que Nero os tenha obrigado.

*Postremum, ipse in scaenam incidit* é a cena final para a qual aponta todo o relato dos eventos posteriores à morte de Agripina. É a desonra de se apresentar como um citaredo diante de uma plateia que incluía soldados, centuriões e tribunos. Burro, que, disfarçando a tristeza, aplaude o *princeps*, é a própria imagem da impotência da virtude. O palco em que Nero se apresenta, entretanto, é particular, como se extrai da primeira frase do excerto (*ne... publico theatro*), dada a natureza familiar da festividade de iniciação à vida adulta. Tanto é assim que os Juvenais acontecem próximo aos *horti* em que Augusto havia plantado um bosque sagrado (*nemus, quod nauali stagno circumposuit Augustus*). Essa indicação permite situar a festividade nas encostas do posteriormente denominado monte Píncio, localidade que, situada ao norte do Quirinal, concentrava, durante a República, numerosos jardins de famílias afluentes<sup>31</sup>. Tácito, contudo, prenuncia (*Ne tamen adhuc...*) uma performance pública do imperador e, com isso, mais uma etapa na escalada do aviltamento da dinastia júlio-claudiana.

É preciso esperar até a metade do livro seguinte, cinco anos depois das Juvenais, para assistir ao imperador, até então um *fautor* ou um *patronus* das artes e dos espetáculos, apresentar-se como *histrion*, ou seja, como um artista. Até então, Nero era um artista amador, no sentido moderno do termo, e, ainda que algum público tivesse acesso a suas apresentações, estas não faziam parte dos *spectacula* tradicionais da cidade, ou seja, elas não eram destinadas

<sup>29</sup> Dio Cas. LXI, 19, 1

<sup>30</sup> Tac. Ann. XV, 33, 1

<sup>31</sup> Jardins de Lúculo, os jardins de Salústio, dentre outros.

especificamente à diversão do povo. E isso, para os romanos, fazia toda a diferença já que um artista que se apresentava profissionalmente era socialmente distinto, senão da plebe, ao menos dos *ordines* superiores de sua plateia. De fato, em sua maioria, os artistas tinham origem no leste do Império (geralmente na Grécia), eram considerados imorais para padrões tradicionais romanos e, o que era pior, eram pagos por seus serviços, o que os distanciava enormemente dos *nobiles*. Apesar disso, numa curioso paradoxo, eram imensamente populares na sociedade imperial, símbolos de força e virilidade, no caso dos gladiadores<sup>32</sup>, ou de ambiguidade sexual, no caso dos *histriones*<sup>33</sup>. Desafiando os preconceitos da nobreza, ou, por outras, flertando com a popularidade, Nero decide adentrar a *promisca scaena*:

C. Laecanio, M. Licinio consulibus, acriore in dies cupidine adigebatur Nero promiscas scaenas frequentandi: nam adhuc per domum aut hortos cecinerat Iuuenalibus ludis, quos ut parum celebres et tantae uoci angustus spernebat. Non tamen Romae incipere ausus, Neapolim quasi Graecam urbem delegit; inde initium fore, ut, transgressus in Achaiam insignesque et antiquitus sacras coronas adeptus, maiore fama studia ciuium eliceret. Ergo contractum oppidanorum uulgius, et quos e proximis coloniis et municipiis eius rei fama ciuerat, quique Caesarem per honorem aut uarios usus sectantur, etiam militum manipuli theatrum Neapolitanorum complent.<sup>34</sup>

No consulado de Caio Lecânio e Marco Licínio, um desejo que se tornava mais intenso a cada dia impelia Nero a se apresentar publicamente no palco. Pois até então, ele tinha cantado em casa os nos seus jardins, durante as festas Juvenais, das quais ele já desdenhava pela plateia escassa e por serem muito limitadas para a sua voz tão esplêndida. Contudo, não ousando estrear em Roma, escolheu Nápoles, por ser uma cidade grega. Seria um início, a partir do qual atravessaria para a Acaia, venceria as insignes e sagradas coroas e, com a fama aumentada, conseguiria os aplausos dos cidadãos romanos. Assim, uma multidão reunida entre os habitantes daquela cidade, juntamente com espectadores atraídos de cidades vizinhas pela notícia do evento, e aqueles que seguem o imperador, quer para lhe fazer honra, quer por diversos serviços, e mesmo alguns manípulos de soldados, enchem o teatro de Nápoles.

Tácito remete explicitamente este episódio às Juvenais, uma forma de relembrar o leitor do sub-enredo da trajetória performática de Nero. Sugestivo é o receio do imperador, que prefere se apresentar em público primeiro para uma plateia grega, já que esta não lhe intimidava tanto como a audiência da Urbe e sua representação ideológica dos *histriones*. Assim, o *scaenicus imperator* pretendia legitimar os seus pendores artísticos pelo reconhecimento público de seu talento, que pretendia obter inicialmente em Nápoles e, posteriormente, na província de Acaia,

<sup>32</sup> CHAMPLIN, 2003, p. 64

<sup>33</sup> Idem, ibidem

<sup>34</sup> Tac. Ann. XV, 33



que era o nome dado aos domínios romanos no Peloponeso e na Grécia central. A viagem, entretanto, foi adiada sem motivo aparente, como é informado três capítulos à frente<sup>35</sup>.

Finalmente, no ano seguinte<sup>36</sup>, durante os Quinquenais, Nero realiza o desejo de se apresentar como artista ao povo de Roma:

Interea senatus, propinquo iam lustrali certamine, ut dedecus auerteret, offert imperatori uictoriam cantus, adicitque facundiae coronam, qua ludicra deformitas uelaretur. Sed Nero, nihil ambitu nec potestate senatus opus esse dictitans, se aequum aduersum aemulos et religione indicum meritam laudem adsecuturum, primo carmen in scaena recitat; mox, flagitante uulgo ut omnia studia sua publicaret, – haec enim uerba dixere – ingreditur theatrum, cunctis citharae legibus obtemperans, ne fessus resideret, ne sudorem nisi ea quam indutui gerebat ueste detergeret, ut nulla oris aut narium excrementa uiserentur. Postremo, flexus genu et coetum illum manu ueneratus, sententias indicum opperiebatur ficto pauore. Et plebs quidem Urbis, histrionum quoque gestus iuuare solita, personabat certis modis plausuque composito. Crederes laetari, ac fortasse laetabantur per incuriam publici flagitii.<sup>37</sup>

Enquanto isso o Senado, como se aproximavam as competições das Quinquenais, para evitar a desonra, oferece ao imperador a vitória no canto e acrescenta o prêmio de eloquência, com o que se poderia disfarçar a vergonhosa exposição nos jogos. Nero, entretanto, repetia que ele não precisava nem do favor nem da influência do Senado, que ele estava à altura de seus rivais e que estava certo de que ganharia a honra pelo seu mérito na opinião conscienciosa dos seus juizes. Primeiramente ele recitou um poema no palco; logo a plebe o instigou a exhibir todos os seus dotes artísticos (disseram estas palavras exatamente). Ele foi ao palco e respeitou todas as leis dos concursos de cítara, não se sentando quando cansado, não enxugando o suor com outra coisa senão com sua própria roupa, ou não se deixando ver cuspiendo ou limpando o nariz. Por fim, de joelhos, ele saudou o auditório com um gesto com a mão e esperou o julgamento dos jurados com uma falsa ansiedade. E a plebe, habituada a encorajar cada gesto dos atores, aclamava-o por aplausos cadenciados. Poder-se-ia pensar que eles regozijavam, e talvez regozijassem na sua indiferença pela desonra pública.

Por *lustrali certamine*, Tácito indica os jogos Quinquenais, que, durante o Império, repetiam-se de cinco em cinco anos como cerimônia votiva à saúde e à prosperidade do imperador<sup>38</sup>. O Senado, previdente, tenta demover o imperador da ideia de se apresentar nos jogos oferecendo-lhe uma vitória simbólica no concurso de canto, ao qual acrescentou uma *facundiae corona*, para que esconder a *deformitas ludicra*, a monstruosidade intrínseca de um *scaenicus princeps*. O expediente, entretanto, não conseguiu afastar o *princeps* da

<sup>35</sup> Tac. Ann. XV, 36

<sup>36</sup> 65, consulado de Sílio Nerva e Ático Vestino. Cf. Tac. Ann. XV, 48, 1

<sup>37</sup> Tac. Ann. XVI, 4

<sup>38</sup> DME, p. 180, verbete *jogos*.

*scaena*. Nero começou declamando um poema e, instigado pelo povo, que pedia que exibisse todos os seus dotes (*omnia studia sua publicaret* seriam as próprias palavras da plateia, segundo Tácito), apresentou-se na competição de cítara, seguindo estritamente as regras previstas para quaisquer competidores. No final da apresentação, Nero espera o veredito dos jurados “de joelhos” (*postremo genu flexu*), gesto que recebeu um aplauso cadenciado (*certis modis... composito*), que o povo estava acostumado a oferecer aos *histriones*. O capítulo tem seu desfecho com um comentário de Tácito, que, usando a indefinição da segunda pessoa do singular (*crederes*), parece se dirigir a um observador do quadro que acabou de expor. A este espectador, que observa a plebe extasiada aplaudindo um imperador romano de joelhos, Tácito sentencia que a alegria do povo, se sincera, não tinha qualquer consideração pela desonra pública.

#### 4.5 HOSTES E PARRICIDA

Prodígios abundam nos *Annales*, quer porque o autor acreditava na sua existência, quer para emprestar à narrativa uma coloração dramática, já que a revelação dos desígnios dos deuses nas ações humanas é um traço distintivo da tragédia antiga. Assim, logo em seguida à morte de Agripina, os deuses se pronunciam desta maneira:

Prodigia quoque crebra et inrita intercessere: anguem enixa mulier, et alia in concubitu mariti fulmine exanimata; iam sol repente obscuratus et tactae de caelo quattuordecim Urbis regiones. Quae adeo sine cura deum eueniebant ut multos postea annos Nero imperium et scelera continuauerit.<sup>39</sup>

Prodígios, também, frequentes e vãos, sobrevieram: uma mulher deu à luz uma serpente, e outra foi morta por um raio, nos braços do marido; o sol se escureceu subitamente e as quatorze regiões de Roma foram tocadas pelo fogo do céu. Tudo isso acontecia com tanta despreocupação dos deuses, que Nero, depois disso, deu continuidade a seu governo e a seus crimes.

O significado dos portentos, dada a própria natureza da matéria, pode prestar-se a muitas discussões. Entretanto, não seria absolutamente desprovido de coerência dramática ler nesses três sinais os três grandes crimes de Nero, que sintetizam e explicam a sua atuação nos *Annales*: o assassinato da mãe, da esposa e o incêndio de Roma. Os deuses, contudo,

---

<sup>39</sup> Tac. Ann. XIV, 12, 2

pareciam não se importar com os destinos de Roma, já que Nero continuou no poder a cometer seus crimes (*scelera*) apesar dos sinais dados, que, por isso mesmo, são vãos (*inrita*).

As delitos de Nero são de dois tipos principais, crimes contra uma pessoa, como o *parricidium* e o *stuprum*; e crime praticado pelo cidadão romano contra a sua pátria, o equivalente moderno da alta-traição<sup>40</sup>, acarretando contra o réu o desonroso título de *hostis* (inimigo público). Como seria de esperar, todas as más ações de Nero não se subsumem nessa divisão bipartite: excluídas delas estão, por exemplo, os *flagitia*, atos vergonhosos, atentados à moral que, ainda assim, não são um ataque ao *ius publicum* romano, dentre os quais se contam as atuações públicas de Nero como *histrion*, as relações íntimas com escravos ou libertos e numerosíssimos outros exemplos. Igualmente devem se descontar as execuções que Nero ordenou, já que era amparado pelos poderes que seu *imperium* lhe outorgava, ou justificado pelo próprio aparelho legal romano, como é o caso das condenações à morte de senadores e cavaleiros envolvidos com o *crimen maiestatis*. E, para esta análise, também omitimos o *stuprum*, ou seja, originalmente, ter relações sexuais ilícitas, *i.e.* fora do matrimônio e, por extensão, a degradação física de um romano livre (*stuprum in uivua, uer uirgine, uel puero*) consistente em um atentado à *puclitia*, tanto da vítima quanto do povo romano como um todo<sup>41</sup>. Com efeito, o termo só se menciona três vezes na hêxade final, sendo duas com relação a Nero, e apenas a última ocorrência indica, sob a forma de uma denúncia não detalhada pelo historiador<sup>42</sup>, que o *princeps* teria praticado o crime<sup>43</sup>.

E assim, resta-nos o *parricidium*, crime que sintetiza, dada a gravidade intrínseca de sua ofensa, a própria ideia de *scelus*. De fato, o *parricidium*, entendido no sentido que assume o vocábulo desde o final da República, é o assassinato<sup>44</sup> deliberado de um membro próximo da família – os *parentes*, não só pai e mãe e outros parentes na linha ascendente na ordem direta (avós etc), como também cônjuges e irmãos<sup>45</sup>. É este o sentido corrente em Tácito, como, por exemplo, quando se refere a Nero como *parricida matris et uxoris*<sup>46</sup> (“assassino da

<sup>40</sup> Não confundir com o *crimen maiestatis*. Neste, a ofensa incide na pessoa do governante e, por extensão, no governo. No crime de alta-traição (*Hochverrat*), a ofensa recai sobre a nação. Consequentemente, este crime pode ser praticado, inclusive, pelo governante contra sua pátria. Isso é o que justificou, aliás, o *coup d’Etat* de Vindex.

<sup>41</sup> CANTARELLA, 1995, p. 139

<sup>42</sup> Trata-se do documento em que Petrônio, antes de ser obrigado a se suicidar, teria registrado os abusos sexuais do princeps. Cf Tac. Ann. XVI, 19 “*et nouitatem cuiusque stupri perscripsit*”

<sup>43</sup> A outra referência a *stuprum* associada a Nero se encontra em Tac. Ann. XIII, 12, quando lemos que foi permitido a Nero se ligar a uma escrava, de nome Acte, para impedir que o jovem Caesar praticasse *stupra* contra as mulheres romanas.

<sup>44</sup> Preferimos este termo à homicídio, que pode levar à confusões, já que o termo é empregado tanto pelo direito romano tardo-imperial como no direito penal moderno.

<sup>45</sup> OCD, verbete *parricidium*.

<sup>46</sup> Tac. Ann. XV, 67, 8

mãe e da esposa”). Entretanto, antes deste período, era também considerado parricida qualquer cidadão romano que, dolosa e injustificadamente, matasse uma pessoa livre, como se lê em Festo, que atribui ao rei Numa o dispositivo legal, por analogia<sup>47</sup>. Tal associação se deve à semelhança entre os dois sujeitos passivos da norma penal: os parentes, de um lado e os concidadãos, na extensão de Numa Pompílio. Em ambos os casos, o que se pune é o ato contra a vida de um *par*<sup>48</sup>, ou seja, o membro de um mesmo clã, de uma mesma família ou de uma mesma *ciuitas*. E com isso, chegamos a um terceiro estágio, observado em Tácito, em que o *parricidium* assume o sentido de traição à pátria, ou seja, o parricida, que trai um membro de sua comunidade, é, por sinédoque, a imagem do traidor da nação<sup>49</sup>. Nesse sentido, por exemplo, lemos nas *Historiae* que Vitélio foi considerado pelo Senado *hostis* e *parricida* (*hostem et parricidam Vitelium uocantes*<sup>50</sup>) e nos *Annales*, que Júnio Galo recebeu a mesma acusação de Salieno Clemente (*hostem et parricidam uocans*<sup>51</sup>). O *hostis* e o *parricida* são a mesma pessoa e ambas as expressões indicam o crime a partir de um ponto de vista: o *parricida* é aquele que traiu sua pátria e, com isso, foi considerado *hostis*, inimigo público – o primeiro termo declara o crime, o segundo, declara a pena<sup>52</sup>. A perda da parte final dos *Annales* não nos permite avaliar como Tácito definiu a condenação do Senado contra Nero em seguida à rebelião na Gália, entretanto, em Suetônio, lemos que o imperador fora julgado *hostis* pelo Senado e que era procurado, para ser punido de acordo com os costumes dos antigos (*se hostem a senatu iudicatum et quaeri, ut puniatur more maiorum*), ou seja, pendurado desnudo, pelo pescoço, à força e vergastado até morrer (*nudi hominis cervici inseri furcae, corpus uirgis ad necem caedi*)<sup>53</sup>. O suplício era, portanto, a *arbor infelix*, uma das modalidades de pena capital reservadas aos traidores<sup>54</sup>.

Por conseguinte, o *parricidium* é uma ideia generalizante, que engloba delitos contra a vida dos *parentes* e contra a pátria. O primeiro e mais emblemático desta espécie de ofensa penal teve como vítima Agripina. O matricídio, acontecido em 59, é minuciosamente narrado por Tácito, que dedica ao episódio os treze primeiros capítulos do livro XIV: nos dez

<sup>47</sup> Neste mesmo sentido, CANTARELLA, 1996, p. 173

<sup>48</sup> Contudo, *par* e *parricidium* não são cognatas. *Parricidium* é, segundo alguns, o delito que se pune com o *\*parix* (saco de couro impermeabilizado com betume). Cf. CANTARELLA, 1996, p. 323

<sup>49</sup> Cf. LT verbete *parricida*. Depois do sentido próprio, lê-se *Hochverräter*, isto é, aquele que comete alta-traição.

<sup>50</sup> Tac. Ann. Hist. I, 85, 3

<sup>51</sup> Tac. Ann. Ann. XV, 73, 3

<sup>52</sup> Parte da pena, na verdade. A declaração já é desonrosa por si só. Acrescem as penas físicas atribuídas ao *hostes*.

<sup>53</sup> Suet. Ner., 49

<sup>54</sup> CANTARELLA, 1996, p 171 e ss.

primeiros os preparativos e o crime propriamente dito, nos três seguintes, as reações de Nero, do Senado e do povo. Logo no primeiro capítulo, lemos:

Gaio Vipstano, [C.] Fonteio consulibus, diu mediatum scelus non ultra Nero distulit, uetustate imperii coalita audacia et flagrantior in dies amore Poppaeae, quae sibi matrimonium et discidium Octaviae incolumi Agrippina haud sperans crebris criminationibus, aliquando per facetias incusare principem et pupillum uocare, qui, iussis alienis obnoxius, non modo imperii, sed libertatis etiam indigeret.<sup>55</sup>

Sob o consulado de Caio Vipstânio e de C. Fonteio, Nero, por sua crescente audácia resultante de alguns anos de poder e pelo amor cada dia maior por Popeia, não adiou mais o seu crime há tanto concebido. Aquela, que sabia não poder esperar o casamento com Nero e o repúdio de Otávia enquanto Agripina estivesse viva, censurava-o por frequentes recriminações e, ocasionalmente, por gracejos, e o chamava de pupilo, dizendo que era sujeito a ordens de outras pessoas, e que não só não tinha o poder como nem mesmo tinha liberdade.

O *diu mediatum scelus* relembra ao leitor a deterioração das relações entre mãe e filho ao longo do livro precedente. Assim, o primeiro motivo de discórdia foi Acte, uma liberta pela qual Nero se apaixonara e que, como temia Agripina, tinha ascendência sobre o *princeps*<sup>56</sup>. Em seguida, como forma de reafirmar sua autoridade sobre o filho, Agripina lembra a Nero que este lhe deve o *imperium*, já que a sucessão de Cláudio cabia, na verdade, a Britânico, filho legítimo do antigo imperador. Tácito reproduz a ameaça em discurso indireto:

Praeceptis posthac Agrippina ruere ad terrorem et minas, neque principis auribus abstinere quo minus testaretur adultum iam esse Britannicum, ueram dignamque stirpem suscipiendo patris imperio, quod insitus et adoptiuus per iniurias matris exerceret; non abnuere se quin cuncta infelicis domus mala patefierent, suae in primis nuptiae, suum ueneficium; id solum diis et sibi prouisum quod uiueret priuignus; ituram cum illo in castra; audiretur hinc Germanici filia, inde debilis Burrus et exul Seneca, trunca scilicet manu et professoria lingua, generis humani regimen expostulantes.<sup>57</sup>

Depois disso Agripina se lançou decididamente a disseminar o medo e ameaças, e nem poupou os ouvidos do imperador. Dizia que Britânico já era adulto, a estirpe verdadeira e digna de receber o império paterno, o qual era exercido por um intruso, por um filho adotivo, por conta das intrigas da mãe. Dizia ainda que ela não se opunha a que todos os crimes daquela família infeliz fossem expostos: seu casamento, em primeiro lugar; o envenenamento que ordenou. Somente uma coisa atribuía à sua providência

<sup>55</sup> Tac. Ann. XIV, 1, 1

<sup>56</sup> Tac. Ann. XIII, 12

<sup>57</sup> Tac. Ann. XIII, 14, 2-3

e à dos deuses: que o seu enteado ainda estivesse vivo. Ela iria com ele ao quartel: ali de um lado, seria ouvida a filha de Germânico; de outro, o débil Burro e o débil Sêneca, um com a mão mutilada e outro com o tom professoral, pretendendo ambos o governo do gênero humano.

Foi o que levou Nero a envenenar Britânico durante um jantar, ocasião em que estavam presentes Otávia, esposa do *princeps* e irmã da vítima, e Agripina. Esta, tomada de pavor (*at Agrippinae is pauor...*), percebe que esta morte deixava-a totalmente desarmada diante de seu filho e, o que era pior, prenunciava o seu próprio fim (*quippe sibi supremum auxilium ereptum et parricidii exemplum intellegebat*<sup>58</sup>). A partir de então, Agripina foi removida da corte para a antiga casa que pertencera a Antônia, e sua guarda de honra lhe foi retirada<sup>59</sup>. Seguiu-se a isso o motivo final para a ruptura: a denúncia de que Agripina estaria conspirando com Rubélio Plauto<sup>60</sup>, descendente de Augusto, com quem se casaria e reconquistaria o poder<sup>61</sup>. O relato dos planos de sua mãe assustou tanto a Nero, que ele se dispôs a matar ambos os envolvidos e, ainda, Burro, que acreditava ser um agente de Agripina (*ita audientem exterret, ut non tantum matrem Plautumque interficere, sed Burrum etiam demouere praefectura destinaret, tamquam Agrippinae gratia prouectum et uicem reddentem*)<sup>62</sup>. Já naquele momento Nero formou sua disposição de matar a mãe, como indica o trecho mais à frente:

Nero, trepidus et interficiendae matris avidus, non prius differri potuit quam Burrus necem eius promitteret, si facinoris coargueretur; sed cuicumque, nedum parenti, defensionem tribuendam; nec accusatores adesse, sed uocem unius ex inimica domo adferri: reputaret tenebras et uigilatam conuiuio noctem omniaque temeritati et inscitiae propiora.<sup>63</sup>

Nero, agitado e ávido por matar sua mãe, só adiou seu intento quando Burro prometeu que a executaria se o crime fosse provado. Entretanto, argumentava Burro, todos deveriam ter direito à defesa e, sobretudo, um parente. E ali não havia acusadores, a não ser um único depoimento de uma pessoa, oriunda de uma casa inimiga a Agripina. O imperador deveria, assim, considerar a escuridão e a noite, que se passava em claro no festim, e a totalidade das circunstâncias, tão propícias a atitudes temerárias e inábeis.

<sup>58</sup> Tac. Ann. XIII, 16, 4 ambas as citações.

<sup>59</sup> Tac. Ann. XIII, 18, 3

<sup>60</sup> vide supra 4.3

<sup>61</sup> Tac. Ann. XIII, 19, 3

<sup>62</sup> Tac. Ann. XIII, 20, 1

<sup>63</sup> Tac. Ann. XIII, 20, 3

Foi somente graças a Sêneca, de acordo com uma das versões apresentadas por Tácito<sup>64</sup>, ou graças a este e a Burro que as suspeitas contra Agripina foram desconsideradas após a sua defesa.

Agripina, por sua vez, lutou com todas as armas para manter sua influência sobre o imperador. A esse respeito, Tácito, bem mais reservado em questões relativas à moral sexual do que um Suetônio, por exemplo, não se omite de repetir o relato do historiador Clúvio:

*Tradit Cluius ardore retinendae Agrippinam potentiae eo usque prouectam, ut, medio diei, cum id temporis Nero per uinum et epulas incalesceret, offerret se saepius temulento, comptam in incesto paratam; ...*<sup>65</sup>

Conta Clúvio que Agripina, pelo ardor de conservar o poder, foi levada ao ponto de, no meio do dia, tempo em que Nero começava a se deixar levar pelo vinho e pelos festins, oferecer-se muitas vezes a ele, bêbado, enfeitada e preparada para o incesto; ...

Tácito, depois de expor uma pequena controvérsia entre suas fontes, lembra que Agripina havia, em toda sua vida, usado seus encantos para conseguir o poder: assim fora com Lépido, com o liberto Palas e com seu tio Cláudio. Assim, era bastante verossímil que ela tivesse realmente tentado usar o sexo como modo de reaver o poder, o que lhe rendeu a aversão de Nero:

*Igitur Nero uitare secretos eius congressus, abscedentem in hortos aut Tusculanum uel Antiatem in agrum laudare quod otium capesseret. Postremo, ubicumque haberetur, praegrauem ratus, interficere constituit, hactenus consultans, ueneno an ferro uel qua alia ui. Placuitque primo uenenum; sed, inter epulas principis si daretur, referri ad casum non poterat, tali iam Britannici exitio; et ministros temptare arduum uidebatur mulieris, usu scelerum aduersus insidias intentae; atque ipsa praesumendo remedia munierat corpus. Ferrum et caedes quonam modo occultaretur, nemo reperiabat; et ne quis illi tanto facinori delectus iussa sperneret metuebat. Obtulit ingenium Anicetus libertus, classi apud Misenum praefectus et pueritiae Neronis educator ac mutuis odiis Agrippinae inuisus. Ergo nauem posse componi docet, cuius pars ipso in mari per artem soluta effunderet ignaram; nihil tam capax fortuitorum quam mare, et, si naufragio intercepta sit, quem adeo iniquum ut sceleri adsignet, quod uenti et fluctus deliquerint? Additurum principem defunctae templum et aras et cetera ostentandae pietati.*<sup>66</sup>

Nero, então, começou a evitar encontros privados com ela e, quando esta partia para seus domínios em Túsculo ou Âncio, elogiava o fato de que ela procurasse repouso. Por fim, como a considerasse um incômodo em

<sup>64</sup> Versão de Fábio Rústico contra as versões de Plínio e Clúvio, que indicam que nunca houve desconfiança contra Burro.

<sup>65</sup> Tac. Ann. XIV, 2, 1

<sup>66</sup> Tac. Ann. XIV, 3

qualquer lugar que estivesse, resolveu matá-la, hesitando somente se o faria usando veneno, espada ou qualquer outro meio. A primeira escolha foi o veneno, mas se o ministrasse durante um festim da corte, não poderia associar a morte ao acaso, pois tal fim já tivera Britânico. E lhe parecia muito difícil corromper os escravos daquela mulher, tão precavida contra traições pela prática de crimes; além disso, ela própria, consumindo remédios, imunizara seu corpo. Quanto ao assassinato por espada, ninguém podia achar um modo de ocultá-lo; e temia que o agente de tal grande delito descumprisse suas ordens. Um engenhoso plano, apresentou o liberto Aniceto, comandante da frota imperial em Misenum, preceptor de Nero na infância e contrário a Agripina por um ódio recíproco. Assim, ele disse que era possível construir um barco, uma parte da qual, por um mecanismo secreto, se despedaçasse durante a navegação e afundasse: nada seria tão suscetível de fortuitos como o mar e, se ela percesse no naufrágio, quem seria tão injusto a ponto de culpar o vento e as marés pelo delito? O imperador haveria de dedicar um templo e altares à falecida e outras honras que mostram a piedade filial.

A reação de Nero foi, a princípio, evitar ter encontros privados com a mãe (*uitare secretos eius congressus*) e preferia que ela se retirasse para longe de Roma, em propriedades que a família possuía em Túsculo e Âncio. Por fim, não conseguia mais suportá-la onde quer que estivesse e, então, resolveu matá-la (*postremo, ubicumque haberetur, praegrauem ratus interficere constituit*). Deve-se ressaltar o valor semântico de *constituo*, que indica a ação de assentar algo em algum lugar (e, por extensão, na mente) e, daí, resolver, decidir-se sobre o curso de uma ação futura<sup>67</sup>. O sentido faz pressupor, portanto, toda o desenvolvimento prévio da ideia do crime e, a partir daí, aponta para uma ação futura, o *interficere*. Para acentuar o valor definitivo de que se revestia o desígnio de Nero, Tácito contrapõe o *constituit* da oração anterior ao *consultans* da seguinte, comentando que só pairava dúvida quanto ao modo de execução do crime: veneno, espada (ou qualquer outro instrumento pérfuro-cortante, daí a sinédoque *ferro*), ou qualquer outro meio (*hactenus consultans, ueneno an ferro uel qua alia ui*). Contra o emprego do veneno, supunha-se que Agripina tomasse preventivamente antídotos para torná-los ineficazes (*atque ipsa praesumendo remedia munierat corpus*). A espada, por sua vez, oferecia a dificuldade de não se saber quem seria corajoso o suficiente para perpetrar o crime (*et ne quis illi tanto facinori delectus iussa sperneret metuebat*). Além disso, esses meios deixariam por demais patente o envolvimento do *princeps* no crime, razão pela qual acatou-se o plano de Aniceto, comandante da frota imperial (*praefectus classis*) em Misenum<sup>68</sup>. Este liberto, que aparece pela primeira vez nos *Annales*, sugeriu que se sabotasse um navio, de maneira que Agripina nele naufragasse sem que se pudesse imputar sua morte a

<sup>67</sup> Cf. OCD, p. 420. *constituo*

<sup>68</sup> Atual Miseno. A mesma frota que Plínio, o Velho, comandou quando da erupção do Vesúvio, em 79.



ninguém, a não ser, como acrescenta ironicamente Tácito, ao vento e às marés (*sceleri adsignet, quod uenti et fluctus deliquerint*).

Nero, que estava em Báias, aproveitando-se do ensejo da comemoração das Quinquátrias<sup>69</sup>, pôs em execução o plano de Aniceto. Chamou para as festividades sua mãe, que recebeu afetosamente no porto e, juntos, foram para a quinta imperial na localidade próxima de Báuli<sup>70</sup>. Ali, aguardava Agripina um navio mais decorado do que os demais e que deveria servir como mais uma distinção dada por Nero à sua mãe (*stabat inter alias nauis ornatio, tamquam id quoque honori matris daretur*). Esta, entretanto, aparentemente fora avisada da emboscada (*insidiis*) de que seria vítima e, assim, evitando a *nauis ornatio*, volta por terra a Báias. Nero, de volta a esta cidade, tenta pela segunda vez ganhar a confiança da mãe e, desta vez, consegue vencer os temores desta:

Ibi blandimentum subleuauit metum: comiter excepta superque ipsum collocata. Iam pluribus sermonibus, modo familiaritate iuuenili Nero et rursus adductus, quasi seria consociaret, tracto in longum conuictu, prosequitur abeuntem, artius oculis et pectori haerens, siue explenda simulatione, seu periturae matris supremus aspectus quamuis ferum animum retinebat.<sup>71</sup>

Ali o carinho venceu o medo: cordialmente recebida, ela foi colocada ao lado do próprio imperador. Com muita conversa, ora com uma familiaridade juvenil, ora mais contraído, como se tratasse de assuntos sérios, Nero, após um banquete muito estendido, acompanha sua mãe, que saía. Abraçando-a e beijando seus olhos mais efusivamente do que nunca, quer por uma máxima simulação, quer porque a última visão de sua mãe, que em breve morreria, prendia seu espírito.

E nesse trecho Tácito revela a monstruosidade de Nero. Lembre-se que *princeps* não só ordenara a execução do plano para matar sua mãe, mas também, o que era mais grave, usara a traição, a emboscada, para levá-lo a cabo. É este o sentido de *insidiae*, que aparece logo antes do excerto traduzido, traduzindo-se por *consilia subdola* (i.e. planos enganadores, artimanhas) conforme o *Lexicon Taciteum*<sup>72</sup>. Assim, o parricídio, crime que consiste justamente em trair alguém da própria família, é agravado, no caso estudado, por uma segunda perfídia, que diz respeito à maneira de execução: a sabotagem de um navio. E se agrega ao expediente, como *amplificatio* retórica do tema *insidiae*, o quadro precedentemente descrito no excerto. Nero, por meio de atenções e carinhos, vence a resistência de Agripina

<sup>69</sup> Festas realizadas em 19 de março de cada ano em homenagem a Minerva. DME, Junio, 222-3

<sup>70</sup> Báias, Bauli e Misenum ficam todas na Campânia. Agripina vem de Antium, no Lácio.

<sup>71</sup> Tac. Ann. XIV, 4, 4

<sup>72</sup> LT, verbete *insidiae*.

(*blandimentum subleuauit metum*), que é conduzida pelas mãos do próprio filho até o barco preparado para sua morte (*prosequitur abeuntem*). Na cena final, Tácito apresenta Nero, mais afetuosamente do que nunca, beijando e abraçando Agripina – o cúmulo da traição. E, por fim, o que é um traço característico do gênio, pela disjuntiva que segue (*siue explenda simulatione, seu periturae matris...*), introduz uma *affectatio sinceritatis*, concedendo a Nero a possibilidade de um gesto humano sob tanta monstruosidade (*ferum animum*). Com isso, ao por em questão a causa do gesto afetivo de Nero, Tácito desvia a atenção do leitor da verossimilhança desse próprio gesto e, por extensão, da ficção na narrativa historiográfica.

A representação dramática continua no capítulo seguinte, que começa por:

Noctem sideribus inlustrem et placido mari quietam quasi conuincendum ad scelus dii praebuere.<sup>73</sup>

Os deuses ofereceram uma noite clara pelos astros e calma pela mansidão do mar, como que para demonstrar o crime.

Anteriormente, é dito que Nero planejou o convite de Agripina para um jantar, precisamente para que a noite encobrisse o crime (*ac tum inuitata ad epulas erat, ut occultando facinori nox adhiberetur*). Agora, no momento da execução do delito, os deuses tornam a noite iluminada e, ainda além, tornam o mar tranquilo, tudo como forma de tornar patente que qualquer naufrágio naquelas circunstâncias favoráveis seria, na verdade, um *scelus*. Disparado o mecanismo, o navio demora a submergir e os marinheiros, provavelmente a mando de Aniceto, concentram-se em uma das extremidades para apressarem o processo. A acompanhante de Agripina é morta a golpes de remo. Esta, apenas ferida no ombro, consegue fugir a nado e é encontrada por pescadores, que a levam à sua *villa*. Ali Agripina, dando-se conta da armadilha de que se livrara, percebe que sua única esperança era afetar não ter entendido que Nero queria matá-la (*solum insidiarum remedium esse sensit, si non intellegeretur*)<sup>74</sup> e, com esse objetivo, envia ao filho uma mensagem, dando conta do desastre de que escapara.

Enquanto isso, Nero, morto de pavor (*pauore exanimis*), recebe de seus próprios mensageiros a notícia de que sua mãe havia sobrevivido. Seu medo era o de que Agripina, popular diante do exército por ser a filha do herói militar Germânico, insuflasse uma revolta contra ele. Por conta disso, convoca seus mentores, Sêneca e Burro, os quais, de acordo com Tácito, não tinham uma ligação comprovada com o crime (*incertum an et ante gnaros*). Estes

<sup>73</sup> Tac. Ann. XIV, 5, 1

<sup>74</sup> Tac. Ann. XIV, 6, 1

encarregam Aniceto de terminar aquilo que começara (*perpetraret Anicetus promissa*). Nesse meio tempo, chega o mensageiro de Agripina:

Ipsē, audito uenisse missu Agrippinae nuntium Agermum, scaenam ultro criminis parat, gladiumque, dum mandata perfert, abicit inter pedes eius; tum, quasi deprehenso uincla inici iubet, ut exitium principis molitam matrem et pudore deprehensi sceleris sponte mortem sumpsisse confingeret.<sup>75</sup>

Tendo Nero ouvido que Agermo tinha chegado com uma mensagem de Agripina, antecipadamente prepara a cena do crime e, enquanto aquele cumpre sua missão, uma espada cai entre seus pés. Então Nero ordena que ele, como se surpreendido em flagrante, seja preso. Sua intenção era inventar que sua mãe tinha atentado contra a vida do imperador e, envergonhada por ter sido descoberto o crime, dá fim à sua vida.

Note-se que é Nero que tem a ideia de incriminar Agermo, o servo de Agripina. Ou seja, mesmo que a solução final para o *parricidium* tenha sido o *ferrum* (i.e. um instrumento manifesto, em oposição ao *uenenum*, arma desleal), o *princeps* transforma esse meio de execução em algo pérfido, por força da falsa acusação que recai sobre Agermo e, por consequência, sobre sua *domina*.

Aniceto, acompanhado de alguns de seus subordinados, segue para a villa de Agripina. Esta, abandonada por seus escravos, pede ao centurião para ser morta com um golpe de espada no ventre (“*uentrem feri*” *exclamauit*). Diversamente de Suetônio e de Díon Cássio<sup>76</sup>, Tácito mostra cautela quanto à afirmação de que Nero teria elogiado a beleza de sua mãe ao ver o cadáver:

Haec consensu produntur. Aspexeritne matrem exanimem Nero et formam corporis eius laudauerit, sunt qui tradiderint, sunt qui abnuant. Cremata est nocte eadem conuiuiali lecto et exequiis uilibus; neque, dum Nero rerum potiebatur, congesta est aut clausa humus. Mox domesticorum cura leuem tumulum accepit, uiam Miseni propter et uillam Caesaris dictatoris, quae subiectos sinus editissima prospectat.<sup>77</sup>

Esses fatos são contados de maneira concorde. Se Nero examinou o cadáver de sua mãe e elogiou a beleza de seu corpo, há quem afirme e há quem negue. Ela foi cremada na mesma noite, em um leito usado em jantares, com exéquias miseráveis; e durante o principado de Nero, não se ajuntou terra sobre seu túmulo e nem se o cercou. Depois, por atenção dos seus escravos, ela recebeu um modesto túmulo, junto à estrada de Misenum

---

<sup>75</sup> Tac. Ann. XIV, 6

<sup>76</sup> Suet. Nero 34, 4. Dio Cas. LXI, 14, 2

<sup>77</sup> Tac. Ann. XIV, 9, 1

e da villa do ditador César, a qual, elevadíssima, domina a visão de todo o golfo.

De forma análoga ao que foi dito acima sobre o último encontro entre Nero e Agripina, acreditamos ler aqui, sob o pretexto de uma discussão de fontes contraditórias, uma *affectatio sinceritatis*, que reafirma a veracidade de todo o resto da narrativa, tida por incontrovertida (*haec consensu produntur*).

Por fim, a imagem de Nero, atormentado pelo parricídio, é o desfecho do episódio:

Sed a Caesare, perfecto demum scelere, magnitudo eius intellecta est. Reliquo noctis, modo per silentium defixus, saepius pauore exurgens et mentis inops, lucem opperiebatur, tamquam exitium adlaturam. Atque eum, auctore Burro, prima centurionum tribunorumque adulatio ad spem firmavit, prensantium manum gratantiumque, quod discrimen improvium et matris facinus euasisset. Amici dehinc adire templa, et, coepto exemplo, proxima Campaniae municipia uictimis et legationibus laetitiam testari. Ipse, diuersa simulatione, maestus et quasi incolumitati suae infensus ac morti parentis inlacrimans.<sup>78</sup>

Mas só depois de realizado o crime, o imperador percebeu a sua magnitude. Pelo resto da noite, às vezes parado em silêncio, mas em geral excitado pelo pavor e privado de raciocínio, esperava o amanhecer como se este lhe fosse trazer a morte. E de fato, primeiramente reafirmou sua esperança a adulação, de iniciativa de Burro, dos centuriões e dos tribunos, que lhe apertavam a mão e lhe felicitavam pelo fato ter escapado do perigo imprevisto e do crime de sua mãe. Depois, os seus próximos da corte se dirigiram aos templos e, por imitação, os municípios próximos na Campânia atestaram sua alegria por oferendas votivas e por mensageiros. Ele próprio, entretanto, por uma simulação em sentido contrário, fazia-se de triste e, como que contrariado por ter sobrevivido, chorava a morte de sua mãe.

Admirável é a oposição entre a noite, que aparece neste capítulo e em capítulos anteriores como associada à traição do crime, e o amanhecer (*lucem*), que Nero temia como algo que traria sua destruição (*exitium adlaturam*). Tácito não descreve com precisão o temor de Nero, que poderia ser algo difuso, como o tormento das Fúrias, ou algo bem específico, como o receio de que, no dia seguinte, houvesse algum movimento que o tirasse do poder. De qualquer forma, as adulações do exército (*centurionum tribunorumque*), dos membros da corte (*amici*), dos habitantes dos arredores (*proxima Campaniae municipia*) e, posteriormente, do Senado e do povo de Roma<sup>79</sup>, reafirmaram no *princeps* a esperança de que a morte de Agripina não incitaria nenhuma revolta. Somente então, Nero, que antes estava

<sup>78</sup> Tac. Ann. XIV, 10, 1-2

<sup>79</sup> Vide supra, 4.4 e Tac. Ann. XIV, 12 e 13

fora de si (*inops mentis*), voltou ao seu estado normal e afetou tristeza pelo fato de ter sobrevivido à sua mãe (*ipse diuersa simulatione maestus...*).

Lemos em Suetônio que, nos últimos dias do principado de Nero, quando sua popularidade decresceu, uma estátua do imperador amanheceu com um *culleus* preso ao pescoço, com uma inscrição em que se lia: *sed tu culleum meruisti* (“tu, por sua vez, mereceste o *culleus*”)<sup>80</sup>. Tratava-se de uma referência ao castigo tradicional dos parricidas: os condenados eram fechados, ainda vivos, em um saco de couro besuntado de betume, de modo a se tornar impermeável – o *culleus*. Na forma clássica do suplício, juntamente com o condenado, colocavam-se também no *culleus* um cachorro, uma serpente, um galo e um macaco; fechado o *culleus*, ele era lançado num curso de água (o Tibre, mais comumente), ou no mar. A princípio, segundo alguns<sup>81</sup>, o único animal que acompanhava o criminoso no *culleus* era a serpente, animal símbolo do matricídio no mundo antigo, já que se acreditava que os filhotes do animal matavam sua genitora tão logo nasciam<sup>82</sup>. Com isso, voltamos a um dos presságios do excerto que inicia este item: *anguem enixa mulier*, a mulher que pariu uma serpente. O destino de Agripina dificilmente podia ser melhor resumido.

Em seguida, outro presságio: *et alia in concubitu mariti fulmine exanimata*. O prenúncio de mais um *scelus* de Nero, que causou a morte de sua esposa Otávia. A origem deste novo parricídio está no Livro XIII, no ano de 58:

Non minus insignis eo anno impudicitia magnorum rei publicae malorum initium fecit. Erat in ciuitate Sabina Poppaea, ...<sup>83</sup>

Naquele ano, uma imoralidade não menos notável foi o motivo de grandes males para o Estado. Estava na cidade Sabina Popeia, ...

Na sequência, Tácito conta que Popéia, nobre e formosa (*gloriam et formam*), era uma mulher desonesta e indiferente à reputação (*famae numquam pepercit*). Fingindo-se tomada de desejo e apaixonada pela beleza do *princeps* (*imparem cupidini et forma Neronis captam simulans*), consegue seduzir Nero, que, àquela altura, ainda estava casado com Otávia e era amante de Acte. Para facilitar o adultério, Nero envia à distante Lusitânia o esposo de Popeia, de quem se torna amante<sup>84</sup>.

<sup>80</sup> Suet. Nero, XLV

<sup>81</sup> CANTARELLA, 1996, p. 267

<sup>82</sup> Plínio, o Velho *apud* CANTARELLA, 1996, p. 270,1

<sup>83</sup> Tac. Ann. XIII, 45, 1

<sup>84</sup> Tac. Ann. XIII, 46

Esta, portanto, a *impudicitia* que, de acordo com Tácito, é a origem de tantos males para o Estado. Com efeito, já vimos que Popeia influenciou Nero a matar Agripina, embora para esse crime vários outros motivos tenham concorrido. Na morte de Otávia, contudo, a atuação de Popeia é muito mais decisiva, como se depreende deste trecho:

Igitur, accepto patrum consulto, postquam cuncta scelerum suorum pro egregiis accipi uidet, exturbat Octauiam, sterilem dictitans; exim Poppaeae coniungitur. Ea, diu paelex et adulteri Neronis, mox mariti potens, quendam ex ministris Octaviae impulit seruilem ei amorem obicere. Destinaturque reus cognomento Eucaerus, natione Alexandrinus, canere per tibias doctus.<sup>85</sup>

Portanto, tendo recebido o decreto do Senado, depois que percebeu que todos os seus crimes eram tidos como coisas egrégias, repudia Otávia alegando sua esterilidade; depois se une a Popeia. Esta, por muito tempo concubina, dominando Nero primeiro no adultério e depois no casamento, incitou um dos servos domésticos de Otávia a acusá-la de adultério com um escravo. E foi escolhido para ser réu um escravo de nome Eucero, hábil flautista, nascido em Alexandria.

O primeiro movimento é de Nero, que repudia Otávia por esterilidade (*sterilem dictitans*). Em seguida, Popeia promove os meios para uma falsa denúncia contra Otávia, acusada de ter cometido adultério com um escravo egípcio. Tigelino, o prefeito pretoriano, é encarregado de investigar o crime e, pela tortura das escravas da acusada, consegue algumas provas, conquanto frágeis, do adultério. Com base nisso, Nero, que havia apenas se separado legalmente, expulsa Otávia para a Campânia. Pouco tempo depois, entretanto, por conta dos protestos populares, Nero chama Otávia de volta a Roma. A notícia do retorno foi saudada pelo povo:

Exim laeti Capitolium scandunt deosque tandem uenerantur; effigies Poppaeae prouunt, Octaviae imagines gestant umeris, spargunt floribus foroque ac templis statuunt. Itur etiam in principis laudes strepitu uenerantium. Iamque et Palatium multitudine et clamoribus complebant, cum emissi militum globi uerberibus et intento ferro turbatos disiecere. Mutataque quae per seditionem uerterant, et Poppaeae honos repositus est.<sup>86</sup>

Em seguida, uma multidão em festa sobe o Capitólio e os deuses, enfim, são venerados. Derrubam as estátuas de Popeia, trazem nos ombros esculturas de Otávia, espalham flores em sua volta e colocam-nas no fórum e nos templos. Até começam elogios ao imperador, em gritos de adoração. E, numerosos, já enchiam até mesmo o Palácio de gritos, quando pelotões de soldados foram enviados e, com espadas em punho, desbarataram os

<sup>85</sup> Tac. Ann. XIV, 60, 1-2

<sup>86</sup> Tac. Ann. XIV, 61, 1

desordeiros. Tudo o que fora mudado pela revolta foi desfeito e as honrarias de Popeia foram recolocadas.

Então, entra novamente em cena Popeia, que, por um discurso definido por Tácito como “multiforme e predisposto a causar medo e ira” (*uarius sermo et ad metum atque iram accommodatus*), consegue convencer Nero de que a popularidade de Otávia era muito pernicioso ao *princeps*. Entretanto, como na acusação de adultério, contra esta se apoiava em provas frágeis, ou seja, apenas em depoimentos de escravos<sup>87</sup>, era necessário uma outra denúncia, desta vez mais convincente. Para tanto, Nero se utilizou de Aniceto, que, mediante grandes recompensas (*magna praemia*), falsamente acusou Otávia de ter praticado adultério com ele mesmo. De acordo com Tácito, o perjuro foi desterrado para Sardínia, onde levou uma vida muito razoável (*ubi non inops exilium tolerauit*). Otávia, por sua vez, teve sorte bem pior:

At Nero praefectum in spem sociandae classis corruptum, et, incusatae paulo ante sterilitatis oblitus, abactos partus conscientia libidinum, eaque sibi comperta edicto memorat, insulaque Pandateria Octauiam claudit. Non alia exul uisentium oculos maiore misericordia adfecit.<sup>88</sup>

Nero, por sua vez, por meio de um edito, anuncia que Otávia havia seduzido o comandante na esperança de cooptar toda a frota e – esquecendo-se de tê-la acusado pouco antes de esterelidade – que ela havia, consciente de sua traição, induzido um aborto, fatos estes que ele mesmo descobrira. Então, confinou Otávia na ilha de Pandatária. Nenhuma outra exilada causou tanta misericórdia aos que a viram.

No restante do capítulo, os sofrimentos da exilada são amplificados retoricamente. Assim, por exemplo, é dito que ela nunca conheceu um instante de prazer em sua vida, seguindo-se um resumo de todas as tristezas que Nero lhe trouxe. O novo capítulo, apresenta-a no exílio, em Pandatária, cercada de soldados:

Ac puella, uicesimo aetatis anno, inter centuriones et milites, praesagio malorum iam uitae exempta, nondum tamen morte adquiescebat. Paucis dehinc interiectis diebus, mori iubetur, cum iam uiduam se et tantum sororem testaretur communesque Germanicos et postremo Agrippinae nomen cieret, qua incolumi, infelix quidem matrimonium, sed sine exitio pertulisset. Restringitur uinclis uenaeque eius per omnes artus exsoluuntur; et quia, pressus pauore, sanguis tardius labebatur, praeferuidi balnei uapore enecatur. Additurque atrocior saeuitia, quod caput amputatum latumque in Urbem Poppaea uidit.<sup>89</sup>

<sup>87</sup> Sobre o interrogatório de escravos em crimes sexuais, cf ROBINSON, 1995, p. 64-6

<sup>88</sup> Tac. Ann. XIV, 63, 1-2

<sup>89</sup> Tac. Ann. XIV, 64, 1-2

E então a menina de vinte anos, entre centuriões e soldados, a qual, pelos males que se prenunciavam, já não tinha mais vida, não encontrava ainda o repouso da morte. Em um intervalo de poucos dias, ordena-se a sua morte, embora se declarasse já sem marido, apenas irmã de Nero, e lembrasse que ambos tinham como antepassado Germânico e, por fim, citasse o nome de Agripina, durante a vida da qual havia sofrido com um casamento infeliz, é verdade, mas que ao menos não lhe fora fatal. Ela foi logo amarrada e suas veias foram abertas em todos os membros; e então, como o sangue, paralisado pelo terror, demorava a correr, ela foi morta pelo vapor de um banho fervente. Acresceu a isso uma crueldade ainda mais selvagem: sua cabeça foi amputada e levada a Roma, onde Popeia a viu.

O quadro é irretocável no que se refere ao *crescendo* dramático do horror. A menina de vinte anos, exilada e que, em vida, já se sabe morta e por isso mesmo – o cúmulo dos males – não tem o descanso que só a morte pode oferecer. Em poucos dias, chega de Roma a ordem de suicídio. Otávia implora, diz que não é senão irmã de Nero, que é uma descendente de Germânico. Em seguida, abrem-se-lhe as veias, o que se mostra ineficaz, já que ela está tomada de pavor e, com isso, o sangue está paralisado. É colocada em água quente e, por fim, decapitada.

O episódio seria mesmo excessivo, não fosse sua sequência imediata, em que Tácito intervém diretamente na narrativa por uma pergunta retórica de exclamação:

Dona ob haec templis decreta quem ad finem memorabimus?<sup>90</sup>

Até quando nos lembraremos das oferendas, que o Senado decretou que se fizessem nos templos nessa ocasião?

E, com isso, inicia-se o comentário sobre a passividade senatorial, que já estudamos acima<sup>91</sup>. Ou seja, a *cumulatio* dramática da morte de Otávia conduz o leitor, emocionado, ao comentário do narrador – caso em que Tácito se mostra por uma intervenção direta e vigorosa (*quem ad finem...*). No comentário, o historiador se refere aos exílios e assassinatos ordenados por Nero, reforçando, pelo cúmulo, a crueldade do imperador.

---

<sup>90</sup> Tac. Ann. XIV, 64, 3

<sup>91</sup> Cf. supra 4.3, *in fine*.



#### 4.6 O DISCURSO DE NERO A SÊNECA

Syme, ao comentar as técnicas usadas por Tácito na elaboração dos *Annales*, afirma:

De fato, o discurso é o principal artifício que possibilita ao historiador, libertando-se das rédeas do fato e da cronologia, reafirmar sua total independência, com uma interpretação detalhada sobre homens e eventos. Combinado com outros procedimentos, o discurso conduz Tácito sobremaneira ao território do drama e da prosa de ficção, como é patente na sua caracterização de Sêneca.<sup>1</sup>

Paratore, marcando a peculiaridade dos discursos dos *Annales* em relação à obra historiográfica inicial de Tácito, as *Historiae*, afirma: “os discursos, diretos ou em forma de *oratio obliqua*, dos *Annales*, diferentemente daqueles das *Historiae*, não visam a traçar o perfil de uma situação ou de um problema, mas sim a caracterizar o personagem que os pronuncia.”<sup>2</sup> Ambos se referem a uma estilização da prosa historiográfica antiga: a atribuição de discursos a diversas figuras, ora de importância capital para a narrativa, como os imperadores nos *Annales* ou nas *Historiae*, ora de importância apenas episódica, como o famoso discurso de Percênio<sup>3</sup>, soldado raso e prócere da revolta da Panônia, no início do principado de Tibério.

O Nero dos *Annales* não se mostra pela eloquência de forma tão emblemática como Cláudio e Tibério. Deste último, Tácito apresenta cinco discursos em estilo direto, sem contar vários outros em estilo indireto, ou apresentados como meros resumos. As ideias de Tibério sobre vários temas, afetos direta ou indiretamente à política romana, são, assim, expressas sob a forma de discursos, que se lhe atribuem diretamente e que tratam de temas variados<sup>4</sup> como os subsídios financeiros a nobres decaídos<sup>5</sup>, o processo de Cneu Pisão<sup>6</sup>, a inutilidade de se utilizar a legislação para combater a luxúria e a imoralidade<sup>7</sup>, a fidelidade à *Res Publica*<sup>8</sup> e os filhos de Germânico<sup>9</sup>. Cláudio, em que pese o fato de que alguns livros referentes ao seu

<sup>1</sup> SYME, 1958, p. 317

<sup>2</sup> PARATORE, 1992, p. 735.

<sup>3</sup> Tac. Ann. I, 17

<sup>4</sup> Aqui todos os discursos em estilo direto.

<sup>5</sup> Tac. Ann. II, 38

<sup>6</sup> Tac. Ann. III, 12

<sup>7</sup> Tac. Ann. III, 53. O maior deles, sendo, na verdade, um despacho para o Senado.

<sup>8</sup> Tac. Ann. IV, 37

<sup>9</sup> Tac. Ann. IV, 8

império se terem perdido<sup>10</sup>, é sobejamente representado pelo artifício dos discursos. O principal e mais conhecido dentre eles, em *oratio recta*, é o discurso de admissão dos senadores gauleses à Cúria romana<sup>11</sup>. Além deste, há três discursos em forma de sumário<sup>12</sup> e inúmeros excertos<sup>13</sup>. É dizer, Cláudio e Tibério são apresentados como *principes* que usam da eloquência no exercício do poder, quer seja presencialmente diante do Senado, quer seja através de despachos, cartas ou demais pronunciamentos de forma não presencial.

Com relação a Nero, Tácito adota uma outra técnica de caracterização, de maneira que, comparado aos seus antecessores, o imperador pareça desprovido de uma voz própria. A diferença do espaço dedicado à expressão da personagem é flagrante: um discurso direto, um discurso fúnebre sumarizado, uma carta ao Senado, igualmente apresentado em forma resumida e a menção a uma mensagem ao Senado. Esse conjunto, considerando a quantidade de livros dedicados a Nero – quatro livros, contra dois, dedicados a Cláudio, por exemplo – é não só comparativamente inexpressivo, como também sugere algo sobre a própria personalidade do imperador, dada a importância da eloquência para o homem romano, em geral, e para os agentes políticos, em particular. O discurso estudado neste capítulo adquire, assim, importância redobrada, eis que é uma das raras ocasiões em que Tácito concede a palavra a Nero.

O trecho se situa no livro XIV e é composto de cinco capítulos: a introdução do episódio, capítulo 52; o discurso de Sêneca a Nero, capítulos 53-4 e a resposta de Nero, capítulos 55-6. O livro XIV já apresenta o imperador no seu oitavo ano de governo. Antes disso, durante os primeiros anos do seu principado, esteve Nero sob a égide de três figuras, as mesmas que foram responsáveis por sua chegada ao poder em 54 d.C. Foram eles Agripina, mãe do imperador; Lúcio Anêu Sêneca, seu preceptor e Afrânio Burro, prefeito do pretório. Tácito explica que estes últimos dirigiam a juventude do imperador e contrabalanceavam a “violência de Agripina”<sup>14</sup>, aquele, “pelos preceitos de eloquência e pela cortesia honesta” e este “pelos cuidados militares e pela severidade de costumes”<sup>15</sup>. Entretanto, paulatinamente, Nero se liberta dessas três influências, de modo que Agripina é assassinada em 59<sup>16</sup>; Burro

<sup>10</sup> Trata-se da grande lacuna deixada pelo perecimento dos livros VII a X. O próprio livro XI já começa pela metade, no ano de 47. Assim, a primeira parte do principado de Cláudio, a saber, de 41 a 47 d.C. não consta dos manuscritos de que dispomos atualmente.

<sup>11</sup> Tac. Ann. XI, 24. Curiosamente, tal discurso, proferido pelo imperador no Senado, foi descoberto em Lyon, numa inscrição lapidar. Cf. ILS 212.

<sup>12</sup> Tac. Ann. XI, 24; XII, 11; XII, 61. (exemplos não exaustivos)

<sup>13</sup> Tac. Ann. XI, 25, 1; XII, 52, 3; XII, 22, 2 (exemplos não exaustivos)

<sup>14</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 2. “*ferociam Agrippinae*”

<sup>15</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 1

<sup>16</sup> A narrativa do matricídio cometido por Nero, um *diu meditatatum scelus* (Tac. Ann. XIV, 1,1), na expressão tacitiana, ocupa os dez primeiros capítulos do livro XIV.

morre em 62, sendo incerto se por motivo de saúde ou por envenenamento<sup>17</sup> e, por fim, Sêneca é induzido ao suicídio em 65<sup>18</sup>. É dentro deste processo de afirmação da independência do jovem imperador sobre seus antigos tutores que deve ser compreendido o episódio ora estudado.

Logo após a morte de Burro, Fênio Rufo e Sofônio Tigelino foram nomeados ambos para a prefeitura do pretório, o primeiro, de uma covarde integridade e o segundo, de ignomínias famosíssimas<sup>19</sup>. Tácito segue dizendo que, a partir de então, Nero começa a se inclinar para os piores, ou *deteriores*, sendo estes os mesmos que começam a acusar Sêneca de enriquecimento ilícito, de emular o imperador perante o favor da plebe e de desdenhar dos talentos artísticos de seu pupilo. Em virtude disso, Sêneca pede uma audiência com o imperador.

At Seneca, criminantium non ignarus, prodentibus iis quibus aliqua honesti cura et familiaritatem eius magis aspernante Caesare, tempus sermoni orat, et, accepto, ita incipit: "quartus decimus annus est, Caesar, ex quo spei tuae admotus sum, octauus ut imperium obtines; medio temporis tantum honorum atque opum in me cumulasti ut nihil felicitati meae desit nisi moderatio eius. Vtar magnis exemplis, nec meae fortunae, sed tuae. Abauus tuus Augustus M. Agrippae Mytilenense secretum, C. Maecenati Vrbe in ipsa uelut peregrinum otium permisit; quorum alter, bellorum socius, alter, Romae pluribus laboribus iactatus, ampla quidem, sed pro ingentibus meritis, praemia acceperant. Ego quid aliud munificentiae tuae adhibere potui quam studia, ut sic dixerim, in umbra educata, et quibus claritudo uenit quod iuuentae tuae rudimentis adfuisse uideor, grande huius rei pretium? At tu gratiam immensam, innumeram pecuniam circumdedisti, adeo ut plerumque intra me ipse uoluam: "Egone, equestri et prouinciali loco ortus, proceribus ciuitatis adnumeror? inter nobiles et longa decora praefereutes nouitas mea enituit? Vbi est animus ille modicis contentus? Tales hortos exstruit et per haec suburbana incedit et tantis agrorum spatiis, tam lato faenore exuberat?" Vna defensio occurrit, quod muneribus tuis obniti non debui.<sup>20</sup>

Sed uterque mensuram impleuimus, et tu quantum princeps tribuere amico posset, et ego quantum amicus a principe accipere; cetera inuidiam augent. Quae quidem, ut omnia mortalia, infra tuam magnitudinem iacet; sed mihi incumbit, mihi subueniendum est. Quo modo, in militia aut uia fessus, adminiculum orarem, ita, in hoc itinere uitae, senex et leuissimis quoque curis impar, cum opes meas ultra sustinere non possim, praesidium peto. Iube rem per procuratores tuos administrari, in tuam fortunam recipi. Nec me in paupertatem ipse detrudam, sed, traditis quorum fulgore praestringor, quod temporis hortorum aut uillarum curae seponitur, in

<sup>17</sup> Tac. Ann, XIV, 51, 1. "*incertum ualetudine an ueneno*". Na verdade, Tácito deixa entrever, na sequência do capítulo, que Burro foi envenenado por Nero.

<sup>18</sup> Tac. Ann, XV, 60 – 64

<sup>19</sup> Tac. Ann, XIV, 51

<sup>20</sup> Tac. Ann, XIV, 53

animum reuocabo. Superest tibi robur et, tot per annos uisum, fastigii regimen; possumus, seniores amici, quietem reposcere. Hoc quoque in tuam gloriam cedet, eos ad summa uexisse, qui et modica tolerarent."<sup>21</sup>

Sêneca, entretanto, não estava inconsciente destas incriminações, pois as haviam contado a ele aqueles que tinham algum amor à honestidade; e evitando o imperador sempre mais a sua companhia, solicita uma ocasião para audiência e, tendo sido esta concedida, começa deste modo: “Este é já o décimo quarto ano, César, desde que fui associado a suas expectativas, e o oitavo, desde que obtiveste<sup>22</sup> o poder. Durante este tempo, cumuleste-me com tantas riquezas e honrarias, de modo que nada mais falta à minha felicidade senão o saber moderar tudo o que tenho. Usarei grandes exemplos, não de minha fortuna, mas da tua. O teu trisavô, Augusto, permitiu a Marco Agripa o retiro em Mitilene e a Cílnio Mecenas, um ócio na própria cidade de Roma, como se fosse um estrangeiro. Um deles, seu companheiro de armas, o outro, encarregado de serviços importantes em Roma, receberam recompensas em verdade imensas, mas proporcionais aos seus grandes méritos. Eu, o que poderia contrapor à tua liberalidade senão os estudos, por assim dizer, cultivados à sombra, e que só tiveram fama porque eu fui reconhecido como aquele que te assistiu com os rudimentos da tua primeira juventude, grande recompensa à minha obra? Mas tu cumuleste-me com um imenso reconhecimento, com uma fortuna incomensurável, a tal ponto que muitas vezes comigo mesmo me pergunte: eu, de origem equestre e nascido na província, sou contado entre os mais importantes da cidade? Entre os nobres e portadores de antigas honrarias a minha origem recente brilhou? Onde está aquele espírito, contente com poucas coisas? Criou tais jardins e gira por localidades em redor da cidade e em propriedades tão vastas, goza de rendas tão opulentas? Uma só defesa me ocorre: que eu não devia me opor a teus dons.

Ambos já atingimos a medida: por um lado tu, de quanto um imperador possa dar a um amigo, por outro eu, de quanto um amigo possa receber de um imperador. O resto aumentará a inveja, que, em verdade, como todas as coisas mortais, resta aquém de tua grandeza, mas pesa sobre mim, e eu preciso me proteger. Assim como se, cansado, na vida militar ou na rua, te pedisse uma ajuda, agora, neste caminho da vida, velho e incapaz mesmo dos mais leves encargos, como não possa mais sustentar os meus bens, peço ajuda. Ordena que estes sejam administrados por teus procuradores e sejam revertidos para o teu patrimônio. Eu não me reduzi à pobreza, mas, deixados aqueles bens por cujo brilho sou ferido, retomarei no espírito as coisas das quais me separaram os cuidados dos jardins e das vilas. Restam a ti o vigor e, visto por tantos anos, o governo supremo<sup>23</sup>; nós, os amigos mais velhos, podemos reclamar o repouso. Também isto recairá em tua glória: ter alçado ao ápice aqueles que tolerariam as situações modestas.”

<sup>21</sup> Tac. Ann. XIV, 54

<sup>22</sup> Note-se o uso do presente *obtinēs* com o *ut*, a indicar uma situação que perdura no tempo. Com efeito, Nero obteve o império e continua a exercê-lo.

<sup>23</sup> Incerto é o agente de *uisum*. Por um lado, pode-se referir ao próprio Nero, que, pertencendo à família imperial, aprendeu a arte do governo supremo pela observação. Por outro, pode se referir aos demais, aos cidadãos, que teriam, por oito anos (período suficiente para justificar o *tot*), visto Nero governar. Preferimos não resolver a ambiguidade.

O *petitum* de Sêneca neste discurso, ainda que o objetivo real fosse escapar da desgraça na corte, não poderia ser mais senequiano: abrir mão da riqueza. De fato, no *De Vita Beata*, Sêneca afirma “Se um qualquer roubar todas as riquezas de um sábio, ainda assim deixará tudo o que é seu, pois o sábio vive feliz com as coisas presentes e despreocupado com o futuro” (*Sapienti quisquis abstulerit diuitias, omnia illi sua relinquet; uiuit enim praesentibus laetus, futuri securus*<sup>24</sup>). É no mesmo sentido que o Sêneca tacitano afirma: *nec me in paupertatem ipse detrudam*, pois o retorno de todos os seus bens ao tesouro imperial possibilitaria ao filósofo recuperar o *animus ille modicis contentus*. E não só as ideias contidas na *oratio* parecem refletir os ensinamentos do filósofo, mas também o estilo, de acordo com Syme “vívido e retórico, com personificação de abstrações e metáforas de pompa e esplendor”<sup>25</sup>. Assim, o discurso de Sêneca, além de representar um meio de compor essa personagem nos *Annales*, é também, por assim dizer, um juízo estético sobre o próprio estilo senequiano<sup>26</sup>.

Mesmo o gesto final de agradecimento do Sêneca da narrativa (*grates agit*), que dá ensejo a um comentário sarcástico de Tácito (*qui finis omnium cum dominante sermonum*), deixa entrever um Sêneca filósofo, que escreveu no *De Ira*:

Notissima uox est eius qui in cultu regum consenuerat: cum illum quidam interrogaret quomodo rarissimam rem in aula consecutus esset, senectutem, 'iniurias' inquit 'accipiendo et gratias agendo'.<sup>27</sup>

Um conhecidíssimo dito era o de um homem, que envelhecera na corte de reis. Quando lhe perguntaram como conseguira esta coisa raríssima no palácio, a saber, a velhice, ele disse: “aceitando injustiças e agradecendo”.

Ainda que Tácito não decline as fontes que utilizou para compor este quadro, parece dever a maior parte das informações a Fábio Rústico, cliente e amigo de Sêneca, como se detrai do famoso trecho em que o historiador cita suas fontes principais<sup>28</sup>. Rústico, além de ser uma fonte sabidamente antineroniana<sup>29</sup>, é a principal fonte de informações sobre a morte de

<sup>24</sup> Sen. De Vit. B., XXVI, 3.

<sup>25</sup> SYME, 1958, p. 335

<sup>26</sup> Neste sentido, cf. O’GORMAN, 2006, p. 148.

<sup>27</sup> Sen. De Ira, II, 33, 2

<sup>28</sup> Trata-se de Ann. XIII, 20, 2. “*sane Fabius inclinat ad laudes Senecae, cuius amicitia floruit*” (em verdade, Fábio se inclina a louvar Sêneca, sob cuja amizade prosperou). Além de Fábio, Tácito cita Plínio, o Velho e Clúvio como outras fontes. Plínio, o Velho, além da sua *Historia Naturalis*, escreveu também uma obra historiográfica, esta perdida.

<sup>29</sup> Cf. CHAMPLIN, 2003, ps. 40 e 42.

Sêneca<sup>30</sup> e não seria fantasioso crer que grande parte dos detalhes deste excerto de Tácito se deva à obra perdida do primeiro.

A réplica de Nero foi imediata:

Ad quae Nero sic ferme respondet<sup>31</sup>: "quod meditatae orationi tuae statim occurram, id primum tui muneris habeo, qui me non tantum praeuisa, sed subita expedire docuisti. Abauus meus Augustus Agrippae et Maecenati usurpare otium post labores concessit, sed in ea ipse aetate, cuius auctoritas tueretur quicquid illud et qualecumque tribuisset; ac tamen neutrum datis a se praemiis exiit. Bello et periculis meruerant: in iis enim iuuenta Augusti uersata est. Nec mihi tela et manus tuae defuissent, in armis agenti; sed, quod praesens condicio poscebat, ratione, consilio, praeceptis pueritiam, dein iuuentam meam fouisti. Et tua quidem erga me munera, dum uita suppetet, aeterna erunt; quae a me habes, horti et faenus et uillae, casibus obnoxia sunt; ac, licet multa uideantur, plerique, haudquaquam artibus tuis pares, plura tenuerunt. Pudet referre libertinos, qui ditiores spectantur; unde etiam rubori mihi est, quod, praecipuus caritate, nondum omnes fortuna antecellis.<sup>32</sup>

Verum et tibi ualida aetas, rebusque et fructui rerum sufficiens et nos prima imperii spatia ingredimur. Nisi forte aut te Vitellio, ter consuli, aut me Claudio postponis, et, quantum Volusio longa parsimonia quaesiuit, tantum in te mea liberalitas explere non potest. Quin, si qua in parte lubricum adulescentiae nostrae declinat, reuocas ornatumque robur subsidio impensius regis? Non tua moderatio, si reddideris pecuniam, nec quies, si reliqueris principem, sed mea auaritia, meae crudelitatis metus in ore omnium uersabitur. Quod si maxime continentia tua laudetur, non tamen sapienti uiro decorum fuerit, unde amico infamiam paret, inde gloriam sibi recipere. His adicit complexum et oscula, factus natura et consuetudine exercitus uelare odium fallacibus blanditiis. Seneca, qui finis omnium cum dominante sermonum, grates agit; sed instituta prioris potentiae commutat, prohibet coetus salutantium, uitat comitantes, rarus per Urbem, quasi ualetudine infensa aut sapientiae studiis domi attineretur.<sup>33</sup>

A estas palavras, Nero respondeu mais ou menos assim: "O fato de poder responder de imediato ao teu discurso preparado devo a ti, que me ensinaste a desenvolver não só os temas preparados, como também os imprevistos. Meu trisavô Augusto permitiu a Agripa e a Mecenas, após os seus trabalhos, gozarem do ócio mas ele mesmo estava naquela idade cuja autoridade podia justificar todos os favores e de qualquer espécie. Entretanto, a nenhum dos dois despojou das recompensas dadas por ele próprio. Mereceram-nas pela guerra e pelas dificuldades, pois a juventude de Augusto se passou entre eles. E a mim não faltariam tuas armas e tuas

<sup>30</sup> Tac. Ann. XV, 61, 3. Pouco antes, em XV, 60, 4, é dito que Sêneca, no episódio, fazia-se acompanhar de dois amigos, que Wuillemier, em nota, crê se tratarem de Fábio e Estácio. Cf edição Les Belles Lettres, p. 188, nota 6.

<sup>31</sup> De preferir ao perfeito *respondit*, tanto para concordar com o *incipit* (e *orat*) que introduzem o discurso de Sêneca (cf supra, Ann. XIV, 53, 1), como para ser fiel à ideia geral de conferir vivacidade à narrativa. Cf, edição Belles Lettres, p. 116, quarta figura do aparato crítico.

<sup>32</sup> Tac. Ann. XIV, 55

<sup>33</sup> Tac. Ann. XIV, 56

mãos, se estivesse eu em combate. Mas me deste o que a condição do momento exigia e, com a razão, com o conselho e com os preceitos, sustentou minha infância e, em seguida, minha juventude. E os dons que me deste, enquanto eu tiver vida, serão eternos; aqueles que tens de mim, jardins, rendimentos e vilas, estes são sujeitos ao acaso. Mas ainda que pareçam muitos, muitas pessoas, de nenhuma maneira semelhantes a ti por tuas artes, têm ainda mais. Envergonha-me citar filhos de libertos que se mostram mais ricos: donde também me causa rubor que tu, superior em meu afeto, ainda não te antepoñas a todos em fortuna.

Mas tua idade é ainda vigorosa, capaz de gerir negócios e de gozar de seus frutos, e nós começamos os primeiros passos do império; a não ser que, por acaso, te julgues menor do que Vitélio, três vezes cônsul, ou me julgues menor do que Cláudio; e tanto quanto conseguiu Volúcio por sua longa parcimônia, tanto a minha liberalidade para contigo não fará menos. Se os perigos de nossa idade juvenil derrapam em alguma parte, por que não nos chamas de volta e reges com dedicação ainda maior o nosso vigor, ornado por teu sustentáculo? Não é a tua modéstia, se me devolveses teu dinheiro, nem a quietude, se abandonares o príncipe, que correrão na boca de todos, mas sim a minha avareza e o medo da minha crueldade. Isso porque, se, sobretudo, a tua continência devesse ser louvada, não conviria a um homem sábio receber a glória do mesmo fato que causa infâmia a um amigo.” A estas palavras acrescentou beijos e um abraço, afeito por sua natureza e exercitado pelo hábito a ocultar o ódio sob carícias enganadoras. Sêneca – assim como é o final de todas as conversas com um déspota<sup>34</sup> – agradece, mas muda os hábitos de seu poder anterior, afasta-se a multidão que o homenageava, evita os seus companheiros, faz-se pouco frequente na cidade, como se, pela saúde frágil ou pelos estudos da filosofia, mantivesse-se em casa.

A primeira afirmação de Nero, que se mostra reconhecido a Sêneca (*tui muneris habeo*) pelo próprio fato de poder responder de improviso (*statim occurrat*) a um discurso, poderia parecer, a um leitor menos atento e desacostumado ao estilo de Tácito, um mero *confessum* retórico – instrumento usado para aumentar a credibilidade nos argumentos do orador, que, ao lançar mão de meios como a *simulatio* ou a *dissimulatio*, usa a sinceridade e a *perspicuitas*<sup>35</sup> para dar à sua causa aparência de mais verdadeira do que a causa do adversário. Entretanto, a *perspicuitas*, que tem como corolário a clareza da formulação linguística (*sermo manifestus* ou *sermo apertus*), afigura-se como o próprio contraponto da narrativa tacitiana, em que a *brevitas* e a *inconcinnitas* Salustiana<sup>36</sup> desafiam a capacidade de compreensão do leitor. Assim, o aparente *confessum* de Nero é um mero jogo de fazer crer,

<sup>34</sup> Este curioso uso do relativo, equivalendo a uma oração do tipo *id... quod*, com omissão do verbo *esse* e com atração de gênero do relativo, que de *quod* passa a *quí*, para concordar com *finis*.

<sup>35</sup> LAUSBERG, 1972, p. 126. “A *perspicuitas* consiste na compreensibilidade intelectual do discurso.”

<sup>36</sup> Sobre o estilo de Tácito e as influências de Salústio, cf MENDELL, 1957, p. 71-95

um  *fingere*, na expressão de Haynes<sup>37</sup>, cujo sentido deve ser buscado com o auxílio de outras figuras de retórica, a exemplo da *ironia* e da *commoratio*.

A ironia, como tropo de pensamento, caracteriza-se pela “substituição do pensamento em causa por outro pensamento, que está ligado ao pensamento em causa por uma relação de contrários”<sup>38</sup>. Age por *simulatio*, representação positiva do partido adversário, ou por *dissimulatio*, quando se tenta esconder a opinião do partido a que se pertence<sup>39</sup>. Assim, no excerto estudado, Nero afirma seu reconhecimento a Sêneca, dizendo que deve a ele o fato de saber responder de improviso a uma oração. Com isso, à primeira vista, comporta-se como um discípulo que reconhece a primazia de seu tutor. Entretanto, se levarmos em consideração os termos *meditatae orationi tuae*, e, em seguida, *non tantum praeuisa, sed subita*, percebemos que Nero dissimula um elogio a si mesmo, já que consegue responder a um discurso preparado de maneira improvisada e sem intervalo.

Outra possibilidade de interpretação é entender esta menção a Sêneca como uma figura de repetição, a *commoratio*, em que um pensamento idêntico é repetido, usando as mesmas palavras ou não<sup>40</sup>. Assim, a frase inicial do discurso de Nero poderia repetir uma ideia subjacente a todas as outras – raras – ocasiões em que a personagem se expressa, como neste trecho do livro XIII:

Die funeris, laudationem eius princeps exorsus est, dum antiquitatem generis, consulatus ac triumphos maiorem enumerabat, intentus ipse et ceteri; liberalium quoque artium commemoratio et nihil regente eo triste rei publicae ab externis accidisse pronis animis audita; postquam ad providentiam sapientiamque flexit, nemo risui temperare, quamquam oratio, a Seneca composita, multum cultus praeferret, ut fuit illi uiro ingenium amoenum et temporis eius auribus accommodatum. Adnotabant seniores, quibus otiosum est uetera et praesentia contendere, primum ex iis, qui rerum potiti essent, Neronem alienae facundiae eguisse.<sup>41</sup>

No dia dos funerais, o imperador começou o discurso em louvor daquele<sup>42</sup>, enquanto enumerava a antiguidade da sua família, os consulados e os triunfos dos seus antepassados, ele mesmo sério, assim como os demais. Também a lembrança de seus estudos liberais e o fato de que nada de pesaroso se tenha abatido do exterior sobre a República durante o seu império fora ouvidos com interesse. Depois de passar à providência e à sabedoria de seu antecessor, ninguém pôde conter o riso, embora o discurso, composto por Sêneca, tivesse muito aparato, consoante o gênio

<sup>37</sup> HAYNES, 2003, p. 3

<sup>38</sup> LAUSBERG, 1972, p. 251

<sup>39</sup> LAUSBERG, 1972, p. 252

<sup>40</sup> LAUSBERG, 1972, p. 216.

<sup>41</sup> Tac. Ann. XIII, 3, 1-2

<sup>42</sup> Isto é, de seu pai adotivo, o imperador Cláudio.



elegante daquele escritor e adequado aos ouvidos daquela época. Os mais velhos, que se comprazem em comparar as coisas antigas às presentes, notavam que Nero, dentre aqueles que tinham alcançado o poder, era o primeiro a necessitar da eloquência alheia.

E, em seguida, Tácito enumera as qualidades oratórias de Augusto, Tibério, Calígula e Cláudio, de modo a, por oposição, fazer sobressair a deficiência da personagem no domínio da arte retórica. O que marca, pois, o primeiro discurso oficial de Nero – que sequer é reproduzido de forma direta ou indireta, mas, antes, é resumido de forma breve – é o fato de que o verdadeiro orador é Sêneca, e não o imperador. Isso se repete na carta ao Senado, em que se explica a morte de Agripina:

Neapolim concessit litterasque ad senatum misit, quarum summa erat repertum cum ferro percussorem, Agermum, ex intimis Agrippinae libertis, et luisse eam poenam conscientia, quasi scelus paravisset.<sup>43</sup>

Ergo non iam Nero, cuius immanitas omnium questus anteibat, sed Seneca adverso rumore erat, quod oratione tali confessionem scripsisset.<sup>44</sup>

Partiu para Nápolis e enviou uma carta ao Senado, o conteúdo da qual era o seguinte: fora descoberto Agermo, um dos libertos íntimos de Agripina, com uma espada em mãos, e que ela tinha sofrido a pena por sua consciência, já que havia tramado um crime.

Assim, não Nero, cuja crueldade superava a consternação de todos, mas sim Sêneca era objeto dos rumores, pois com tal discurso havia escrito uma confissão.

Novamente Tácito afirma que é Sêneca quem fala por Nero, o que levou O’Gorman a se referir ao primeiro como *ghostwriter*. Para a autora “Sêneca apresenta Nero como uma ausência (de voz) nesses momentos de *ghostwriting*”<sup>45</sup>. Assim, o início da resposta de Nero a Sêneca, quando aquele declara que deve a este a capacidade mesma de poder responder a um discurso, Tácito estaria repetindo sua tese de que a voz do imperador, é em realidade, a voz de seu tutor. Ainda segundo O’Gorman, o estilo do discurso de Nero poderia mesmo dar a entender que fora Sêneca que o preparara<sup>46</sup>. Entretanto, na falta de elementos que possibilitem endossar tal leitura, prevalece o fato de que este é o único discurso em estilo direto atribuído a Nero por Tácito, devendo-se entender a referência a Sêneca neste passo

<sup>43</sup> Tac. Ann. XIV, 10, 3

<sup>44</sup> Tac. Ann. XIV, 11, 3

<sup>45</sup> O’GORMAN, 2006, p. 151

<sup>46</sup> *Ibidem*. A autora cita alguns autores em seu apoio mas não fornece evidências que permitam validar sua hipótese.

não como uma anulação da expressão de Nero, mas antes como vitória final deste sobre seu mestre.

Assim é que, ao longo do discurso, Nero refuta, um a um, os argumentos de Sêneca. Primeiro, quanto à pretensão de Sêneca de se retirar da vida pública (ou seja, gozar do *otium*), Nero diz que é verdade que seu *abauus* Augusto concedeu o *otium* a Mecenas e a Agripa, mas só quando ambos haviam atingido a velhice e, além do que, não havia reclamado de volta os *praemia* dados aos dois. Nero, repetindo as palavras do seu interlocutor, usa a figura da ironia<sup>47</sup>, que, como tropo de palavra, é a utilização das palavras do partido contrário para exprimir as ideias do seu próprio partido. A mesma repetição irônica se dá com *robur*, que Nero retoma, para pedir que Sêneca continue auxiliando a dirigi-lo e, sobretudo, com *gloria*. É com esta palavra triunfante que Sêneca termina seu discurso, dizendo será glorioso ao imperador ter dado muito àquele que suportaria viver com o pouco (*qui et modica tolerarent*). Nero retoma a palavra para afirmar o inverso, que a ele caberá a *infamia* por ter tirado os bens de Sêneca, enquanto é a este que caberá a *gloria*. A ironia de Nero foi a arma para rebater os argumentos de Sêneca e afirmar os seus próprios.

Uma última observação refere-se à disposição esquemática e pouco refinada dos dois discursos. Primeiro a contraposição dos dois discursos, que, utilizada nas *Historiae*, foi evitada nos *Annales* por parecer muito artificial<sup>48</sup>. Além disso, o uso mesmo do discurso direto pode ser o indício de uma intenção do autor. Com efeito, os discursos de Tácito são diretos, indiretos ou mistos, estes últimos especialmente expressivos quando começam de forma indireta e, abruptamente, tornam-se diretos, como se a própria personagem emergisse da narrativa e tomasse o papel do historiador. É dizer, enlevado pela narrativa, o leitor tendo iniciado um discurso indireto, quase não se daria conta da passagem ao discurso direto, de maneira que o esforço ficcional restaria engenhosamente velado, como no aforismo “*ars celare artem*”. Não é o que ocorre com o passo em análise, já que ambos são discursos puramente diretos, sendo o leitor informado do seu início e fim, como o demonstram os trechos: *At Seneca (...) tempus sermoni orat et accepto ita incipit: (...)*<sup>49</sup>, no início do discurso de Sêneca; *Ad quae Nero sic ferme respondit: (...)*<sup>50</sup>, marcando o início da resposta de Nero e *his adicit complexum et oscula*<sup>51</sup>, ao final do discurso do imperador. Sobretudo significativo

---

<sup>47</sup> LAUSBERG, 1972, p. 163

<sup>48</sup> SYME, 1958, p. 317.

<sup>49</sup> Tac. Ann. XIV, 53, 1

<sup>50</sup> Tac. Ann. XIV, 55, 1

<sup>51</sup> Tac. Ann. XIV, 56, 3

é o emprego de *ferme* (i.e. de modo aproximado), que deixa claro ao leitor que as palavras exatas de Nero não foram aquelas dos *Annales*.

Syme sugere<sup>52</sup> que, nesta cena, o interesse do autor tenha recaído sobre Sêneca, como expoente predominante da literatura e oratória romana durante os principados de Calígula, Cláudio e Nero. Tal fato se deve à própria natureza multifacetária da obra historiográfica em tela, ou seja, não se trata – apenas – da história política de Roma ou da vida dos imperadores, mas também de vários outros objetos, como procedimentos sacerdotais, mitos, antiguidades do Estado romano, legislação moral, cuja entrada na narrativa se explica quer por sua relevância no tempo em que os *Annales* foram escritos, quer pelos interesses pessoais do autor. Entre eles, a oratória merece destaque, já que Tácito, ele mesmo grande *orator*, antes de se dedicar à história, escreveu um diálogo sobre a oratória durante o período imperial, o *Dialogus de Oratoribus*. Assim, o que preocupava Tácito primeiramente neste trecho era apresentar o estilo e a personalidade de Sêneca através de um discurso que o caracterizasse. Daí o cuidado em deixar claros os limites da *oratio* através dos mecanismos de demarcação da *oratio recta* vistos acima.

Quanto a Nero, acrescenta-se que o discurso, tanto por sua posição, no final do livro XIV, como por sua própria existência e estilo – direto – marca uma independência do imperador em face de Sêneca. Até ali, o filósofo falava através do *princeps*, que repetia os preceitos de *clementia* e, com isso, atraía os senadores. Com a morte da mãe, no início do livro, e a subsequente morte de Burro, só resta a Nero se ver livre de Sêneca para completar seu processo de autoafirmação, que lhe permite, ademais, mostrar desembaraçadamente sua própria natureza. Assim, o discurso de Nero a Sêneca, como primeiro ato discursivo autêntico, marca a identidade da personagem na narrativa e afirma sua natureza, sobre as influências e mesmo a pessoa de seu antigo tutor. É, podemos dizer, o prenúncio simbólico da morte de Sêneca, que é forçado ao suicídio alguns capítulos depois<sup>53</sup>.

#### 4.7 O REFLEXO DE NERO NO *CLIPVS VIRTVTIS*

Já nos referimos ao *clipeus uirtutis*, o escudo de ouro que Augusto, logo após a vitória de Áccio, recebeu do Senado. Afixado na *Curia Iulia*, o *clipeus* era a representação das quatro virtudes cardeais concentradas no *princeps*, como se pode ler em uma cópia de mármore do

<sup>52</sup> SYME, 1958., p. 333, 4

<sup>53</sup> Tac. Ann. XV, 61, 4

escudo original, encontrada em Arles: SENATVS POPVLVSQUE ROMANVS IMP. CAESARI DIVI F. AVGVSTO COS. VIII DEDIT CLVPEVM VIRTVTIS CLEMENTIAE IVSTITIAE PIETATIS ERGA DEOS PATRIAMQVE<sup>54</sup> (“o Senado e o povo de Roma deram ao imperador César Augusto, filho de um deus, cônsul por oito vezes, o escudo da virtude, clemência, justiça e piedade aos deuses e à pátria”). Por estas qualidades supremas, Augusto, como já foi examinado, justificava sua *auctoritas* e, com isso, tornava legítimo o exercício do poder imperial.

Por outro lado, as virtudes do *clipeus* pertencem não só a Augusto e a seus sucessores, como se fossem características morais restritas a indivíduos – *res priuatae*. Ao contrário, as virtudes deveriam representar as qualidades de toda a pátria, ou seja, afirmavam-se como *res publicae*<sup>55</sup>. São, assim, virtudes tradicionais do povo romano, que já as vira representadas em vários líderes do passado, como, por exemplo, a *pietas* já associada a Pompeu e a *clementia*, a César. A novidade da imagem de poder augustana é que todas essas virtudes são encarnadas em um único líder, que resume em si todas as qualidades e fortalezas morais de Roma. Portanto, a relação entre a moralidade da sociedade e o comportamento moral do *princeps* não passa despercebida na análise de Tácito, que associa a decadência dos costumes romanos no Alto Império aos *vitia* dos sucessivos imperadores da dinastia júlio-claudiana. Isso é ainda mais perceptível no caso de Nero, como podemos observar da sugestão inserida no excerto abaixo:

Isdem diebus, nimia luxus cupido infamiam et periculum Neroni tulit, quia fontem aquae Marciae ad Urbem deductae nando incesserat, uidebaturque potus sacros et caerimoniam loci corpore loto polluisse. Secutaque anceps ualitudo iram deum adfirmavit.<sup>56</sup>

Por estes mesmos dias, seu excessivo desejo de extravagâncias conduziu Nero à vergonha e ao perigo porque ele entrou e nadou na fonte do aqueduto de Márcio, que traz água para Roma e, assim, considerou-se que ele poluiu as águas sagradas e a santidade do lugar com aquele banho. E a vacilação de sua saúde, que se seguiu a isso, confirmou a ira dos deuses.

Nero decide se banhar na fonte da *aqua Marcia*, o aqueduto construído entre 144 e 140 a.C. pelo pretor Quinto Márcio Rex, canalizando as águas da bacia do rio Ânio para a cidade de

<sup>54</sup> *Res Gestae Divi Augusti*, 34. A referência ao oitavo consulado de Augusto nos permite situar a honraria em 26 a. C.

<sup>55</sup> GALINSKY, 1996, p. 81-2

<sup>56</sup> Tac. Ann. XIV, 22, 4

Roma<sup>57</sup>. O capricho do imperador se originou em seu desejo de excessos, de luxo (*luxus cupido*), que o levou a desconsiderar a santidade do lugar (*caerimoniam loci*) e as águas sagradas (*potus sacros*) – agora poluídas, já que Nero nelas se lavara (*corpore loto*). O uso de palavras raras, como *potus* por *aqua* (para indicar água potável) e *lotus* por *lautus*<sup>58</sup>, e o emprego da forma sintética deste particípio para introduzir uma cláusula adverbial (pelo fato de seu corpo ter sido lavado naquele local), tudo isso atrai a atenção do leitor, que é obrigado a se deter na passagem e, com isso, pode descobrir um sentido mais profundo. Tácito possivelmente quis sugerir, com a imagem da contaminação da água, que os vícios de Nero poluíram a cidade e se propagaram pelo povo.

A ideia torna-se mais direta no seguinte trecho:

Nerone quartum, Cornelio Cosso consulibus, quinquennale ludicrum Romae institutum est ad morum Graeci certaminis, uaria fama, ut cuncta ferme noua. Quippe erant qui Cn. quoque Pompeium incusatum a senioribus ferrent, quod mansuram theatri sedem posuisset: nam antea subitariis gradibus et scaena in tempus structa ludos edi solitos, uel, si uetustiora repetas, stantem populum spectauisse, ne, si consideret theatro, dies totos ignauia continuaret. Spectaculorum quidem antiquitas seruaretur, quotiens praetor sederet, nulla cuiquam ciuium necessitate certandi. Ceterum abolitos paulatim patrios mores funditus euertere per accitam lasciuam, ut, quod usquam corrumpi et corrumpere queat in Vrbe uisatur, degeneretque studiis externis iuuentus, gymnasia et otia et turpes amores exercendo, principe et senatu auctoribus, qui non modo licentiam uitii permiserint, sed uim adhibeant ut proceres Romani, specie orationum et carminum, scaena pollutantur. Quid superesse, nisi ut corpora quoque nudent et caestus adsumant easque pugnas pro militia et armis meditentur? An iustitiam auctum iri et decurias equitum egregius iudicandi munus expleturos, si fractos sonos et dulcedinem uocum perite audissent? Noctes quoque dedecori adiectas, ne quod tempus pudori relinquatur, sed coetu promisco, quod perditissimus quisque per diem concupiuerit, per tenebras audeat.<sup>59</sup>

No consulado de Nero, cônsul pela quarta vez, e de Cornélio Cosso, instituiu-se em Roma uma festividade quinquenal à moda dos jogos gregos; várias opiniões surgiram a seu respeito, como acontece com as novidades. Houve alguns que sustentaram que mesmo Cnêu Pompeu foi acusado pelos mais velhos porque construiu um teatro permanente. Pois, antes, costumavam-se construir um assento improvisado e um palco para a ocasião; ou mesmo, recuando mais, todo o povo assistia a tudo de pé, para que não houvesse o risco de passar o dia todo na indolência, caso pudesse se sentar no teatro. Que se conservasse o costume dos antigos espetáculos, quando sempre o pretor os presidia e não havia a necessidade de qualquer

<sup>57</sup> DKP, p. 1350, v. 5. verbete *Wasserleitungen*.

<sup>58</sup> *potus*, us tem um uso poético, perceptível em Ovídio. Cf. TPLL, verbete *potus*. O verbete *lotus* no OLD indica um uso predominantemente arcaico.

<sup>59</sup> Tac. Ann. XIV, 20

cidadão participar. Mas, de resto, os costumes nacionais, que caíram paulatinamente em desuso, agora eram abolidos completamente por conta do luxo advindo de outros países. O objetivo disso era que tudo que, em qualquer parte, pudesse corromper ou ser corrompido devia ser visto em Roma, e que nossa juventude por meio dos gostos estrangeiros degenerasse, dedicando-se ao ginásio, à indolência e aos amores torpes – isso por instigação do imperador e do Senado, que não somente permitiram a imunidade aos vícios, mas também impeliam os nobres romanos a que se degradassem no palco sob o pretexto de pronunciar um discurso ou declamar um poema. O que faltava para que tirassem também a roupa, colocassem luvas e praticassem essas disputas em lugar da profissão das armas? A justiça seria promovida, as decúrias equestres desempenhariam melhor sua função judicial se ouvissem como expertos os sons enfraquecidos e as vozes suaves? Mesmo as noites eram dedicadas às ações indecorosas para que não sobrasse tempo para o pudor, mas sim, na promiscuidade, os mais perversos ousassem fazer sob as trevas aquilo que tinham desejado durante o dia.

Tácito relata os debates que se seguiram à introdução dos Jogos Quinquenais, festivais de inspiração grega criados por Nero e repetidos de cinco em cinco anos<sup>60</sup>. Os tradicionais costumes romanos (*patrios mores*) – a expressão das *uirtutes* romanas, tais como expostas no *clipeus* – foram abandonados e, agora, completamente destruídos pela atuação direta do *princeps* e do Senado (*principe et senatu auctoribus*). Os motivos que levaram Tácito a se preocupar com a moral do povo e sua articulação com a moral do principado, entendido como sistema político, são de duas ordens. A primeira, comum aos historiógrafos romanos, liga-se ao valor da *historia* como *magistra uitae*, *i.e.* como ensinamento moral às gerações futuras, donde a necessidade de exemplos de conduta a seguir ou a evitar. Era, assim, impensável escrever *historia* sem um julgamento moral sobre a conduta dos líderes e, igualmente, do povo. Além disso, pelo próprio modo de pensar dos antigos, não poderia haver narrativa histórica a não ser como um relato de *res gestae* (subentenda-se o agente *a hominibus*), ou seja, a história era a consequência das ações humanas. Estas, por sua vez, revelavam o caráter da pessoa, colocando a descoberto seus vícios e suas virtudes, de modo que escrever *historia* acarretava, necessariamente, comentar a dimensão moral das personagens descritas<sup>61</sup>. O segundo motivo se liga ao tema central de todos os escritos de Tácito: a ideia de que o declínio da *uirtus* no Alto Império está relacionada à própria instituição do principado, ou, para repetir Mellor, à “perda de liberdade em Roma”<sup>62</sup>.

<sup>60</sup> DKP, p. 73, v. 4. Neronia. O festival foi chamado Neronia e foi repetido em 65, como visto supra.

<sup>61</sup> Nesse sentido, cf VASALY, 2009, p. 245

<sup>62</sup> MELLOR, 1993, p. 48. A citação é válida porquanto dá precisão à terminologia de Tácito, que usava o termo *libertas* para se referir aos modelos republicanos de participação política da aristocracia.

Além da articulação entre virtude individual do governante e as virtudes da sociedade<sup>63</sup>, outra conexão é possível, desta vez no espectro diacrônico. Com efeito, as virtudes diziam respeito ao passado recente, já que representavam a *uirtus militaris* que Augusto provara na vitória de Áccio e a *clementia* com que tratara os derrotados. Contudo, o *clipeus* apontava muito mais para o futuro, pois se estabelecia como um modelo de conduta a ser seguido, não só pelo próprio Augusto, como também pelos seus sucessores. Estes deveriam pautar sua atuação política pelos padrões estabelecidos pelo primeiro dos imperadores e, além disso, deveriam ser julgados pelos historiadores romanos imperiais em função das semelhanças e divergências apresentadas em relação àquele. Como na comparação realizada por Vout no artigo *Representing the emperor*<sup>64</sup>, ainda que os bustos de todos os imperadores júlio-claudianos evoquem as esculturas de Augusto, cada um deles se afirma e se reconhece individualmente por elementos característicos. Um misto de repetição e inovação que se explica pelo fato de que cada *princeps*, a um só tempo, procura assentar sua *auctoritas* pela semelhança com Augusto e, inelutavelmente, é percebido pelos historiadores como um governante distinto do seu antecessor.

Por esse motivo, no início do principado, Nero procura afirmar publicamente as virtudes principescas acima mencionadas. Logo nos primeiros dias de governo, mostra sua *pietas* em relação ao pai adotivo, Cláudio, de cujo elogio fúnebre se encarrega<sup>65</sup>, e, em relação à mãe, concedendo-lhe honrarias em público (*propalam tamen omnes in eam honores cumulabantur*)<sup>66</sup>. Instruído por Sêneca, discursa no Senado, comprometendo-se a governar segundo os ditames da *iustitia*, isto é, respeitando as várias magistraturas republicanas e, sobretudo, os privilégios da aristocracia senatorial<sup>67</sup>. Perdoa Pláucio Laterano, expulso da ordem senatorial por ter cometido adultério com Messalina, com o que dá provas de sua *clementia*, reafirmada por frequentes discursos inspirados por Sêneca (*clementiam suam obstringens crebris orationibus*)<sup>68</sup>.

Na sequência dos *Annales*, em contrapartida, Tácito se preocupa em desvelar essa identificação meramente retórica de Nero com Augusto. Ou seja, o que mais interessa para o historiador é apresentar as seus leitores o caráter de Nero e, precisamente, as características que o identificam como um *princeps* distinto daquele líder fundador do principado. Logo, se interessava a Nero se ver espelhado no *clipeus uirtutis*, o que ocupa a narrativa de Tácito é um

<sup>63</sup> Cf Tac. Vita Agric, 1, e Dial. Or. 28

<sup>64</sup> VOUT, 2009, p. 261-275

<sup>65</sup> Tac. Ann. XIII, 3

<sup>66</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 3

<sup>67</sup> Tac. Ann. XIII, 4

<sup>68</sup> Tac. Ann. XIII, 11, 2

outro reflexo, este “em negativo”, na ausência de melhor expressão. Ou, para manter a metáfora, o reflexo de Nero na outra face do escudo, cuja superfície de metal grosseiramente polido espelha, de modo distorcido e imperfeito, o imperador e sua ausência de virtude.

Entendida em seu sentido original, a *uirtus* é a virtude viril por excelência, o controle de seu corpo e de sua vontade, aquilo que a sociedade romana tradicional espera de um *uir*<sup>69</sup>. Por uma consequência do próprio caráter bélico de Roma, a *uirtus* se materializa na virtude militar, no *autocontrole* típico da caserna, na força física, na capacidade de suportar a adversidade e, sobremaneira, na *coragem* nos combates<sup>70</sup>. Daí a conexão entre *uirtus* e *uictoria*, sendo esta o conseqüente da virtude militar na guerra<sup>71</sup>. Contrapostas a estes atributos masculinos estão as características da mulher, que é fraca e, sobretudo, incapaz de refrear seus desejos. Esse julgamento negativo sobre as mulheres é visível na maneira pela qual Tácito se refere a, por exemplo, Agripina, descrita como “queimando de todos os desejos por um mau governo” (*cunctis malae dominationis cupidinibus flagrans*<sup>72</sup>), no início do principado de Nero. No mesmo sentido, encontramos menções à sua *superbia muliebris*<sup>73</sup> e a sua *impotentia*<sup>74</sup>, entendendo-se esta como falta de moderação. Em última análise, portanto, a *uirtus*, entendida no sentido romano republicano de glória militar, era um pressuposto para que o *princeps* exercesse o poder<sup>75</sup>.

Dessa forma, há pelo menos dois caminhos para se investigar como a *uirtus* se revela, ou, ao contrário, se oblitera, em Nero. É dizer, dado o quanto se expôs acima, há dois indícios seguros para a afirmação da *uirtus*: a vitória militar e o autocontrole, ambos de validade geral. Especificamente, no caso de Nero, sua presença ou ausência, ou mesmo o modo pelo qual são enunciadas, informa o leitor sobre o “estatuto moral” do imperador. Examinamos o primeiro índice de virtude, a vitória advinda do mérito militar, mérito este que deve ser analisado no bojo dos principais conflitos provinciais que marcaram o principado de Nero. Um deles, a revolta dos icenos na Britânia, revela uma faceta importante do imperador: a política externa é marcadamente menos militarista do que a dos seus antecessores. Na expressão de Shotter:

Embora os antecedentes júlio-claudianos – e especialmente as suas ligações com a família de Germânico – lhe garantissem alguma boa vontade residual da parte do exército romano, ele é (e foi) visto como

<sup>69</sup> GRIMAL, 1984, p. 70

<sup>70</sup> Coragem e energia, conforme SYME, 1958, p. 526, e autocontrole, na opinião de GRIMAL, 1981, p. 70

<sup>71</sup> GALINSKY, 1996, p. 84

<sup>72</sup> Tac. Ann. XIII, 2, 2

<sup>73</sup> Tac. Ann. XIII, 14, 2

<sup>74</sup> Tac. Ann. XII, 57

<sup>75</sup> GRIFFIN, 2000, p. 222



um dos imperadores menos militaristas; em última análise, a sua falta de interesse pelos exércitos contribuiu em não pequena medida para sua queda em 68.<sup>76</sup>

E não se poderia deixar de mencionar que Adriano, destinatário de grande parte da crítica tacitiana a Nero, era um imperador eminentemente pacifista. E tanto menos militarista e preocupado com as glórias da *uirtus* militar parecia aquele, quando se o percebia em oposição ao beligerante e vitorioso Trajano, a quem sucedera.

Tácito põe em evidência o caráter antimilitarista de Nero ao narrar o processo de pacificação da Britânia, nos capítulos 29 a 39 do livro XIV. O historiador inicia a narrativa do evento, mencionando uma grave derrota militar (*gravis clades*) sofrida pelas legiões romanas no ano de 61.

Caesennio Paeto et Petronio Turpiliano consulibus, gravis clades in Britannia accepta; in qua neque A. Didius, legatus, ut memoravi, nisi parta retinuerat, et successor, Veranius, modicis excursibus Siluras populatus, quin ultra bellum proferret, morte prohibitus est – magna, dum uixit, seueritatis fama, supremis testamenti uerbis ambitionis manifestus: quippe multa in Neronem adulatione addidit subiecturum ei prouinciam fuisse, si biennio proximo uixisset. Sed tum Paulinus Suetonius obtinebat Britannos, scientia militiae et rumore populi, qui neminem sine aemulo sinit, Corbulonis concertator, receptaeque Armeniae decus aequare domitis perduellibus cupiens. Igitur Monam insulam, incolis ualidam et receptaculum perfugarum, adgredi parat, nauesque fabricatur plano alueo aduersus breue et incertum. Sic pedes; equites, uado secuti aut altiores inter undas adnantes, equis tramisere.<sup>77</sup>

No consulado de Cesônio Peto e de Petrônio Turpiliano, sofremos uma considerável derrota na Britânia. Nessa região, o legado Aulo Dídio, como já mencionei, apenas conservara o território recebido, e seu sucessor Verânio, após ter devastado o território dos Silúrios com modestas incursões, foi impedido pela morte a levar a guerra adiante. Muito famoso, enquanto viveu, pela severidade, nas palavras finais de seu testamento revelou-se um bajulador, pois, após muitas lisonjas a Nero, acrescentou que, se ele tivesse vivido por mais dois anos, teria subjugado toda a província. Mas, então, Paulino Suetônio governava a Britânia – pela experiência militar e pelo comentário geral, que não deixa faltar um rival para ninguém, era um rival de Corbulão, desejoso de se igualar à honra da conquista da Armênia e da submissão dos inimigos de Roma. Então se apressa para atacar a ilha de Mona, que tinha uma grande população e era o esconderijo de fugitivos, e constrói navios de fundo chato, tendo em vista o canal raso e instável. Assim a infantaria atravessou; a cavalaria, que seguiu, atravessou a vau ou a nado, onde as águas eram mais profundas.

<sup>76</sup> SHOTTER, 2008, p. 57.

<sup>77</sup> Tac. Ann. XIV, 29

A primeira comparação apresentada contrapõe o pacato legado Aulo Dídio, que se contentara a manter as conquistas anteriores (*nisi parta retinuerat*), a seu sucessor Quinto Verânio, que tinha uma reputação de austeridade (*seueritatis fama*) e só não levou a guerra mais além por ter sido tido morte prematura<sup>78</sup> (*quin ultra bellum proferret, morte prohibitus est*). Entretanto, somente após essa breve introdução sobre a presença militar romana na Britânia, é introduzida a personagem do episódio a ser narrado: Paulino Suetônio, o legado subsequente a Verânio (*Sed tum Paulinus Suetonius obtinebat Britannos*). O novo legado supera os anteriores por sua experiência militar (*scientia militiae*), e a tal ponto que é comparado com o grande general Corbulão, que atuara na Armênia.

Sua primeira incursão foi na ilha de Mona, estratégica para o controle da região de Gales. Ali, após uma investida vitoriosa<sup>79</sup>, foi informado de uma insurreição entre os icenos, povo que habitava o leste da Ânglia e cujo rei, Prasutago, tinha uma aliança pessoal com o imperador Cláudio, de maneira a ter o estatuto de reino cliente de Roma. Quando Prasutago faleceu, como modo de garantir a soberania de seu reino, que ficava sem herdeiros varões, nomeou como Nero herdeiro, além de suas duas filhas (*Caesarem heredem duasque filias scripserat, tali obsequio ratus regnumque et domum suam procul iniuria fore*<sup>80</sup>). A despeito desse cautelosa deferência, não pôde evitar que todo o reino, reclamado pelo imperador, fosse anexado como província, que os nobres fossem expoliados de seus bens e que tanto Boudica, viúva do rei, quanto suas filhas fossem violentadas. Em razão disso, icenos unem-se aos vizinhos trinobantes e iniciam uma rebelião, ameaçando a colônia de Camuloduno, constituída por veteranos das legiões. Os presságios indicam a derrota dos romanos:

Inter quae, nulla palam causa, delapsum Camuloduni simulacrum Victoriae ac retro conuersum, quasi cederet hostibus. Et feminae, in furorem turbatae, adesse exitium canebant, externosque fremitus in curia eorum auditos, consonuisse ululatus theatrum, uisamque speciem in aestuario Tamesae subuersae coloniae; iam Oceanus cruento aspectu, dilabente aestu humanorum corporum effigies relictas, ut Britannis ad spem, ita ueteranis ad metum trahebantur. Sed, quia procul Suetonius aberat, petiuere a Cato Deciano, procuratore, auxilium. Ille haud amplius quam ducentos sine iustis armis misit; et inerat modica militum manus. Tutela templi freti et impediens qui occulti rebellionis conscii, consilia turbabant, neque fossam aut uallum praeduxerunt, neque motis senibus et feminis iuuentus sola restitit: quasi media pace incauti, multitudine barbarorum circumueniuntur. Et cetera quidem impetu direpta aut incensa sunt; templum, in quo se miles conglobauerat, biduo obsessum expugnatumque. Et uictor Britannus Petilio Ceriali, legato legionis nonae, in subsidium

<sup>78</sup> O legado morreu em 57, primeiro ano do seu mandato.

<sup>79</sup> Tac. Ann. XIV, 30

<sup>80</sup> Tac. Ann. XIV, 31, 1

aduentanti obuius, fudit legionem et quod peditum interfecit; Cerialis cum equitibus euasit in castra et munimentis defensus est. Qua clade et odiis prouinciae, quam auaritia in bellum egerat, trepidus, procurator Catus in Galliam transiit.<sup>81</sup>

Em meio a esses eventos, por nenhuma razão aparente, a estátua da Vitória em Camuloduno caiu, e virada pra trás, como se estivesse cedendo aos inimigos. E as mulheres, excitadas ao ponto do furor, gritavam que a destruição estava próxima, que gemidos estranhos tinham sido ouvidos no Senado local, que o teatro ressoava com gritos e que, no estuário do Tâmisa, tinha sido vista a imagem da colônia destruída. Diziam, ainda, que oceano aparecera vermelho como sangue e a maré, ao baixar, deixava na praia a imagem de cadáveres humanos, sinais que traziam esperança aos bretões e medo aos veteranos. Porém, como Suetônio estava longe dali, eles pediram ajuda ao procurador Cato Deciano. Este não forneceu mais do que duzentos soldados, sem as armas apropriadas; na cidade, havia um pequeno destacamento de soldados. Confiando na proteção de seu templo e embaraçados por aqueles que, secretamente cúmplices da revolta, interferiam em seus planos, eles nem se protegeram por um fosso ou uma trincheira, nem removeram da cidade os velhos e as mulheres, deixando só os jovens. Desprotegidos, como se estivessem em plena paz, foram rodeados por uma multidão de bárbaros. Tudo o mais foi destruído e queimado ao primeiro assalto; somente o templo, no qual os soldados se refugiaram, após um cerco de dois dias, foi invadido. E os bretões, vitoriosos, foram ao encontro de Petílio Cereal, o legado da nona legião, que vinha em socorro; derrotaram a legião e mataram toda a infantaria. Cereal com a cavalaria se refugiou no acampamento e foi protegido pelas fortificações. O procurador Cato, assustado com o desastre e com o ódio da província, que sua avareza tinha levado à guerra, atravessou para a Gália.

De se notar é a queda da estátua da *Victoria* em Camuloduno (*delapsum Camuloduni simulacrum Victoriae*), augúrio que teve uma interpretação ainda mais funesta pela posição em que caiu, ou seja, para trás (*retro conuersum*), o que significaria ceder ao inimigo (*quasi cederet hostibus*). Assustados pelos presságios, os habitantes da colônia recorrem ao *procurator* Cato Deciano, já que Suetônio Paulino estava muito distante para lhes prestar socorro. O auxílio militar prestado por Cato, posteriormente identificado como o responsável pela revolta das tribos britanas (*quam auaritia in bellum egerat*), revelou-se insuficiente para defender a cidade, que foi massacrada. O mesmo destino teve, logo em seguida, a infantaria da nona legião, sob o comando de Petílio Cereal.

Em seguida, do capítulo 33 em diante, Tácito narra dramaticamente a batalha entre Suetônio Paulino, que, “com uma admirável constância, atravessa o território inimigo e chega a Londínio” (*mira constantia, medios inter hostes, Londinium perrexit*<sup>82</sup>) e os bárbaros britanos, liderados por Boudica. Tanto Londínio quanto a vizinha Verulâmio, uma vez

<sup>81</sup> Tac. Ann. XIV, 32

<sup>82</sup> Tac. Ann. XIV, 33, 1

abandonadas por Suetônio, que rumava em direção ao leste, foram arrasadas pelos exércitos britanos, contando-se o número de mortos em setenta mil, entre cidadãos romanos e aliados (*septuaginta milia ciuium et sociorum*)<sup>83</sup>. Escolhido o terreno para a batalha<sup>84</sup>, Boudica discursa a seu exército<sup>85</sup>, sendo seguida pela exortação de Suetônio:

Ne Suetonius quidem in tanto discrimine silebat; quamquam confideret uirtuti, tamen exhortationes et preces miscebat, ut spernerent sonores barbarorum et inanes minas: plus illic feminarum quam iuuentutis aspici; imbelles, inermes, cessuros statim, ubi ferrum uirtutemque uincunt, totiens fusi, agnouissent. Etiam in multis legionibus paucos qui proelia profligarent; gloriaeque eorum accessurum quod modica manus uniuersi exercitus famam adipiscerentur.<sup>86</sup>

Mesmo Suetônio, neste momento crítico, quebrou o silêncio. Apesar de acreditar na coragem dos seus, ainda assim ele acrescentou a ela exortações e pedidos: eles deviam desprezar o barulho e as ameaças vazias dos bárbaros – ali entre eles se viam mais mulheres do que homens jovens. Desacostumados à guerra e sem armas, haveriam de fugir imediatamente quando reconhecessem as armas e a coragem dos conquistadores, que tantas derrotas lhe infligiram. Dizia, ainda, que mesmo quando há muitas legiões, eram apenas alguns poucos que ganhavam as batalhas; e eles teriam a glória adicional de, em tão pequeno número, atingir a fama de um exército inteiro.

O general acreditava na coragem da tropa, mas, ainda assim (*quamquam confideret uirtuti*), por um discurso de incentivo, reacendeu a confiança dos soldados em sua própria *uirtus* em contraposição às disposições bélicas dos bárbaros, que são apresentados como inaptos à guerra (*imbelles*), sem armamentos (*inermes*) e prontos à fuga do campo de batalha (*cessuros*). O efeito virtuoso do discurso reforçou a *uirtus* das tropas que, como consequência material, obtiveram a vitória:

Clara et antiquis uictoriis par ea die laus parta: quippe sunt qui paulo minus quam octoginta milia Britannorum cecidisse tradant, militum quadringentis ferme interfectis nec multo amplius uulneratis. Boudicca uitam ueneno finiuit.<sup>87</sup>

A glória daquele dia foi esplêndida e comparável às nossas antigas vitórias: pois há quem conte que pouco menos de oitenta mil britanos caíram,

---

<sup>83</sup> Tac. Ann. XIV, 33, 2

<sup>84</sup> Tac. Ann. XIV, 34

<sup>85</sup> Tac. Ann. XIV, 35

<sup>86</sup> Tac. Ann. XIV, 36, 1-2

<sup>87</sup> Tac. Ann. XIV, 37, 2

enquanto aproximadamente quatrocentos soldados romanos foram mortos e em número um pouco maior, feridos. Boudica se suicidou com veneno.

E não foi qualquer vitória, mas sim uma vitória comparável às antigas glórias dos generais romanos (*clara et antiquis uictoriis par ea die laus parta*), à qual há muito Roma não assistia. Oitenta mil inimigos mortos, contra quatrocentos (entre mortos e feridos) do lado romano. A prócere da revolta, Boudica, suicidou-se.

Apesar do admirável êxito militar, os britanos continuavam a rebelião e os exércitos de Suetônio Paulino, reforçados por contingentes das legiões da Germânia<sup>88</sup>, permaneciam a postos. Para piorar a situação, o novo *procurator* Júlio Classiciano, sabotava o general vitorioso, espalhando o rumor de que os britanos deveriam esperar um novo legado (*i.e.* em substituição a Suetônio) antes de se renderem. Simultaneamente, em Roma, Suetônio era visto com um obstáculo à paz<sup>89</sup>. E aqui entra em cena o sucedâneo de Nero:

Igitur ad spectandum Britanniae statum missus est e libertis Polyclitus, magna Neronis spe posse auctoritate eius non modo inter legatum porcuratoremque concordiam gigni, sed et rebelles barbarorum animos pace componi. Nec defuit Polyclitus quo minus, ingenti agmine Italiae Galliaeque grauis, postquam Oceanum transmiserat, militibus quoque nostris terribilis incederet. Sed hostibus inrisui fuit, apud quos flagrante etiam tum libertate nondum cognita libertinorum potentia erat; mirabanturque quod dux et exercitus, tanti belli confector, seruitiis oboedirent. Cuncta tamen ad imperatorem in mollius relata; detentusque rebus gerundis Suetonius, quod postea paucas naues in litore remigiumque in iis amiserat, tamquam durante bello, tradere exercitu Petronio Turpiliano, qui iam consulatu abierat, iubetur. Is, non inritato hoste neque lacessitus, honestum pacis nomen segni otio imposuit.<sup>90</sup>

Então, para inspecionar a situação da Britânia foi enviado Policleto, um dos libertos, nutrindo Nero grande esperança de, por meio da autoridade daquele, poder fazer nascer a concórdia entre o legado e o procurador, como também de apaziguar os ânimos rebeldes dos bárbaros. E Policleto, cuja imensa comitiva tinha sido muito custosa à Itália e à Gália, depois de ter atravessado o mar, não deixou de aterrorizar mesmo os nossos soldados. Porém foi motivo de riso para nossos inimigos, pois eles, entre os quais a liberdade ainda brilhava, ainda não conheciam o poder dos libertos e admiravam-se de que um general e um exército capazes de vencer uma guerra tão decisiva tivessem que obedecer a escravos. Não obstante, tudo foi relatado ao imperador de forma mais propícia. Suetônio foi mantido no governo local; porém, como perdera uns poucos navios na praia, bem como a tripulação destes, sob o pretexto de que a guerra ainda estava em curso, ordenou-se que ele passasse seu exército a Petronio Turpiliano, que já havia

---

<sup>88</sup> Tac. Ann. XIV, 38, 1

<sup>89</sup> Tac. Ann. XIV, 38, 3

<sup>90</sup> Tac. Ann. XIV, 39

deixado o consulado. Este, não provocando o inimigo e nem sendo atacado por ele, conferiu o honrado nome da paz à sua ociosidade covarde.

A intervenção do liberto imperial dá o fecho a todo episódio da revolta britânica, que, iniciado pela menção à indolência militar do governador Aulo Dídio, após uma grande vitória, retorna à “ociosidade covarde” (*segni otio*) de Petrônio Turpiliano. Por outras palavras, Nero garante o retorno da situação ao *status quo ante*, neutralizando a brilhante atuação de Suetônio Paulino, considerado uma ameaça à paz, por meio de Policleto, que representa justamente o oposto daquele general. Com efeito, Suetônio é apresentado como um líder que tem “experiência militar” (*scientia militiae*), “uma firmeza admirável” (*mira constantia*), que discursa às tropas para lhes reforçar a “virtude” (*uirtuti*) e, como consequência, conquista uma vitória comparável às antigas façanhas dos romanos (provavelmente da época republicana). Policleto, por sua vez, é um liberto – ou, como o sentencioso comentário de Tácito, “um dentre os libertos” (*e libertis*) – o avesso da virtude bélica por sua própria origem servil. E ele vai a Britânia para levar a paz às “rebeldes disposições dos bárbaros” (*rebeldes barbarorum animos*), enquanto Suetônio leva a firmeza do gênio romano. Mesmo a viagem de Policleto de Roma à província, descrita como uma “imensa comitiva, muito custosa à Itália e à Gália” (*ingenti agmine Italiae Galliaeque grauis*) é o oposto da excursão militar de Suetônio, que atravessa o território bárbaro e trava uma batalha vitoriosa, dispondo apenas de uma pequena quantidade de soldados (*modica manus*). E, consequência de tudo isso e contraposta à glória do general, advém o riso dos britanos (*inrisui fuit*), os quais, acostumados como estavam à liberdade (*apud quos flagrante etiam tum libertate*) se admiraram pelo fato de um general e um exército vitoriosos obedecerem a escravos (*seruitiis oboedirent*).

O trecho deve ser lido como uma crônica do absurdo: o general triunfante se curva diante do enviado imperial e seu exército, vitorioso sobre a horda de britanos – que já haviam dizimado cidades e, diante do campo de batalha, vociferavam gritos ameaçadores (*sonores minas*) sob o comando de Boudica –, treme diante da colossal comitiva civil do liberto Policleto (*militibus quoque nostris terribilis incederet*). Na verdade, os únicos a perceberem o absurdo da situação são os bárbaros, que, incontaminados, viviam em uma cultura em que “a liberdade ainda brilhava”, para manter a expressão tacitiana, hoje desgastada pelo uso. Dessa inversão de valores *ad absurdum*, advém até mesmo o riso, como nota Paul Plass, que vê no

episódio um “aspecto estilístico da historiografia romana do início do império, particularmente usado por Tácito”<sup>91</sup>.

Resta dizer sobre o trecho que, se por um lado o riso dos bárbaros britanos se dirige a Policleto e, por extensão, aos romanos que obedecem a um escravo; por outro, é correto afirmar que o ridículo da situação, que Tácito acentuou pela comparação entre o liberto e o general, deve-se a Nero. Parece ser o objetivo do autor, portanto, fazer com que o leitor, induzido pelo riso do bárbaro, ria-se da própria sociedade romana sob Nero. Assim, o *seruitiis*, a que Tácito se refere, teria uma dupla função: primeiro, indica uma situação de fato – a *libertinorum potentia* do termo coordenado anterior, ou seja, o poder administrativo dos libertos imperiais na época de Cláudio e Nero. E, como libertos que eram do imperador, representavam a própria *familia* do *princeps*, que usurpava funções de Estado antigamente atribuídas a senadores e cavaleiros. Em segundo lugar, e mais importante, os *seruitiis* podem se referir, alegoricamente, à própria servidão dos romanos em geral e, sobretudo, dos *ordines superiores*<sup>92</sup>.

É a Nero, igualmente, o termo final de comparação diante do qual Suetônio Paulino é apresentado. Obviamente, a comparação é acentuada pela presença de Policleto, que, enviado de Nero, por isso mesmo o representa. Entretanto, ainda que ausente o liberto na narrativa, funcionaria bem a *comparatio*, pela qual Tácito exhibe o general Suetônio como um *contrarium* de Nero, em relação à virtude militar, entendida como determinação, coragem e vitória. Assim, ao final da narrativa, o comentário do historiador – *honestum pacis nomen segni otio imposuit* – resume toda a situação do império sob Nero. Tal foi a preocupação do imperador: a dissimulação do vício (*otio*) pela virtude (*honestum ... nomen*), ou, em outros termos, a simulação da virtude, de maneira a encobrir o vício. O justo contrário do historiador, que se propôs a desvendar os *arcana imperii*<sup>93</sup> (segredos do poder).

---

<sup>91</sup> PLASS, 1988, p. 6

<sup>92</sup> Sobre o uso da metáfora da servidão, cf JOLY, 2001, *passim*.

<sup>93</sup> Tac. Hist. I, 4. A expressão se encontra no início das *Historiae*, quando Tácito escreve que um segredo do poder havia sido descoberto (*euolgato imperii arcano*). Sobre o objetivo do historiador, i.e. desvendar os segredos, explicar as causas e, sobretudo, investigar o caráter das pessoas envolvidas na história, cf GRIFFIN, 2009, p. 175; GRIMAL, 1990, p.257.

## 5 CONCLUSÃO

Sob o Alto Império, Roma experimenta um período de consolidação das fronteiras e de paz, fenômeno singular quando se considera o turbulento final da República, em que facções rivais lutavam pelo poder, e mesmo os anos anteriores, em que a contínua expansão territorial foi o prêmio por uma política externa de guerras contínuas. Com a nova ordem instaurada por Augusto – não somente o *pater patriae* como também o fundador da dinastia júlio-claudiana – Roma troca seu centenário regime aristocrático, caracterizado pela alternância dos cônsules e pelo poder do Senado, pela estabilidade política e social garantida por um novo ator político – o *princeps*. Este, que não era um *rex* e nem um *ciuis romanus* comum, representa as ambiguidades do novo regime, em que sob a aparência das antigas instituições e magistraturas republicanas, articula-se em realidade uma concentração de poderes, inédita desde os tempos monárquicos. É sobre essa contradição que Tácito escreve, dela tratam os *Annales*.

A época de Tácito já se havia habituado à nova distribuição de poderes. Desde Augusto, já se haviam sucedido duas dinastias no governo do Império, e para a sociedade sob os antoninos, a República e as atribuições das magistraturas que a caracterizavam pertenciam a um passado distante. Estava claro que Roma, não mais uma cidade-estado, precisava de uma nova estrutura política que permitisse o controle de uma vasta extensão territorial, uma estrutura que centralizasse em uma só pessoa as decisões fundamentais e que até mesmo simbolizasse na pessoa divinizada do *princeps* a majestade do Estado romano diante das nações conquistadas. O novo problema era a questão sucessória, já que o fortalecimento de famílias atreladas ao poder imperial teve como corolário o fato de que os sucessores de um imperador tendiam a ser seus descendentes, mesmo que estes não fossem os nomes mais adequados para imperar. A hereditariedade do poder, que permitiu a Domiciano, filho do austero Vespasiano, exercer um principado de terror, é o tema que perpassa os *Annales*: os imperadores apresentados na obra parecem ser inaptos para exercer o governo de Roma. Tibério tem talento militar e austeridade, mas sua soberba e sua crueldade fizeram dele um tirano. Cláudio é um erudito e tem tendência a fraqueza, tanto é que se deixou governar pelos libertos e pelas esposas. Nero, que assume o trono aos catorze anos, não tem o comportamento esperado de um nobre romano e, sobretudo, de um *princeps*: tem paixão pela corrida de cavalo, pelo teatro, é versado em canto e em artes dramáticas, sabe tocar a lira e é



apaixonado pela cultura grega, que tanto fascinava os romanos como lhes era suspeita. Em uma palavra, possui o talento necessário para ser um artista e não um imperador, cargo que ocupa somente em virtude do princípio da sucessão hereditária.

De uma maneira geral, sobre os *Annales*, considerados em sua inserção no sistema literário romano, pode-se dizer que nenhuma teoria dá conta de definir completamente a grandeza da obra, bem como nenhum gênero pode aprisionar o gênio de Tácito. Assim, os *Annales*, ainda que inscritos na tradição historiográfica, não se subsumem completamente às regras do gênero. Neles há vários traços que remetem a outros gêneros, como o drama e a biografia. Desse modo, a teoria deve ser vista antes como mais uma fonte auxiliar da interpretação do que como um esquema limitador de leitura. Não obstante, o autor não está imune às influências de sua *época*, entendida como momento literário com alguma unidade de sentido, e, por conta disso, pelas leituras levadas a cabo nesta tese, percebemos nos *Annales* um estilo (levando ao extremo a *inconcinnitas* de Salústio) e um tom (sombrio e com a recorrência do questionamento da existência) coincidentes com a literatura imperial da fase pós-neroniana.

O Nero de Tácito é uma personagem, quer dizer, é uma construção do historiador, ligada, não resta dúvida, ao conjunto de características atribuídas pelos contemporâneos deste ao primeiro. Não fosse assim, o retrato não teria verossimilhança e o historiador deixaria de ter credibilidade. Entretanto, Tácito trabalha este substrato de realidade como um artesão trabalha a argila, ou seja, no processo de *fingere*, transforma sua matéria-prima, o Nero das fontes históricas, em algo novo, ficcional, com características matizadas. Por conta disso, só se pode falar em retrato se entendermos esse termo, não ingenuamente, como reprodução facsimilada da realidade, mas sim como a própria tarefa da literatura, de recriação artística. Retrato artístico, portanto, e não fotográfico.

E, a partir desse entendimento, descortina-se para o leitor dos *Annales* o imperador Nero Cláudio César Augusto Germânico, nome que herdou de seu pai adotivo, o imperador Cláudio. Muito jovem e rodeado de libertos, escravos e demais indivíduos que não encarnavam os ideais da nobreza senatorial, sua natureza, já nos primeiros anos, revela um pendor para a música e para as artes em geral. Se tem algum rudimento de retórica, deve-o a Sêneca, o preceptor apontado pela mãe para agradar os senadores e que até mesmo compõe discursos para seu pupilo. Chega ao poder por uma manobra de Agripina, que envenena Cláudio e ganha os favores do exército, por meio de Burro e do Senado, por meio de Sêneca. Isso revela uma outra característica da personagem: Nero obtém o *imperium* não pelo valor próprio, mas sim pela articulação de uma mulher – fato que confere uma nota funesta ao

futuro principado quando se faz uma leitura comparativa com o papel de Lúcia na investidura de Tibério. Além de primícia de mau agouro, a investidura de Nero remete igualmente à sucessão de Trajano, evento ocorrido no momento em que Tácito escrevia os *Annales*, de modo a fazer o leitor associar a personagem ao imperador Adriano, auxiliado por Plotina.

Nero exerce, inicialmente, um governo moderado sob a influência de Sêneca, de Burro e, em certa medida, de Agripina. Por conta da autoridade do preceptor, Nero demonstra boa vontade para com as prerrogativas do senado e se compromete a governar com *clementia* e *iustitia*. Entretanto, com o passar dos anos e com a morte das três pessoas que tinham ascendência sobre o imperador, a natureza mais injusta e vindicativa de seu principado se torna patente. Na esfera privada Nero se mostra cruel, já que, para controlar o desejo de poder de sua mãe Agripina, incorre no parricídio, crime pérfido que simboliza a própria relação do *princeps* com sua pátria. Com efeito, Nero, que inicia seu principado com promessas de respeito às intuições republicanas, depois do assassinato de Agripina, mostra progressivamente sua natureza autoritária e cruel em face dos *nobiliores*. Essa natureza se revela politicamente pelo reavivamento do processo de *maiestas* e pela perseguição aos opositores, ligados à filosofia estoíca, o que se consubstancia pelo julgamento de Trásea, pela morte de Plauto e pelo tratamento dispensado ao antigo preceptor Sêneca. A este o imperador dirige um discurso em estilo direto, uma das raras ocasiões em que Tácito concede a palavra à sua personagem, que parece mesmo desprovida de voz quando se a compara com os senadores e com os outros imperadores dos *Annales*. Como que a indicar que Nero, que se utilizava da “eloquência alheia” *i.e.* de Sêneca, não fosse sequer digno das glórias da oratória. Neste discurso a seu mestre, ele demonstra uma fina ironia, crueldade e dissimulação. E a dissimulação, embora não seja a principal característica de Nero – é antes uma característica da corte, partilhada por Tibério e por outros, como Britânico e Otávia, filhos de Cláudio – vale como um sucedâneo da moderna evolução da personagem. Nero já tem uma natureza estabelecida e imutável ao longo da narrativa e, assim, a radicalização de seu governo e o incremento dos *vitia* privados se devem a um processo de manifestação do interior, antes dissimulado. Sob esse prisma, entende-se a contínua ‘espetacularização’ do imperador, que cada vez mais se aproxima do povo, sua base política, pelo oferecimento de jogos e pela sua própria exibição artística na *scaena*, atitude vergonhosa para a nobreza.

Quanto aos *vitia*, por fim, Nero, sucessor de Augusto, revela-se o avesso das virtudes principescas: sua conduta imoderada e sua política externa pacifista é a negação da *uirtus* romana, que se compraz na guerra, na coragem bélica e na conquista de novos territórios. Isso, o que se espera de um *princeps* romano, o artista Nero não pôde proporcionar e aos

combates militares, preferiu as competições do palco. Nega, igualmente, a *pietas*, a virtude augustana por excelência, celebrada por Virgílio. De forma oposta ao pio Otávio, que vinga os assassinos de seu pai, Nero ordena a morte da mãe, que recebe no ventre os golpes da espada de um liberto, a serviço do imperador. No âmbito político, o tratamento dispensado aos adversários se contrapõe à *clementia* – virtude de César, que perdoou os seus antigos antagonistas nas guerras civis. Nero, por sua vez, retoma o processo de *maiestas* para perseguir seus opositores, que posam como heróis da virtude romana. Por fim, o modo pelo qual trata os diversos *ordines*, não atribuindo a cada um o que é seu, é um atentado à *iustitia*. de Augusto.

Tal é o Nero dos *Annales*, personagem de Tácito: o retrato em negativo do *clipeus uirtutis*. Um imperador cuja memória lhe valeu o nome de Anticristo e sobre cujo principado debatem os historiadores. Se foi um gênio político, um artista incompreendido, um *princeps* amado pelo povo, tudo isso parece fugir ao escopo dos estudos literários. O interesse do estudioso de literatura antiga sobre a prosa historiográfica tacitiana, a nosso ver, reside em outra questão – a ficcionalização da matéria exposta. Quando se perde de vista o processo de recriação da realidade pelos historiógrafos antigos, pode-se incorrer em inúmeros equívocos. Assim, contribuindo mais para a compreensão da historiografia antiga, pelo seu viés de gênero literário, os esforços empreendidos nesta tese terão alcançado seu objetivo.

## 6 BIBLIOGRAFIA

ALFÖLDY, Géza. **A história social de Roma**. Lisboa: Presença, 1989.

AZIZA, Claude. **Néron: le mal aimé de l'Histoire**. Paris: Gallimard, 2006.

BALDICK, Crhis. **The Oxford Dictionary of Literary Terms**. 3<sup>rd</sup> ed. Oxford: Oxford University Press, 2008.

BARTHES, Roland. **Le bruissement de la langue**. Paris: Le Seuil, 1984.

BERMAN, Antoine. **A prova do estrangeiro**. Bauru: EDUSC, 2002.

BERMAN, Antoine. **A tradução e a letra**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

BERNARD, Jacques-Emmanuel. **Le portrait cez Tite-Live: essai sur une écriture de l'histoire romaine**. Bruxelles: Latomus, 2000.

BIRLEY, Anthony R. **Hadrian: the Restless Emperor**. 1<sup>st</sup> ed. reimp. London: Routledge, 1997.

BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (Org.). **Passados Reconstituídos: campos e canteiros da História**. Rio de Janeiro: UFRJ:FGV, 1998.

BRANDÃO, Junito de Souza. **Dicionário mítico-etimológico da mitologia e da religião romana**. Petrópolis: Vozes, 1993.

CANTARELLA, Eva. **Secondo natura: la bisessualità nel mondo antico**. Milano: Rizzoli, 1995.

———. **Suplizi capitali in Grecia e a Roma**. Milano: Rizzoli, 1996.

CHAMPLIN, Edward. **Nero**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2003.

CHRIST, Karl. **Geschichte der Römischen Kaiserzeit**. 5-e Auf. München: C. H. Beck, 2005.

CIACERI, Emanuele. **Tacito**. Torino: E. Torinese. 1945.

———. **Brutus**. 1ère éd. 6. Texte établi et traduit par Jules Martha. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **De l'invention**. 1ère éd. 2. Texte établi et traduit par G. Achard. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

———. **De l'orateur**. Tome II. Livre 2. 1ère éd. 6. Texte établi et traduit par E. Courbaud. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Discours: Pour Sestius, Contre Vatinius**. Texte établi et traduit par J. Cousin. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Traité des lois**. Texte établi et traduit par Georges de Plinval. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

CIZEK, Eugen. "La Poétique de l'Histoire chez Tacite". In: **Revue des Etudes Latines**. 1991, n° 69. p. 136-146.

CONTE, Gian Biagio. **Letteratura latina: manuale storico dalle origini alla fine dell'impero romano**. 12. ed. Milano: Le Monnier, 2008.

COURBAUD, Edmond. **Les procédés d'art de Tacite dans les *Histoires***. Paris: Hachette, 1918.

DANZIGER, Marlies K.; JOHNSON, W. Stacey. **Introdução ao estudo crítico da literatura**. São Paulo: Cultrix:EDUSP, 1974.

DAREMBERG, C.; SAGLIO, E. **Dictionnaire des Antiquités Grecques et Romaines**. Paris: Hachette, 1877-1919.

DIO CASSIUS. **Roman History**. Volume VIII. Books LXI-LXX. With an English translation by Earnest Cary. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1925.

DRAEGER, Anton August. **Syntax und Stil des Tacitus**. Leipzig: B. G. Teubner, 1868.

ECK, Werner. **The Age of Augustus**. 2nd. ed. Oxford: Blackwell, 2007.

ECO, Umberto. **Obra aberta: forma e indeterminação nas poéticas contemporâneas**. Tradução Sebastião Uchoa Leite. São Paulo: Perspectiva, 1976.

ESTEVES, Anderson A. M. **Tibério nos *Annales* de Tácito**. Dissertação de mestrado em Letras Clássicas. Rio de Janeiro: Faculdade de Letras, 2004.

EUTROPE. **Abrégé de l'histoire romaine**. Traduction nouvelle avec introduction, notes, tables et index par Maurice Rat. Paris: Garnier, [1934].

FANTHAM, Elaine et alii. **Women in the Classical World**. Oxford: Oxford University Press, 1994.

———. **Roman Literary Culture: from Cicero to Apuleius**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

FORNARA, C. W. **The Nature of History in Ancient Greece and Rome**. Berkeley: University of California Press, 1988.

FORSTER, E. M. **Aspects of the Novel**. New York: H. Brace, 1927.

FRIEDLAENDER, Ludwig H. **Darstellung aus der Sittengeschichte Roms: in der Zeit von August bis zum Ausgang der Antonine**. Teil 1. Leipzig: Hirzel, 1881.

FUHRMANN, Manfred. **Geschichte der römischen Literatur**. Stuttgart: Reclam, 2005.

GALINSKY, Karl. **Augustan Culture: an Interpretive Introduction**. Princeton: Princeton University Press, 1966.

GERBER, Arnold; GREEF, A. **Lexicon Taciteum**. Hildesheim: G. Olms, 1962. 2 v.

GLARE, P.G.W. (Edit.) **Oxford Latin Dictionary**. Reprinted with corrections. Oxford: Oxford University Press, 2007.

GRANT, Michael. **Greek and Roman Historians: Information and Misinformation**. 1<sup>st</sup> ed. rep. London: Routledge, 1997.

———. **Greek and Roman Historians: Information and Misinformation**. 1<sup>st</sup> ed. rep. London: Routledge, 1997.

———. **The Antonines: the Roman Empire in Transition**. London: Routledge, 1994.

GRIFFIN, Miriam T. **Nero: the End of a Dynasty**. Reprinted in paperback. London: Routledge, 2000.

———. Tacitus as a Historian. In: WOODMAN, A. J. (Edit.). **The Cambridge Companion to Tacitus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

GRIMAL, Pierre. **L'Empire romain**. Paris: Fallois, 1993.

———. **La civilisation romaine**. Paris: Flammarion, 1981.

———. **Sénèque**. Paris, Fayard, 1991.

———. **Tacite**. Paris, Fayard, 1990.

———. **Vergílio ou o segundo nascimento de Roma**. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

HARTOG, François (Org.). **A história de Homero a Santo Agostinho**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HAYNES, Holly. **The History of make-believe: Tacitus on Imperial Rome**. Berkeley, California: University of California Press, 2003.

HISTOIRE Auguste. Tome I, 1re partie. Introduction générale. Vies d'Hadrien, Aelius, Antonin. 1re éd. 2. Texte établi et traduit par J.-P. Callu, A. Gaden et O. Desbordes. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

HORNBLOWER, S.–SPAWFORTH, A. **The Oxford Classical Dictionary**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

HOWATSON, M.C.–CHILVERS, I. **The Concise Oxford Companion to Classical Literature**. Oxford: Oxford University Press, 1993.

JOLY, Fábio Duarte. **Tácito e a metáfora da escravidão: um estudo de cultura política romana**. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, 2001.

JUVÉNAL. **Satires**. Texte établi et traduit par Pierre de Labriolle. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

LAUSBERG, Heinrich. **Elementos de retórica literária**. 2<sup>a</sup>. ed. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 1972.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. **A Greek-English Lexicon**. Revised and augmented throughout by Sir Henry Stuart Jones. Oxford: Oxford University Press, 1996.

LUKÁCS, György. **The Historical Novel**. London: Merlin Press, 1962.

MALITZ, Jürgen. **Nero**. München: C. H. Beck, 1999.

MARCHESI, Concetto. **Seneca**. 2<sup>a</sup>. ed. Messina: C.E. Giuseppe Principato, 1934

MARROU, H.I. **Histoire de l'éducation dans l'Antiquité**. 3<sup>a</sup> ed. Paris: 1964.

MARTIN, R & GAILLARD, J. **Les Genres Littéraires à Rome**. Paris: Scodell, 1981.

MARTINAZZOLI, Folco. **Seneca: studio sulla morale ellenica nell'esperienza romana**. Firenze: La nuova Italia, [1945].

MEHL, Andreas. **Römische Geschichtsschreibung: Grundlagen und Entwicklungen, eine Einführung**. Stuttgart: Kohlhammer, 2001.

MELLOR, Ronald. **Tacitus**. London: Routledge, 1993.

———. **The Roman Historians**. London: Routledge, 1999.

MENDELL, Clarence W. **Tacitus: the Man and his Work**. New Haven: Yale University Press, 1957.

MICHEL, Alain. **Tacite et le destin de l'empire**. Préface de Pierre Grimal. Paris: Arthaud, 1966.

MOMIGLIANO, Arnaldo. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru, SP: Edusc, 2004.

O'GORMAN, Ellen. **Irony and misreading in the Annals of Tacitus**. Cambridge, U.K.: Cambridge University Press, 2000.

PARATORE, Ettore. **La letteratura latina dell'età imperiale**. Milano: B.U.R., 1992.



———. **Tacito**. Milano: Istituto Editoriale Cisalpino, [1951].

PETIT, Paul. **Histoire générale de l'Empire romain. Tome 1. Le Haut-Empire**. Paris: Seuil, 1974.

———. **História antiga**. 7a. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

PIGANIOL, André. **Histoire de Rome**. Paris: P.U.F., 1954.

PLASS, Paul. **The Rhetoric of Historiography in Imperial Rome**. Madison, Wisconsin: The University of Wisconsin Press, 1988.

PLINE L'ANCIEN. **Histoire naturelle**. Texte établi et traduit par Jean Beaujeu. Paris: Les Belles Lettres, 1947-1956.

PLINE LE JEUNE. **Lettres. Tome IV: Livre X. Panégyrique de Trajan**. Texte établi et traduit par Marcel Durry. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

POLYBIUS. **The Histories**. Volume IV. Books 9-15. Translated by W. R. Paton. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1925. [Loeb Classical Library no. 159]

QUICHERAT, L. **Thesaurus poeticus linguae latinae**. 10e. t. Paris: Hachette, 1862.

RICOEUR, Paul. **Temps et récit**. 3 v. Paris: Le Seuil, 1983-5.

RIEMER, Peter; WEISSENBERGER, Michael; ZIMMERMANN, Bernhard. **Einführung in das Studium der Latinistik**. München: Beck, 1998.

ROBINSON, O. F. **The Criminal Law of Ancient Rome**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1995.

ROMAN, Yves. **Empereurs et sénateurs: une histoire politique de l'Empire romain**. Paris: Fayard, 2001.

ROSS, David O. **Virgil's Aeneid: a Reader's Guide**. Oxford: Blackwell, 2007.

ROSTOVITZ, M. **História de Roma**. Trad. de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

ROUSSELE, Aline. La politique des corps. In: DUBY, Georges; PERROT, Michelle (Edit.). **Histoire des femmes en Occident. I. L'Antiquité.** [Paris]: Perrin, 2002.

RUBIÉS, Joan-Pau. Nero in Tacitus and Nero in Tacitism: the historian's craft. In: ELSNER, Jás; MASTERS, Jamie (Edit.). **Reflections of Nero: Culture, History and Representation.** Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 1994.

SCHANZ, Martin; HOSIUS, Carl. **Geschichte der römischen Literatur: bis zum Gesetzgebungswerk des Kaisers Justinian.** 4te bearb. Auf. München: Beck'sche, 1980.

SCHEID, John; JACQUES, François. **Rome et l'intégration de l'Empire: Les structures de l'empire romain.** Tome I. 6e. éd. 2e. t. Paris: P.U.F., 2005.

SCHMAL, Stephan. **Tacitus.** Zürich: G. Olms Verlag, 2009.

SCHOTTER, David. **Nero.** Lisboa: Edições 70, 2008.

SÉNÈQUE. **De la clémence.** 1ère éd. 6. Texte établi et traduit par François Prechac. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Dialogues: Tome 1. De la colère.** Texte établi et traduit par A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1971.

———. **Dialogues: Tome 2. De la vie heureuse; De la brieveté de la vie.** 1ère éd. 9. Texte établi et traduit par A. Bourgery. Paris: Les Belles Lettres, 1981.

———. **Lettres à Lucilius.** Texte établi par François Préchac et traduit par Henri Noblot. Paris: Les Belles Lettres, 1945-1957.

SONNABEND, Holger. **Geschichte der antiken Biographie.** Stuttgart: Metzler, 2002.

SUÉTONE. **Vies des douze Césars. Tome 2: Tibère.-Caligula.-Claude.-Néron.** 1ère éd. 9. Texte établi et traduit par Henri Ailloud. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

SYME, R. **Tacitus.** Oxford: Oxford University Press, 1958. 2 vv.

———. **The Roman Revolution.** Ed. ver. Oxford: Oxford University Press, 2002.

TACITE. **Annales.** Tome I. Livres I – III. 1re éd. 3. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Annales**. Tome II. Livres IV – VI. 1re éd. 3. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Annales**. Tome III. Livres XI – XII. 1re éd. 3. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Annales**. Tome IV. Livres XIII – XVI. 1re éd. 5. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier. Paris: Les Belles Lettres, 2003.

———. **Dialogue des orateurs**. 1re éd. Texte établi par Henri Goelzer et traduit par Henri Bornecque. Paris: Les Belles Lettres, 1947.

———. **Histoires**. Tome I. Livre I. 1ère éd. 2. Texte établi et traduit par Pierre Willeumier et Henri Le Bonniec, annoté par Joseph Hellegouarc’h. Paris: Les Belles Lettres, 2002.

———. **Vie d’Agricola**. 1ère éd. 7. Texte établi et traduit par E. de Saint-Denis. Paris: Les Belles Lettres, 1985.

TÁCITO, C. Cornélio. **Anais**. Tradução e prólogo de Leopoldo Pereira. Rio de Janeiro: Ediouro, [s.d.].

TÁCITO. **Anais**. Prefácio de Breno Silveira. Tradução de José Liberato Freire de Carvalho. Rio de Janeiro: W. M. Jackson, [1957].

TALBERT, Richard J. A. **The Senate of Imperial Rome**. Princeton, New Jersey: Princeton University Press, 1984.

TOHER, Mark. Tacitus’ Syme. In: WOODMAN, A. J. (Edit.). **The Cambridge Companion to Tacitus**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

TUFFANI, Eduardo. **Repertório brasileiro de língua e literatura latina: 1830-1996**. Cotia, SP: Ibis, 2006.

VASALY, Ann. Characterization and complexity: Caesar, Sallust and Livy. In: FELDHERR, Andrew (Edit.). **The Cambridge Companion to the Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

VIRGILE. **Énéide**. Tome II. Livres V-VIII. 1. ed. 8. Texte établi et traduit par Jacques Perret. Paris: Les Belles Lettres, 2007.

VON ALBRECHT, Michael. **Geschichte der römischen Literatur**. 4e. Auf. München: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2009.

VOUT, Caroline. Representing the Emperor. In: FELDHERR, Andrew (Edit.). **The Cambridge Companion to the Roman Historians**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ZIEGLER, Konrat; SONTHEIMER, Walther (Edit.). **Der Kleine Pauly: Lexikon der Antike**. München: DTV (Deutscher Taschenbuch Verlag), 1979.